



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE  
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL (EICOS)

YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI

**SOL, PRAIA E PARQUE:**

**Narrativas insurgentes sobre o *Lazer de Base Comunitária* na Região Turística da Costa  
do Sol (RJ, Brasil)**

Rio de Janeiro

2023

Yasmin Xavier Guimarães Nasri

**SOL, PRAIA E PARQUE:**

**Narrativas insurgentes sobre o *Lazer de Base Comunitária* na Região Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta de Azevedo Irving  
Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Samira Lima da Costa

Rio de Janeiro

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

N264s Nasri, Yasmin Xavier Guimarães  
Sol, Praia e Parque: Narrativas insurgentes  
sobre o Lazer de Base Comunitária na Região  
Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil) / Yasmin  
Xavier Guimarães Nasri. -- Rio de Janeiro, 2023.  
362 f.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving.  
Coorientadora: Samira Lima da Costa.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós  
Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2023.

1. Lazer de Base Comunitária. 2. Produção de  
Narrativas. 3. Decolonialidade. 4. Perspectiva  
latino-americana. 5. Região Turística da Costa do  
Sol. I. Irving, Marta de Azevedo , orient. II.  
Costa, Samira Lima da , coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

# FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

## Ata de Defesa de Doutorado

Às 13:00 hs do dia 22/06/2023, o(a) aluno(a) **YASMIN XAVIER GUIMARÃES NASRI** (registro nº. 119001933), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Marta de Azevedo Irving (orientadora e presidente da banca), CPF nº 627.646.247-00, Samira Lima da Costa (coorientadora), CPF nº 017.646.317-81, Beatriz Akemi Takeiti, CPF nº 259.447.918-70, Gustavo Mendes de Melo, CPF nº 079.590.257-38, Sueli Angelo Furlan, CPF nº 011.972.418-92 e Sidnei Raimundo, CPF nº. 079.299.148-60; membros suplentes: Lucimara Rett CPF nº 098.650.448-38 e Marcelo Augusto Gurgel de Lima, CPF nº 023.869.554-94. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado "Sol, Praia e Parque: Narrativas insurgentes sobre o Lazer de Base Comunitária na Região Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil)" foi: ( x ) aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; ( ) aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias\*; ( ) reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:  
Orientador(a):  
Aluno(a):

*[Handwritten signatures]*

Observações:  
A banca aprovou, por unanimidade, a tese defendida e elogiou a sua qualidade excepcional, recomendando também a sua publicação na íntegra como livro ou em recortes de artigos em revistas indexadas. A tese foi também indicada para os prêmios CAPES, ANEPAS e (u) ANPPPL

Atestado de cumprimento das exigências\*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem \_\_\_\_\_ dias para entregar a versão final encadernada.

*[Handwritten signature]*  
Assinatura do Orientador

Data: 22, 06, 2023

A banca recomenda, docemente, a continuidade da pesquisa em nível de pós-doutorado





À todas as meninas e mulheres do Irã  
que perderam suas vidas lutando por liberdade.  
Vocês me ensinaram que revolução se faz com afeto.  
Eu sonho com o dia em que vocês ocuparão espaços como esse, sem medo.  
*Zan, Zendegi, Azadi!*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mulheres, Vida, Liberdade!

## AGRADECIMENTOS

---

A defesa da tese em 2023 é muito simbólica, pois completo dez anos ininterruptos de universidade pública. Agradeço à sociedade brasileira pela oportunidade de estudar em uma universidade aberta, gratuita e democrática, reconhecida por sua excelência em ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa não deve anular, mas sim, integrar a vida. Ela ganha encanto, quando ela ganha vida! Quando ela pulsa, corre nas veias, faz coração palpitar e olhos brilharem. Nos quatro anos de doutorado, meu corpo foi completamente atravessado pela pesquisa. Me repensei completamente nos encontros com os colaboradores do campo de estudo, precisei reelaborar o que era estrutural em mim, reconstruir com muita paciência e não sem dor o meu próprio *modus operandi*. Por vezes, a desconstrução foi tão profunda que não consegui enxergar os pilares de sustentação desse novo horizonte que eu vinha construindo, mas esses pilares não me desampararam em momento algum e são a eles que sou grata.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que se tornou, desde 2016, a minha segunda casa. Simultaneamente, um refúgio do caos e a razão do meu encantamento por essa cidade que parecia tão grande aos meus olhos. Aos docentes que compartilharam seus saberes com tanta generosidade, aos discentes que trilham essa jornada comigo e aos colaboradores que não mediram esforços para apoiar a minha formação. Em especial, muita gratidão ao Ricardo e ao Carlos, da Secretaria do EICOS/UFRJ, que trouxeram leveza para a minha caminhada acadêmica em tantos momentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa de Doutorado que possibilitou a realização dessa pesquisa e da Bolsa de Capacitação Discente no Exterior que viabilizou a minha permanência, no âmbito do Programa de Internacionalização PrInt, por três meses na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, na França. Uma experiência “divisor de águas” em minha vida!

Aos meus pais, meus anjos protetores, pela paciência, escuta atenta, amorosidade, acolhimento, apoio incondicional e, sobretudo, por terem despertado em mim, desde criança, o desejo e encanto pelas leituras, e a curiosidade pelo desconhecido. Vocês me ajudaram a construir asas fortes para sustentar esse voo.

Ao meu irmão mais novo, à quem dedico todo o meu carinho e proteção fraternal, pelos melhores conselhos, pela parceria na discussão dos temas da pesquisa e por todo o apoio tecnológico na construção da tese.

À minha avó Adalícia (*in memoriam*) que embora não tenha tido oportunidade de estudar, durante toda a vida considerou a educação dos seus filhos e netos como prioridade.

À tia Lícia, pelo acolhimento generoso em sua casa no Rio de Janeiro, pelo cuidado e proteção com o meu bem-estar na “cidade grande”, pelas longas conversas pelas manhãs e pelas trocas genuínas. Você é símbolo de força e garra para mim.

À Naná, pelas comidinhas saborosas, pelos abraços apertados e pelas risadas deliciosas. Sempre atenta e cuidadosa comigo. Você fez toda a diferença nessa trajetória.

À querida Marcelle Gebara, pela construção conjunta de um espaço de confiança, cuidado e suspensão de julgamentos. A convivência semanal foi fundamental, transformadora e de muitas conquistas, entre as quais, a autonomia certamente foi uma das principais.

À professora Marta de Azevedo Irving, pela acolhida em seus grupos de pesquisa, pela orientação desde o mestrado, por me apresentar tantos temas inspiradores, pelas leituras atentas, por me inserir em um *pluriverso* de redes nacionais e internacionais de pesquisadores, e por compartilhar a sua experiência profissional comigo. Grande parte do que sei sobre a academia, aprendi com você. Admiro sua competência, dedicação e engajamento!

À professora Samira Lima da Costa, pela condução generosa do processo de coorientação, pelo acolhimento afetuoso e pela forma inspiradora de pesquisar. A convivência com você vem me ensinando mais lições do que eu seria capaz de descrever aqui, mas certamente ultrapassam os muros da universidade, atingindo a dimensão da minha própria existência. Você me mostrou que a imensidão dos meus afetos tem lugar na academia, em muitos momentos que pensei não pertencer a esse território. Que sorte a minha ter te encontrado! Você trouxe brilho para o meu doutorado.

À minha supervisora no exterior, professora Maria Gravari-Barbas, pelo acolhimento em seu grupo e pela orientação dos caminhos da pesquisa na França. Gratidão pela oportunidade de partilhar alguns dos resultados da pesquisa com seu grupo e por todas as contribuições para a complementação da tese.

À querida Ketty, por ter me recebido em seu lar na França e ter me proporcionado uma experiência única de convívio, em um momento de muitas inseguranças e preocupações. Obrigada por todas as dicas e partilhas! Você abrilhantou minha jornada no exterior.

À minha querida amiga e madrinha acadêmica, Cris Passos de Mattos, uma mulher guerreira, dedicada e muito forte que acompanha e ilumina a minha trajetória desde a graduação, compartilhando comigo transformações profundas, e tornando a minha caminhada prazerosa e encantadora. Você é uma inspiração para mim!

Aos membros da banca examinadora, pelo aceite em ler meu trabalho, participar desse momento tão especial na minha vida e contribuir com os seus olhares para o aprimoramento da pesquisa.

Às queridas amigas e aos queridos amigos do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS), com os quais partilhei as vivências mais desafiadoras e as emoções mais profundas. Em especial, gratidão à Rê Amorim, Graci Faico, Beth Oliveira, Bia Cabral, Maria Emília Aureliano, Thais Moreno, Thaiane Arruda, Edilaine Albertino e Claudia Fragelli que foram fundamentais nessa trajetória. Gratidão especial, também, ao Marcelo Lima, Gustavo Melo e Nadson Nei. Ainda bem que a gente tem a gente!

Às queridas amigas e aos queridos amigos do Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações (LabMems), e à professora Bia Takeiti, pelas leituras conjuntas e partilhas de experiências de campo, mas, principalmente, de bons afetos. Gratidão pela convivência que me ensina tanto!

Aos membros do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP), coordenado pelas queridas professoras Camila Rodrigues e Elo Botelho pela construção colaborativa de muitas das reflexões que estão nesta tese.

Ao grupo de Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas, coordenado pelo Claudio Maretti, em conjunto com a professora Sueli Furlan, pela oportunidade de partilhar leituras, discussões e amadurecer meu olhar sobre o tema.

Ao grupo de Esquizoanálise da Universidade Santa Úrsula (USU), coordenado pelo professor Thiago Colmenero, pelos prazerosos encontros semanais para discutir casos clínicos e textos que contribuíram para a construção de caminhos contra hegemônicos para a pesquisa.

Às minhas melhores amigas Dani Ribeiro, Nath Ferreira, Carlotinha Maggi, Clari Arraes, Thay Pinto, Isa Ribeiro, Tazi Assumpção, Daph Clemente e Bebel Assumpção, pelas risadas terapêuticas, pelo colo, amparo e conforto necessários em tantos momentos. É maravilhoso partilhar toda uma vida com vocês! Aos meus melhores amigos Hugo de Pina, Fernando Blanchart e Pedro Sidou, por serem tão presentes e queridos comigo. Vocês acompanharam essa trajetória de perto e a deixaram muito mais leve.

Às amigas Milena Manhães e Regina Carmela pela escrita e reflexões conjuntas em projetos e pesquisas na Região Turística da Costa do Sol (RTCS).

À querida Lene Pereira, mulher quilombola que realiza um trabalho encantador na Secretaria de Cultura de Armação dos Búzios, por abrir as portas do campo de pesquisa para mim. Agradeço por todo apoio e confiança!

Aos povos e comunidades tradicionais da RTCS pelo aceite em participar da pesquisa, por terem ressignificado os caminhos investigativos e por me levarem a compreender o lazer por outras perspectivas. Em especial, agradeço à Associação de Mulheres Caiçaras Buzianas por permitir a minha inserção em diversas iniciativas encantadoras e confiar em mim para a construção colaborativa do livro artesanal, a partir das memórias locais. A elaboração da tese não seria possível se não fosse a várias mãos!

Ao Conselho Consultivo do Parque Estadual da Costa do Sol (CCPECS), pela luta conjunta pela proteção da sociobiodiversidade e pelo engajamento no fortalecimento da participação social. As construções colaborativas nesse espaço vêm sendo pedagógicas para mim.

Por fim, agradeço aos seres não humanos (em especial, ao meu querido Leózninho *in memoriam*) e aos seres de luz por proverem esse mundo de serenidade, leveza, paz e encanto.





**Fonte:** A autora (2023).

*“A gente não faz festa porque a vida é fácil, mas pela razão inversa. Em um mundo cada vez mais marcado pelo esgarçamento da vida em comunidade, a festa é uma instância possível de reconstrução do ser a partir do pertencimento ao comum.*

*O que espanta a miséria é festa. A miséria (...) vai muito além da economia. Ela é mesmo uma miséria existencial, alimentada pelo desencanto do cotidiano, pela domesticação dos corpos, pela mercantilização absoluta da vida e pela agonia da rua como ponto de encontro” (SIMAS, 2021, p. 2).*

*“O poder requer corpos tristes. O poder necessita de tristeza porque consegue dominá-la. A alegria, portanto, é resistência, porque ela não se rende. A alegria como potência de vida, nos leva a lugares onde a tristeza nunca nos levaria” (DELEUZE; PARNET, 2002, p. 30).*

## RESUMO

---

NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Sol, Praia e Parque:** Narrativas insurgentes sobre o *Lazer de Base Comunitária* na Região Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil). Rio de Janeiro, 2023. Tese de Doutorado (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

Grande parte dos debates no campo dos estudos do lazer decorre da visão de mundo moderno-ocidentalizado, herdada de uma perspectiva histórica de tradição cartesiana homogeneizante. Sob esta perspectiva, as diferentes dimensões da existência vêm sendo fragmentadas, simplificando e reduzindo a realidade para explicá-la. No entanto, esse movimento tende a silenciar experiências complexas, sobretudo nos territórios do *Sul global*. Nesse sentido, essa pesquisa partiu do reconhecimento do lazer na realidade dos povos e comunidades tradicionais latino-americanos para a construção de uma epistemologia descolonial sobre o tema, a partir da imersão no território das populações de pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas da Região Turística da Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro (Brasil). Com base nesses antecedentes, a investigação teve como objetivo analisar os significados de lazer nas narrativas e vivências das comunidades tradicionais dessa região. Para tal, o percurso metodológico se apoiou em levantamentos bibliográfico e documental, além da observação participante na dinâmica das iniciativas comunitárias e do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Costa do Sol, a principal área protegida da região, com forte apelo turístico. Para aprofundar a análise, a escuta sensível e a produção de narrativas junto às comunidades locais, possibilitou a identificação *a posteriori* de eixos interpretativos para a sistematização de uma proposta epistemológica colaborativa e latino-americana de *Lazer de Base Comunitária* (LBC). Assim, a pesquisa realizada ilustrou, com clareza, o potencial transformador do lazer no fortalecimento dos laços comunitários, desvelando seus significados contra hegemônicos na região estudada. Como resultados obtidos foi evidenciado que a prática do lazer está associada às lutas comunitárias cotidianas, aos processos de emancipação dos sujeitos, às vivências lúdicas da cultura no território, à educação popular, à conexão espiritual, assim como à devoção e indissociabilidade com a natureza. Todos esses significados têm em comum a potencialização da reinvenção, do reencantamento e da reafirmação da vida, no contexto cotidiano das coletividades.

**Palavras-chave:** *Lazer de Base Comunitária*; Produção de Narrativas; Decolonialidade; Perspectiva latino-americana; Região Turística da Costa do Sol.

## ABSTRACT

---

NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Sun, Beach and Park: Insurgent Narratives about *Community-Based Leisure*** in the Costa do Sol Tourist Region (RJ, Brazil). Rio de Janeiro, 2023. Thesis (Doctorate in Psychosociology of Communities and Social Ecology), Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Most part of the debates in the field of leisure studies stem from the modern-westernized world view, inherited by a historical perspective of homogenizing cartesian tradition. In view of this perspective, the different dimensions of existence have been fragmented, simplifying and reducing reality to explain it. However, this movement tends to silence complex experiences, especially in the territories of the *global South*. In this sense, this research started from the recognition of leisure in the reality of traditional Latin American peoples and communities to build a decolonial epistemology on the subject, from the immersion in the territory of the populations of artisanal fishermen, caïçaras and quilombolas of the Tourist Region of Costa do Sol, in the State of Rio de Janeiro (Brazil). Based on these antecedents, the investigation aimed to analyze the meanings of leisure in the narratives and experiences of traditional communities in this region. With this purpose, the methodological route was based on bibliographical and documental surveys, in addition to participant observation in the dynamics of community initiatives and the Consultative Council of the Costa do Sol State Park, the main protected area in the region, with strong tourist appeal. To deepen the analysis, the sensitive listening and the production of narratives together with the local communities, allowed the posterior identification of interpretative axes to the systematization of a collaborative and Latin American epistemological proposal of *Community-Based Leisure* (CBL). Thus, the research carried out clearly illustrated the transformative potential of leisure in strengthening community ties, revealing its counter-hegemonic meanings in the studied region. As the obtained results, it was evidenced that the practice of leisure is associated with daily community struggles, the subjects' emancipation processes, recreational experiences of culture in the territory, popular education, spiritual connection, as well as devotion and inseparability with nature. All these meanings have in common the potentiation of reinvention, reenchantment and reaffirmation of life, in the everyday context of collectivities.

**Keywords:** *Community-Based Leisure*; Production of Narratives; Decoloniality; Latin American perspective; Tourist Region of Costa do Sol.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AP	Áreas Protegidas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAEMC	Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima
CC	Conselho Consultivo
CCS	Consórcio Costa do Sol
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CT	Câmara Temática
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EICOS	Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ELAPIS	Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GAPIS	Grupo de Pesquisa em Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
GT	Grupo de Trabalho
IBA	<i>Important Bird and Biodiversity Area</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEFI	Instituto Educacional de Habilitação Profissional e Formação Integral
IOT	Inventário de Oferta Turística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IREST	<i>Institut de recherches et d'études supérieures du tourisme</i>
JBRJ	Jardim Botânico do Rio de Janeiro

LabMems	Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações - Rastros Sensíveis
MAPAP	Mapeamento de Parcerias de Áreas Protegidas
MTur	Ministério do Turismo
OFT	Observatório Fluminense de Turismo
OPAP	Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas
ONU	Organização das Nações-Unidas
PECS	Parque Estadual da Costa do Sol
PNT	Plano Nacional de Turismo
PPC	Parceria Público-Comunitária
ProUC	Programa de Apoio às Unidades de Conservação Municipais
Rede TP3	Rede Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas
Rede TAPIS	Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social
SAPIS	Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
SEAS	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINERGIA	Núcleo Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TAUI	Termo de Autorização de Uso de Imagem
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo
QUIPEA	Quilombos no Projeto de Educação Ambiental



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Matriz-síntese sobre eventos acadêmicos na trajetória da tese.....	59
<b>Quadro 2</b>	Matriz-síntese sobre as produções bibliográficas e técnicas de recortes da pesquisa.....	63
<b>Quadro 3</b>	Matriz-síntese sobre a dinâmica de observação participante nas reuniões do Conselho Consultivo do PECS.....	67
<b>Quadro 4</b>	Matriz-síntese sobre os remanescentes de quilombo situados na Região Turística da Costa do Sol.....	71
<b>Quadro 5</b>	Matriz-síntese sobre o perfil dos colaboradores da pesquisa.....	74
<b>Quadro 6</b>	Matriz-síntese sobre as iniciativas comunitárias aproximadas por meio da observação participante.....	78
<b>Quadro 7</b>	Matriz-síntese sobre possíveis significados/abordagens do lazer na América Latina, segundo a literatura especializada.....	100
<b>Quadro 8</b>	Matriz-síntese sobre enfoques possíveis para uma leitura psicossocial do lazer.....	108
<b>Quadro 9</b>	Elementos de contraposição entre o “lazer simulacro” e o lazer pela perspectiva descolonial.....	117
<b>Quadro 10</b>	Matriz-síntese sobre possíveis significados descoloniais do lazer, a partir dos eixos de análise apreendidos na pesquisa.....	119
<b>Quadro 11</b>	Matriz-síntese sobre os municípios com maior atratividade de turistas estrangeiros no estado do Rio de Janeiro em 2019.....	129
<b>Quadro 12</b>	Matriz-síntese sobre a dinâmica socioeconômica e turística da Região da Costa do Sol.....	131
<b>Quadro 13</b>	Matriz-síntese sobre as unidades de conservação na Região Turística da Costa do Sol.....	138
<b>Quadro 14</b>	Matriz-síntese sobre a porcentagem de áreas dos municípios abrangidas pelo PECS.....	143
<b>Quadro 15</b>	Matriz-síntese sobre a importância do PECS para mudanças paradigmáticas na compreensão do significado de lazer na Região Turística da Costa do Sol.....	157

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Figura esquemática das principais unidades de conservação sobrepostas pelo PECS.....	66
<b>Figura 2</b>	Registro fotográfico da apresentação da pesquisa aos atores sociais locais.....	72
<b>Figura 3</b>	Registro fotográfico da conversa inicial sobre os objetivos da pesquisa.....	73
<b>Figura 4</b>	Registros fotográficos da participação em iniciativas comunitárias: Exposição Heróis do Mar, movimento em favor da conservação do Poço da Bomba, contação de histórias caiçaras em escola pública municipal e produções tradicionais na Festa Junina.....	77
<b>Figura 5</b>	Dimensões que fundamentam uma perspectiva descolonial e contra hegemônica do lazer.....	115
<b>Figura 6</b>	Regionalização Turística do estado do Rio de Janeiro.....	126
<b>Figura 7</b>	Regiões de Governo e Municípios.....	128
<b>Figura 8</b>	Cabana dos Pescadores - “Cenários de novelas”, localizada entre as Praias do Però e das Conchas, em Cabo Frio.....	130
<b>Figura 9</b>	Campeonato Mundial de Surfe, na Praia de Itaúna, em Saquarema.....	134
<b>Figura 10</b>	Fluxo turístico intenso na Praia das Conchas, em Cabo Frio, durante a estação do verão.....	135
<b>Figura 11</b>	Prática pesqueira na Praia do Forte, em Cabo Frio.....	136
<b>Figura 12</b>	Figura esquemática do Parque Estadual da Costa do Sol.....	143
<b>Figura 13</b>	Acesso às trilhas na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.....	148
<b>Figura 14</b>	Atividades de <i>camping</i> nas Prainhas do Pontal do Atalaia (PECS), em Arraial do Cabo.....	149
<b>Figura 15</b>	Churrasco na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio, durante a <i>pandemia de Covid 19</i> .....	150
<b>Figura 16</b>	Vista do Morro do Vigia, importante atrativo turístico local, para a Praia das Conchas (PECS) em Cabo Frio.....	151
<b>Figura 17</b>	Praia do Vargas (PECS), distrito de Praia Seca, em Araruama, durante a <i>pandemia de Covid 19</i> .....	152
<b>Figura 18</b>	Informação veiculada na página do órgão ambiental INEA acerca da suspensão da visitação no parque, durante o período da <i>pandemia de Covid 19</i> .....	153

<b>Figura 19</b>	Transporte de turistas na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.....	154
<b>Figura 20</b>	Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.....	155
<b>Figura 21</b>	Vista do Morro do Vigia, importante atrativo turístico local, localizado entre a Praia das Conchas (PECS) e a Praia do Perú, em Cabo Frio.....	156
<b>Figura 22</b>	Tradição da renda de bilros na região.....	161
<b>Figura 23</b>	Figura esquemática de “Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (Fiocruz).....	163
<b>Figura 24</b>	Municípios da Região da Costa do Sol impactados pelas ações da empresa <i>Shell</i> .....	166
<b>Figura 25</b>	Práticas pesqueiras em Arraial do Cabo.....	169
<b>Figura 26</b>	Barcos de pesca e de passeio turístico em Arraial do Cabo.....	168
<b>Figura 27</b>	Marina dos pescadores, terminal de embarque e desembarque de barcos, em Arraial do Cabo.....	172
<b>Figura 28</b>	Registro fotográfico da sola de amendoim.....	178
<b>Figura 29</b>	Registro fotográfico da coleta dos frutos da Aroeira para a produção de pimenta.....	184
<b>Figura 30</b>	Registro fotográfico das caiçaras coletando frutos com seus filhos e netos.....	185
<b>Figura 31</b>	Registro fotográfico da coleta de guriri.....	191
<b>Figura 32</b>	Registro fotográfico da brincadeira de corda.....	198
<b>Figura 33</b>	Registro fotográfico de uma casa construída pela comunidade à base de conchas da praia local.....	203
<b>Figura 34</b>	Registro fotográfico da presença das mulheres na pesca.....	212
<b>Figura 35</b>	Registro fotográfico da Rua das Pedras, em Armação dos Búzios, com referências às personalidades externas ao território.....	221
<b>Figura 36</b>	Registro fotográfico da estátua em homenagem à Brigitte Bardot, na Orla Bardot, em Armação dos Búzios.....	223
<b>Figura 37</b>	Registro fotográfico das embarcações turísticas em frente à Rua das Pedras, em Armação dos Búzios.....	240
<b>Figura 38</b>	Estrutura abandonada da antiga Companhia Nacional de Álcalis.....	243
<b>Figura 39</b>	Registro fotográfico do processo de turistificação do “ <i>deck</i> dos pescadores”.....	249

<b>Figura 40</b>	Registro fotográfico da turistificação das “Prainhas do Pontal” do Atalaia.....	250
<b>Figura 41</b>	Registro fotográfico da turistificação do Vigia.....	252
<b>Figura 42</b>	Registro fotográfico do resultado do trabalho comunitário em sistema de cooperação.....	264
<b>Figura 43</b>	Registro fotográfico das produções artesanais comunitárias.....	265
<b>Figura 44</b>	Registro fotográfico das reuniões na Associação das Mulheres Caiçaras.....	266
<b>Figura 45</b>	Registro fotográfico do “desfile cultural” na região.....	269
<b>Figura 46</b>	Registro fotográfico do Poço da Bomba atualmente.....	275
<b>Figura 47</b>	Registro fotográfico do piquenique caiçara junto à reivindicação pelo cuidado com os patrimônios culturais da cidade.....	276
<b>Figura 48</b>	Registro fotográfico do piquenique caiçara.....	277
<b>Figura 49</b>	Registro fotográfico da estátua em homenagem às lavadeiras do poço.....	278
<b>Figura 50</b>	Registro fotográfico da produção comunitária de refeições.....	281
<b>Figura 51</b>	Registro fotográfico da participação comunitária em evento gastronômico local.....	282
<b>Figura 52</b>	Registro fotográfico da participação comunitária na Festa Junina.....	283
<b>Figura 53</b>	Registro fotográfico da exposição artística e cultural comunitária.....	285
<b>Figura 54</b>	Registro fotográfico da exposição de personalidades comunitárias importantes para a região.....	286
<b>Figura 55</b>	Registro fotográfico da refeição preparada pelas comunidades.....	289
<b>Figura 56</b>	Registro fotográfico da inserção das comunidades no fornecimento de serviço de alimentação aos turistas.....	290
<b>Figura 57</b>	Registro fotográfico da puxada de rede coletiva.....	291
<b>Figura 58</b>	Registro fotográfico da contação de histórias em escolas públicas locais.....	296

## SUMÁRIO

---

<b>CORPO ENCRUZILHADA: Implicações ético-políticas da pesquisa militante.....</b>	<b>21</b>
<b>INTRODUÇÃO: Uma pesquisa tecida a partir dos encontros.....</b>	<b>26</b>
<b>1 CONVITE PARA “ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO”: Uma escavação epistemológica descolonial.....</b>	<b>34</b>
1.1 PISTAS TEÓRICAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DO <i>SUL GLOBAL</i> .....	35
1.2 GRAMÁTICAS COMUNITÁRIAS DE MUNDO NA AMÉRICA LATINA.....	45
<b>2 TRAVESSIA METODOLÓGICA: Produzindo ferramentas situadas de pesquisa.....</b>	<b>53</b>
2.1 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL.....	56
2.2 IMERSÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS.....	59
2.3 ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	65
2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	69
2.5 INSERÇÃO NO CAMPO, PLANTIO DA ESCUTA SENSÍVEL E PRODUÇÃO DE NARRATIVAS.....	70
2.6 CAPACITAÇÃO NO EXTERIOR - BOLSA PRINT/CAPES.....	79
2.7 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	77
2.8 “OBJETIVO RESOLUTIVO” E DESDOBRAMENTOS INESPERADOS.....	80
<b>3 LAZER DE BASE COMUNITÁRIA (LBC): Arriscando uma via epistemológica colaborativa e contra hegemônica.....</b>	<b>83</b>
3.1 UMA CRÍTICA AO “LAZER SIMULACRO” COMO ESTRATÉGIA DE ESPETACULARIZAÇÃO DAS NATUREZAS E INVISIBILIZAÇÃO DAS CULTURAS.....	84
3.2 LBC COMO VIA PARA UMA DESCOLONIZAÇÃO <i>EM DEVIR</i> .....	96
<b>4 REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA DO SOL (RTCS): Mosaico pulsante de sociobiodiversidade.....</b>	<b>124</b>
4.1 CONFLITOS REGIONAIS E SALVAGUARDAS DE NATUREZAS E CULTURAS.....	125



4.2 PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL: NÚCLEO PULSANTE DE RESISTÊNCIAS COLABORATIVAS.....	142
<b>5 O LAZER SOB A PERSPECTIVA COMUNITÁRIA NA RTCS: Desvelando significados polissêmicos dos “sujeitos coletivos”.....</b>	<b>174</b>
5.1 NARRATIVAS IDENTITÁRIAS.....	175
5.2 NARRATIVAS SILENCIADAS PELO “PROGRESSO” .....	216
5.3 NARRATIVAS INSURGENTES.....	260
5.4 LBC COMO SÍNTESE DAS NARRATIVAS.....	299
<b>O QUE PODE SER O LAZER, SOB UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL? Pistas finais.....</b>	<b>301</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>307</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>328</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>356</b>

## **CORPO ENCRUZILHADA: Implicações ético-políticas da pesquisa militante**

---

*“O corpo, o primeiro alvo de ataques do colonialismo, é também a mola propulsora das ações de remontagem e transgressão” (RUFINO, 2019, p. 154).*

O corpo encruzilhada, constituído a partir do encontro entre colonizadores e colonizados, é discutido por Rufino (2019) como aquele que revela os tensionamentos entre as forças coloniais opressoras e as vias de fuga para a reinvenção e o reencantamento da vida no coletivo. Com essa perspectiva, no processo de seleção das leituras para a tese de doutorado, identifiquei uma crítica de Grosfoguel (2010) ao sujeito-pesquisador que enuncia os seus resultados de forma desvinculada dos contextos histórico, político, ético, filosófico e afetivo de construção da pesquisa. Nesse sentido, o autor compreende ser essa uma estratégia adotada para a elaboração de conhecimentos científicos que se propõem neutros e universais.

Tendo em vista que essa tese busca uma descolonização epistêmica sobre o tema estudado, a afirmação do autor de que “na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise”, a partir de um posicionamento não situado do Ego (GROSFOGUEL, 2010, p. 459), me fez resgatar o meu próprio corpo na pesquisa, constituído no encontro entre o Ocidente e o Oriente. Assim, percebi que uma postura ético-política engajada, em um movimento de pesquisa desejante de militância pelo reconhecimento de outras perspectivas de mundo, implica, sob a ótica de Merhy (2004, p. 21) se despir do poder instituído de pesquisador, para sustentar o desconforto de ser, simultaneamente, “pesquisador e o pesquisado. E, assim, o analisador e o analisado”.

Considerando que esse movimento investigativo se construiu no campo da Psicossociologia, compreendo que expor o corpo-pesquisador possibilita analisar a dimensão subjetiva que atravessa a escolha pelo recorte do tema estudado, como parte, também, das etapas metodológicas da pesquisa. Com esse direcionamento, decidi me aventurar, pela primeira vez, a escrever na primeira pessoa do singular, em um esforço de tecitura dos caminhos afetivos que me motivaram a pesquisar as relações entre lazer, culturas e naturezas. Por essa razão, antes de introduzir a tese, peço licença para trazer o meu corpo-pesquisador à cena, contextualizando a minha implicação na pesquisa.

Quando revisito as minhas próprias memórias, percebo que descobri ainda na infância, a pluralidade de valores culturais que permeia os diferentes contextos sociais. Isso porque, ainda

no meu começo de vida, pude notar uma ruptura entre o Ocidente e o Oriente, sendo este último decodificado como “o Outro”, em uma relação dicotômica entre o “nós” e o “eles”. Nasci em um lar constituído pelo encontro entre um imigrante iraniano, em condição de refúgio, e uma brasileira. A relação de coerção, opressão e hierarquia entre culturas, sendo algumas consideradas como superiores à outras, se tornou ainda mais evidente para mim no marco histórico do Onze de Setembro (2001), durante a colisão das aeronaves com as Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, quando a grande mídia atribuiu uma visão estereotipada e pejorativa do Oriente ao ocorrido, conforme pude entender melhor, posteriormente, pela leitura do livro “Orientalismo” de Said (1978).

A autora bell hooks<sup>2</sup> (2021, p. 44) também narra esse acontecimento histórico como um momento de grande indignação coletiva por parte daqueles que lutavam para romper com os diferentes dispositivos de dominação cultural, mas que se viram diante de um contexto em que parecia que “todas as nossas pedagogias da esperança tivessem perdido sentido, enquanto grande parte do público estadunidense, em reação às notícias da tragédia, reagia com derramamento de ódio patriarcal nacionalista supremacista branco capitalista imperialista contra terroristas”.

Assim, motivada pelos questionamentos e desconfortos sobre o modo como o Ocidente narra a história do Oriente, vinculando este último ao imaginário coletivo de “perigo”, despertei o interesse pelo tema das culturas, de modo a buscar compreender por que os povos do Oriente me pareciam tão alegres, festivos e afetivos, mas do “lado de cá” a sociedade resumia suas vidas com base no fundamentalismo religioso e nas guerras. Essas foram as informações que tive acesso, inclusive, durante a educação formal no período escolar. Posteriormente, pude perceber que uma disputa assimétrica entre narrativas estava diretamente associada ao domínio epistêmico eurocêntrico e norte-americano, conforme nos aponta Adichie (2018), em seu livro denominado “O perigo de uma história única”.

Somado a esse contexto, minha família se mudou para o interior do estado do Rio de Janeiro em 2006, motivada pelo desejo de fuga da violência na metrópole, escolhendo a Região Turística da Costa do Sol como lar. Essa foi uma época muito importante, pois pude experimentar a liberdade de tocar a terra, ver o pôr do sol na laguna, respirar o ar puro das praias e retirar frutos das árvores, vivências novas para uma moradora da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, o fato de estudar em uma mesma escola e morar em um mesmo

---

<sup>2</sup> bell hooks é o pseudônimo da escritora. A utilização das letras iniciais minúsculas faz parte de um posicionamento político e crítico da autora com relação à postura egóica dos pesquisadores.

bairro, favoreceu a construção de redes afetivas, gerando em mim um grande sentido de pertencimento à região.

Em 2013, recém-formada no Ensino Médio, em função do meu contexto familiar e do meu desejo em aprofundar no tema dos encontros culturais, ingressei no curso superior de Gestão de Turismo, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), em Nova Friburgo. Tendo em vista essa motivação temática inicial, desde o início da graduação, busquei disciplinas que articulavam conhecimentos interdisciplinares dos campos do Turismo aos da Geografia. Entre essas disciplinas, cursei “Turismo e Meio Ambiente” que foi conduzida repleta de entusiasmo e encanto, me sensibilizando para a relevância de um olhar atento à relação intrínseca entre naturezas e culturas.

A partir de 2014, participei de diferentes projetos de pesquisa e extensão que articulavam o tema das unidades de conservação à salvaguarda cultural. O primeiro projeto que integrei se intitulava “*Patrimônio imaterial, participação social e Cidadania no contexto de Projetos de Turismo de Base Comunitária em unidades de conservação*”, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Assim, a partir da minha inserção nesses projetos, o encantamento pelo tema das culturas encontrou um novo foco de interesse associado à pluralidade de significados das naturezas, o que motivou, em 2015, o início de um Estágio Supervisionado em uma organização não-governamental em São Pedro da Serra, sétimo distrito de Nova Friburgo.

O Estágio Supervisionado possibilitou, à época, a minha primeira vivência no contexto dos conflitos socioambientais relacionados às unidades de conservação, a partir da inserção no cotidiano da gestão da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (APAEMC), uma área protegida criada em meio a inúmeras tensões com agricultores familiares da região. A participação efetiva durante seis meses na APAEMC, inspirou, no mesmo ano, a redação do trabalho de conclusão de curso intitulado: “*Turismo Rural em Áreas Protegidas: o caso do Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores*”, a partir dos resultados obtidos em campo.

Ainda em 2015, prestes a concluir a graduação, fui motivada pela orientadora do trabalho de conclusão de curso, ao observar o meu interesse pelo tema da participação social na proteção da biodiversidade, a redigir um anteprojeto para concorrer a uma vaga de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim, a inserção no Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS) possibilitou a minha participação em diversos projetos de pesquisa e extensão, envolvendo o tema da

produção de subjetividades na relação entre naturezas e culturas. A experiência do mestrado contribuiu para transformar a minha percepção como moradora da Região Turística da Costa do Sol, elucidando questões socioambientais regionais até então desconhecidas para mim.

Assim, no decorrer do mestrado, a delimitação do Parque Estadual da Costa do Sol como território de estudo representou um passo importante para uma inserção, mais efetiva, em temas complexos e controversos na região. Entre 2016 e 2018, observei e registrei os debates que envolviam diferentes narrativas e intencionalidades entre os atores sociais da região, no âmbito do Conselho Gestor Consultivo e das Câmaras Temáticas do parque, quando pude interpretar alguns dos principais conflitos envolvendo a dinâmica de uso público local.

Um desses temas, o de conflitos com povos e comunidades tradicionais da região, me chamou atenção, principalmente, porque pude perceber, em rodas de conversa com lideranças e representantes comunitários, a pluralidade de narrativas desconsiderada nos processos de tomada de decisão na área protegida. Como resultado desse campo de pesquisa encantador, destaco a defesa da dissertação intitulada “*Interpretando o uso público pela lente do religare com a natureza: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ)*”.

Nesse sentido, o meu percurso na pós-graduação *stricto sensu* tem sido orientado, continuamente, pelo objetivo de analisar a complexidade que envolve a relação entre naturezas e culturas, com base nos aportes teórico-metodológicos dos campos da Psicossociologia e da Ecologia Social. Com esse direcionamento, a minha trajetória acadêmica possibilitou vincular o meu interesse sobre culturas, emergido no círculo familiar, àquele sobre naturezas, despertado durante a graduação, inspirando o encantamento pelo tema investigado.

O entusiasmo por continuar pesquisando a temática em foco, me levou, em 2019, a ingressar no doutorado no Programa EICOS/UFRJ. No mesmo ano, comecei a lecionar no Bacharelado em Turismo, no CEFET *campus* Petrópolis, como Professora Substituta<sup>3</sup>. Durante essa experiência, estive por um ano à frente da disciplina de *Teorias do Lazer*, o que favoreceu a identificação de uma lacuna teórica de discussões fenomenológicas sobre o tema, a partir das Perspectivas do Sul, sendo este discutido, em grande parte, apenas sob uma ótica operacional e economicista, a partir, sobretudo, do predomínio de uma narrativa eurocêntrica nesse campo de estudos.

No entanto, a imersão no tema em sala de aula me levou a perceber a profundidade e a complexidade envolvida na discussão sobre o lazer como uma prática comunitária nos territórios do Sul, e a relevância desse debate no contexto de uma grave crise ético-política

---

<sup>3</sup> Diário Oficial da União - Seção 2. Nº 93, 16 de maio de 2019. ISSN: 1677-7050.

global. Assim, comecei a compreender o lazer como uma expressão das culturas e, por isso, uma via para o encontro com outras leituras de mundo historicamente silenciadas, de forma muito similar ao que presenciei ao longo da vida nas minhas vivências em um lar multicultural.

Desse modo, essa é uma pesquisa que vincula a minha implicação ético-política como moradora da Região Turística da Costa do Sol, com as reflexões teórico-conceituais que me atravessaram no decorrer da vida. Por essa razão, busquei na produção da tese empreender uma escavação epistemológica de outras narrativas de mundo, inspirada pelos movimentos descoloniais latino-americanos, para a construção de um lazer contra hegemônico.

## **INTRODUÇÃO:** **Uma pesquisa tecida a partir dos encontros**

---

*“O encontro é a construção de um tempo singular dentro do qual os corpos se produzem nas afetações” (CARVALHO; COSTA, 2011, p. 70).*

O paradigma ocidental de simplificação e fragmentação da realidade está no cerne de construção das narrativas que estruturam o pensamento moderno-colonial dominante. Esse modo de perceber o mundo está baseado na lógica da racionalidade cartesiana que dissocia sujeito e objeto, corpo e mente, razão e afeto, naturezas e culturas (MORIN; KERN, 1995). Sob essa perspectiva, a pretensão de dominação, controle e transformação dos elementos das naturezas se tornou parte de uma engrenagem que vem possibilitando a acumulação e concentração econômica, sobretudo, no *Norte global*. Essa engrenagem se insere no *modus operandi* de um sistema neoextrativista, capitalista e neoliberal de produção e consumo que considera o progresso como finalidade última da humanidade, conforme já amplamente discutido por Mignolo (2000; 2005), Escobar (2003), Acosta (2016), Gudynas (2019), Solón (2019), Svampa (2019), Aráoz (2020), entre muitos outros autores latino-americanos.

Contudo, o modelo de desenvolvimento hegemônico, sustentado em bases econômicas, tende a não reconhecer a complexa constelação dos modos de vida, organização e reprodução comunitárias contra hegemônicos, pulsantes, sobretudo, no *Sul global* (KRENAK, 2019; 2020). O silenciamento histórico dos diversos modos de habitar o mundo e das suas cosmologias associadas, buscou, no encontro colonial, alocar a herança tradicional e ancestral às margens do processo de “modernização”, por meio de uma leitura da realidade baseada em estruturas reducionistas e binárias que confluem para uma “cegueira epistêmica” na atualidade (ARÁOZ, 2020).

Entre as relações dicotômicas estabelecidas, a concepção de haver um único grupo de seres humanos superior (representado pelo homem-branco-ocidental) a outros, perpassa a lógica de dominação não só das naturezas, mas de atores sociais considerados, de modo pejorativo, como “primitivos” ou “incivilizados”. Para além de uma intolerância à diferença, esse movimento traduz o contexto de uma profunda crise econômica, social e ambiental, mas, sobretudo, da dimensão ético-política, engendrada nos modos de subjetivação (GUATTARI, ROLNIK, 1986; GUATTARI, 2009).

O reconhecimento da crise ético-política e civilizatória contemporânea, que dissocia naturezas e culturas (MORIN; KERN, 1995; IRVING, 2018; SCARANO, 2019), está no cerne

do contexto de construção da presente tese de doutorado, atravessada pela *pandemia de Covid-19* que, para além de uma urgência de saúde pública planetária, evidenciou que a humanidade perdeu, em parte, o sentido de pertencimento comunitário e de indissociabilidade com as naturezas, como já alertado por Moscovici (2007). Isso porque, a pandemia não pode ser considerada como um momento de exceção na dinâmica contemporânea, mas ilustrou, ao contrário, a necessidade de alerta permanente às condições de vulnerabilidade humana, frente às aceleradas transformações do sistema-mundo, em um cenário permeado por incertezas. O isolamento social para a contenção da circulação do vírus desvelou, ainda, a importância de construir alternativas - não necessariamente novas - ao *modus operandi* moderno/capitalista (MORIN, 2020; LATOUR, 2020; SANTOS, 2020), reconhecendo nas micropolíticas comunitárias pistas fundamentais nesse sentido (KRENAK, 2022).

Isso porque, nas últimas décadas, a inserção cada vez maior da sociedade no circuito capitalista e neoliberal vêm conduzindo à deterioração dos laços afetivos e ao esgarçamento das redes de solidariedade que tecem e fortalecem as relações humanas e não-humanas. Em parte, esse contexto se reflete, também, na fragilização dos processos coletivos de engajamento ético-político na transformação das realidades locais, tendo em vista o desencorajamento contínuo das potências inventivas e criativas comunitárias, em um contexto de elevada alienação coletiva e de enaltação do individualismo e da competitividade (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

Embora seja negada a coexistência de diferentes percepções de mundo constituídas pela dimensão da alteridade e construídas em outras bases epistemológicas daquelas vinculadas à sociedade ocidental, urbana e industrializada, estas permanecem pulsantes e potentes no cotidiano das práticas culturais do Sul global. Em grande parte, esses movimentos plurais, comunitários e colaborativos se expressam por meio de manifestações políticas, sacras, místicas, terapêuticas, identitárias, históricas e festivas que contribuem para o reencantamento e a produção da vida nesses territórios (RUFINO, 2019; SIMAS, 2021).

Nesse sentido, autores quilombolas como Bispo dos Santos (2015) e indígenas como Krenak (2020) registram a diversidade de saberes e práticas dos povos e comunidades tradicionais, compreendendo serem estes “paraquedas coloridos”, capazes de amortecer o declínio inevitável do sistema vigente ou, ainda, de “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019) e “suspender a queda do céu” (KOPENAWA, ALBERT, 2015), no sentido de vislumbrar alternativas mais alinhadas com os princípios éticos de uma convivialidade duradoura baseada no “paradigma do cuidado” (TORO-ARANGO, 2018), entre comunidades humanas e não-humanas.



Nesse contexto, é importante reconhecer que entre as práticas coletivas capazes de criar espaços dialógicos e trocas de experiências entre os atores sociais, a vivência lúdica das práticas culturais pelo lazer representa uma real potência, no sentido de inspirar novos modos de criação coletiva das relações sociais e com as naturezas. Contudo, esta potencialidade encontra barreiras e limitações, tendo em vista que o campo de estudos do lazer também foi influenciado pelo movimento colonial, sendo debatido pelos autores do *Norte global* por meio de uma leitura predominantemente funcionalista. Assim, no contexto da Revolução Industrial, a prática do lazer foi associada à função de evasão do mal-estar proveniente das longas jornadas de trabalho e, posteriormente, na contemporaneidade, ao desejo crescente de fuga da crise civilizatória. Além disso, outra leitura bastante explorada nesse campo é aquela de viés mercadológico, articulado aos pressupostos do capitalismo que interpreta o lazer na articulação com a indústria do entretenimento de massas, com o objetivo claro de estimular a produção de desejos (GUATTARI, 2009) e consumo.

No contrafluxo desse movimento, esta pesquisa buscou construir uma leitura contra hegemônica e latino-americana sobre o lazer, a partir do convite da autora Gomes (2017) que denuncia a existência de uma “colonização teórica” nesse campo de estudos e que apresenta pistas teórico-conceituais e metodológicas para o registro de saberes e práticas culturais comunitárias associados ao tema na América Latina (GOMES *et al.*, 2009; GOMES, 2011) que possam ter sido silenciados e invisibilizados no movimento de imposição epistemológica e de colonização subjetiva protagonizadas pelo denominado *Norte global*.

Com esse ensejo, a pesquisa considerou os campos interdisciplinares da Psicossociologia e da Ecologia Social como terrenos férteis, no sentido discutido por Irving (2019), para o florescer colaborativo de uma construção epistêmica descolonial para o lazer, buscando empreender uma escavação empírica nos territórios tradicionais, desvelando os significados não-ditos e, ainda, não-evidentes sobre o tema, sistematizados na proposta teórico-conceitual de *Lazer de Base Comunitária* (LBC), apresentada como parte do ineditismo desta tese.

Com a perspectiva de promover um diálogo entre conhecimento científico e sabedoria popular, reconhecendo a limitação do racionalismo cartesiano e buscando expandir as fronteiras da pesquisa para o campo do sensível, considerou-se importante assumir uma postura de investigação *sentipensante* inspirada em Fals Borda (2009), em um movimento que reconecta a afetividade ao fazer intelectual, por meio do *corazonamiento* do saber, no sentido proposto por Arias (2010a; 2010b).

Tendo essa conjuntura como ponto de partida, trilhou-se uma trajetória de implicação ético-política na pesquisa (MERHY, 2004), reconhecendo a relação afetiva e os diferentes papéis desempenhados pela pesquisadora na Região Turística da Costa do Sol (RTCS), sendo também moradora local há 17 anos. Esta é considerada uma das áreas mais importantes para as salvaguardas das naturezas e culturas na zona costeira do estado do Rio de Janeiro, o que motivou, em 2011, a criação conflitiva e controversa do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), uma unidade de conservação (UC) emblemática no contexto regional. A UC contribui para a proteção da sociobiodiversidade de parte dos territórios de seis municípios: Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, além de Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo (RIO DE JANEIRO, 2011; 2019).

Além da própria implicação da pesquisadora no território, essa escolha se justifica por ser esta região foco de investimentos dos setores imobiliário e turístico, o que leva o lazer a ser orientado, ainda, por uma perspectiva utilitarista com sentido de fuga e evasão da rotina das metrópoles, pouco atenta à responsabilidade e ao compromisso ético com as comunidades locais e com a proteção da natureza. Assim, a região se caracteriza pelo fluxo massivo de turistas concentrado nos atrativos naturais balneários, a partir da espetacularização das fisionomias paisagísticas e das belezas cênicas regionais. Simultaneamente, ocorre um processo de silenciamento e invisibilização da diversidade de práticas culturais pulsantes no território. A pluralidade cultural da região está vinculada, principalmente, ao cotidiano das comunidades caiçaras, de pescadores artesanais e quilombolas que vêm sendo pressionadas, cada vez mais, a se retirarem de seus territórios nativos, conforme identificado em pesquisas anteriores na região, como em Côrrea e Fontenelle (2010; 2012); Teixeira (2017); Nasri (2018) e Rodrigues (2019).

Ciente desse contexto, foram elaboradas três hipóteses para orientar a pesquisa. A primeira é que a leitura hegemônica sobre o lazer na região tende a resultar de uma perspectiva capitalista/neoliberal de desenvolvimento que vincula às naturezas um sentido utilitário. A segunda hipótese é que a dimensão da diversidade sociocultural regional é invisibilizada no processo de conservação da natureza, justamente, por ser considerada como obstáculo à especulação imobiliária e à expansão do turismo de massa nesses territórios. A terceira hipótese é que há uma diversidade de lazeres possíveis e contra hegemônicos, experimentados pelos coletivos de povos e comunidades tradicionais, cuja prática potencializa e reafirma os modos de vida nesses territórios, sinalizando para alternativas ao sistema vigente e instituído.

Com essa perspectiva, nesta pesquisa de doutorado se definiu como objetivo analisar os significados de lazer nas narrativas e vivências dos povos e comunidades tradicionais da Região Turística da Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro (Brasil).

Como objetivos específicos, a pesquisa buscou também:

- 1) Discutir, criticamente, o lazer a partir da perspectiva descolonial e situada no contexto da América Latina.
- 2) Contribuir para a construção de uma proposta epistêmica colaborativa e contra hegemônica sobre o lazer, a partir da realidade do território estudado.
- 3) Mapear pistas empíricas, no cotidiano das comunidades da região, que possam representar alternativas no sentido de avançar na superação da leitura cartesiana dicotômica entre naturezas e culturas.

A pesquisa de doutorado se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ), na Linha 1 - “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade”, cujo enfoque está direcionado às investigações com abordagens predominantemente qualitativas de análise, privilegiando uma postura de implicação ético-política do/a pesquisador/a e temas de investigação que envolvam como um dos compromissos, a inserção nos territórios, e as práticas dialógicas e participativas com diferentes atores sociais.

A Psicossociologia, em particular, representa um campo pulsante para a discussão sobre a produção de subjetividades, no contexto da negociação de sentidos e significados com relação à temas relevantes no cotidiano dos grupos sociais, bem como na relação desses com as naturezas, em articulação com os compromissos de conservação da biodiversidade (MATTOS, 2018; FRAGELLI, 2018), conforme proposto nessa pesquisa. Por sua vez, a Ecologia Social se fundamenta na indissociabilidade entre naturezas e culturas, tendo como ponto de partida um posicionamento político crítico com relação aos modos de vida na contemporaneidade e vem se consolidando como um dos campos prioritários de reflexão para o enfrentamento da crise civilizatória (IRVING, 2018).

Para cumprir os objetivos enunciados, a pesquisa teórica se baseou no levantamento bibliográfico de leituras psicossociais sobre o lazer, à luz da literatura, principalmente, latino-americana, com atenção à seleção, também, de vozes femininas, negras e representativas das comunidades tradicionais, com o objetivo de reunir referências descoloniais sobre o tema. Sob essa leitura, o lazer é interpretado, na tese, como dimensão da cultura (GOMES, 2011; SOARES, 2017) e potência de ativação das capacidades crítica e questionadora dos atores sociais sobre suas próprias realidades (GOMES; ELIZALDE, 2012). Outro foco temático do

levantamento bibliográfico foi a indissociabilidade entre naturezas e culturas, com base nos referenciais, sobretudo, do campo da Ecologia Social Descolonial (FERDINAND, 2022). O percurso metodológico envolveu, também, a análise documental do conjunto das principais políticas públicas brasileiras dirigidas à salvaguarda da diversidade biológica, além daqueles documentos relevantes para a compreensão da gestão territorial da RTCS.

A inserção em campo se efetivou por meio da observação participante (MÓNICO *et al.*, 2017), com registro em Caderno de Campo (BEAUD; WEBER, 2003), como uma via potente para o acompanhamento das reuniões do Conselho Consultivo e dos Grupos de Trabalho (GTs) vinculados ao PECS, o que permitiu acessar atores sociais engajados na discussão de temas de alcance regional, a partir dos interesses das diferentes esferas envolvidas: gestão pública, setores privados, instituições de ensino e pesquisa, comunidades tradicionais e locais etc. Além disso, ciente da complexidade envolvida na apreensão do tema proposto, foram acompanhadas iniciativas comunitárias em alguns dos municípios abrangidos pelo PECS, para se buscar compreender, empiricamente, as vivências locais consideradas como lazer.

Como importante etapa metodológica, a escuta sensível (BARBIER, 1998; CERQUEIRA *et al.*, 2011) e a produção de narrativas (CARVALHO; COSTA, 2011), junto às comunidades tradicionais da região, permitiram, com base em uma adaptação da técnica de *Análise de Conteúdo* de Bardin (2016), decodificar e reunir as enunciações em eixos temáticos definidos *a posteriori*, foram esses: 1) Narrativas identitárias; 2) Narrativas silenciadas pelo “progresso”; e 3) Narrativas insurgentes. O trilhar metodológico descrito possibilitou desvelar os significados de lazer, em direção a uma construção contra hegemônica sobre o tema.

Com base nas etapas metodológicas descritas, para que se compreenda o eixo lógico da pesquisa, a tese está estruturada em cinco capítulos, além de uma contextualização sobre a implicação ético-política da pesquisadora, desta introdução e das reflexões finais. Nesse preâmbulo, buscou-se introduzir brevemente os caminhos teórico-metodológicos percorridos, contextualizando os questionamentos que tecem as linhas dessa pesquisa, em continuidade às investigações anteriormente realizadas nesse campo, durante o mestrado, e aos laços de confiança estabelecidos no encontro com os atores regionais.

O primeiro capítulo se dirige ao campo de discussão da decolonialidade como um movimento de reconhecimento da “colonialidade do poder e do saber” que, embora com novos contornos e roupagens, mantém dispositivos de dominação subjetiva entre os territórios do *Norte* e do *Sul global*. Diante desse contexto, se buscou resgatar autores, principalmente latino-americanos, para dialogar criticamente sobre o mito do fim da colonialidade, reconhecendo, ainda, a legitimidade e a contribuição da produção do conhecimento “com afeto” pelas

Perspectivas do Sul historicamente silenciadas. Nesse sentido, discute-se a potência da pluralidade de alternativas comunitárias organizadas em rede nos territórios, que se expressam como micropolíticas da re(existência) cotidiana e da transformação social, frente aos sistemas de opressão instituídos pela lógica do capitalismo/neoliberalismo. Assim, reconhece-se a elevada capacidade organizativa dos povos do Sul de reinventar seus modos de vida, elaborando experiências prefigurativas fundamentais para o enfrentamento da crise contemporânea.

Com base em uma abordagem qualitativa, o segundo capítulo descreve os caminhos metodológicos de construção da pesquisa, a partir do detalhamento das diferentes etapas que envolveram o levantamento bibliográfico, a análise documental, a observação participante, o aprofundamento da temática em eventos acadêmicos, a inserção em grupos e redes de pesquisa nacionais e internacionais que discutem o tema, o estágio de capacitação discente no exterior, além da escuta sensível e produção de narrativas junto às comunidades locais durante a imersão no campo escolhido para estudo. Nesse capítulo, destaca-se, ainda, a importância do entrelaçamento entre pesquisa e extensão para o alcance dos objetivos propostos na tese, assim como, para a geração de uma contribuição resolutiva, visando fortalecer as micropolíticas comunitárias da região.

Pela lente interpretativa da Psicossociologia, mas, sobretudo, pela vivência no campo escolhido para estudo, o terceiro capítulo foi escrito não só a partir de referenciais teóricos, mas da observação participante em contextos comunitários, para que, por meio de um movimento descolonial da própria pesquisadora, estes pudessem inspirar a construção conceitual da tese. Assim, esse capítulo apresenta uma crítica sobre o que poderia ser denominado como “lazer simulacro”, constituído por estratégias que se efetivam pela via da mercantilização das culturas e das naturezas, para consumo como espetáculos turísticos pelas classes média e alta urbanas, com base em uma leitura dicotômica entre tempo livre e laboral. No contrafluxo desse processo, este capítulo sistematiza uma proposta epistêmica colaborativa e contra hegemônica para o *Lazer de Base Comunitária*, partindo de pistas decorrentes, principalmente, das práticas dos povos e comunidades tradicionais do campo de estudo, buscando avançar em direção a uma descolonização *em devir* para o tema.

O quarto capítulo descreve a Região Turística da Costa do Sol, situada na zona costeira fluminense, como território de inserção da pesquisa. Considerado um mosaico não-instituído de sociobiodiversidade, a principal área protegida regional, o Parque Estadual da Costa do Sol, é apresentada a partir de um levantamento detalhado sobre as dinâmicas socioeconômica e de uso público, incluindo entre elas, o lazer. Em função da diversidade de perspectivas, narrativas e interesses dos atores sociais implicados, esse cenário de debates complexos e conflitivos,

caracterizou-se como um campo pulsante de análise, permitindo apreender pistas sobre as controvérsias que permeiam a prática do lazer nessa região.

O quinto capítulo da tese apresenta os resultados segundo três eixos interpretativos, definidos *a posteriori*, sobre os significados de lazer apreendidos nas narrativas dos povos e comunidades tradicionais da RTCS. O primeiro eixo de análise se dirige aos aspectos identitários que se expressam a partir de um profundo sentido de pertencimento comunitário, ao serem abordados conteúdos associados às práticas culturais coletivas. Estes se identificam a partir de uma representação ampliada que extrapola a dimensão individual. O segundo eixo de análise está atrelado à colonialidade epistêmica, com base no silenciamento de saberes e na invisibilização de práticas culturais, como vias para o avanço do capitalismo e consolidação do “progresso”. O terceiro eixo reúne as narrativas insurgentes sobre o lazer no cotidiano das comunidades locais, como prática indissociada de outras dimensões da vida, expressando uma outra compreensão sobre a relação espaço-tempo, diferente daquela considerada ocidental/moderna/producionista.

As reflexões finais reconhecem as limitações da pesquisa, bem como as potencialidades de uma construção epistêmica colaborativa sobre o tema. Alguns horizontes futuros de investigação são sinalizados, visando contribuir para o avanço do reconhecimento das Perspectivas do Sul, a partir de um olhar desde os territórios e as territorialidades latino-americanos, como uma dimensão do espaço-tempo para ensaios prefigurativos de “inéditos-viáveis”, frente às “situações-limite” que caracterizam o contexto contemporâneo.

## 1 CONVITE PARA “ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO”: escavação epistemológica descolonial

---

*“Soy América Latina. Un pueblo sin piernas, pero que camina. Tú no puedes comprar el viento. Tú no puedes comprar el Sol. Tú no puedes comprar la lluvia. Tú no puedes comprar el calor. Tú no puedes comprar las nubes. Tú no puedes comprar los colores. Tú no puedes comprar mi alegría. Tú no puedes comprar mis dolores” (Calle 13).<sup>4</sup>*

O presente capítulo intenciona situar o debate sobre a “modernidade” e a reflexão sobre a colonialidade, como parte de uma história ainda em curso na América Latina, com base em autores que discutem a matriz de poder e dominação mantida pelo *Norte* no *Sul global*. É importante esclarecer que as noções de *Norte* e *Sul* aqui adotadas designam, sobretudo, sentidos e significados complexos<sup>5</sup>, com relação a diferentes ideologias de mundo em disputa.

Nesse sentido, estas expressões podem ser consideradas metáforas que sinalizam para a relação histórica de expropriação e subjugação das terras e dos povos do *Sul* que se reflete, ainda, na falsa concepção de serem esses periféricos no “sistema-mundo”, uma vez que o paradigma ocidental dominante do *Norte global* define as regras do jogo, impondo, segundo as suas próprias bases, o que é o “progresso” e o que está à sua margem.

Tendo esse panorama como ponto de partida, busca-se aqui colocar em prática o convite de Benjamin (1992, p. 161) para “escovar a história a contrapelo”, a partir de uma escavação epistemológica de leituras de mundo dissidentes e silenciadas, em um movimento de tecitura de um *pluriverso* de perspectivas e narrativas contra hegemônicas, com o intuito de construção da tese em bases descoloniais.

Com esse direcionamento, se discute, a seguir, a importância de se construir um mosaico diverso e plural de epistemologias do Sul que não se limitem à circunscrição da racionalidade cartesiana e do conhecimento científico, mas que extrapolem essas fronteiras, outrora rígidas, para recorrer à referências de saberes populares, tradicionais e ancestrais, bem como às práticas da dimensão do vivido e do experiencial, como alternativas à colonização subjetiva e epistêmica da América Latina, para colocar em movimento, também, outros “modos relacionais de existência” (KOTHARI *et al.*, 2021, p. 30), na conexão entre humanos e não-humanos.

---

<sup>4</sup> Música “*Latinoamérica*” da banda porto riquenha Calle 13.

<sup>5</sup> Por essa razão, optou-se por realçar essas expressões na tese, escrevendo-as em itálico.

## 1.1 PISTAS TEÓRICAS A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DO *SUL GLOBAL*

Entre os séculos XV e XVII, o movimento colonial europeu chegou à América Latina e à Costa Africana como uma estratégia de ocupação territorial, expropriação, domínio e subjugação política, cultural, linguística, religiosa, subjetiva e epistêmica (DUSSEL, 2010; GROSGOUEL, 2010). Nesse caso, o próprio termo “descobrimto”, utilizado recorrentemente para expressar esse marco histórico, vem ocultando, ao longo dos anos, o fato de que as terras latino-americanas não se constituíam como vazios demográficos, como registrado e disseminado pela narrativa dominante. Essas terras eram povoadas por grupos étnicos e culturalmente diversos que produziam suas próprias territorialidades, modos de vida e formas organizativas no território (BISPO DOS SANTOS, 2015). Desde então, Ferdinand (2022) reconhece que vem ocorrendo uma negação das realidades experienciais não-ocidentais.

E, nesse movimento, inúmeros têm sido os mitos que foram sendo consolidados para narrar o enredo dessa história. Um deles é o de que a “modernidade”, cujas bases estão diretamente associadas à colonialidade (ESCOBAR, 2003), surgiu no continente Europeu. No entanto, em um resgate dos fatos históricos, Porto-Gonçalves (2005) analisa que antes do colonialismo se efetivar como movimento e intenção, as grandes civilizações, ou seja, aquelas que dominavam os circuitos comerciais e dispunham de vasto patrimônio cultural, estavam vinculadas ao Oriente. O autor explica ainda que desse contexto emerge a expressão “se orientar” como sinônimo de seguir o caminho correto, fazendo uma clara analogia à dinâmica da época, o que, posteriormente, com a ascensão do eurocentrismo, passou a ser considerado como o movimento de “se nortear”.

Contudo, é importante contextualizar que a “modernidade”, como um novo paradigma que “nor-teia”<sup>6</sup>, direta ou indiretamente, a política dos Estados-Nação em plano global, de modo a buscar romper impositivamente com as tradições e ancestralidades socioculturais, tem como núcleo fundante a noção de “colonialidade do poder”, conforme proposto por Quijano (2000; 2005). Esta constitui uma estrutura de poder colonial que permeia todas as dimensões da vida humana, como as relações étnico-raciais, políticas, socioeconômicas, de trabalho, entre outros aspectos.

Desse modo, se por um lado, o colonialismo como processo de exploração material acompanhado da imposição cultural, religiosa e linguística gerou as bases econômicas para a acumulação de riquezas de algumas das potências europeias; por outro lado, a colonialidade

---

<sup>6</sup> Termo aqui utilizado intencionalmente para fazer alusão aos projetos desenvolvimentistas e de modernização impostos pelo *Norte global*.



como um processo contínuo e inacabado é o que leva à conceber, no imaginário difundido socialmente, o *Norte* como o centro do processo de modernização, alocando o *Sul*, portanto, como sua periferia (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005; PORTO-GONÇALVES, 2005).

Assim, a construção forjada para o início da “modernidade” fundamenta a compreensão de que a Europa esteve no centro da produção da história, ciência, religião e filosofia, ou seja, no próprio núcleo da concepção epistêmica do mundo atual (MALDONADO-TORRES, 2010). No entanto, Dussel (2010) e Grosfoguel (2010) esclarecem que até a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no século XVIII, a Europa não constituía ainda o centro da história. Contudo, a propagação das formulações ocidentais como verdade única, neutra/imparcial, objetiva e universal, conduziu à separação do contexto de produção epistêmica do seu conteúdo. Nessa perspectiva, isso significa dizer que o conhecimento passou a não ser considerado como uma construção situada e contextualizada, mas, de modo contrário, passou a ser replicado de forma generalizada.

Em contraposição a essa tendência, Dussel (1998) propõe que toda enunciação se vincula a uma “geopolítica do conhecimento” e Grosfoguel (2002; 2010) sugere que existe uma “corpo-política do conhecimento”, no sentido de que toda epistemologia é uma construção sociocultural atravessada e tensionada pelas estruturas de poder e pela matriz de sentidos e significados que integra. Por essa razão, a neutralidade do conhecimento pode ser considerada como mais um dos mitos ocidentais. Essa afirmação é importante, porque é justamente a ilusão de haver um conhecimento verdadeiro e inquestionável que conduz à hierarquização de saberes, priorizando e validando alguns, em detrimento da desvalorização de outros. Com relação a esse aspecto, Bhabha (1992, p. 181) afirma que “pode-se explorar o exercício do poder colonial em relação à hierarquia violenta estabelecida entre as culturas escrita e oral”.

A partir dessa relação de hierarquização entre conhecimentos entendidos como “superiores” e “inferiores” que se construiu o argumento de que certos grupos sociais, por serem “primitivos” e “incivilizados”, poderiam ser colonizados por seu suposto atraso com relação aos padrões dominantes, de modo que deveriam assimilar padrões culturais de grupos étnico-sociais mais avançados. Assim, foram constituídas as “missões civilizatórias” e se construiu o mito sobre “O Fardo do Homem Branco”<sup>7</sup>. Essa “falácia desenvolvimentista”, como discutido por Dussel (2010), buscou justificar as imposições culturais e, ainda, em muitos casos, o

---

<sup>7</sup> “O Fardo do Homem Branco” (no original “*The white man’s burden*”) foi um poema escrito pelo britânico Rudyard Kipling, para justificar o imperialismo como uma necessidade de levar o progresso e a civilização aos povos socioculturalmente atrasados (BHABHA, 1992).

etnocídio, como sinalizado por Bispo dos Santos (2015). Assim, a “fratura colonial”, expressão proposta por Ferdinand (2022), criou uma cisão entre o *Norte* e o *Sul global*, as metrópoles e as periferias, os colonizadores e os colonizados, bem como os brancos e os não-brancos.

Como consequência desse processo, foi disseminado socialmente um imaginário moderno-colonial de que existem vozes que devem ser escutadas e outras que devem ser silenciadas, assim como há memórias que devem ser registradas e outras apagadas (MIGNOLO, 2005). Desse modo, se efetivou uma profunda eliminação dos saberes e das experiências das gerações anteriores dos povos colonizados (QUIJANO, 2005). Por essa razão, o *Sul* também passou a reproduzir, em certa medida, conhecimentos eurocêntricos, pois muitas de suas referências locais foram historicamente timbradas, de forma pejorativa, como folclores, mitos ou crenças místicas. E, uma vez não valorizadas, foram subjugadas e mesmo substituídas pelos saberes provenientes da racionalidade cartesiana, do positivismo, da religião monoteísta e das ilusões modernas. Nesse sentido, Dussel (2010) compreende que a colonialidade buscou transformar um *Sul* rico em saberes e experiências em “terreno estéril”.

Assim, em um esforço de analisar o discurso colonial, Bhabha (1992) evidencia algumas das estratégias políticas utilizadas. Um dos métodos discursivos mais recorrentes na consolidação desse movimento foi a produção de uma interpretação esquemática da realidade, como um sistema fixo e imutável que concebe, e paralelamente enquadra, uma mesma origem identitária para os povos colonizados, e que permite facilmente o definir como “o Outro”. Nessa mesma linha, uma segunda estratégia recorrentemente adotada foi a repetição discursiva, alterando apenas aspectos relacionados à conjuntura histórica.

Nessa lógica, tanto os povos da América Latina quanto de África foram timbrados como “primitivos” e “selvagens”, como estratégia de “desumanização” desses grupos (FERDINAND, 2022), o que vem constituindo, no imaginário coletivo, a noção de uma “subhumanidade” (KRENAK, 2019). Tais qualificativos para defini-los, contribuíram para justificar tanto o processo de colonização quanto o do imperialismo<sup>8</sup>, salvaguardando, entretanto, suas especificidades sócio-históricas.

Nesse contexto, uma questão relevante para a reflexão se dirige ao esforço de se criar representações da realidade que se tornassem verdades absolutas e atemporais, para que pudessem ser estruturalmente enraizadas nos modos de subjetivação coletivos e no imaginário social. Para isso, foram elaboradas narrativas hegemônicas que operavam pela redução da

---

<sup>8</sup> Ocorrido entre os séculos XIX e XX, o imperialismo foi uma estratégia de expansão territorial dos países europeus que envolveu o domínio sociocultural e econômico de territórios dos continentes africano, asiático e da Oceania.

diversidade, por meio da ordem dicotômica e bipartida, de modo que se polarizava a realidade em dois únicos eixos possíveis, como atrasado/moderno, selvagem/civilizado, mulher/homem, negro/branco, natureza/sociedade, e assim por diante, para estabelecer uma relação de inferioridade/superioridade, bem como de subjugação/domínio (BHABHA, 1992).

Para a construção dessa lógica que se perpetua na atualidade, a divisão binária entre corpo e mente, em paralelo à valorização dos aspectos cognitivos/intelectuais, está no fundamento de muitos dos problemas complexos<sup>9</sup> que se busca ainda enfrentar, na atualidade. Esse contexto se reflete, conforme proposto por Longhini (2019), na própria diferença de reconhecimento (inclusive salarial) entre os trabalhos ditos intelectuais e aqueles “braçais”/manuais. Sendo importante ainda mencionar que outras designações (de gênero, raça, nível de escolaridade e classe econômica) são utilizadas para selecionar os sujeitos que podem ou não ocupar esses espaços sociais, como parte de uma herança colonial.

Nas palavras de Castro-Gomez (2005, p. 80), a modernidade (bem como a colonização...), funcionou “como dispositivo de poder que construiu o Outro mediante uma lógica binária que reprimia as diferenças”. Assim, uma das formas de repressão e de encapsulamento da diversidade se materializou na substituição das autodenominações dos povos e de seus territórios, uma estratégia para interromper os ciclos de pertencimento, de identificação e de fortalecimento comunitários.

Um exemplo, nesse sentido, foi a imposição de uma denominação generalizada para todos os povos já existentes nos territórios, no período anterior à colonização da América Latina. A designação reducionista desses povos como “índios”, buscou, simultaneamente, retirar a dimensão de sua alteridade da discussão, invisibilizar suas singularidades e desumanizar suas práticas (BISPO DOS SANTOS, 2015). Com base nessa perspectiva, é importante reconhecer que, para além de uma colonização do território geográfico, ainda está em curso, até os dias atuais, uma colonialidade do “território-corpo” que se expressa, sobretudo, no modo como os sujeitos compreendem a vida e se constituem frente ao mundo, na forma como se relacionam consigo mesmo, com os outros em sociedade e com os demais seres planetários (LONGHINI, 2019; HAESBAERT, 2021).

A colonialidade desse “território-corpo” é discutida na leitura de Krenak (2019; 2020) como parte do movimento de “dança civilizatória”, na qual há um claro esforço de separação entre a “humanidade civilizada” que compartilha de uma visão de mundo cada vez mais

---

<sup>9</sup> Um deles é a associação dos homens aos núcleos de poder intelectual, como as universidades, os centros de pesquisa e os círculos políticos de tomada de decisão, em contrapartida à exclusão da mulher desses espaços e a sua vinculação à dimensão do corpo que, por sua vez, tornou-se desvalorizado.

desenraizada da Terra; e a “subhumanidade incivilizada”, cujas cosmovisões estão indissociadas das naturezas e do território. Assim, essa “subhumanidade”, se encontra às margens das transformações ditas civilizatórias. Nesse sentido, Ferdinand (2022) denomina como “matricídio”, a crescente perda das relações matriarcais com a Terra que, outrora, eram permeadas pelo sentido de reverência, devoção e sacralidade.

Dito isso, vale reconhecer que na esteira da “modernidade” e do colonialismo, o capitalismo, favorecido pela acumulação de riquezas provenientes das rotas comerciais do Oceano Atlântico (MIGNOLO, 2005), passou a orientar um “sistema-mundo” dominante, como discutido por Wallerstein (1983). Desse modo, mais do que um modelo econômico, o capitalismo, uma vez articulado com as demais esferas de poder, pode ser compreendido como um sistema sócio-histórico que expressa e fortalece as desigualdades estabelecidas, entre outros fatores, pela Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

A DIT constitui uma dinâmica mundial na qual, em um primeiro momento as colônias, e, posteriormente, os países periféricos, passaram a fornecer matérias-primas e produtos agrícolas para os países desenvolvidos investirem na transformação de artefatos industrializados e na tecnologia de ponta. Vale considerar que, com a colonização dos países da América Latina foi iniciada uma lógica de exploração de matérias-primas dirigida aos fluxos de exportação, para o acúmulo das riquezas sob o domínio de grupos restritos (GUDYNAS, 2012; 2019).

Esse contexto é importante para o debate proposto, porque se constitui como o início de grande parte das relações de conflito entre, de um lado, uma percepção das naturezas conectada à dinâmica exploratória, com base na finalidade máxima do desenvolvimento econômico e da acumulação de recursos; em contrapartida, de outro lado, a um conjunto de valores, crenças, ritos, mitos e simbologias de comunidades tradicionais, cujos modos de vida estiveram historicamente alicerçados em uma profunda sabedoria e reverência às naturezas e seus ciclos.

Assim, parece possível afirmar que o capitalismo instaurou “novos dispositivos de controle e participação social, principalmente através da máquina de consumo, que não para de criar e produzir desejos” (TAVARES; IRVING, 2013, p. 6). As naturezas foram, assim, incorporadas ao circuito produtivo e, portanto, a relação entre comunidades humanas e não-humanas vem sendo mediada pelo capital. Desse modo, o sistema capitalista de produção “na medida em que transforma o meio natural em recurso e não privilegia a indissociabilidade entre natureza e cultura” (IRVING, 2010, p. 124) fortalece o mito de que os não-humanos estão sob o domínio humano. Por essa razão, Porto-Gonçalves (1998) menciona que a busca pelo

(des)envolvimento econômico constitui um processo de não envolvimento dos sujeitos em temas historicamente complexos e que deveriam ser de interesse coletivo.

Ainda na esteira do capitalismo, as diversas faces controversas e complexas desse sistema não se limitam às anteriormente mencionadas, sendo importante pontuar, também, o fenômeno da globalização que, como alertado por Santos (2003, p. 41), é constituído por “fábulas e mitos” criados por atores hegemônicos dos países centrais, em termos de produção material, ideológica e, posteriormente, tecnológica. Pelo mito da produção material, pode-se compreender a falsa ideia de que produzir mais poderia vir a reduzir as desigualdades sociais, o que, evidentemente, não se concretiza na realidade dos países mais pobres, visto que o cerne da questão se refere a uma profunda necessidade de redistribuição das riquezas e não de um investimento quantitativo na engrenagem envolvida no processo produtivo.

O segundo mito, alicerçado às ideologias dominantes, conduziu à crença de que consumir mais e ampliar as transações produtivas e financeiras entre países, seria sinônimo de liberdade. Contudo, percebe-se um movimento, cada vez mais atuante, marcado pela captura dos sujeitos pelo círculo de poder das corporações globais. Por último, o mito tecnológico disseminou a falsa perspectiva de que as redes de informação e comunicação seriam ampliadas globalmente. No entanto, as tecnologias se tornaram mais um entre outros fatores de exclusão, no caso de inúmeros grupos sociais, principalmente nos países do *Sul*.

Nessa conjuntura, Santos (2003) denomina esse processo como uma “globalização perversa” que foi, entretanto, difundida como um fenômeno inevitável e irreversível, mas que, de acordo com o próprio autor, reverbera e aprofunda as condições desiguais de acesso ao trabalho, acentuando a pobreza nos países que, inclusive por razões históricas, encontram-se na periferia desse movimento. Assim, não há um sequenciamento linear em termos de uma evolução das formas de poder, mas estas são complexas, contraditórias e, se associam e desassociam, se transformando de acordo com o contexto sócio-histórico (HAESBAERT, 2021).

Pela perspectiva de uma “globalização perversa”, pode-se compreender também que, se por um lado, este fenômeno, em articulação às políticas neoliberais, propõe uma maior abertura para as transações financeiras entre países, por outro lado, se observa o estabelecimento de leis e normas cada vez mais rígidas e discriminatórias no tocante ao fluxo de indivíduos. Tais normas expressam, no formato do “direito moderno” (SANTOS; MENESES, 2010), muitas questões que reverberam a “colonialidade do poder”. As representações do imigrante ilegal, do exilado e do refugiado, sejam em decorrência das guerras civis, perseguições políticas ou desastres ambientais, ilustram essa afirmação.

Nesse contexto, parece estar em curso um duplo movimento caracterizado, por um lado, pela ampliação das trocas materiais entre países e, por outro lado, pelo reforço da demarcação de fronteiras socioculturais e políticas entre os Estados-Nação, pois “a sociedade insegura da sobrevivência de sua ordem desenvolve a mentalidade de uma fortaleza sitiada” (BAUMAN, 1998, p. 52). Nessa lógica, parece possível se fazer uma alusão àqueles, cujo deslocamento entre países desenvolvidos é bem-vindo, os quais Bauman (1998) intitula como “turistas”. Estes transitam entre metrópoles de forma fluida e constante, pois se caracterizam como sujeitos “globais” que podem consumir material e espacialmente as benesses do desenvolvimento, quando desejam. No entanto, paralelamente, coexistem aqueles denominados pelo autor como “vagabundos” que, uma vez enraizados no plano local, não têm possibilidade material de “fugir” de suas realidades concretas árduas, e quando o fazem, não são bem recebidos nas metrópoles “globais”.

Isso ocorre, porque ainda existem linhas rígidas que separam o *Norte* do *Sul Global*, menos no sentido geográfico dos termos, e mais no sentido metafórico de fronteiras ideológicas de mundo, como proposto por Santos e Meneses (2010). Assim, estes que foram subjugados e aqueles que dominaram se encontraram por diversos momentos históricos, por meio de uma relação exploratória e cruel, seja pela lógica perversa da modernidade, da colonialidade, do capitalismo, da globalização e/ou do neoliberalismo. A lógica do poder e do controle se faz onipresente e onipotente pela via das forças conjuntas e correlacionadas entre os três pilares socialmente dominantes: o Capital, o Estado e a Religião (HARARI, 2018).

Essas três instâncias de poder costumam responder ao eurocentrismo no *Sul global* por duas vias principais: a do nacionalismo e a do fundamentalismo. O que conduz, por sua vez, às estratégias político-administrativas discriminatórias e conservadoras, conforme observado nos últimos anos, no contexto de muitos países da América Latina. Somado a esse fato, cabe mencionar o avanço do modelo neoextrativista de desenvolvimento, com base na exploração da monocultura dirigida às exportações (GUDYNAS, 2019; SVAMPA, 2019).

De modo recorrente, a dinâmica neoextrativista é efetivada em territórios tradicionais que, em geral, apresentam elevada diversidade biológica, mas sem considerar os interesses e as bases culturais das comunidades locais, o que, não raro, culmina em conflitos pelo direito de permanência e uso da terra (HAESBAERT, 2021). Vale enfatizar que, nessa dinâmica geopolítica marcada pela exploração de matérias-primas para a movimentação das engrenagens do sistema produtivo, os países da América Latina, com sua vasta diversidade biológica, mantiveram-se como foco de um padrão neoextrativista de acumulação por espoliação. Essa dinâmica exploratória foi acentuada a partir da década de 1970, pelas políticas neoliberais, cuja

implementação beneficiou a economia de países considerados como desenvolvidos, a partir do investimento de suas corporações privadas multinacionais nos territórios latino-americanos, com a intenção de extrair petróleo, explorar minérios, entre outras atividades (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2019).

Vale destacar que uma das principais diferenças do neoextrativismo, com relação àquela dinâmica exploratória realizada durante o colonialismo, refere-se à participação ativa das empresas estatais nesse processo (GUDYNAS, 2012). Outro fator importante é que a lógica capitalista e neoliberal implementada nos territórios da América Latina vem gerando uma forte pressão para a concessão de áreas públicas à iniciativa privada. Na maior parte dos casos, esse processo é justificado pela narrativa sobre a ineficiência da gestão pública e, como consequência desse quadro político e socioeconômico, tem-se países historicamente dependentes do mercado internacional, com produção agroexportadora, baseada, em geral, nas *commodities* (VITTE, 2020).

Assim, a leitura das naturezas como recursos a serem manipulados vem sendo ainda mais recorrente no contexto dos governos conservadores que ganharam espaço no cenário político dos países latino-americanos nos últimos anos. Frente a esse contexto crítico, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), uma das agências especializadas vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu, em uma recente publicação (FAO, 2021), os povos tradicionais, especialmente as populações indígenas, como os mais importantes guardiões das florestas tropicais na América Latina, desempenhando importante papel, inclusive, no combate à aceleração das mudanças climáticas. O mesmo documento reconhece o papel que as mulheres das comunidades tradicionais desempenham na salvaguarda de sementes intergeracionais, o que pode vir a garantir a segurança alimentar em um futuro próximo.

Esse dado reafirma, portanto, a discussão de Ferdinand (2022, p. 23) sobre uma “dupla fratura colonial e ambiental”. De acordo com o autor que propõe uma “Ecologia Decolonial”, os movimentos anticoloniais e antirracistas precisam se aliar àqueles ambientalistas, tendo em vista que ambas as questões partem de uma mesma visão ocidental homogeneizante de mundo que hierarquizou as diferentes dimensões da vida.

Por essa razão, em um movimento de busca por transformações do *modus operandi* e *vivendi* atual, Leff (2020) alerta para o fato de que os governantes não podem promover medidas resolutivas para a crise civilizatória e ético-política vivenciada, pois suas decisões estão sujeitas ao poder de influência da racionalidade econômica. E, nesse processo, as regras são ditadas por aqueles que detêm o domínio sobre o capital e a propriedade privada. Assim, tendo em vista

que as formas de poder são constantemente reinventadas, mas mantêm os mecanismos de exclusão enraizados na sociedade, é importante compreender o movimento de descolonização da América Latina como um processo inacabado e incompleto. Vale reconhecer que nesse longo e incerto *devir*, avanços importantes têm sido alcançados, sobretudo, por meio das micropolíticas cotidianas e da capacidade dos coletivos de construir alternativas potentes para os desafios manifestados na dimensão das realidades concretas (KOTHARI *et al.*, 2021).

Como pista fundamental para a transformação necessária, Fals Borda (2009) propõe que o foco do debate sobre outros modos de organização da sociedade seja direcionado ao conjunto das questões latino-americanas, a partir dos processos revolucionários historicamente inconclusos protagonizados por grupos sociais nos próprios territórios. Nessa mesma linha, Leff (2020) sugere ser importante adotar uma ética da alteridade que possa valorizar as diversas formas de acolhimento, cuidado e (con)vivência produzidos cotidianamente. De modo complementar, Toro-Arango (2018) discute o “paradigma do cuidado” entre comunidades humanas e não-humanas, como possibilidade de construção de uma base ética orientada por outros valores, não mais alinhados à necessidade de guerrear pela sobrevivência, mas de tecer coletivamente uma inteligência solidária e cooperativa.

Dessa forma, se por um lado, a América Latina enquanto um mosaico de territórios e territorialidades, com uma pluridiversidade de tradições culturais e patrimônios naturais, viabilizou as bases econômicas para a emergência da “modernidade” no *Norte global* e as bases sócio-políticas para o domínio das perspectivas de mundo eurocentradas; por outro lado, esse mesmo *Sul* representa uma potência para uma virada epistemológica e ético-política, no sentido de se pensar caminhos para a superação de um contexto histórico exploratório e subalterno (ESCOBAR, 2003).

Partindo dessa problematização, pode-se identificar a possibilidade de residir nas perspectivas do *Sul* as potências necessárias a uma regeneração ética da humanidade, a partir do resgate do sentido de solidariedade e reciprocidade, com vistas a propor uma profunda transição ontológica e epistemológica, rumo a uma “metamorfose civilizacional” (MORIN; KERN, 1995). Contudo, para que isso ocorra, é importante que se defenda uma autonomia intelectual livre de uma colonização epistêmica, bem como uma economia independente das agroexportações das *commodities*, além do reconhecimento da pluridiversidade sociocultural e organizativa dos povos nativos dos territórios do *Sul*.

Somente a partir da libertação das amarras coloniais se poderá operar uma reforma epistêmica que permita abranger as sabedorias das culturas originárias como importantes chaves, capazes de contribuir para a superação da crise civilizatória. Para Morin (2011, p. 62),



o pensamento do *Sul* representa uma via de esperança por ser *complexus*, no sentido da palavra em latim que representa "o que é tecido em conjunto". Com base nessa interpretação, a capacidade de articulação coletiva do *Sul* pode representar uma inspiração para a reconexão das partes que foram fragmentadas e dicotomizadas pela perspectiva hegemônica do *Norte*.

Assim, para a produção de um conhecimento que tenha o *Sul* como *locus* de enunciação, parece fundamental trazer à luz do debate a “diferença colonial” (MIGNOLO, 2005), a partir do processo de salvaguarda dos saberes e práticas ancestrais, do registro das memórias individuais e coletivas, e da recusa de silenciamento das histórias contra hegemônicas. Esse é um convite que Benjamin (1992, p. 161) enuncia, ao propor que é necessário “escovar a história a contrapelo”, buscando as versões “não oficiais” da história dos povos locais.

Com essa diretiva, o “pensamento crítico de fronteira” (MIGNOLO, 2000; 2005) ou as “epistemologias de fronteira” (GROSFOGUEL, 2010) emergem como uma possibilidade de se buscar recontar a história única timbrada pelo *Norte global* sobre os povos do *Sul* e de ressignificar termos, conceitos e definições, a partir de cosmovisões plurais e epistemologias descoloniais (KOTHARI *et al.*, 2021).

Na esteira desse debate, a interculturalidade amplamente abordada por Walsh (2010; 2013; 2017; 2019), representa uma resposta ético-política que parte de vozes indígenas, em direção ao projeto civilizatório hegemônico, rumo a uma descolonização epistêmica. Nas palavras de Walsh (2019, p.47), a interculturalidade busca desvelar: “processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática política outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra; uma outra forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, e um paradigma outro, que é pensado por meio da *práxis* política”.

Nesse sentido, a lógica intercultural opera pelo deslocamento das certezas, criando fissuras que permitam (in)surgir práticas, visando transgredir limites, intervir na realidade e criar outras conjunturas. Para isso, é importante evidenciar formas de opressão e relações assimétricas de poder entre grupos sociais, como forma de reconhecê-los e buscar enfrentá-los. Vale mencionar que esse movimento se dirige principalmente à *práxis* do que à construção de teorias, sem, no entanto, descartá-las, e é protagonizado mais por movimentos locais do que por instituições acadêmicas, reconhecendo serem estas últimas aliadas no processo. Isso decorre do fato de a interculturalidade emergir de horizontes de luta e resistência nos territórios do *Sul*, o que inverte a lógica geopolítica de produção do conhecimento (WALSH, 2013; 2019).

Ainda nesse processo de busca pela libertação das amarras coloniais, as “pedagogias decoloniais” propostas por Walsh (2013), a partir de seu aprofundamento nos escritos de autores como Frantz Fanon e Paulo Freire, buscam expressar, para além de críticas provenientes de

desconfortos e questionamentos sobre a estrutura social, uma *práxis* de insurgências propositivas decorrentes dos aprendizados emergidos no bojo de movimentos populares, das comunidades locais detentoras de saberes excepcionais, além dos rituais e práticas culturais cotidianas.

Desse modo, Walsh (2013), com base em Mignolo (2000), propõe reconhecer a existência de uma colonialidade do poder, do saber e do ser, como via para desvelar alternativas desobedientes, contra hegemônicas e sistêmicas, conferindo visibilidade a outras narrativas e epistemologias. Isso porque, somente a partir do reconhecimento de que opera na sociedade uma lógica perversa que manipula os processos de subjetivação coletivos, pode-se empreender escavações de outras matrizes ontológicas-existenciais, como forma, também, de disputar, confrontar e negociar outros modos de perceber o mundo e elaborar projetos dissidentes de produção da realidade.

Com esse horizonte ético-político em vista, são discutidas, a seguir, outras gramáticas de mundo a partir das narrativas contra hegemônicas dos povos e comunidades tradicionais da América Latina que inspiram experiências diversificadas nos territórios, no sentido de tecitura de “modos relacionais de existência” (KOTHARI *et al.*, 2021, p. 30).

## 1.2 GRAMÁTICAS COMUNITÁRIAS DE MUNDO NA AMÉRICA LATINA

A falsa percepção de que há uma certa sociedade que descobre territórios e outra que de modo passivo é descoberta tem contribuído para a construção contínua de um abismo entre o “Eu” e “o Outro”. Assim, o “Eu” vem se constituindo a partir da noção de um Ocidente que coloniza e “o Outro” de um “Novo Mundo” a ser desbravado, como foi o caso da América Latina. Essa configuração decorre de uma narrativa hegemônica produzida sobre os povos ali existentes, com base em uma lógica perversa de que estes não tinham construído uma história própria anterior ao marco do “descobrimento” (PRÉCOMA; FERREIRA; PORTANOVA, 2019).

O engendramento de uma dualidade entre o descobridor e o descoberto fez emergir, no imaginário coletivo, três imagens principais que passaram a representar “o Outro”, delineadas a partir da contraposição com um “Eu” ocidental-colonizador-branco-superior-hegemônico: o Oriente, o Selvagem e a Natureza (SANTOS, 1999). Com relação à criação de um imaginário coletivo para o Oriente, esta construção partiu de um orientalismo (SAID, 1978), compreendido como uma representação Ocidental do que seria seu oposto, no sentido de buscar caracterizar um povo que mantém uma cultura não-ocidentalizada.

Para além de se constituir como uma contra imagem do Ocidente, o Oriente passou a representar o “inimigo”, aquele a ser vigiado e controlado recorrentemente, de modo que possa ser mantido afastado das grandes metrópoles “globais” que, por sua vez, representam o centro da “civilização” e da “modernidade” (SAID, 1978; SANTOS, 1999). Esse contexto levou ao estabelecimento de fronteiras rígidas entre o polo binário Ocidente-Oriente, de modo que se legitimou, historicamente, a interferência, inclusive bélica, nesse último, por ser considerado, por meio da narrativa Ocidental de mundo, um perigo constante para a paz mundial.

Uma segunda imagem do “Outro” se fundamenta em uma visão de mundo colonialista, descrita por Santos (1999) como o Selvagem. Nesse caso, “o Outro” não representa uma ameaça, mas é considerado “inferior”, “incivilizado” e “irracional”, de modo a não deter condições suficientes para confrontar o Ocidente, sendo, ainda, um “fardo” para as civilizações ocidentais. Esse mito do “Bom Selvagem”, como denominado por Diegues (2008), conduz ao pensamento dominante de serem esses grupos sociais “primitivos” e, por isso, estagnados em um recorte de espaço-tempo estanque, cujas práticas culturais não seriam transformadas e atualizadas.

Ainda sobre os mitos que contribuem para enaltecer a imagem de um Ocidente influente na ordem mundial, a concepção de uma Natureza dissociada dos valores culturais que a constitui, sendo apenas vinculada aos Selvagens, conduziu à falsa crença de que a sociedade, como sujeito de direitos, poderia dominar e explorar a Natureza, objeto de manipulação, para a obtenção de recursos concretos e lucrativos (PORTO-GONÇALVES, 1998; SANTOS, 1999; DIEGUES, 2008; LEFF, 2006).

Esses três mitos partem de invenções ocidentais que estruturam um modelo de compreensão de mundo com base em inúmeros equívocos, os quais são evidenciados, sobretudo, a partir das múltiplas manifestações de crises. A própria origem etimológica da palavra “crise” denota, de acordo com Scarano (2019), sentido de “adversidades” e de “transição”, simultaneamente. Por essa razão, a eclosão de *policrises* (MORIN; KERN, 1995) pode ser considerada como uma possibilidade potente para se buscar interrogar o projeto civilizatório que conduziu à ruptura entre comunidades humanas e não-humanas, culturas e naturezas, ciência e sabedoria ancestral, tecnologia e arte, racionalidade e afetividade, bem como desenvolvimento e tradicionalidade.

Para designar a urgência de se refletir sobre o *modus operandi* e *vivendi* atual, o qual se encontra há décadas em crise, esse contexto desafiador vem sendo descrito por alguns autores como uma era do “Antropoceno” (LATOURETTE, 2020), por outros do “Ocidentaloceno” (BONNEUIL, 2015), do “Plantationoceno” (HARAWAY, 2016), e/ou ainda do “Capitaloceno”

(IGLESIAS-RIOS, 2019). Assim, o que todas essas vias interpretativas têm em comum é o fato de apontarem para o colapso do sistema vigente e para a necessidade de se buscar alternativas para enfrentá-lo que não estejam circunscritas nas mesmas lógicas utilitarista e mercadológica da “modernidade”, apenas revestidas de uma nova roupagem, sem propor, entretanto, transformações estruturais no modelo de desenvolvimento posto em cena e que se mostra cada vez mais cruel e desigual.

Uma ilustração, nesse sentido, foi a *pandemia de Covid-19* e seus desdobramentos em todo o mundo. Isso porque, a pandemia não representou um evento de exceção, mas uma situação de alerta às condições de vulnerabilidade humana, frente às aceleradas transformações e ao permanente cenário de incertezas. Por um lado, o isolamento social, enquanto parte do protocolo de segurança para a contenção da circulação do vírus, desvelou formas de organização da sociedade ainda não pensadas, demonstrando que há outros modos possíveis de se viver para além do *modus operandi* e *vivendi* capitalista. Por outro lado, a pandemia também descortinou as desigualdades nas questões de proteção e combate à doença, de modo que o Estado buscou garantir a sobrevivência de grupos sociais privilegiados, colocando na linha de frente aqueles que eram economicamente menos favorecidos (SANTOS, 2020).

Com essa perspectiva, Latour (2020) propôs o convite para se refletir sobre os “gestos barreiras”, não em caráter de implementação temporária, visando interromper o contágio da doença, mas na forma de elaboração de iniciativas regulares e permanentes para impedir um retorno à “sociedade de consumo” (BAUMAN, 2008). Isso porque, a crise sanitária de *Covid-19*, provavelmente, não foi a última pandemia decorrente de zoonoses (transmitida pela fauna), em função dos processos crescentes de desmatamento e da aceleração das mudanças climáticas que indicam uma crise socioecológica (LATOURE, 2020; MORIN, 2020).

Assim, a proposição de iniciativas apenas mitigatórias, mas que conservam uma racionalidade economicista em sua base, como aquelas associadas a um dito “crescimento sustentável”, cujo próprio fundamento conceitual apresenta contradições, parece não ser capaz de abranger a amplitude dos desafios envolvidos e nem contribuir para orientar uma transição rumo a horizontes mais éticos de convivialidade entre as comunidades humanas e não-humanas.

De acordo com Haraway (2016), um movimento importante, nesse sentido, seria assimilar as questões-problema à luz da complexidade, buscando delinear uma transição revolucionária a partir do “fazer com” e “compôr com” outras comunidades não-humanas. A autora traduz esse processo pela expressão “Chthuluceno”, como uma via para o enfrentamento ao mito da imortalidade e onipotência humana, reconhecendo, para isso, a interdependência e complementariedade entre naturezas e culturas.

Adotar essa perspectiva implica buscar outras referências de modos de vida, a partir da identificação de cosmologias diversas que não optaram pelo paradigma ocidental de desenvolvimento econômico, e que, na contramão desse processo, mantiveram formas de reprodução cultural e de organização social do território, distintas, em grande medida, daquelas urbanas, industrializadas e eurocentradas em termos epistêmicos. Nesse sentido, muito se vem discutindo sobre a possibilidade de construção de uma “ética biocêntrica”, ou também, de um “giro biocêntrico”, adotando como inspiração os valores e práticas dos povos e comunidades tradicionais da América Latina (LOURENÇO, 2019; BECKHAUSER, 2020).

Isso porque, limitar a discussão à noção de um desenvolvimento sustentável, concebida no próprio contexto Ocidental, não parece ter sido historicamente suficiente para empreender, de fato, uma transformação socioecológica, uma vez que essa visão reproduz uma perspectiva antropocêntrica, cujo foco continua centrado na durabilidade dos modos de produção humana (GUDYNAS, 2019). Sobre isso, Kothari *et al.* (2021, p. 31) debatem os diferentes níveis de transformação do sistema atual, sendo um deles baseado em “soluções reformistas”, propostas pelo *Norte global* que buscam apenas reformar o contexto existente, mitigando alguns dos seus efeitos mais latentes. Contudo, um outro nível interpretativo seria o das “iniciativas transformadoras radicais” que, desde os movimentos de base camponesa, indígena, feminista, ambientalista, antirracista, contracolônia etc., visam, de modo colaborativo, ensaiar e prefigurar outros mundos possíveis, a partir das práticas comunitárias em rede, as quais vêm sendo denominadas como uma “Tapeçaria Global de Alternativas”<sup>10</sup>.

Considerando a diversidade de visões de mundo e iniciativas comunitárias latino-americanas, Walsh (2017) discute que a redução e simplificação das diversas cosmovisões à racionalidade antropocêntrica que aloca o ser humano como centro das formas de vida, expressa, ainda na atualidade, uma colonialidade “cosmogônica”. Esse contexto, de acordo com Bispo dos Santos (2020), se caracteriza também como uma “cosmofobia”, expressa pelo temor com relação à existência de perspectivas e experiências heterogêneas. Esse cenário tende a ocultar, ainda, as relações de parentesco e afetividade entre comunidades humanas e não-humanas, como é o caso dos povos indígenas com as montanhas, os rios e as florestas de seus territórios, conforme descrito por Krenak (2019), mas que a sociedade ocidental se limita a interpretar como fisionomias concretas da paisagem destituídas de valor cultural e sacro.

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre a Tapeçaria Global de Alternativas: <<https://globaltapestryofalternatives.org/>>  
Acesso em: 13 de mar. 2023.

A perspectiva de indissociabilidade dos povos tradicionais com as naturezas está expressa, também, nos escritos densos e detalhados de Kopenawa<sup>11</sup> e Albert (2015), ao delinearem uma distinção entre as crenças do povo Yanomami e do “Povo da Mercadoria”. Para eles, o último, orienta-se pela lógica da produtividade, cuja engrenagem constitui uma ameaça à própria vida. Em uma crítica à leitura ocidentalizada de mundo, os autores explicam que o legado intergeracional transferido pelo povo Yanomami à juventude é representado pelos rios e as florestas, cujos pescados e frutos garantem a segurança alimentar e, portanto, a qualidade de vida comunitária.

No entanto, sob a perspectiva ocidental de propriedade privada, a herança é constituída, em geral, por objetos-mercadorias, transferidos às novas gerações. Isso ocorre, porque o pensamento do “Povo da Mercadoria” é fragmentado e marcado por esquecimentos, de modo que manter os pertences de seus ancestrais não remete à falta deles. De modo contrário, para o povo Yanomami a eliminação dos bens materiais integra o próprio ritual do luto, pois é dessa forma que “os vivos conseguem estancar a tristeza que sentem quando veem objetos e rastros deixados pelos que não estão mais na terra. Assim, sua dor vai passando e seu pensamento pode ir se acalmando aos poucos. Caso contrário, a saudade dos mortos e a raiva de seu luto nunca mais teriam fim” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 411).

Nesse sentido, considerando as diferentes visões de mundo em jogo, o movimento de descolonização busca reconhecer que os processos de subjetivação são construídos em um horizonte sócio-histórico. E, por essa razão, os caminhos para o enfrentamento aos desafios estruturais decorrentes da herança colonial devem partir da dimensão coletiva alicerçada ao sentido de pertencimento comunitário (LONGHINI, 2019). Essa afirmação busca inverter a lógica do sistema de produção e consumo capitalistas, baseado em estratégias de concorrência, para se dirigir ao sentido de coletividade que vêm se apresentando como capacidade organizativa potente para a luta e resistência nos territórios e, conseqüentemente, para a criação de soluções conjuntas.

Para Leff (2020), o fortalecimento das resoluções coletivas são um chamado de esperança dos povos da América Latina às outras partes do mundo. Isso porque, embora o sentido de colonialidade ainda esteja enraizado nesses países, os povos latino-americanos têm resistido às inúmeras investidas do capital em avançar em seus territórios, seja por meio da grilagem de terras, do garimpo ilegal, do extrativismo mineral, da monocultura de safras

---

<sup>11</sup> Liderança indígena Yanomami.

transgênicas, da caça ilegal, do tráfico de animais silvestres, da indústria madeireira, da especulação imobiliária ou de tantas outras vias.

É justamente pelo histórico de luta e pela capacidade dos povos tradicionais de reinventar seus modos de vida que, segundo o autor, a América Latina representa um campo pulsante de oportunidades potentes para se pensar em outras formas de vida, de produções socioculturais e organizativas possíveis no território. No entanto, para isso, parece fundamental que a América Latina encontre caminhos para reorientar sua dinâmica sociocultural, buscando alternativas para a emancipação, com relação à dominação subjetiva empreendida pelo conhecimento eurocêntrico, visando elaborar e reconhecer uma epistemologia autônoma para o *Sul*.

Nessa trajetória rumo a uma travessia epistêmica, é importante reconhecer que muitos dos povos tradicionais conseguiram transmitir às novas gerações seus valores ancestrais e o sentido de pertencimento à comunidade e ao território coletivo, além dos saberes vinculados à subsistência baseada em manejos locais, como estratégias de salvaguarda dos seus modos de vida (ARRUDA, 1999; DIEGUES, 2008). Em função do seu histórico de resistência, muitos desses povos conseguiram enfrentar o investimento desenvolvimentista, vinculado à exploração, em seus territórios. Assim, algumas de suas lutas são consideradas por alguns autores como pré-capitalistas, justamente, pelo fato de não terem sido cooptadas a integrar o circuito atraente de produção e consumo vigentes (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Contudo, cabe notar que os povos e comunidades tradicionais não estão estagnados no espaço-tempo, como amplamente difundido pelo imaginário social do “Bom Selvagem” (DIEGUES, 2008). E, sendo assim, estão em constante transformação como qualquer outro grupo social. Um aspecto importante, nesse sentido, é que muitas dessas comunidades apenas se autorreconhecem enquanto tradicionais quando são confrontadas com situações de conflito com a esfera governamental ou a iniciativa privada. Assim, a tradição se expressa como via de identificação e compartilhamento dos movimentos de luta entre os diversos povos quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais, entre muitos outros (BRASIL, 2007a; 2014), para reivindicar, por meio de processos coletivos, seus direitos sociais, de permanência territorial e de acesso aos bens naturais (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Desse modo, o que há em comum no termo “tradicional” parece ser, justamente, o reconhecimento de outras cosmologias, sacralidades, crenças, mitos, ritos, saberes e práticas que tem como orientação fundamental coletivizar a qualidade de vida, sem a marginalização ou a concessão de privilégios a alguns grupos. Em contrapartida ao processo de instrumentalização

da vida, esses povos buscam cultivar a solidariedade uns com os outros, além do respeito à dimensão sagrada das naturezas e do território (LEFF, 2006; HAESBAERT, 2021).

Todos esses pontos têm sido reivindicados por movimentos coletivos que buscam descolonizar o imaginário da sociedade ocidental e chamar a atenção para a existência de uma pluralidade de experiências organizativas que podem estar mais alinhadas com o “alargamento” da existência das comunidades humanas e não-humanas, como difundido pelo paradigma do “Bem-Viver” ou *Buen Viver* nos países andinos (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2019; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020), pela filosofia *Ubuntu* em África (RAMOSE, 2010), pelo *Teko Porã* em Guarani e pelo *Swaraj* na Índia (SCARANO, 2019).

Diante de um contexto distópico, muitas vezes marcado por um viés de autoritarismo, com base na opressão da maior parte da sociedade por um grupo restrito, mas com alto poder aquisitivo, além das privações dos recursos básicos para a manutenção da vida, esses movimentos locais vêm alcançando grande repercussão no plano global, uma vez que não buscam apenas soluções pontuais, mas revoluções sistêmicas. Assim, para transgredir os limites do capitalismo, os princípios filosóficos e organizacionais comunitários partem de outras possibilidades ontológicas para a compreensão da realidade.

Por essa razão, essas micropolíticas locais podem parecer, à princípio, utópicas, justamente por não estarem inseridas na lógica dominante do fundamentalismo econômico, cuja dinâmica impõe que todas as relações, sejam elas humanas, com as naturezas ou com o manejo do território, sejam atravessadas pela finalidade última da maximização do lucro (RAMOSE, 2010). Como resposta a uma política de Estado que adota um padrão monolítico de vida, movimentos de transformação paradigmática vêm inspirando iniciativas, em especial, na América Latina, que reivindicam qualidade de vida e a conquista com relação aos bens comuns, baseados em princípios de reciprocidade, de conexão espiritual e de engajamento ético-político (SAMPAIO, *et al.*, 2018; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2020).

Assim, parece importante esperar caminhos de libertação, emancipação e autonomia para a América Latina, frente aos instrumentos de poder hegemônicos e coloniais que, historicamente, suprimiram e invisibilizaram a diversidade étnico-cultural nos territórios. Diante do ensejo de se buscar reconhecer um amplo espectro de identidades socioculturais oriundas de matrizes originárias não eurocentradas, na esteira de um processo colonizador autoritário que visou unificar os modos de vida locais para enquadrá-los nos modelos europeu e católico-cristão, a luta advinda desses movimentos sociais vem evidenciando que o modelo universal de civilização está em crise, apontando para propostas mais descolonizadoras e democráticas. Assim, como sinalizado por Scarano (2019), a evolução, no sentido de



desenvolvimento, pode ocorrer por meio de caminhos espirais, cujos contornos, historicamente, avançam e retrocedem, e não necessariamente por uma crescente econômica sem precedentes.

Com base nessa discussão sobre o reconhecimento da colonialidade subjetiva e epistêmica no *Sul global*, a seguir, se apresenta o caminho metodológico da pesquisa, com base em ferramentas situadas e colaborativas de investigação, buscando desenvolver um movimento de leitura contra hegemônica sobre o tema em foco.

## 2 TRAVESSIA METODOLÓGICA: Produzindo ferramentas situadas de pesquisa

---

*“Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos - chamo isto de escrita orgânica” (ANZALDÚA, 2000, p. 234).*

Conforme anteriormente descrito, essa pesquisa tem por objetivo analisar os significados de lazer nas narrativas e vivências dos povos e comunidades tradicionais da Região Turística da Costa do Sol (RTCS), no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para cumprir o objetivo proposto, a pesquisa se construiu a partir de uma abordagem metodológica qualitativa, com enfoque interdisciplinar. Isso porque, a complexidade do tema escolhido demandou a integração de abordagens teóricas e metodológicas associados à diferentes áreas do conhecimento, o que implicou diálogos entre saberes (científicos, populares e tradicionais) e entre modos diversos de construção do conhecimento, a partir de uma perspectiva de complementaridade entre teoria e *práxis*.

Embora não limitada às discussões desse campo, a abordagem qualitativa, recorrentemente associada às Ciências Humanas e Sociais, visa transpor métodos objetivos e cartesianos de análise, para buscar desvelar singularidades nos significados atribuídos aos fenômenos sociais. Esse processo se orientou a partir da integração entre multimétodos investigativos, sendo uma das condições, a inserção do pesquisador em contextos de interações sociais, visando apreender um conjunto plural de percepções, sejam estas latentes ou ocultas, ditas ou não ditas, em torno de um eixo investigativo específico (CHIZZOTTI, 2003).

A escolha pela abordagem qualitativa respondeu a inserção da pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/UFRJ). A Psicossociologia, entendida como *ciência-charneira* e/ou ciência da interação por Maisonneuve (1977), pode ser compreendida como um campo de interface entre os processos psíquicos e sociais para a compreensão das realidades concretas, considerando a impossibilidade dos campos disciplinares da Psicologia ou da Sociologia, de explicarem, separadamente, as condutas humanas no contexto das interações sociais cotidianas. Com essa diretiva, as investigações psicossociais buscam desvelar relações de poder, coerções, tensões e conflitos nos coletivos, mas também construções identitárias, culturais e de pertencimento (NASCIUTTI, 1996; MATTOS, 2018; FRAGELLI, 2018).

A perspectiva interdisciplinar que Vasconcelos (2009) considera como inerente à Psicossociologia, também se vincula ao campo de estudos da Ecologia Social, cujo pressuposto fundante é a indissociabilidade entre naturezas e culturas, tendo como ponto de partida um

posicionamento político crítico aos modos de vida na contemporaneidade e se consolidando como campo pulsante de reflexão para o enfrentamento da crise civilizatória (IRVING, 2018).

Com base nesse campo de aterrissagem, um eixo orientador para a tese é o de sentidos de comunidade. Embora esta seja uma temática polissêmica, para efeito da pesquisa, parte-se da compreensão de Costa e Silva (2015), para as quais, os grupos sociais se constroem a partir da dimensão do vivido, nas situações cotidianas que envolvem campos de negociação de significados, sentimentos de pertença, de construção de memórias individuais e coletivas, afetos, lutas, além do compartilhamento de interesses e conquistas.

Desse modo, considerando a aterrissagem da pesquisa no Programa EICOS, optou-se por adotar múltiplos métodos investigativos nessa pesquisa qualitativa, como levantamento bibliográfico, análise de material documental, delimitação de um território para observação participante, além da escuta sensível e produção de narrativas junto aos atores locais, para interpretação e definição de eixos de análise *a posteriori* articulados à temática proposta.

Com esse direcionamento, a primeira etapa metodológica envolveu o processo de levantamento do referencial teórico, orientado, no sentido discutido por Merhy (2004), como composição de uma “caixa de ferramentas”. Para o autor, a busca do conhecimento implica uma postura ético-política do pesquisador, no engajamento para a transformação das realidades, sendo os conceitos, nesse contexto, ferramentais que auxiliam a compreender as realidades concretas, mas que podem, e devem ser, a cada encontro gerado e situação vivenciada no campo, interrogados e readaptados. Nesse sentido, nessa pesquisa, a *práxis* contribuiu para tensionar as estruturas teóricas existentes e construir os fundamentos para o que se pretende denominar como *Lazer de Base Comunitária* (LBC), uma proposta epistemológica descolonial e colaborativa.

Tendo esses aspectos como pano de fundo, essa pesquisa é orientada pela perspectiva de uma “ciência com consciência”, como sugere Morin (1996), visando transpor a concepção moderna de manipulação e verificação de conceitos no campo, para identificar a complexidade, as controvérsias e incertezas inerentes aos contextos humanos. Para que isso seja possível, é importante que se abdique de uma postura protocolar e um olhar objetivado, para reconhecer que o pesquisador afeta e é afetado no encontro com os atores sociais no campo, assim como sua presença atravessa e é atravessada pelas dinâmicas locais, em um processo de co-produção dos sujeitos envolvidos na investigação (CARVALHO; COSTA, 2011).

Com essa perspectiva, assume-se uma condição “sentipensante” para a pesquisa, como discutido por Fals Borda (2009), quando menciona a importância de se olhar para as questões latino-americanas, a partir de uma autocrítica do papel do pesquisador, buscando a construção

de uma autonomia científica para os países do *Sul global* que possa envolver, portanto, o entrelaçamento da racionalidade com a sensibilidade no ato de investigar. Outros autores complementam essa perspectiva, expandindo as fronteiras da pesquisa para o campo do sensível. Este, antes negado pelas formações acadêmicas convencionais associadas à racionalidade cartesiana, encontra nos movimentos de *corazonamiento* do saber, como denominado por Arias (2010a; 2010b), a possibilidade de reconexão da afetividade ao fazer intelectual.

Com base nessas inspirações teórico-metodológicas, a delimitação de um território para a imersão da pesquisadora foi central, no sentido de se buscar estabelecer uma perspectiva dialógica entre teoria e *práxis*. De acordo com Minayo (2007), a escolha de um campo de estudo permite ao pesquisador se inserir, experimentar e vivenciar os cotidianos sociais, de modo a desvelar e decodificar significados, motivos e desejos, mas também, atitudes e práticas constitutivas dos diferentes contextos. Assim, a escolha da RTCS para a presente tese não é neutra ou imparcial, pois considera a aproximação afetiva da pesquisadora com a realidade local, como moradora da região há 17 anos, além da trajetória de pesquisas anteriores realizadas nesse mesmo território.

Dessa maneira, a implicação na pesquisa exige colocar em discussão, de acordo com Vasconcelos (2009), as limitações referentes ao fato do pesquisador, uma vez inserido no grupo estudado, desempenhar papéis e influenciar na dinâmica investigada, principalmente, quando este possui experiências na localidade de abrangência do estudo, prévias a sua inserção no plano da pesquisa. Desse modo, foi necessário reforçar o compromisso do papel desempenhado como investigadora aos atores sociais envolvidos durante a etapa metodológica de imersão no campo.

Por todas as razões mencionadas, esta investigação está em sintonia com a Linha de Pesquisa 1 “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade” do Programa EICOS, cujo enfoque prioritário se dirige ao desenvolvimento de estudos sobre a produção de subjetividades no contexto das dinâmicas locais, na interface entre as discussões dos campos das Ciências da Natureza e das Ciências Humanas e Sociais.

A investigação desenvolvida está articulada ainda ao Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/UFRJ/CNPq) e ao Núcleo de Pesquisa Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura (Sinergia/UFRJ/CNPq), ambos coordenados pela orientadora da pesquisa, tendo como inspiração o *Paradigma da Complexidade* (MORIN, 2005b) para interpretar o contexto da crise civilizatória contemporânea. Também está em sintonia com as discussões do *Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações - Rastros Sensíveis* (LabMems), coordenado pela coorientadora da

pesquisa, que incidem sobre os sentidos de comunidade, a partir de uma perspectiva descolonial e situada nas territorialidades do Sul global.

Desse modo, a leitura do referencial teórico-metodológico foco do Programa EICOS e a imersão da pesquisadora no território escolhido inspiraram a elaboração de hipóteses que possibilitaram o cruzamento dos dados secundários levantados com a realidade vivenciada, de modo a confrontar teoria e *práxis* para a elaboração de novas reflexões epistemológicas sobre o tema estudado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005), avançando em construções inéditas e contra hegemônicas.

Assim, a partir da imersão no campo, as hipóteses construídas inicialmente foram: 1) Os significados hegemônicos de lazer na região tendem a resultar de uma perspectiva neoliberal de desenvolvimento que vincula às naturezas um sentido utilitário; 2) A dimensão da diversidade sociocultural regional é invisibilizada no processo de conservação da natureza, justamente, por ser considerada como obstáculo à especulação imobiliária e à expansão do turismo de massa nesses territórios; 3) Há uma diversidade de lazeres possíveis e contra hegemônicos, experimentados pelos coletivos de povos e comunidades tradicionais da região, cuja prática potencializa e reafirma os modos de vida nesses territórios, sinalizando para alternativas ao sistema vigente e instituído.

Com base na abordagem metodológica descrita, a investigação foi desenvolvida com base em oito etapas: 1) Levantamentos bibliográfico e documental; 2) Imersão em eventos acadêmicos; 3) Elaboração de instrumentos metodológicos de pesquisa; 4) Procedimentos éticos; 5) Inserção no campo (seleção de atores, plantio da escuta sensível e produção de narrativas); 6) Capacitação no exterior - Bolsa Print/Capes; 7) Sistematização e análise dos dados obtidos; 8) “Objetivo resolutivo” e desdobramentos inesperados. Vale mencionar que a metodologia está descrita em diferentes etapas apenas para fins pedagógicos, mas muitas delas ocorreram em total integração e, muitas vezes sobrepostas, em um *continuum* à construção da tese, conforme se explica, a seguir.

## 2.1 LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

A primeira etapa da pesquisa compreendeu a construção da abordagem teórica e conceitual que orientou a reflexão proposta. Com esse objetivo, o levantamento bibliográfico se dirigiu à busca de literatura acadêmica publicizada em meios impressos e digitais.

Para tanto, foram realizados levantamentos de artigos científicos, trabalhos publicados em anais de eventos, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses, em bases de dados

nacionais e internacionais disponibilizados em bibliotecas de universidades (Base Minerva/UFRJ<sup>12</sup>), bancos de trabalhos de conclusão de curso (Banco de Teses e Dissertações/Capes<sup>13</sup> e Biblioteca Digital Brasileira/Ibict<sup>14</sup>) e portais eletrônicos de pesquisa (Portal de Periódicos/Capes<sup>15</sup>, SciELO<sup>16</sup> e Sci-Hub<sup>17</sup>), selecionados pelos critérios de adequação e relevância do conteúdo aos temas tratados nos capítulos que compõem a tese.

A estratégia de busca da literatura foi iniciada a partir da definição de um conjunto de termos relevantes para a questão de pesquisa, como “Lazer”, “Povos e Comunidades Tradicionais”, “Decolonialidade” e “América Latina”, usadas em combinação, nos idiomas português, espanhol, francês e inglês.

Para a caracterização da área de estudo foram consultadas investigações acadêmicas anteriores realizadas na região, sobretudo aquelas sobre o Parque Estadual da Costa do Sol, cadastradas junto ao Núcleo de Pesquisa (Nupes) e disponibilizadas na base de dados do Instituto Estadual do Ambiente (Inea)<sup>18</sup>. Nesse caso, o critério utilizado para seleção do material foi a leitura dos títulos e resumos, e a exclusão dos trabalhos cujo objetivo se relacionava especificamente à análise taxonômica, biogenética, geológica etc.

Para sistematizar o arcabouço teórico da tese foi utilizada a ferramenta de análise de dados qualitativos *ATLAS.ti*<sup>19</sup> (Versão 9.1.7). O *software* de origem alemã possibilita organizar e gerenciar o referencial bibliográfico em unidades hermenêuticas, por eixos temáticos<sup>20</sup>, reunindo os autores e suas citações, facilitando assim a criação e interpretação de mapas

<sup>12</sup>Base Minerva - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<https://minerva.ufrj.br/F?RN=165670947>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>13</sup> Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>14</sup> Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Disponível em: <<https://bdtb.ibict.br/vufind/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>15</sup> Portal de Periódicos (Capes). Disponível em: <<http://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>16</sup> *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Disponível em: <<https://scielo.org/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>17</sup> Sci-Hub. Disponível em: <<https://sci-hub.se/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>18</sup> Portal de Pesquisas e Publicações sobre o Parque Estadual da Costa do Sol - INEA. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/EstudosePublicacoes/Pesquisacientifica/PesquisasCostadoSol/index.htm?lang=PT-BR>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>19</sup> *ATLAS.ti - The qualitative data analysis and research software*. Disponível em: <<https://atlasti.com/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>20</sup> Os eixos temáticos agrupados para análise do referencial teórico no *software ATLAS ti* foram: “lazer contra hegemônico”, “epistemologias descoloniais”, “povos e comunidades tradicionais”, “territorialidades da Costa do Sol”, dentre outros.

conceituais, a partir, também, da possibilidade de integração dos conteúdos audiovisuais aos textuais<sup>21</sup>.

Ainda nessa etapa metodológica, a análise crítica documental envolveu o conjunto das principais políticas públicas brasileiras dirigidas à salvaguarda da diversidade biológica e cultural, como o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) (BRASIL, 2000; 2002), o *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas* (PNAP) (BRASIL, 2006), a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (BRASIL, 2007). Assim, se buscou construir uma interface entre os debates desenvolvidos na academia e nas narrativas de políticas públicas de proteção da natureza e salvaguarda da diversidade cultural selecionados.

Outro passo importante no levantamento documental foi a busca e seleção de documentos que orientam as ações de planejamento e gestão de políticas públicas na região escolhida. Para isso, um passo fundamental foi o ingresso da pesquisadora e da orientadora dessa pesquisa, a partir de 20 de outubro de 2020, como membros suplente e efetivo do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Costa do Sol, respectivamente. O Conselho Consultivo do parque representa um dos principais espaços de governança e tomada de decisões na região, tendo em vista sua abrangência em termos de representações da gestão pública, das universidades, do setor privado e da sociedade civil engajada que envolve.

Embora a dinâmica do Conselho Consultivo já tenha sido anteriormente observada na qualidade de “ouvinte” no processo, o banco de informações sobre o PECS, contendo documentos regulatórios e gravações audiovisuais das reuniões, está disponível em plataforma *online*, apenas para acesso dos conselheiros. Assim, a inserção efetiva no Conselho foi essencial para a pesquisa e abriu novos canais para o acesso a documentos da gestão da área protegida. Além disso, a formalização do papel de conselheira suplente no referido Conselho, permitiu o ingresso no grupo de *WhatsApp* da área protegida, um importante espaço de debates informais e de denúncias de irregularidades na dinâmica de gestão do parque. A partir desse engajamento foi possível aceder e analisar as atas do Conselho Consultivo, das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho da UC, elaboradas entre 2016 e 2023, com o objetivo de compreender o histórico de debates e o processo de tomada de decisões na região. Além dessa etapa, foram analisados o *Plano de Manejo* (RIO DE JANEIRO, 2019); os *Planos Municipais da Mata Atlântica*; e os *Planos do Comitê da Bacia Hidrográfica Lagos São João*.

---

<sup>21</sup> A introdução da pesquisadora ao *software* e suas ferramentas foi realizada por meio da disciplina “Treinamento e Técnicas de Pesquisa”, ofertada pela professora Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac, em 2017, durante o curso de mestrado no Programa EICOS/UFRJ.

As reflexões decorrentes da leitura do material levantado permitiram produzir alguns recortes preliminares da pesquisa que foram apresentados em eventos acadêmicos com esse enfoque e, ainda, inspiraram publicações em veículos de difusão de produções científicas, conforme descrito de forma pormenorizada, a seguir.

## 2.2 IMERSÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS

No decorrer dos quatro anos do processo de doutoramento (2019-2023), uma das etapas metodológicas importantes para a construção da tese foi a produção de recortes das reflexões da pesquisa para apresentação oral em eventos acadêmicos relevantes sobre o tema. Isso porque, a avaliação recebida com relação aos trabalhos submetidos, além dos debates gerados nesses espaços acadêmicos, contribuiu significativamente para se repensar e, ainda, redirecionar, os caminhos investigativos.

Nesse sentido, os eventos acadêmicos representaram oportunidades para a identificação de novos referenciais de leitura e para o desenvolvimento de novos ferramentais metodológicos, mas, também, para o aprofundamento sobre o tema da tese, por meio da divulgação parcial das reflexões produzidas no contexto dessa investigação. Assim, o cronograma e a modalidade de participação nos eventos estão sintetizados no **Quadro 1**, a seguir.

**Quadro 1:** Matriz-síntese sobre eventos acadêmicos na trajetória da tese.

<b>Evento acadêmico</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Modalidade de participação</b>
V Encontro da Comunidade de Prática de Visitação em Áreas Protegidas	13 a 15 de maio de 2019	Rio de Janeiro, RJ	Membro da Comissão Organizadora e integrante dos relatórios técnico e fotográfico
III Seminário Internacional da Rede TP3 Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e IX Conferência Internacional da Astres	06 a 09 de novembro de 2019	Belém, PA	Apresentação Oral do trabalho “ <i>O caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): Um patrimônio natural estratégico para o planejamento turístico regional?</i> ”, com publicação em anais
Seminário Internacional Territórios, Áreas Protegidas, Inclusão Social e Políticas Públicas	27 de novembro de 2019	Rio de Janeiro, RJ	Membro da Comissão Organizadora e integrante dos relatórios técnico e fotográfico



Mesa-redonda Turismo, Patrimônio e Sustentabilidade: Desafios para Políticas Públicas do Rio de Janeiro	05 de dezembro de 2019	Rio de Janeiro, RJ	Membro da Comissão Organizadora e integrante dos relatórios técnico e fotográfico
Rede TAPIS - Turismo, Áreas Protegidas e Cultura: Desafios para as Políticas Públicas na implementação da Agenda 2030	12 de dezembro de 2019	Recife, PE	Membro da Comissão Organizadora e integrante dos relatórios técnico e fotográfico
IX Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) e IV Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS)	11 a 14 de dezembro de 2019	Recife, PE	Apresentação Oral do trabalho “ <i>Turismo e Conservação da Natureza: Interpretação dos conflitos no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil)</i> ”, com publicação em anais
I Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos Tradicionais	24 a 26 de junho de 2020	Formato online	Apresentação Oral do trabalho “ <i>Da (In)sustentabilidade do desenvolvimento ao Bem-Viver: Travessias epistemológicas rumo a horizontes decoloniais</i> ”, com publicação em anais
Curso de Curta Duração em Pensamento De(s)colonial e América Latina: Memória, afetos e futuros	30 de junho a 21 de julho de 2020	Formato online	Ouvinte
Curso de Extensão Universitária em Educação e Saberes Ambientais: A construção de outros presentes	29 de junho a 29 de julho de 2020	Formato online	Ouvinte
XVII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)	02 a 04 de dezembro 2020	Formato online	Apresentação Oral do trabalho “ <i>Topofilia e expressões imagéticas sobre o turismo: contribuições e perspectivas da comunidade quilombola da Rasa (Armação dos Búzios, RJ)</i> ”, com publicação em anais

Colóquio Abordagens Críticas às políticas educacionais e sociais do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CBIS/Fiocruz), em conjunto com a Universidade Paris 8	10 de novembro de 2020 a 5 de janeiro de 2021	Formato online	Participação nos grupos de discussão temática e apresentação de seminário final
Curso de Curta Duração Parcerias em Áreas Protegidas: pela efetiva conciliação entre uso público e comunidades locais	19 de agosto a 16 de dezembro de 2021	Formato online - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Membro da comissão organizadora
Debate Ibero-Americano: Lazer nos Novos Tempos	10 de dezembro de 2020	Formato online	Ouvinte
Curso de Curta Duração Direitos da natureza, extrativismo e litigância climática	25 a 29 de janeiro de 2021	Formato online	Ouvinte
Parcerias e autogestão para o turismo e o lazer em áreas protegidas - X Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) e V Encontro Latino-Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (ELAPIS).	27 de abril de 2021	Formato online	Apresentação Oral dos trabalhos <i>“Percepções sobre turismo em áreas protegidas: uma leitura transversal entre a dinâmica das zonas costeiras fluminense e paranaense”</i> e <i>“Conflitos socioambientais e caminhos possíveis para a construção de pactos sociais no contexto do Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PARNASO (RJ, Brasil), com publicação em anais</i>
Raízes-RJ: I Encontro Estadual de Saberes Populares e Tradicionais em Saúde	06 a 08 de junho de 2021	Formato online	Monitora responsável pela mobilização dos PCTs da Região das Baixadas Litorâneas, no estado do RJ, e integrante do relatório técnico
Curso de Extensão Universitária na modalidade de Difusão: Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas: um novo paradigma de gestão?	24 de maio a 25 de junho de 2021	Formato online - Universidade de São Paulo (USP)	Membro da comissão organizadora dos módulos dos cursos sobre <i>“Povos e comunidades tradicionais: visão de mundo e direitos”</i> e <i>“Povos e comunidades tradicionais; gestão ambiental-territorial: alianças e conflitos”</i> que resultaram no capítulo de livro <i>“Povos e Comunidades Tradicionais: visões de mundo, direitos e gestão” (No prelo)</i>

X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS): 20 anos de Século XXI - Mudanças ambientais e ambientalismo em tempos de negacionismos	05 a 08 de outubro de 2021	Formato online	Apresentação Oral do trabalho <i>“Solidariedade em tempos pandêmicos: análise de experiências comunitárias no Rio de Janeiro, à luz do “Bem-Viver”</i> ”, com publicação em anais
XXI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) - As crises e a Psicologia Social: memórias, críticas do presente e estratégias de luta.	29 de outubro e 01 de novembro de 2021	Formato online	Apresentação Oral do trabalho <i>“Favela-Parque: contribuições da intervenção psicossocial dialógica para a formação em psicologia”</i> , com publicação em anais
Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL): novos desafios e propostas para o turismo no Brasil e na América Latina	17 a 20 de maio de 2022	Natal, RN	Apresentação Oral do trabalho <i>“Não sabem o que é parque aqui, pensam logo em roda gigante, em carrossel: impressões sobre o lazer no contexto do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil) pela perspectiva local”</i> , com publicação em anais
19º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPPEP) e VII Seminário Novos Horizontes	22 de agosto a 16 setembro de 2022.	Formato online	Integrante do Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Comunitária, com Apresentação Oral do trabalho <i>“Contribuições da intervenção psicossocial dialógica para a formação em psicologia”</i> , com publicação em anais
Seminário de Integração de Grupos de Pesquisa: Parcerias em Áreas Protegidas	17 de outubro a 22 de outubro de 2022	Porto Alegre, RS	Membro da Comissão Organizadora e integrante dos relatórios técnico e fotográfico
5º Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer (CBEL) e XIX Seminário “O Lazer em Debate”	10 a 12 de novembro de 2022	Fortaleza, CE	Apresentação Oral do trabalho <i>“Lazer Simulacro” e “Lazer de Base Comunitária”</i> : significados em debate na Região Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil), com publicação em anais
<i>Colloque Mouvements politiques autochtones, dynamiques interethniques et indianité ostentatoire en Amazonie</i>	17 e 18 de janeiro	Paris, FR	Ouvinte

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além da participação nos eventos acadêmicos mencionados, a elaboração de iniciativas conjuntas em redes de pesquisa nacionais e internacionais, resultaram na escrita de uma “*Carta Aberta sobre Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural*”, publicada na Revista Brasileira de Ecoturismo e no Jornal O Eco; assim como na participação na produção do *Mapeamento de Parcerias em Áreas Protegidas* (MAPAP) e do *Mapeamento de Parcerias Público-Comunitárias* (PPCs) na zona costeira brasileira. Iniciativas elaboradas no contexto do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas, vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Outra produção decorrente do ingresso em redes de pesquisadores de diferentes universidades, de representantes de órgãos ambientais brasileiros e de povos e comunidades tradicionais foi o livro “*Conservação Colaborativa em Áreas Protegidas*” (*no prelo*), vinculado ao grupo de pesquisa de mesmo nome registrado na Universidade de São Paulo (USP), no qual a participação ocorreu na organização editorial acadêmica. Além dessa ação, a imersão em projetos de pesquisa e extensão com comunidades resultaram na produção do livro “*Projeto Favela-Parque: Construindo conexões entre o Parque Nacional da Tijuca e as favelas do Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres*”, redigido coletivamente com a orientadora dessa pesquisa e com membros dos grupos de pesquisa GAPIS/CNPq/UFRRJ e Sinergia/CNPq/UFRRJ.

Outras produções importantes associadas à tese e que contribuiriam para verificar a aceitação da temática na comunidade acadêmica, foram as publicações em revistas indexadas. Assim, no **Quadro 2**, a seguir, estão sistematizadas as principais produções em que a pesquisadora se envolveu no recorte temporal do doutorado (2019-2023).

**Quadro 2:** Matriz-síntese sobre as produções bibliográficas e técnicas de recortes da pesquisa.

<b>Tipo de Publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Veículo de divulgação</b>	<b>Ano</b>
Artigo científico	Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): Patrimônio natural estratégico para o turismo regional?	Papers do 2020 NAEA (UFPA)	2020
Texto em Jornais online	Carta Aberta sobre Parcerias em Áreas Protegidas: por uma gestão pública democrática e plural	Revista Brasileira de Ecoturismo (RBECotur) e Jornal O Eco	2020

Produção técnica	Mapeamento de Parcerias em Áreas Protegidas (MAPAP) e de Parcerias Público-Comunitárias (PPCs)	Página online do Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas (OPAP) <sup>22</sup>	2020-2023
Livro	Projeto Favela-Parque: Construindo conexões entre o Parque Nacional da Tijuca e as favelas do Cerro-Corá, Guararapes, Vila Cândido e Prazeres	Editora Folio Digital	2020
Artigo científico	Uso Turístico no Parque Estadual da Costa do Sol (RJ, Brasil): Uma leitura sobre desafios e potencialidades	Revista Brasileira de Ecoturismo (RBECotur)	2021
Texto em Jornais online	Retratos do colonialismo contemporâneo	Ciência Hoje Online	2021
Artigo científico	Turismo e áreas protegidas: tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas/ <i>Tourism and protected areas: global trends and challenges for the integration of public policies/</i> <i>Tourisme et aires protégées: tendances globales et défis pour l'intégration des politiques publiques</i>	CONFINS - <i>Revue Franco-Brésilienne de Géographie/</i> Revista Franco-Brasileira de Geografia	2022
Artigo científico	<i>Sustainability and social transformation: the role of ecovillages in confluence with the pluriverse of community-led alternatives</i>	Revista <i>Climate Action</i>	2022
Artigo científico	Arranjos locais para o <i>Lazer de Base Comunitária</i> : Regiões Litorâneas do Rio de Janeiro e do Paraná como laboratórios vivos de análise	Revista Brasileira de Ecoturismo (RBECotur) - Dossiê Temático “Desafios e perspectivas das parcerias para o lazer e o turismo em áreas protegidas”	2023
Artigo científico	Por outros modos de “Bem-Viver”: alternativas sistêmicas, pluriverso e ecovilas nas confluências comunitárias	E-cadernos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra	2023
Capítulo de Livro	Entre festas tradicionais e lutas socioambientais: uma leitura sobre o <i>Lazer de Base Comunitária</i> a partir da perspectiva descolonial do Sul global	Livro Caminhos e possibilidades para os estudos do Lazer - Eixo 9: Estudos do Lazer na perspectiva do Pensamento Decolonial. Editora Sarerê.	2023
Capítulo de Livro	Povos e Comunidades Tradicionais: visões de mundo, direitos e gestão	Livro Conservação Colaborativa e Áreas Protegidas	<i>No prelo</i>

<sup>22</sup> Disponível em: <disponível em: <https://www.opap.com.br/mapeamento-de-parcerias>> Acesso em 28 de jan. 2023.

Artigo científico	<i>Sustainability and tourism policies in Brazil: ways to revive tourism after the Covid-19 pandemic in the horizon of the 2030 Agenda</i>	<i>Journal of Tourism Analysis: Revista de Análisis Turístico (JTA)</i>	<i>No prelo</i>
-------------------	--	---	-----------------

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Paralelamente à participação em eventos acadêmicos e à escrita de artigos científicos, foram elaborados os instrumentos de pesquisa na fase anterior à inserção no campo, conforme descrito a seguir.

### 2.3 ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA

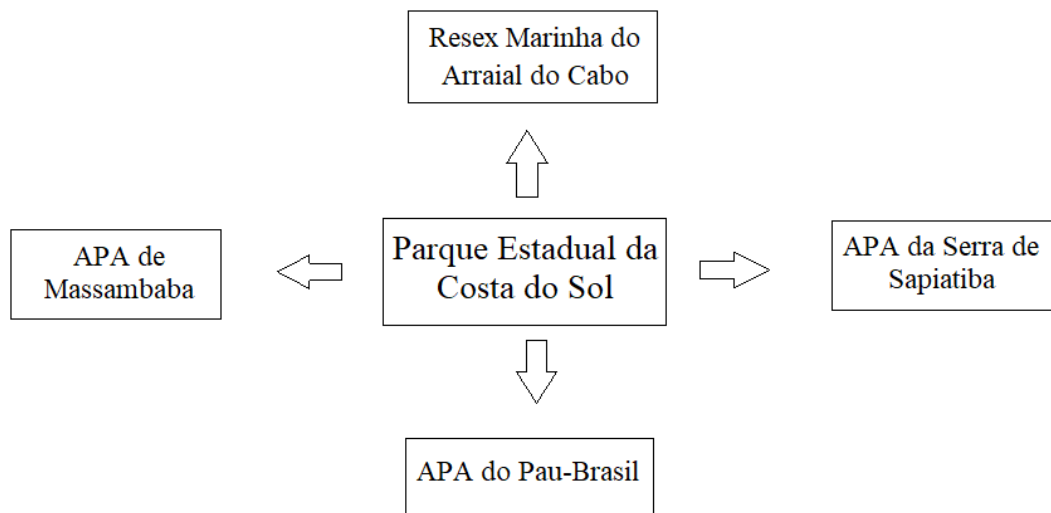
Considerando a adoção da abordagem qualitativa da pesquisa, a etapa de planejamento do campo foi iniciada em março de 2019, ano de ingresso no doutorado no Programa EICOS/UFRJ. Nesse processo, foram definidos os espaços de observação participante na Região Turística da Costa do Sol, incluindo instâncias de governança formais vinculadas à principal área protegida regional, o PECS, e as iniciativas de organização comunitária. Além disso, foram elaborados os critérios para a seleção dos colaboradores da pesquisa, as perguntas gerativas para iniciar a escuta sensível (BARBIER, 1998; CERQUEIRA *et al.*, 2011) e a produção de narrativas (CARVALHO; COSTA, 2011) sobre os significados do lazer, entre outros temas correlatos que emergiram da própria dinâmica metodológica proposta, e a construção dos instrumentos que asseguraram a responsabilidade ética entre os envolvidos.

Nesse sentido, para a compreensão dos significados do lazer na RTCS, foram acompanhadas as reuniões do Conselho Consultivo do PECS e os desdobramentos das sete Câmaras Temáticas (CTs) e dos três Grupos de Trabalho (GTs), vinculados à área protegida, cujos eixos temáticos estão descritos no **Apêndice 1**. As Câmaras Temáticas foram criadas a partir da identificação de temas considerados desafiadores no cotidiano regular da gestão da unidade de conservação. Por isso, caracterizam-se como espaços permanentes de mobilização social, já que a participação ocorre por adesão voluntária.

Por sua vez, os Grupos de Trabalho têm como foco temas mais específicos e, por isso, são criados e mantidos em caráter temporário. No caso do Conselho Consultivo do PECS, são convocadas seis reuniões ordinárias por ano, de modo que essas ocorrem a cada dois meses. Além das convocações regulares, acontecem também as extraordinárias, visando o equacionamento de pautas urgentes. Em geral, essas ocorrem, sobretudo, na alta temporada de

verão, considerada como a mais crítica para o planejamento regional. Para tal, é importante considerar que principalmente quatro UCs estão sobrepostas ao PECS, conforme **Figura 1**, a seguir.

**Figura 1:** Figura esquemática das principais unidades de conservação sobrepostas pelo PECS.



**Fonte:** A autora (2023).

A inserção nesses espaços permitiu a compreensão dos projetos e interesses distintos em jogo das entidades ali presentes, vinculadas à gestão pública (municipal, estadual e federal); ao setor privado (comércio e setores turístico e imobiliário); ao movimento social e à sociedade civil engajada (associações); às universidades públicas e aos institutos de pesquisa; além de organizações não-governamentais (ONG) e a uma única representação dos povos e comunidades tradicionais da região, a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa, composta por comunidade remanescente de quilombo de Armação dos Búzios.

Assim, as entidades com representação formalizada na composição atual do Conselho Consultivo do PECS estão sistematizadas no **Apêndice 2**. Cabe salientar que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é representada pela própria pesquisadora e sua orientadora de tese. Vale esclarecer também que, no período anterior à qualificação da pesquisa, a observação participante foi realizada informalmente em modalidade presencial nos diferentes municípios abrangidos pelo parque, mas com a eclosão da pandemia de *Covid-19*, em 2020, as reuniões migraram para o ambiente *online*.

A escolha da observação participante como um dos métodos prioritários para o levantamento das informações nessa investigação se baseia no entendimento de Mónico *et al.*

(2017), para os quais, esta abordagem, por ter sua origem associada à etnografia e vinculada ao campo da Antropologia Cultural, implica na imersão e no acompanhamento contínuo das práticas comunitárias e/ou culturais por parte do pesquisador, além do seu engajamento nas atividades propostas pelos atores sociais envolvidos, sendo, nesse contexto, demandada uma certa adaptação do mesmo às diferentes situações.

De acordo com Brandão (1984) e Geertz (1989), esse método é indicado para pesquisas qualitativas no campo das Ciências Humanas e Sociais, cujos objetivos envolvam métodos exploratórios, descritivos e interpretativos das realidades vividas. Desse modo, o pesquisador procura tornar-se parte do coletivo estudado, buscando um conhecimento profundo sobre os processos de subjetivação e a contextualização dos fenômenos sociais. De modo contrário às pesquisas de laboratório, em ambientes distantes da realidade vivida, para a depuração dos dados pelos investigadores, a observação participante requer fundamentalmente o envolvimento com grupos sociais, de modo que se possa buscar a compreensão dos acontecimentos, das relações e situações sociais, além de comportamentos e motivações individuais.

Durante o processo de observação participante, o Caderno de Campo foi utilizado como instrumento complementar, para registro das informações e para o detalhamento das percepções da pesquisadora. Essa técnica é pessoal, uma vez que nela o pesquisador relata, além dos dados observados, os seus pensamentos e sentimentos no momento que os vivencia. A vantagem de utilização dessa técnica se relaciona à possibilidade de se reanalisar, quantas vezes forem necessárias, a cronologia dos eventos observados e, assim, construir *links* possíveis entre os momentos presenciados (BEAUD; WEBER, 2003).

Os principais tópicos apreendidos na observação participante e registrados em Caderno de Campo, durante as reuniões do Conselho Consultivo do PECS, estão detalhados no **Apêndice 3**. E, no **Quadro 3**, a seguir, estão sistematizadas as datas das reuniões acompanhadas pela pesquisadora.

**Quadro 3:** Matriz-síntese sobre a dinâmica de observação participante nas reuniões do Conselho Consultivo do PECS.

<b>Reunião</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	09 de dezembro de 2020	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	10 de março de 2021	Online



Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	28 de abril de 2021	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	30 de junho de 2021	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	25 de agosto de 2021	Online
Evento de Posse do Conselho Consultivo do PECS	20 de outubro de 2021	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	03 de novembro de 2021	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	23 de fevereiro de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	08 de dezembro de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	30 de junho de 2022	Online
Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PECS	09 de agosto de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	31 de agosto de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	14 de setembro de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	03 de novembro de 2022	Online
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	08 de fevereiro de 2023	Online
Reunião do Grupo de Trabalho Redelimitação - Núcleo Massambaba	04 de abril de 2023	Online
Reunião do Grupo de Trabalho Redelimitação - Núcleo Massambaba	10 de abril de 2023	Online

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Além do Caderno de Campo, outra forma de registro produzida pela pesquisadora e compartilhada com os demais membros do Conselho Consultivo foram algumas atas das reuniões do PECS. A inserção nesse espaço de participação social foi fundamental para a

aproximação com a leitura de mundo e com os interesses em jogo dos diferentes atores regionais. Além desse aspecto, a observação participante no PECS representou o ponto de partida para se buscar compreender as territorialidades produzidas na Região Turística da Costa do Sol e, portanto, para o desenvolvimento da etapa seguinte de campo.

## 2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS)<sup>23</sup> determina que todas as pesquisas que envolvem o contato com seres humanos devem ser apreciadas por um Comitê de Ética, antes que seja iniciado o contato com os colaboradores da pesquisa. Nesse sentido, a tese está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “*Saberes e ocupações tradicionais: memória, ocupações e desenvolvimento local*”<sup>24</sup> (**Anexo 1**), coordenado pela coorientadora da tese, aprovado<sup>25</sup> e registrado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio da *Plataforma Brasil*<sup>26</sup>.

Além disso, a resolução mencionada orienta também que todas as entrevistas sejam precedidas por explicação aos atores selecionados sobre a finalidade da pesquisa em linguagem clara e objetiva, e pela assinatura, mediante o interesse dos colaboradores, do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE), como forma de resguardar os direitos morais dos participantes. Para atender a essa diretriz, o modelo de TCLE aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH e assinado pelos participantes da pesquisa consta no **Apêndice 4**. Este foi assinado em duas vias, uma para registro da pesquisadora e outra dos colaboradores da pesquisa.

De modo semelhante, foi firmado o compromisso de ampla difusão dos seus resultados, por meio da publicação dos artigos em revistas indexadas, em conjunto com a orientadora e coorientadora do doutorado, conforme anteriormente mencionado. Além das publicações científicas, uma outra forma de divulgação dos resultados obtidos será a disponibilização da

<sup>23</sup>CNS, Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em 28 de jan. 2023.

<sup>24</sup> O projeto tem como objetivo identificar os modos de organização para a construção de identidade tradicional, a partir da produção de memórias e da sistematização das ocupações produzidas individual e coletivamente nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as ocupações são consideradas pelo projeto as atividades de lazer e trabalho, para identificar aquelas que são definidas pelas comunidades como tradicionais. Nessa linha, a tese de doutorado encontrou aderência à temática.

<sup>25</sup> De acordo com o parecer número: 1518.003.

<sup>26</sup> Plataforma Brasil (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP do Conselho Nacional de Saúde). Disponível em: <<https://plataformabrasil.saude.gov.br/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

tese em meio digital, tanto no site do Banco de Teses e Dissertações/Capes e do Programa EICOS<sup>27</sup>/UFRJ, quanto no perfil do Grupo de Pesquisa GAPIS na Plataforma Academia.edu<sup>28</sup>.

## 2.5 INSERÇÃO NO CAMPO, PLANTIO DA ESCUTA SENSÍVEL E PRODUÇÃO DE NARRATIVAS

Para compreender os significados do lazer pela perspectiva comunitária no contexto estudado, adotou-se o plantio da escuta sensível (BARBIER, 1998; CERQUEIRA *et al.*, 2011), uma prática metodológica amplamente utilizada no campo da Psicossociologia, onde essa pesquisa encontra ancoragem. Esse método possibilita exercitar o descolamento do conjunto de valores, significados e referências próprios do pesquisador, para se aproximar da enunciação do interlocutor, construída a partir de sua concepção de mundo e experiências significativas. Contudo, cabe enfatizar que, nas palavras de Costa *et al.* (2020, p. 82), a “escuta sensível não se caracteriza pela passividade do ouvinte ou narrador, mas pela composição dos corpos em movimento, e do corpo que forma no encontro, o corpo ouvinte-narrador, que então coreografam a narrativa em cena, em co-autoria”.

Nesse sentido, a escuta atenta apresenta a possibilidade de construção compartilhada, além de potencializar a desterritorialização de crenças e imaginários constituídos pelos sujeitos, para produzir novos conhecimentos, a partir do encontro entre narrador e ouvinte (CERQUEIRA, 2011). Por essa razão, Carvalho e Costa (2011) compreendem que os atos de narrar e ouvir permitem revisitar memórias, reproduzi-las, reeditá-las, recortá-las e a elas adicionar novos contornos, para a composição de um processo de co-criação de realidades outras.

A escuta sensível, nessa pesquisa, se apoiou, como ponto de partida, em perguntas gerativas sobre o tema em foco, buscando compreender a prática do lazer em suas múltiplas dimensões, a partir de uma perspectiva situada e contextualizada nas realidades dos territórios delimitados para o estudo. Assim, partindo de alguns questionamentos fundamentais relacionados aos objetivos propostos para a tese, foi elaborado um roteiro para orientar a escuta das narrativas que se encontra no **Apêndice 5**. No entanto, é importante esclarecer que a elaboração do roteiro visou incentivar o desenvolvimento das narrativas por parte dos colaboradores da pesquisa, mas esse não foi seguido à risca, pois o objetivo não foi aprisionar ou silenciar as possibilidades temáticas emergentes, mas potencializá-las.

---

<sup>27</sup> Programa EICOS/UFRJ. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/pt/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>28</sup> GAPIS/UFRJ na Plataforma Academia.edu Disponível em: <<https://ufrj.academia.edu/GAPISUFRJ>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

Com esse direcionamento, o primeiro passo foi a seleção do grupo foco para a produção de narrativas na RTCS. Com esse intuito, as populações tradicionais, incluindo pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas (algumas das quais marisqueiras), foram considerados prioritários, tendo em vista o objetivo de construir uma leitura epistemológica descolonial e latino-americana do lazer, a partir da perspectiva comunitária.

Para isso, inicialmente, foi realizado um mapeamento dos povos e comunidades tradicionais nos 13 municípios que compõem a RTCS, dos quais foram levantados 11 remanescentes de quilombo, certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), conforme sistematizado no **Quadro 4**, a seguir.

**Quadro 4:** Matriz-síntese sobre os remanescentes de quilombo situados na Região Turística da Costa do Sol.

nº	Nome da Comunidade	Perfil da comunidade tradicional	Município
1	Baía Formosa	Quilombolas	Armação dos Búzios (RJ)
2	Rasa	Quilombolas	Armação dos Búzios (RJ)
3	Maria Joaquina	Quilombolas	Cabo Frio (RJ)
4	Botafogo	Quilombolas	Cabo Frio (RJ)
5	Maria Romana	Quilombolas	Cabo Frio (RJ)
6	Preto Forro	Quilombolas	Cabo Frio (RJ)
7	Fazenda Espírito Santo	Quilombolas	Cabo Frio (RJ)
8	Caveira	Quilombolas	São Pedro da Aldeia (RJ)
9	Prodígio	Quilombolas	Araruama (RJ)
10	Sobara	Quilombolas	Araruama (RJ)
11	Fazenda Machadinha	Quilombolas	Quissamã (RJ)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base nas informações coletadas no Atlas - Observatório Quilombola (2023)<sup>29</sup>; na Fundação Cultural Palmares (2023)<sup>30</sup>; e no Mapa de Cultura do RJ (2023)<sup>31</sup>.

Além dos remanescentes de quilombos, no levantamento realizado foram registradas diversas associações, colônias e cooperativas locais de pescadores artesanais e caiçaras. Entre as quais, algumas são mais conhecidas na região, em função de suas articulações políticas no movimento de luta por direitos de permanência em seus territórios originários. Ciente de que não seria possível abranger as comunidades dos 13 municípios, optou-se por priorizar, nessa

<sup>29</sup> Atlas - Observatório Quilombola. Disponível em <<https://kn.org.br/atlasquilombola/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>30</sup> Fundação Cultural Palmares. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

<sup>31</sup> Mapa de Cultura do RJ. Disponível em <<http://mapadecultura.rj.gov.br/>> Acesso em: 28 de jan. 2023.

pesquisa, a escuta das comunidades dos municípios com áreas no PECS (Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Araruama e Saquarema).

Desse modo, tendo em vista que Armação dos Búzios é o único município com representação de comunidades tradicionais no Conselho Consultivo do PECS, justamente por possuir áreas de um remanescente de quilombo sobreposto ao parque, este foi escolhido como ponto de partida para a imersão no campo. Assim, fez-se contato com a Secretaria de Cultura do município para a apresentação da pesquisa a algumas comunidades locais, para a identificação do interesse em participar da proposta de tese.

As **Figuras 2 e 3**, a seguir, representam registros fotográficos da primeira reunião de apresentação dos objetivos da pesquisa, quando estavam presentes comunidades quilombola-marisqueira e caiçara de Armação dos Búzios.

**Figura 2:** Registro fotográfico da apresentação da pesquisa aos atores sociais locais.



**Fonte:** Secretaria de Cultura de Búzios (2022).

**Figura 3:** Registro fotográfico da conversa inicial sobre os objetivos da pesquisa.



**Fonte:** Secretaria de Cultura de Búzios (2022).

A partir dessa primeira conversa foi identificado um grande interesse local na produção de registros escritos e audiovisuais das práticas culturais comunitárias, capazes de representar estratégias de resistência frente às pressões recorrentes sobre os direitos das comunidades do município. Ainda que parcialmente, a pesquisa buscou atender a essa demanda local, por meio da produção de narrativas com os atores comunitários.

Assim, a escuta dos atores sociais locais ocorreu individualmente, embora, em alguns casos, em função da idade do colaborador e das dificuldades de deslocamento, algum membro da família tenha participado como ouvinte. A seleção do colaborador subsequente seguiu a orientação da rede de indicações. Esse recurso de pesquisa, nas palavras de Costa e Mendes (2014, p. 23), permite que “os atores identificados inicialmente se engajem na própria identificação da rede, de forma que façam a indicação de novos atores a serem contatados”. As mesmas autoras explicam que esse método tende a permitir ao pesquisador seguir os rastros das redes de relações estabelecidas entre os grupos sociais, no território estudado.

Embora esse método possa facilitar a escolha dos colaboradores, uma vez que a escolha dos atores para o processo de escuta se finaliza a partir da saturação das indicações, parece importante reconhecer também suas limitações. Nesse sentido, uma limitação evidente é a

possibilidade de a indicação não seguir critérios éticos, estritamente vinculados à aderência ao tema, o que pode conferir poder e privilégio de fala a um grupo específico designado a participar da pesquisa (COSTA; MENDES, 2014).

No entanto, ainda que pudesse haver a limitação mencionada, considerou-se que esse método seria o mais adequado para a pesquisa, visando alcançar uma diversidade dos grupos locais. Por meio da rede de indicações, foram produzidas 24 narrativas entre junho de 2022 e abril de 2023, em três municípios, sendo estes Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia, conforme perfil dos colaboradores descrito no **Quadro 5**, a seguir.

**Quadro 5:** Matriz-síntese sobre o perfil dos colaboradores da pesquisa.

<b>nº</b>	<b>Colaborador</b>	<b>Gênero</b>	<b>Faixa Etária</b>	<b>Data</b>	<b>Município</b>	<b>Comunidade Pertencente</b>
1	Praia de Armação	Feminino	70-80	16 de junho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
2	Praia da Ferradura	Feminino	60-70	16 de junho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
3	Mirante do Boi	Feminino	70-80	16 de junho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
4	Praia Brava	Feminino	60-70	23 de junho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
5	Praia dos Ossos	Feminino	70-80	23 de junho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
6	Ponta do Pai Vitório	Feminino	60-70	08 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
7	Praia do Canto	Feminino	80-90	08 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
8	Ilha do Caboclo	Feminino	50-60	15 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
9	Ponta da Lagoinha	Feminino	50-60	15 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
10	Praia da Gorda	Feminino	60-70	22 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
11	Poço do Tatu	Feminino	60-70	22 de julho de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
12	Praia da Azeda e Azedinha	Feminino	60-70	27 de agosto de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
13	Praia de João Fernandes	Feminino	60-70	27 de agosto de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
14	Poço do Amor	Feminino	70-80	07 de setembro de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara

15	Praia de Geribá	Feminino	70-80	07 de setembro de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
16	Morro do Telégrafo	Masculino	60-70	21 de outubro de 2022	Arraial do Cabo	Pescador artesanal/cabista da Praia Grande
17	Manguinhos	Feminino	60-70	24 de novembro de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
18	Praia do Forno	Feminino	60-70	27 de novembro de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
19	Poço da Bomba	Feminino	90-100	27 de novembro de 2022	Armação dos Búzios	Caiçara
20	Lagoa de Araruama	Masculino	60-70	06 de dezembro de 2022	São Pedro da Aldeia	Pescador artesanal da Praia da Pitória
21	Furna das Mulheres	Feminino	60-70	09 de dezembro de 2022	Arraial do Cabo	Pescadora artesanal/cabista da Praia Grande
22	Serra de Sapiatiba	Masculino	40-50	10 de dezembro de 2022	São Pedro da Aldeia	Quilombo da Caveira
23	Mangue de Pedras	Feminino	50-60	13 de dezembro de 2022	Armação dos Búzios	Quilombo da Rasa e Secretaria de Cultura
24	Praia do Kalunga	Feminino	50-60	24 de abril de 2023	Armação dos Búzios	Quilombo de Baía Formosa e Caiçara

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Considerando que essa região é tensionada por muito conflitos provenientes das diferentes leituras de mundo e dos interesses em jogo, a identidade dos colaboradores da pesquisa foi preservada. Os nomes escolhidos para representar cada um, referem-se às paisagens consideradas patrimônios naturais e culturais locais, inseridas, em grande parte, em áreas do PECS ou seu entorno. Vale destacar ainda no universo estudado, a predominância de narrativas femininas, posto que as mulheres estão à frente de grande parte das iniciativas vinculadas às articulações políticas e às mobilizações sociais para as lutas e reivindicações no território da RTCS.

Para a produção dessas narrativas, nos encontros com os colaboradores da pesquisa foi solicitada, ainda, a permissão para a gravação de voz em dispositivo eletrônico, visando a obtenção de registros auditivos que, na sequência, foram transcritos na íntegra e revisitados pela pesquisadora. Esse recurso potencializou a análise dos focos temáticos dos encontros, na etapa de interpretação dos resultados. Com esse direcionamento, buscou-se identificar que outras



percepções poderiam emergir sobre o tema em foco, além de registrar práticas culturais do lazer experimentadas na dimensão local do cotidiano desses grupos.

Nesse sentido, uma questão fundamental para a viabilização da pesquisa foi a vinculação da tese ao projeto de pesquisa e extensão já em andamento, intitulado “*Saberes e ocupações tradicionais: memória, ocupações e desenvolvimento local*”, conforme anteriormente mencionado. Isso porque, não seria possível apreender as sutilezas e subjetividades atribuídas aos significados contra hegemônicos do lazer, sob a perspectiva comunitária, por meio de questões objetivas e diretas, como: “O que você compreende como lazer?”

Ciente desse desafio, a vinculação da tese ao projeto de pesquisa e extensão possibilitou a imersão no cotidiano das comunidades para a produção de narrativas que resultaram em livros artesanais<sup>32</sup>, contendo registros dos saberes e fazeres culturais das comunidades envolvidas, conforme **Apêndice 6**. A partir dessa inserção no território, foi possível a participação em celebrações coletivas, manifestações para a reivindicação de direitos, encontros com fins de sociabilidade, intervenções pedagógicas comunitárias, entre outras iniciativas, conforme apresentado na **Figura 4**, a seguir.

---

<sup>32</sup> A produção dos livros artesanais foi inspirada na metodologia descrita em: COSTA *et al.* Minha vida dá um livro: escuta sensível e produção de vida. In: SILVA, E. da. (Orgs). **Saúde Coletiva: Solução de Problemas e Qualificação do Profissional 2**. Editora Atena. 2020. p. 143-160.

**Figura 4:** Registros fotográficos da participação em iniciativas comunitárias: Exposição Heróis do Mar, movimento em favor da conservação do Poço da Bomba, contação de histórias caiçaras em escola pública municipal e produções tradicionais na Festa Junina.



**Fonte:** A autora (2023).

Essa experiência foi fundamental para a compreensão mais aprofundada sobre a leitura de mundo das comunidades envolvidas na pesquisa, incluindo a temática do lazer. Também foi central para a abertura do campo, no sentido da aceitação da pesquisa no território estudado. Isso porque, as comunidades locais, muitas vezes, têm resistência a novas propostas de investigação, devido à falta de compromisso de muitos atores externos (desde pesquisadores até investidores do setor privado) que vêm atuando historicamente na região. Contudo, conforme anteriormente mencionado, o registro de saberes e práticas constitui um grande

interesse das comunidades. Nesse sentido, essa pode ser considerada uma contribuição da tese em seu movimento de intervenção psicossocial no território.

Assim, durante a imersão na realidade das comunidades da região, a observação participante das iniciativas comunitárias foi registrada em Caderno de Campo e detalhada no **Apêndice 7**. As datas e locais estão sistematizados no **Quadro 6**, a seguir.

**Quadro 6:** Matriz-síntese sobre as iniciativas comunitárias aproximadas por meio da observação participante.

<b>Iniciativa comunitária</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Exposição Homens ao Mar	24 de junho de 2021	Armação dos Búzios
Projeto Sou Búzios - Somos do Mar	29 de junho de 2021	Armação dos Búzios
Feira Quilombola da Rasa	17 de julho de 2021	Armação dos Búzios
Exposição Nossa Sra. Sant'Anna	17 de julho de 2021	Armação dos Búzios
Acolhimento do cônsul da República Dominicana pela Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo	31 de julho de 2021	Arraial do Cabo
Oficina de produção de canoas e rendas de bilros	08 de outubro de 2021	Arraial do Cabo
Pesca de Gancho próximo à “Janela do Paraíso”	22 de outubro de 2021	Arraial do Cabo
I Feira de Comunidades Tradicionais	27 e 28 de maio de 2022	Armação dos Búzios
Trilha por caminhos caiçaras e movimento de reivindicação pela conservação do Poço da Bomba	16 de junho de 2022	Armação dos Búzios
Inauguração da exposição Heróis ao Mar	27 de junho de 2022	Armação dos Búzios
Pescando Tradições e Compartilhando Saberes	07 de julho de 2022	Arraial do Cabo, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia
Produções tradicionais na Festa Junina	08 de julho de 2022 e 22 de julho de 2022	Armação dos Búzios

Festa de 76 anos da Colônia dos Pescadores Z-23 (1ª de Búzios)	20 de agosto de 2022	Armação dos Búzios
1º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”	27 de agosto de 2022	Armação dos Búzios
Café de Inauguração da Sede das Caiçaras	07 de setembro de 2022	Armação dos Búzios
2º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”	28 de outubro de 2022	Armação dos Búzios
Contação de histórias caiçaras na E. M. Emigdio Gonçalves Coutinho	01 de novembro de 2022	Armação dos Búzios
Contação de histórias caiçaras em comemoração aos 27 anos da E. M. Emigdio Gonçalves Coutinho	24 de novembro de 2022	Armação dos Búzios
3º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”	25 de novembro de 2022	Armação dos Búzios
Produções Tradicionais da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo	07 de dezembro de 2022	Arraial do Cabo
I Encontro de Cultura Popular Buziana	10 de dezembro de 2022	Armação dos Búzios

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com base no **Quadro 6** apresentado, vale mencionar que, além das iniciativas comunitárias acompanhadas durante a pesquisa, a escrita conjunta com as comunidades locais de propostas para a captação de recursos para o território, representou uma importante ação no sentido de compreender as dinâmicas regionais e apoiar suas produções locais.

Assim, após descrição da etapa metodológica de imersão no campo, a seguir se apresenta a contribuição do Estágio de Capacitação no Exterior para a complementação da pesquisa.

## 2.6 CAPACITAÇÃO NO EXTERIOR - BOLSA PRINT/CAPES

Uma etapa metodológica importante ao longo da pesquisa foi a submissão de um recorte da tese intitulado “*Lazer pela perspectiva comunitária: áreas protegidas como laboratórios vivos de análise para a integração Brasil-França no horizonte da Agenda 2030*”, ao Processo Seletivo de Candidatos à Bolsa de Capacitação Discente de Doutorado, no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional do Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia

Social (EICOS), no Programa de Internacionalização (PrInt) da Capes e o Estágio realizado na França entre janeiro e março de 2023.

Para pleitear o acesso à bolsa de estudos em 2023, em permanência por três meses no *Institut de recherches et d'études supérieures du tourisme* (IREST), vinculado à Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, foi necessária a complementação do referencial teórico-metodológico da tese, a partir do aprofundamento em casos envolvendo o lazer comunitário em áreas protegidas e entorno, segundo uma perspectiva franco-brasileira. Além disso, o exercício de candidatura à bolsa gerou a oportunidade de apresentação dos resultados parciais da tese e de receber comentários para a complementação e conclusão da pesquisa.

Também foi realizado levantamento e sistematização de informações junto às bases de dados dos órgãos governamentais franceses, além de terem sido consultados livros e artigos científicos sobre a temática, disponíveis nas bibliotecas da universidade, em complementação à investigação realizada com esse objetivo no Brasil, em fontes de consulta nacionais.

Outra ação importante foi a visita técnica a algumas áreas protegidas francesas para a identificação de possíveis iniciativas de lazer desenvolvidas sob a perspectiva comunitária, buscando mapear as potencialidades e os desafios enfrentados nesses casos. O resultado dessa experiência será a produção de um artigo científico, em conjunto com a equipe francesa de pesquisadores, sobre as diferentes realidades dos dois países, a ser submetido em revista indexada internacional.

## 2.7 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

A etapa subsequente consistiu na sistematização das informações obtidas na pesquisa de campo. Para isso, foi realizada a transcrição na íntegra das narrativas dos colaboradores da pesquisa e das gravações das reuniões do Conselho Consultivo do PECS, além da organização das informações anotadas no Caderno de Campo durante a observação participante, para análise e interpretação dos resultados obtidos, com base em uma adaptação da técnica de *Análise de Conteúdo* de Bardin (2016).

A proposta desse método envolveu: 1) A organização do material obtido em campo; 2) A definição de categorias *a posteriori* por eixos temáticos de análise, com o objetivo da classificação dos elementos de significação das narrativas; e 3) A interpretação dos resultados, a partir da reflexão sobre as informações obtidas por dados primários, complementados pelos levantamentos de fontes de dados secundários. A escolha dessa técnica considerou a possibilidade de análise das enunciações que, por uma perspectiva sistêmica, detalham suas

informações, propiciando aproximação do pesquisador com as leituras realizadas pelos interlocutores (BARDIN, 2016).

Com base nos objetivos da tese, os eixos de interpretação para análise das narrativas foram definidos *a posteriori*, considerando a escuta dos colaboradores da pesquisa e a observação participante em campo, complementados com a transcrição na íntegra das reuniões do Conselho Consultivo do PECS realizada com financiamento do projeto de pesquisa Universal/CNPq<sup>33</sup>. Esses temas são: 1) Narrativas identitárias; 2) Narrativas silenciadas pelo “progresso”; e 3) Narrativas insurgentes.

Os resultados obtidos foram, na sequência, apresentados aos colaboradores da pesquisa e por eles validados, com especial atenção à permissão dos povos e comunidades tradicionais para a divulgação das informações relacionadas aos seus valores socioculturais, conforme se descreve, a seguir.

## 2.8 “OBJETIVO RESOLUTIVO” E DESDOBRAMENTOS INESPERADOS

Um desconforto e ao mesmo tempo um ensejo que atravessou todo o percurso metodológico da pesquisa, refere-se ao reconhecimento da importância em se expandir e desdobrar os resultados alcançados, em ações prático-aplicadas que possam contribuir efetivamente, para apoiar iniciativas dos territórios abrangidos pela investigação. Com esse direcionamento, o convite de Bispo dos Santos (2015) para gerar um “objetivo resolutivo” no movimento de descolonização da academia, tornou-se uma grande inspiração.

Conforme mencionado anteriormente, nas primeiras conversas com as comunidades locais para a apresentação da pesquisa, foi percebida a importância de elaboração de registros dos saberes e práticas tradicionais na região que pudessem representar para elas instrumentos de luta cotidiana, em apoio aos movimentos de mobilização dos diferentes grupos locais (pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas/marisqueiras) para o reconhecimento da sua identidade coletiva, bem como de seus direitos de acesso e uso dos territórios originários, em um contexto de avanço das tendências neoliberais e capitalistas sobre a dinâmica da RTCS.

Assim, por meio do projeto de pesquisa e extensão anteriormente mencionados, foram produzidos livros artesanais, a partir das narrativas dos “sujeitos coletivos”, com base em uma adaptação metodológica da proposta de Lefevre e Lefevre (2006, p. 519), de acordo com os

---

<sup>33</sup> Projeto de pesquisa, com duração de 3 anos, intitulado: “Políticas públicas de turismo no Rio de Janeiro: análise crítica, desafios e projeção de cenários para a internalização dos compromissos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no horizonte da Agenda 2030”. Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 - Universal/Faixa C - De R\$ 0,00 a R\$ 120.000,00.

quais: “a coletividade, falando na primeira pessoa do singular, não apenas ilustra o regime regular de funcionamento das representações sociais como também é um recurso para viabilizar as próprias representações sociais como fatos coletivos”.

Inspirados na Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Jodelet (1989), os autores reconhecem a dificuldade de apreender a complexidade vinculada ao “eu coletivo”, inclusive por uma questão do próprio dispositivo linguístico disponível. Não só em português, mas também em outros idiomas, a lógica ocidental estrutura apenas a construção de um “eu” ou de um “nós”. Este último traduz a soma resultante de uma relação binária de um “eu” e de um “outro(s)”, mas não alcança as subjetividades inerentes ao “eu coletivo” mais amplo e profundo do que simplesmente a soma de todos.

Nesse sentido, a proposta de buscar compreender o “sujeito coletivo” em um contexto marcado por um grande sentido de pertencimento comunitário representa uma possibilidade de decodificação do que o colaborador da pesquisa “enquanto pessoa coletiva, esteja, ao mesmo tempo, falando como se fosse indivíduo, isto é, como um sujeito de discurso ‘natural’, mas veiculando uma representação com conteúdo ampliado” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006, p. 519). Desse modo, como parte da devolutiva da pesquisa, os livros artesanais foram produzidos com base em diferentes narrativas individuais que foram costuradas pela pesquisadora em um movimento que buscou a tradução do “eu coletivo” representativo das realidades locais.

É importante ainda mencionar que essa experiência tangenciou, frequentemente, a abordagem de temas profundos, difíceis e dolorosos para os colaboradores da pesquisa, despertando emoções tanto no narrador quanto na pesquisadora. E ainda, ao final do processo de escuta, desdobramentos não previstos emergiram, como o interesse de alguns colaboradores da pesquisa por também redigirem as suas próprias reflexões sobre a realidade vivida, o que ilustrou a potencialidade da construção de laços de confiança e alianças entre as vozes da academia e aquelas das comunidades locais.

Assim, com base nas etapas metodológicas aqui descritas, apresenta-se, no capítulo a seguir, reflexões sobre o *Lazer de Base Comunitária* (LBC), como proposta epistemológica da tese.

### **3 LAZER DE BASE COMUNITÁRIA (LBC): Arriscando uma via epistemológica colaborativa e contra hegemônica**

---

*“A festa é espaço de subversão de cidadanias negadas. Inventou-se na rua a aldeia roubada nos gabinetes. Disciplinar a rua, ordenar o bloco, domesticar os corpos, sequestrar a alegria e enquadrar a festa, por sua vez, foi estratégia dos senhores do poder na maior parte do tempo” (SIMAS, 2021, p. 122).*

Este capítulo parte de um profundo desconforto com a literatura dominante no campo de estudos do lazer e se dirige à discussão sobre o tema na América Latina. Com esse direcionamento, a Psicossociologia, uma lente interpretativa interdisciplinar, é adotada como base de ancoragem para orientar uma leitura contra hegemônica sobre as múltiplas dimensões que a prática cultural complexa e polissêmica do lazer envolve nos territórios do *Sul global*. Para além do referencial teórico-conceitual latino-americano sobre o tema, essa seção da tese sintetiza as reflexões decorrentes da própria observação participante na imersão das experiências comunitárias no campo de pesquisa escolhido, registras em Caderno de Campo, no sentido de colocar em prática o exercício de reconstrução epistêmica sobre o tema em foco, a partir das realidades vividas.

Nesse sentido, discute-se o lazer pela perspectiva descolonial à luz das questões complexas que historicamente vem atravessando esse campo de estudo, e vem influenciando também o processo de colonização epistêmica sobre o tema, fazendo prevalecer uma leitura europeia que parece negligenciar outras possibilidades interpretativas nas realidades dos povos do *Sul*. Ciente desse contexto crítico, esse capítulo busca tensionar algumas afirmações entendidas como universalizantes, centradas em uma única perspectiva de mundo que estabelece uma relação binária e dicotômica entre tempo de trabalho e de lazer, concedendo a este último uma importância apenas secundária na escala de prioridades de uma sociedade produtivista que encontra, na indústria cultural de massa, a oportunidade de manutenção dos seus dispositivos de dominação, poder e alienação coletiva.

Tendo esse debate como ponto de partida e reconhecendo a importância da disputa de narrativas para o reconhecimento de uma construção contra hegemônica sobre o tema, buscou-se delinear uma leitura psicossocial das práticas culturais de lazer, atenta às especificidades do contexto da América Latina, a partir das pistas colaborativas apreendidas na vivência com os povos e comunidades tradicionais no campo de estudo. Isso significa dizer que, o que se propõe aqui, é uma construção epistêmica desde o território e as territorialidades envolvidas, considerando as peculiaridades socioculturais dos povos do *Sul global*, cuja cosmovisão não



parte, necessariamente, de uma compreensão dualística e polarizada da relação espaço-tempo. Por essa razão, o tempo laboral não é compreendido em linhas rígidas, segmentado daquele de práticas não obrigatórias, como se defende, em geral, na literatura ocidental que busca forjar uma gênese do lazer no marco da Revolução Industrial.

Para aprofundar a reflexão, este capítulo considera, ainda, as interseccionalidades nas relações assimétricas de poder e dominação entre etnias, gêneros, classes econômicas, entre outras, que se constituem como tensões nesse campo, na origem de passivos sociais no contexto da realidade latino-americana e que, nesse sentido, não podem ser negligenciadas. Além disso, o lazer, uma vez interpretado por perspectivas distintas da leitura dominante, pode ser compreendido como uma via para a manifestação das potências criativas, subversivas e transformativas que podem influenciar a dimensão existencial, de modo a inspirar outros modos de estar no mundo e se relacionar em sociedade, conforme se debate, a seguir, por meio da proposta em construção do que se pretende denominar, a partir daqui, de um *Lazer de Base Comunitária* (LBC).

### 3.1 UMA CRÍTICA AO “LAZER SIMULACRO” COMO ESTRATÉGIA DE ESPETACULARIZAÇÃO DAS NATUREZAS E INVISIBILIZAÇÃO DAS CULTURAS

A sociedade industrializada, urbana e moderna, embora confrontada com questões complexas na contemporaneidade, parece ainda circunscrita no que Morin (2011) considera como o “grande paradigma do Ocidente”. Este paradigma é regido por uma lógica disjuntiva e reducionista que destitui a realidade de suas dimensões sistêmica e integrada, reduzindo a complexidade dos fenômenos a matrizes coloniais-modernas de significados, como a cisão entre naturezas e culturas, assim como entre afeto e razão (QUIJANO, 2005; WALSH, 2013; KRENAK, 2019).

Partindo dessa leitura, Prado Filho e Martins (2007) discutem que o sujeito ocidental-moderno está aprisionado em polaridades discursivas marcadas por uma relação ética ambígua e contraditória. Estas se desdobram em dilemas políticos ilustrados, por um lado, pelo sentido de individualismo e, por outro, pelo sentido comunitário necessário ao fortalecimento dos laços identitários e de pertencimento. Assim, o paradigma da dissociação e dicotomização da realidade, ao se tornar epistemologicamente dominante, vem deslegitimando outras possibilidades de compreensão ontológica, de cosmovisões, de experiências e formas

organizativas dos povos latino-americanos em seus territórios (FONSECA; NASRI; IRVING, 2020).

A desqualificação do conjunto de valores culturais distintos dos ocidentais dominantes, ilustra, ainda, uma evidente crise de percepção de mundo, discutida em profundidade na obra de Adichie (2018). A autora alerta para o perigo da construção de uma única narrativa que fundamente imaginários coletivos e estereótipos hegemônicos globais. Também por essa razão, a produção de narrativas não está isenta de intencionalidades e expressa relações hierárquicas de poder. Considerando que nenhuma narrativa é neutra ou imparcial, mas traduz os distintos modos de ser, pensar, compreender e estar no mundo, adotar uma única leitura da realidade significa negar a complexidade e a pluralidade das experiências e modos de vida em sociedade.

Nessa perspectiva, é importante que se questione a intencionalidade das narrativas que influenciam a produção de significados na contemporaneidade, contextualizando suas construções em termos históricos, sociais e políticos. Isso porque, para Prado Filho e Martins (2007), a produção de subjetividades não ocorre por uma via naturalizada ou restrita a questões de ordem biológica, mas está inserida em um contexto histórico, vinculado a um recorte espaço-temporal. Por essa via interpretativa, a leitura sobre o lazer, foco central dessa pesquisa, parece ser decodificada sob a lógica do sistema colonialista, capitalista e neoliberal vigente.

Isso porque, grande parte da literatura dirigida à discussão sobre o tema associa a sua origem à Revolução Industrial, iniciada na Europa, particularmente na Inglaterra, no século XVIII, que consagrou a divisão social do trabalho (STOPPA; ISAYAMA, 2017; BAHIA, 2018). Essa leitura vem circunscrevendo o debate às polaridades discursivas entre trabalho e lazer, tempo de uso compulsório e livre, produtividade e ócio, evidências claras da influência do pensamento eurocêntrico nesse campo (GOMES; ELIZALDE, 2012; AROSTEGUY, 2018).

O pioneirismo dos autores europeus, sobretudo franceses, como Dumazedier (1973; 1975; 1979), na discussão sobre o tema vem influenciando a percepção de ter sido a Europa o *locus* de emergência do próprio sentido de lazer, uma afirmativa a ser questionada, como parte dos mitos modernos, de acordo com o argumento defendido por Gomes (2017)<sup>34</sup>. Essa via analítica simplista, baseada em uma leitura homogeneizante sobre o tema, vem resultando em uma reflexão apenas marginal sobre o campo do lazer, subjugado ao debate sobre o tempo do trabalho remunerado, segundo um sentido funcionalista, como contrapartida às rotinas

---

<sup>34</sup> Isso implica, também, na necessidade de problematização sobre a origem do lazer, no contexto histórico de reconhecimento do tempo livre como direito trabalhista, a partir da reivindicação por melhores condições ocupacionais, incluindo férias remuneradas e redução das jornadas laborais, conforme frequentemente discutido na literatura especializada. Isso porque, essa perspectiva negligencia as possibilidades de práticas de lazer que antecedem esse marco histórico.

exaustivas, conforme reiteradamente discutido por Gomes *et al.* (2009), Arosteguy (2018), Maurício *et al.* (2021), entre outros. Assim, o significado de lazer em associação à necessidade de evasão e fuga do mal-estar civilizatório, incorre, não raro, no pressuposto de escolhas padronizadas para usufruto do tempo livre (RAIMUNDO, 2019)<sup>35</sup>.

Além disso, a perspectiva convencional sobre o lazer, em oposição ao trabalho, que caracteriza a dinâmica da sociedade urbana e ocidentalizada, vem conduzindo, frequentemente, ao que se poderia entender como a desvalorização do tempo livre (MARCELLINO, 2001), tendo em vista os valores engendrados pelo sistema produtivista em vigor, na origem de uma “sociedade do cansaço”, como discutido por Han (2017). Nesse sentido, o autor enfatiza os adoecimentos psíquicos e a dificuldade relacional na atualidade, resultantes, em parte, de uma supervalorização e maximização do sentido de desempenho individual.

Embora seja recorrente a narrativa controversa de flexibilização das condições de trabalho, como uma suposta conquista da liberdade e autonomia dos sujeitos sobre a organização do seu próprio tempo, percebe-se uma inserção cada vez maior da sociedade em um circuito de produtividade em tempo integral. No campo do lazer, a proposta de “ócio criativo” do sociólogo De Masi (2000), desde uma perspectiva eurocêntrica, compreende que a redução das jornadas de trabalho vem favorecendo a conciliação entre a racionalidade inerente às forças produtivas e a afetividade expressa pela espontaneidade do ócio, o que, em tese, poderia contribuir para o aumento da criatividade, da motivação e do engajamento nos processos produtivos<sup>36</sup>.

Contudo, esse não parece ser o caso da América Latina. Isso porque, nesses países, caracterizados pela desigualdade social, ainda prevalecem, na dinâmica do trabalho, as ocupações de cunho operacional, subjugadas a longas jornadas de produção e pouco reconhecimento no plano financeiro. Nesse sentido, a leitura de De Masi (2000) tem sua origem no contexto de países europeus, cuja dinâmica econômica se vincula a um período dito pós-industrial. Um risco associado a essa narrativa é o estabelecimento de limites tênues e difusos entre a esfera social do trabalho e a esfera da vida privada.

É importante considerar, ainda, que a supervalorização do trabalho advém, historicamente, da sua percepção como um importante dispositivo de controle dos corpos e

---

<sup>35</sup> Configurando, por exemplo, os fluxos massivos de deslocamento para um destino turístico em um mesmo período.

<sup>36</sup> As práticas organizacionais vêm sendo criticadas nesse sentido, como ocorre com a empresa *Google*, conhecida por dispor de ambientes de trabalho despojados, onde os funcionários têm acesso a opções de entretenimento, sem a separação de limites rígidos entre a produtividade e o ócio. Essa estratégia, entretanto, parece traduzir os próprios princípios neoliberais e capitalistas de produção.

alienação das mentes pelo Estado e pelas instituições religiosas, influenciando narrativas que contribuem para atribuir ao usufruto do tempo livre, muitas vezes, o significado de “pecado”, “vício” e “preguiça”, consolidando argumentos conservadores voltados à desmobilização de sua prática, por meio de sua decodificação pejorativa, como “prazer mundano”, “irrelevante” e “superficial” (GOMES *et al.*, 2009). Essa afirmação é ilustrada pela leitura de Simas (2021, p. 122) que reconhece ser a rua um espaço de encontro, com potencial subversivo, temido pelas instituições que, em suas palavras, contribuem para criar a “flagrante oposição entre um conceito civilizatório elaborado exclusivamente a partir do cânone ocidental, temperado hoje pela lógica empresarial e evangelizadora, e um caldo vigoroso de cultura das ruas forjado na experiência inventiva de superação da escassez e do desencanto”.

Este modelo de desenvolvimento<sup>37</sup> se efetiva, ainda, por meio das atividades neoextrativistas, a partir da expropriação de territórios e do poder doutrinador decorrente da forte aliança entre Estado e religião (principalmente, o Catolicismo no passado e o Evangelicalismo na atualidade). Essas tendências estão na origem da resistência de muitos setores da sociedade às manifestações culturais de rua, como as rodas de capoeira, os folguedos brasileiros, os bailes populares, os blocos de carnaval, entre outras, ou à sua espetacularização, conduzindo, em muitos casos, à privatização da festa popular, a partir da associação da rua ao lugar do “perigo” e “pecado” (SIMAS, 2021).

Não se pode negligenciar, nessa reflexão, o fato de no Brasil, em especial, a busca por um processo organizativo formal da sociedade brasileira ter sido baseada na disciplina, obediência e produtividade dos corpos. Principalmente, durante os 21 anos (1964-1985) após o Golpe de Estado que instaurou um regime de Ditadura Militar, o que fez emergir, no país, uma concepção do lazer associada à prática de atividades recreativas institucionalizadas, em contrapartida aos jogos, danças, festejos e outras expressões artísticas e culturais populares previamente realizadas pelos coletivos em espaços públicos ao ar livre. Tal conjuntura se fundamentou no argumento de que, o lazer, quando vivenciado livremente, poderia contribuir para sustentar vícios, desenvolver ações violentas e criar aversão às responsabilidades ocupacionais, em decorrência da permanência dos sujeitos na condição de negligência (GOMES; ELIZALDE, 2012; MARTINS, 2016; BAHIA, 2018).

---

<sup>37</sup> Nessa discussão, o caso brasileiro pode ser considerado como emblemático por ser este um Estado-Nação que vem buscando, no decorrer da história, o desenvolvimento e o progresso econômicos, com base em investimentos provenientes, sobretudo, do capital privado internacional, em consonância com os princípios do neoliberalismo (MASCARENHAS, 2005).

Com base nessa perspectiva, o modelo institucionalizado de compreensão e experimentação do lazer no país foi importado, em sua origem, dos Estados Unidos, inspirado na tendência dos *playgrounds*, praticado, mais enfaticamente, durante o século XIX (GOMES; ELIZALDE, 2012). Cabe lembrar, nesse sentido, que no Brasil, em 1946, foi criado, antes mesmo do estabelecimento do Regime Militar, o Serviço Social do Comércio (Sesc), para orientar a oferta de iniciativas recreativas populares em espaços institucionalizados, buscando, em certa medida, a manutenção do *status quo* vigente à época, por meio do controle e da vigilância das atividades recreativas desenvolvidas nesse período.

Assim, a partir de uma política de limitação das mobilizações sociais, buscava-se restringir o sentido do coletivo, para que fossem evitadas, durante o tempo livre, reflexões críticas ou movimentos disruptivos e de transformação social da realidade. Com intenção também de controle da vida privada, para além da esfera social, o divertimento e o descanso foram difundidos no imaginário social como vias temporárias para a evasão do cotidiano, tendo como principal grupo-alvo a classe operária subjugada a funções ocupacionais que tendiam à serialização e à alienação (MARCELLINO, 2001).

Desse modo, o lazer foi adotado como prática, pela esfera governamental, como um dispositivo de manipulação de massas, visando docilizar as classes populares e engendrar uma identidade nacionalista, a partir da implementação de políticas públicas de bem-estar social e de caráter assistencialista que promoviam o desenvolvimento de atividades recreativas em bairros periféricos das metrópoles. Com essa diretiva, o lazer passou a ser considerado como via estratégica para enfraquecer e desarticular manifestações, greves e revoltas contra o sistema político da época, além de garantir a internalização dos valores cívicos e morais (MASCARENHAS, 2004; 2005), principalmente, na articulação com o trabalho.

Por outro lado, cabe reconhecer que o Sesc, assim como o Serviço de Recreação Operária (SPO), entre outras instituições similares existentes à época, constituíram também marcos importantes na democratização do acesso aos conteúdos e às atividades recreativas que anteriormente eram de domínio exclusivo das classes socioeconomicamente favorecidas (GOMES, *et al.*, 2009). Vale ainda lembrar que o lazer, de maneira distinta de outras necessidades básicas humanas, como as ações de cuidado no campo da saúde, vem sendo historicamente compreendido como um privilégio de alguns e não como um direito fundamental, o que vem se refletindo em sua desvalorização, enquanto tema de debate acadêmico e foco de políticas públicas (PACHECO, 2016; RAIMUNDO, 2019).

Além disso, o predomínio de uma perspectiva colonial sobre o tema no país vem conduzindo o Estado à compreensão de que as camadas populares da sociedade, uma vez

desprovidas de educação e civilidade nos termos europeus, não estariam aptas a vivenciar conteúdos culturais, cujas referências importadas do *Norte global*, eram consideradas como eruditas e desenvolvidas, como exemplificado pelos concertos, as óperas e teatros (MARCELLINO, 2001; CARVALHO, 2010). Assim, o tempo livre da classe trabalhadora vem sendo decodificado, historicamente, como nocivo, prejudicial e uma ameaça ao desenvolvimento socioeconômico do país (GOMES *et al.*, 2009)<sup>38</sup>.

Em certa medida, é interessante notar que a disseminação de tais valores esteve associada ao campo das reformas médicas e da arquitetura e urbanismo, principalmente, no contexto das intervenções urbanas higienistas, como aquela iniciada pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), na cidade do Rio de Janeiro. Dentre outras transformações, essa reforma propôs a demolição de cortiços e, a construção de largos e praças, inspiradas nas cidades europeias, consideradas referências da modernidade. Desde então, o investimento público passou a ser dirigido à desocupação das ruas e, posteriormente, também, ao fortalecimento de espaços institucionalizados para recreação (BRUHNS, 2000).

Mas, ainda na atualidade, Pacheco (2016) discute ser recorrente, a veiculação, em canais midiáticos, de notícias associando o tempo livre da juventude urbana, periférica e, sobretudo, negra das camadas populares da sociedade, às ações de rebeldia, violência e/ou promiscuidade nas metrópoles do país. Na perspectiva do autor, ainda se discute pouco sobre a capacidade transformativa desses grupos na dinâmica das cidades, mas, de modo contrário, uma grande ênfase é dirigida à construção de estereótipos pejorativos, conduzindo à deslegitimação e exclusão de certos grupos sociais de políticas públicas, vinculadas ao planejamento urbano.

Nessa conjuntura, permeada por imaginários sociais contraditórios e estereótipos hegemônicos que desconsideram um entendimento mais amplo sobre a realidade em seus sentidos locais, investe-se, também, em espetáculos populares no Brasil. Inspirados em modelos da Roma Antiga, com base em uma perspectiva de “*otium*” ou do “pão e circo”, como eram conhecidos popularmente, estes espetáculos, à época. Esses passaram a ofertar o divertimento em massa, visando ocupar o tempo livre e reduzir as possibilidades de questionamento e crítica ao sistema político assimétrico e desigual em vigor (CARVALHO, 2010; GOMES; ELIZALDE, 2012)<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Também por essa razão essa prática só poderia ser efetivada por meio de atividades moralmente aceitas e supervisionadas.

<sup>39</sup> Um exemplo claro dessa afirmação pode ser ilustrado pela transmissão em larga escala das partidas de futebol, no período de forte censura da Ditadura Militar. Naquele momento, enquanto os Direitos Humanos eram violados, o foco de atenção da sociedade brasileira esteve dirigido aos eventos esportivos divulgados em larga escala, por meio da indústria do entretenimento.

Gomes e Elizalde (2012) mencionam ainda que espetáculos esvaziados de sentido analítico objetivam despolitizar a população, principalmente no caso das camadas socioeconômicas menos favorecidas. Para Carvalho (2010), o espetáculo, sob manipulação do Estado e baseado frequentemente no protagonismo do setor privado, ganha força no século XIX para atender as demandas de entretenimento das classes urbano-industriais que buscam conteúdos de absorção passiva e imediata. Nesse sentido, as produções audiovisuais consumidas em ampla escala, como as redes televisiva e cinematográfica constituem exemplos claros desse movimento (BATINGA; PINTO, 2019).

A intenção nos bastidores dessas produções parece ser, justamente, a alienação do espectador com relação ao conteúdo veiculado. Dessa forma, as informações tendem a não atingir a dimensão existencial dos sujeitos e, por conseguinte, não contribuem para transformar o sentido de suas práticas cotidianas, uma vez que expressam apenas um significado superficial e fugaz com relação ao conteúdo abordado. Isso ocorre pela via da simplificação, fragmentação e descontextualização dos conteúdos, gerando fácil assimilação.

Com relação à dimensão da alteridade no contexto das manifestações culturais, vale notar que muitas práticas populares vinculadas aos povos e comunidades tradicionais vêm sendo, de modo pejorativo, consideradas como folclore pelas sociedades ocidentais (VIEIRA, 2014). Nesse sentido, Krenak (2019) alerta para o esforço de enquadramento das crenças coletivas e ancestrais em uma matriz de significados dominante que fundamenta uma única perspectiva de mundo. Esse movimento tende a ser refratário à diversidade de cosmovisões e, por essa razão, transforma em lenda ou mito aquilo que não consegue explicar, padronizar ou verificar, a partir de seus próprios valores e métodos.

No circuito do consumo de massa contemporâneo, a descontextualização dos rituais, assim como de outras práticas culturais consideradas por alguns povos como sagradas, tornou-se ainda mais evidente com o avanço do sistema capitalista. Isso porque, a lógica da produção ilimitada e da produtividade competitiva, no contexto das ocupações profissionais, tornaram-se pilares fundamentais da existência humana na contemporaneidade. Assim, a perspectiva economicista de lazer, o “mercolazer” (MASCARENHAS, 2005), passou a representar uma possibilidade de controle não apenas do tempo de trabalho, mas também do tempo livre, por meio dos dispositivos de difusão do desejo de consumo em massa.

O esgarçamento das relações “líquidas”, a superficialidade das experiências, o encurtamento do espaço e a compressão do tempo social são assim importantes nuances que forjaram a necessidade do consumo excessivo na sociedade (BAUMAN, 2008; MARTINS, 2016; BATINGA; PINTO, 2019). Esse cenário vem favorecendo a predominância das práticas

de lazer no circuito das ofertas de mercado, sendo os *shoppings centers*, as produções cinematográficas e as excursões massificadas para destinos balneários, alguns exemplos emblemáticos nesse sentido (MASCARENHAS, 2005; RAIMUNDO, 2019).

Ainda como efeitos do processo de inserção da dinâmica do tempo livre na lógica do capitalismo, cada vez mais, vai se consolidando a criação de novos imaginários<sup>40</sup> e a projeção de desejos homogeneizantes no campo de experimentação do lazer. Por todas as razões mencionadas, parece possível afirmar que a perspectiva ocidental de mundo vem construindo o sentido de lazer sob a relação paradoxal entre trabalho, descanso e consumo no plano dos entretenimentos de massa, o que, na leitura de Figueiredo e Saré (2014), afasta a possibilidade de um debate mais profundo e politizado sobre o tema.

No caso latino-americano, especificamente, essa tendência parece também ter origem, em grande parte, na própria história de colonização e na colonialidade subjetiva que parece difundir, no imaginário coletivo dos povos do *Sul*, a falsa percepção de serem os estilos de vida norte-americano e europeu superiores e “mais desenvolvidos”, tornando-se esses, parâmetros a serem alcançados, inclusive, no campo do lazer. Nesse sentido, no Brasil, particularmente, é evidente a influência do “*american way of life*” na vinculação do divertimento aos destinos balneários, aos parques temáticos, às lojas de departamento, às boates e aos estabelecimentos de *fast food* (MASCARENHAS, 2004).

Com enfoque na colonização subjetiva do lazer, Mascarenhas (2005) aponta que, o imaginário referente a uma vida hedônica, baseada em valores difundidos por outros países, se consolida no Brasil na década de 1990, a partir do crescimento vertiginoso da comercialização de “produtos do intangível”, visando momentos de diversão em família, descanso em paisagens cênicas e paradisíacas, além da afirmação do próprio *status* social, ainda mais evidente no contexto atual de difusão das tecnologias da informação e comunicação, sobretudo, nas redes sociais.

No plano internacional, a fetichização das práticas culturais latino-americanas também tem sido uma tendência. Nesse caso, Gomes *et al.* (2009) mencionam que os eventos desportivos (como os jogos de futebol), além do samba, do Carnaval, da capoeira e dos deslocamentos à praia são práticas vinculadas à identidade coletiva no país. No entanto, os autores afirmam terem sido essas práticas cooptadas e ressignificadas pela via mercadológica, tornando-se lucrativas para a movimentação da indústria cultural do entretenimento entre o

---

<sup>40</sup> Atualmente, os setores turístico e de produção cultural, vêm influenciando, em grande parte, as escolhas individuais que, a princípio, pareciam autônomas, mas que estão vinculadas a modelos pré-estabelecidos pela sociedade.



público estrangeiro, reforçando a lógica da ressignificação das práticas latino-americanas pelo mercado, no plano global.

Compartilhando essa perspectiva analítica, Mascarenhas (2005) elenca três formas predominantes de lazer praticadas no Brasil. A primeira, refere-se ao lazer privado, constituído pelos clubes recreativos que estabelecem taxas para associação e participação nas atividades cotidianas. A segunda, ao lazer público, realizado de forma ainda limitada no país, por meio de políticas sociais que têm nas atividades desportivas o seu principal foco. A terceira, ao lazer mercantil, operacionalizado pelo setor terciário da economia, com base na comercialização e aquisição de produtos e serviços e sua difusão, em termos dos interesses do mercado.

Assim, a perspectiva utilitarista, associada ao *modus operandi* capitalista, parece se agregar àquela funcionalista, marcada pelos valores de descanso, diversão e compensação das atividades laborais, propostos inicialmente na literatura francesa sobre o tema, como discutido anteriormente. Diante do contexto apresentado e dos antecedentes previamente situados, parece fundamental reorientar a leitura sobre o lazer, buscando dar visibilidade às práticas ainda pouco reconhecidas no debate sobre o tema na literatura acadêmica e nas narrativas de políticas públicas, que muitas vezes são realizadas de forma periférica ou clandestina nos territórios latino-americanos, por serem as mesmas, frequentemente, entendidas como ameaças ao sistema instituído, devido ao seu potencial de trazer à cena principal outras possibilidades que não aquelas circunscritas na lógica da produtividade e do consumo (GOMES, 2014; FIGUEIREDO; SARÉ, 2014).

Para justificar ainda mais esse argumento, não se pode desconsiderar que as próprias terminologias utilizadas para abordar o tema em questão expressam importantes contradições e paradoxos. Assim, enquanto grande parte dos países da América Latina adota terminologias como *ócio* ou *recreación*; no Brasil, especialmente, muitos autores adotam o próprio termo lazer, buscando demarcar as diferenças entre entretenimento “simulacro” e as práticas culturais vivenciadas, ludicamente, pelos sujeitos em seus cotidianos (GOMES, 2011), trazendo à cena um debate mais politizado para esse campo de estudos. Isso porque, em geral, no contexto nacional, o termo *ócio* designa a inexistência de atividades obrigatórias; e o termo recreação, a prática temporária de atividades prazerosas, recorrentemente associadas às atividades corporais, como as brincadeiras e os jogos, entre outras.

No entanto, muitos autores identificam uma tentativa reiterada de simplificação das discussões fenomenológicas sobre o lazer, no sentido de aprisioná-las ao campo estigmatizado do *ócio* ou das *práxis* recreativas, como forma de banalizar e deslegitimar a importância de associar o tema a um debate interdisciplinar mais amplo, em articulação com as questões de

saúde, “Bem-Viver”, qualidade de vida e desenvolvimento das capacidades críticas e autônomas dos sujeitos (GOMES, 2011; PACHECO, 2016). Assim, com base em uma perspectiva colonial-moderna, a estratégia de simplificação da discussão sobre o lazer parece se constituir em uma tentativa de sua difusão como debate desconexo de outras dimensões complexas da vida, como a espiritual, terapêutica, política e ética. Não se pode negligenciar, entretanto, ser o lazer uma via fundamental não apenas para esses campos da existência humana, mas também para a construção identitária dos sujeitos, para o estreitamento dos vínculos comunitários e para a consolidação do sentido de pertencimento ao comum.

Além de todas as questões previamente abordadas, discutir o lazer no Brasil, implica, ainda, em considerar na análise o histórico de passivos sociais no país, reconhecendo, inclusive, as interseccionalidades<sup>41</sup> envolvidas (RIBEIRO, 2019), referentes às desigualdades de classe, raça, gênero<sup>42</sup>, orientação sexual, religião etc. (BATINGA; PINTO, 2019). Cabe considerar que a desigualdade socioeconômica se reflete, inclusive, na experimentação do lazer. Assim, para os grupos de baixa renda que residem em áreas consideradas periféricas da cidade, a ocupação dos espaços públicos representa uma das principais formas de vivência comunitária, quando não, a única, em virtude do descaso de políticas públicas dirigidas a essas áreas (PACHECO; RAIMUNDO, 2014).

Nesse caso, a oportunidade de encontro da juventude proporcionada nesses espaços, por exemplo, por meio do desenvolvimento das artes, da dança, do esporte, das batalhas de *rap* e dos bailes *funk*, possibilita decodificá-los como *locus* potencial de insurgência contra a ordem instituída. Com essa perspectiva, Pacheco (2006, p. 94) menciona que: “diversas formas de insurgência contra a ordem da cidade global capitalista, inclusive por meio dos lazers, têm marcado os conflitos sobre os significados e usos dos espaços públicos urbanos”.

Importante também mencionar que, a tendência de concessão dos espaços públicos, como praças, parques e campos desportivos, à iniciativa privada que estabelece taxas de ingresso para acesso e uso (RAIMUNDO, 2019), tende a representar assim, um aspecto problemático desse debate. Nesse sentido, equipamentos diversos, anteriormente destinados ao uso coletivo, tornam-se de uso privativo, com base no argumento de descaso público para a sua manutenção, gerando uma limitação de espaços para o convívio cotidiano, também, nos bairros

---

<sup>41</sup> Configura o estudo sobre as diversas características sociais que, quando sobrepostas, podem elevar os níveis de opressão, dominação e discriminação sofridos entre os sujeitos (RIBEIRO, 2019).

<sup>42</sup> Nesse sentido, é primordial reafirmar os múltiplos papeis assumidos pelas mulheres, sendo seu tempo de trabalho superior àquele remunerado, em um país fortemente patriarcal. Em geral, as múltiplas funções envolvem o cuidado com o lar, com a maternidade, entre muitas outras que sinalizam para as assimetrias sedimentadas historicamente.

de baixa renda das grandes cidades (MASCARENHAS, 2004). Além disso, o lazer nas cidades é tensionado pela pressão recorrente da especulação imobiliária que investe em condomínios de luxo e complexos residenciais, com diversas opções de entretenimento e conforto, o que, somado à crescente violência urbana, vem motivando uma tendência “intramuros”, favorecendo a própria elitização do lazer nas cidades.

O movimento de “privatização e de elitização de lugares antes devotados ao uso público” (CRUZ, 2022, p. 19), na articulação com áreas naturais relevantes para a conservação, principalmente, próximas à zona costeira, de elevada importância em termos de belezas cênicas e paisagísticas, também vem se consolidando como uma tendência contemporânea, com claros desdobramentos sobre o sentido de lazer, no plano local. Essa tendência contribui para gerar a valorização comercial do solo, a especulação imobiliária, a gentrificação, além de favorecer o turismo de massa e os fluxos de veraneio, com consequência evidente na dinâmica local do lazer. Isso porque, esses locais passam a ser dirigidos ao consumo de experiências relacionadas ao imaginário de descanso e entretenimento de massa que conduz, em muitos casos, à própria saturação de certos destinos turísticos, considerados como “bolhas” distantes da realidade dos seus territórios de inserção.

A promoção desse tipo de lazer está na base dos processos de exclusão social, por meio de uma inserção apenas seletiva das comunidades locais nessa dinâmica. Nesse caso, uma tendência do que se optou por denominar nessa tese como “lazer simulacro”, efetivado pela via da invisibilização das culturas locais e espetacularização das naturezas. Por todas as razões discutidas e considerando a diversidade de contextos em que o lazer está inserido nos territórios, não se pode desconsiderar que sua interpretação “apresenta ambiguidades e contradições. Assim, o lazer pode tanto expressar formas de reforçar as desigualdades, injustiças, alienações e opressões sociais, como representar uma possibilidade de liberdade e dignificação da condição humana” (GOMES; ELIZALDE, 2012, p. 128-129). Por isso, é importante que se evite uma visão romantizada sobre o tema, tendo em vista o risco de sua eventual cooptação pelas forças dominantes do mercado, visando responder a interesses hegemônicos, inclusive, nos territórios do *Sul global*.

A partir dessa premissa, algumas questões podem ser formuladas para orientar a discussão que se busca construir na presente tese. Há o compromisso de equidade de gênero na ocupação dos espaços públicos nas cidades? Haveria abertura para a experimentação do lazer a partir dos valores culturais que não aqueles limitados à matriz de significados atribuídos pelas premissas do *Norte global*? Embora não seja diretamente o foco da tese, discutir essas questões poderia contribuir para ampliar o reconhecimento do lazer como um direito social, em conjunto

com a educação, saúde, trabalho, moradia e segurança, assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988a, Art. 6º). Contudo, frente à ausência de garantias básicas fundamentais à manutenção da vida, caracterizadas pelo crescente cenário de pobreza no país, o lazer se torna, não raro, um privilégio, diante de outras prioridades não atendidas (GOMES, 2003).

Ainda compreendido como privilégio, o lazer expressa uma tendência desigual em termos de possibilidades de acesso e prática, com marcadores territoriais, econômicos, culturais e de gênero bem definidos. E nas últimas décadas, em particular, a ausência de políticas públicas dirigidas às áreas consideradas de risco (IBGE, 2018)<sup>43</sup> permitiu o avanço do denominado “lazer-solidário” ou “lazer filantrópico” (MASCARENHAS, 2004), liderado por diversas organizações não-governamentais, religiosas, entre outras, que se apoiam na narrativa assistencialista de combate à violência social, por meio da operacionalização de atividades de ocupação do tempo livre da juventude urbana.

Não se pode desconsiderar, nessa reflexão, que esse tipo de lazer “induzido” resulta de uma certa transferência de responsabilidades do Estado para outras instituições que realizam tais projetos sociais, inclusive, como contrapartida, ou medida de compensação, às atividades de elevado impacto socioambiental<sup>44</sup>. No entanto, seria importante que o poder público apoiasse, por meio de programas e projetos de Estado, iniciativas locais de lazer (PACHECO, 2016).

Diante da discussão apresentada, parece possível afirmar que a tendência para a interpretação do lazer na contemporaneidade, com raras exceções, dirige-se ao “lazer simulacro” projetado por agentes externos ao território, por meio de circuitos e opções homogeneizantes e superficiais de entretenimento, em áreas urbanas ou rurais. A consolidação desse movimento se efetiva por meio da descaracterização e distorção dos valores históricos, culturais e identitários locais. Por todas essas razões e, tendo em vista, a importância desse debate no caso brasileiro, novos referenciais e narrativas contra hegemônicas para se pensar o lazer, a partir das práticas desenvolvidas no cotidiano dos territórios do *Sul global*, emergem como prioridade nesse campo de debate ainda em construção.

Em sintonia com esse argumento, Maurício *et al.* (2021, p. 702) convidam os pesquisadores interessados nesse tema a “buscar olhares para o campo do lazer a partir de experiências étnicas/raciais nas quais os sujeitos estão inseridos em outras

---

<sup>43</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População em áreas de risco no Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacaoareasderisco/#/home>> Acesso em: 11 de mar. 2023.

<sup>44</sup> Essas ações ocorrem não só no Brasil, mas em muitos países da América Latina (GOMES *et al.*, 2009).

temporalidades e territorialidades – seja na festa, na aldeia ou na rua –”. Tendo esse convite como inspiração, a seguir, se busca apresentar uma proposta para a leitura do lazer, construída segundo uma perspectiva dialógica e colaborativa com os povos e comunidades tradicionais do território estudado: o *Lazer de Base Comunitária*.

### 3.2 LBC COMO VIA PARA UMA DESCOLONIZAÇÃO *EM DEVIR*

Como debatido anteriormente, a partir da identificação da imposição colonialista de um “lazer simulacro” nos territórios, sustentado em bases capitalistas, constrói-se um contraponto a essa leitura. Para isso, nessa pesquisa, considera-se como ponto de partida a importância de se adotar uma perspectiva interdisciplinar e de estabelecer um diálogo entre os campos científico e do saber popular simultaneamente, para a concepção de um lazer mais alinhado com uma visão de mundo descolonial, considerando, sobretudo, olhares latino-americanos sobre o tema.

Assim, para iniciar a discussão, vale considerar os fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade, a partir do reconhecimento de que apenas o diálogo entre campos disciplinares de formação não parece suficiente para uma compreensão profunda acerca da complexidade das práticas psicossociais em seus múltiplos contextos territoriais. Isso porque, além do encontro entre campos do conhecimento, a interdisciplinaridade implica ultrapassar os limites da pesquisa, buscando contribuir na reinvenção permanente dos campos social, estético, ético e político. Nesse sentido, pela perspectiva da interdisciplinaridade se propõe, mais do que ultrapassar as fronteiras outrora rígidas entre os campos de conhecimento, de um lado das Ciências Humanas e Sociais, e de outro das Ciências Exatas e Biológicas, estabelecer conexões reais entre teoria e *práxis*, a partir da adoção de diferentes interpretações de mundo, cujos referenciais muitas vezes não estão vinculados aos valores moderno-coloniais dominantes (MAURÍCIO *et al.*, 2021).

Desse modo, a abordagem interdisciplinar, como pressuposto, passa, além da própria elaboração intelectual, o engajamento na transformação das realidades. Com essa perspectiva, Guattari (1992; 2009) propõe considerar as relações transversais entre as dimensões do ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana (por ele denominado como “as Três Ecologias”), como uma via potente para a reinvenção dos modos de vida, em um contexto de intensas transformações técnico-científicas. Com esse direcionamento, a leitura interdisciplinar busca transpor a visão dualística de mundo que está no cerne da eclosão da crise civilizatória na modernidade, para abranger lentes multidimensionais e polissêmicas na leitura das práticas

psicossociais. Esse movimento possibilitaria, ainda, em tese, “a inversão da lente do mundo” (DEBORTOLI, 2012; MAURÍCIO *et al.*, 2021), trazendo à cena principal elementos antes considerados periféricos, como o afeto, o corpo, as artes, a poesia, o sagrado, entre outros que, aos olhos do Ocidente, foram colocados às margens do projeto de desenvolvimento, baseado em uma racionalidade economicista.

A partir desse reconhecimento e em busca da adoção de uma perspectiva interdisciplinar para a pesquisa, o campo da Psicossociologia, apresenta-se como um caminho pulsante nesse sentido, ao considerar simultaneamente as questões relativas ao sujeito e aos grupos sociais, bem como à produção de subjetividades em articulação com as coletividades (MACIEL; ALVES, 2015). No exercício de mapeamento do campo da Psicologia Social, ao qual a Psicossociologia está em parte vinculada, os autores Ferreira (2010) e Prado Filho (2011) identificam que, embora as relações entre sujeito e sociedade estejam no cerne dos estudos nesse campo, a lógica dualística própria de uma ciência cartesiana corroborou para a ruptura, também, entre uma Psicologia Social Psicológica e uma Psicologia Social Sociológica. Assim, a primeira vertente esteve dirigida historicamente aos estudos sobre os sentimentos e comportamentos individuais; e a segunda, por sua vez, aos processos de interação social, com base em investigações com grupos.

No entanto, é importante perceber que o campo da Psicossociologia não se limita aos estudos referentes à Psicologia e/ou à Sociologia, mas abrange a Antropologia, a História, a Geografia, a Comunicação Social, entre muitas outras áreas do conhecimento. Por essa razão, Prado Filho (2011, p. 466) a considera como uma “disciplina de fronteira, o que implica um território móvel, não muito demarcado, não exatamente próprio, uma vez que ocupa ‘terras alheias’ e avança sobre territórios vizinhos”.

Com o ensejo de expansão das fronteiras disciplinares, em uma análise da trajetória histórica desse campo, podem ser elencados, de forma sintética, entre as décadas de 1940 a 1960, a elaboração de estudos considerados funcionalistas, pois buscavam compreensões sobre as atitudes e percepções dos sujeitos. No decorrer das décadas de 1960 e 1970, iniciaram-se as intervenções de grupo e o mapeamento das relações de poder e coerção em contextos institucionais. Posteriormente, entre 1970 e 1980, privilegiam-se estudos sobre a construção identitária, influenciados pela abordagem teórico-metodológica das representações sociais. Na sequência, a partir da década de 1980, ocorre um movimento de busca pela politização desse campo de pesquisa, a partir do descontentamento com a Psicologia Social Clássica por parte dos grupos latino-americanos que passaram a reivindicar estudos mais atentos às especificidades dos territórios do *Sul global*, marcados por graves passivos sociais, como a

pobreza e a desigualdade socioeconômica. Além disso, esse foi um período histórico de efervescência das lutas coletivas engajadas em temas vinculados às questões de gênero, etnia, classe, entre outras (LANE, 2002; SAWAIA, 2002; ROSE, 2008; FERREIRA, 2010; PRADO FILHO, 2011; MACIEL; ALVES, 2015).

Esse movimento buscou questionar o predomínio de influências norte-americanas nesse campo e reivindicar uma construção própria para a América Latina, engajada com a transformação das realidades locais. A Psicologia Social Crítica, como ficou conhecida a perspectiva latino-americana nesse campo, visava tornar o acesso à Psicologia menos elitizado, tendo como frente de trabalho a atuação junto às comunidades em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Vale contextualizar que muitos países da América Latina enfrentaram a Ditadura Militar, com base em estratégias políticas de repressão, silenciamento e tortura. Por essa razão, defendia-se a interrupção do processo de alienação social e a conquista da emancipação e da autonomia pelos sujeitos (MARTÍN-BARÓ, 1996; LANE, 2002; SAWAIA, 2002).

Esse breve histórico da Psicologia Social busca contextualizar a construção da pesquisa pela lente interpretativa da Psicossociologia que é fundamentalmente interdisciplinar, constituindo assim um campo fértil e pulsante para a investigação de temas complexos (MATTOS, 2018; FRAGELLI, 2018). Nas últimas décadas, o campo da Psicossociologia tem recebido, ainda, muitas contribuições do movimento da decolonialidade, direcionado a pensar uma Psicologia Social própria para os povos latino-americanos. Essa tendência pode ser identificada pela análise dos temas de pesquisa e intervenção recorrentes na Psicossociologia, envolvendo as interações sociais, as micropolíticas comunitárias, os conflitos socioambientais, entre outros (IRVING, 2018).

Por seu caráter eminentemente interdisciplinar, cabe ainda considerar que a Psicossociologia é designada como ciência-charneira por Maisonneuve (1977) que identifica como domínios de estudo nesse campo, as interações entre os processos psíquicos e sociais, no contexto das relações entre o sujeito e os coletivos, em suas interações cotidianas. Tendo a Psicologia e a Sociologia como campos teórico-metodológicos principais, mas não únicos, busca-se, nos estudos vinculados a essa área do conhecimento, compreender a relação dos atores em situação social (NASCIUTTI, 1996), afetando as construções coletivas e, paralelamente, sendo por elas afetado em sua constituição como sujeito histórico, mediada por valores identitários e códigos culturais.

Esse esforço interdisciplinar, tende a permitir a ampliação dos horizontes de análise das práticas psicossociais, a partir do reconhecimento de uma complementaridade entre as

diferentes áreas do conhecimento, e dessas com outros saberes que estão para além do domínio científico. Isso porque, de acordo com Morin (2000, p. 21), “o conhecimento científico não pode tratar sozinho dos problemas epistemológicos, filosóficos e éticos” do planeta, de modo que este deve considerar outros modos de apreensão da realidade, seja pelo saber tradicional, popular, ancestral, espiritual, aquele próprio das *práxis*, entre outros.

Assim, reconhecendo ser a perspectiva interdisciplinar de análise das interações entre as dimensões individual e coletiva fundamental ao campo da Psicossociologia (NASCIUTTI, 1996; MAISONNEUVE, 1977), esta parece representar uma lente interpretativa potente quando aplicada ao contexto das discussões latino-americanas sobre o lazer. Isso porque, o lazer pode ser considerado como uma prática cultural complexa (GAELZER, 1986; RAIMUNDO, 2019) que se expressa por meio de experiências subjetivas no contexto do sujeito em interação coletiva (SOARES, 2017) ou como uma possibilidade de “participação e produção poética da vida social” (DEBORTOLI, 2012, p. 15).

Essa perspectiva se torna ainda mais clara na leitura de Gomes (2017) que identifica a necessidade de se elaborar uma epistemologia própria para o lazer na América Latina, a partir da resignificação de conceitos, com base em saberes e experiências locais, como forma de enfrentamento à “colonização teórica” ocorrida nesse campo de estudos. Embora seja comum pensar a prática do lazer a partir de referenciais modernos, coloniais e urbano-industriais que o compreendem como antítese ao trabalho, em suas palavras: “essa compreensão precisa ser repensada porque invisibiliza, silencia e marginaliza o lazer em determinados contextos, sobretudo, nos minoritários, como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos e outros” (GOMES, 2014, p.18). Nos territórios latino-americanos, Debortoli (2012, p. 3) esclarece que “o lazer, mais que um conceito ou objeto, é tomado como um processo, como uma maneira de viver, subvertendo uma lógica objetivada e instrumental da modernidade”. Entretanto, como efeito do colonialismo, ainda pouco se debate sobre a diversidade de possibilidades de práticas, articuladas à pluralidade de cosmovisões, existentes nesse campo.

Com o intuito de sintetizar algumas pistas sobre os possíveis significados do lazer na América Latina, reconhecendo a disputa de narrativas inerente a esse campo de estudos, o **Quadro 7**, a seguir, consolida o debate a partir da revisão da literatura sobre o tema.



**Quadro 7:** Matriz-síntese sobre possíveis significados/abordagens do lazer<sup>45</sup> na América Latina, segundo a literatura especializada.

País	Significados/Abordagens	Autoras(es)
Brasil	<p><b>Fuga e evasão da realidade</b>            “Válvula de escape para as tensões, elemento restaurador das energias despendidas no trabalho e estratégia para relaxar e esquecer os problemas, tornando a difícil realidade um pouco mais fácil de ser vivida” (p. 76-77).</p> <p><b>Produção de imaginários sociais</b>            “O diálogo sobre identidades do lazer do povo brasileiro (...) reforçam o imaginário social de que o Brasil é o país do futebol, do Carnaval, das danças, músicas, das festas populares e do samba” (p. 80-81).</p> <p>“O turismo, em especial, as viagens à praia (...) foram destacados, em nossa investigação, como algumas das diversas opções de lazer consideradas peculiares da sociedade brasileira” (p. 85).</p> <p><b>Prática social complexa e contraditória</b>            “No lazer coexistem lógicas diferentes. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espço de manifestação do tradicional e da novidade, do conformismo e da resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora totalmente produtor do novo” (p. 82).</p> <p>“Participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade, e é um dos fios tecidos na rede humana de significados, símbolos e significações” (p. 99).</p> <p><b>Processo crítico e lúdico</b>            “Fazendo do lazer não um mero (e alienante) produto a ser consumido, mas uma possibilidade lúdica, crítica, criativa e significativa a ser vivenciada com autonomia e responsabilidade” (p. 94).</p> <p><b>Dimensão da cultura</b>            “O lazer é uma dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais (tais como as festas, os jogos, as brincadeiras, os esportes, as artes e até</p>	GOMES, C.; PINTO, L. (2009).

<sup>45</sup> No exercício de tradução para a elaboração do quadro, algumas terminologias em espanhol, como *ócio* e *recreación*, foram transpostas para o português como lazer ou recreação, considerando o contexto e o sentido expressos nos textos.

	<p>mesmo o ócio) no tempo/espço conquistados pelos sujeitos e grupos sociais” (p. 99).</p> <p><b>Fenômeno social dialógico e dinâmico</b></p> <p>“Não existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre o lazer e as obrigações cotidianas. O lazer é um fenômeno dialógico e, mesmo que o sujeito esteja em busca de satisfação, maior flexibilidade e liberdade de escolha, nem sempre estará isento de obrigações sociais, familiares, profissionais etc.” (p. 100).</p>	
Argentina	<p><b>Manutenção do <i>status quo</i></b></p> <p>“No campo do lazer, as políticas tinham uma direção e um sentido: entreter as massas, despolitizá-las e contribuir para a formação de sujeitos acríticos e irreflexivos” (p. 46).</p> <p><b>Controle social</b></p> <p>“A disciplina e o controle instalados e aplicados desde o poder político-militar nessa época, produziram e reproduziram práticas de entretenimento e diversão popular” (p. 46).</p> <p><b>Status/posição social</b></p> <p>“Se introduz um modo de gozo do tempo livre associado à exibição, ostentação e desfrute do efêmero. O consumo é o protagonista das práticas” (p. 49).</p> <p><b>Consumo</b></p> <p>“Se cristaliza a lógica hegemônica do poder político inserido em um modelo capitalista que tende a reproduzir sujeitos receptores, passivos, espectadores e consumidores das propostas” (p.52).</p> <p><b>Prática social cotidiana</b></p> <p>“A prática do lazer, além de representar em sua essência o vivido, o sentido e o experimentado pelo sujeito e estar condicionado por um sistema de valores, é uma prática social” (p. 60).</p> <p><b>Qualidade de vida</b></p> <p>“Qualidade de vida, desenvolvimento humano, políticas públicas inclusivas são os conceitos fundamentais que definem esse campo” (p. 62).</p>	SUÁREZ, S. (2009).

	<p><b>Práxis latino-americana</b></p> <p>“Construir uma <i>práxis</i> em lazer, a partir das condições reais da existência dos povos latino-americanos que promova cidadãos emancipados no pensamento e na ação” (p. 62).</p> <p>“Que facilite a construção de sujeitos ativos e transformadores da realidade” (p. 62).</p>	
Venezuela	<p><b>Desenvolvimento social</b></p> <p>“Na Venezuela tem surgido iniciativas, tanto públicas como privadas, que tentam projetar o lazer como um requisito do desenvolvimento social” (p. 356).</p> <p><b>Intervenção socioeducativa</b></p> <p>“Podemos considerar o lazer como um modelo de intervenção socioeducativa, no qual se tem como elemento propulsor o tempo livre e o jogo: tempo livre como via de intervenção apropriada para alcançar objetivos sociais e educativos, e o jogo como ferramenta apropriada para a identificação do significado da cultura e dos valores” (p. 359).</p> <p>“Para se constituir como um modelo educativo, o lazer deve superar as práticas somente de entretenimento e substituí-las por conhecimentos que permitam o desenvolvimento de processos de aprendizagem” (p. 359).</p> <p><b>Cidadania</b></p> <p>“Requer a concretização de políticas de lazer orientadas à cidadania e, em especial, às comunidades mais desprotegidas, para que estas possam participar de programas que apoiem uma ocupação positiva do tempo livre” (p. 361).</p> <p><b>Direito constitucional</b></p> <p>“Pela primeira vez na história do país, se começa a estabelecer a possibilidade de incorporação da maior parte da população (sobretudo aquela com renda mais baixa) a uma atividade desportiva, recreativa e de prevenção da saúde, de forma regular, sistemática e com embasamento técnico-científico especializado” (p. 368).</p>	GUERREIRO, G.; ALTUVE, E. (2009).
Chile	<p><b>Necessidade vital</b></p> <p>“Tem sido um terreno fértil para que as diferentes empresas privadas o reconheçam como um nicho de mercado indispensável, considerando o lazer como mais um bem de</p>	RIED, A.; LEIVA, R.; ELIZALDE, R. (2009).

	<p>consumo e o afastando assim da compreensão como um direito humano e como necessidade vital” (p. 193).</p> <p><b>Banalização da diversão</b></p> <p>“Existe, a nível popular, uma ideia preconcebida de que o lazer é apenas diversão, algo que não é sério, uma possibilidade de pausa entre o trabalho e/ou o estudo e que, portanto, não merece ser estudado” (p. 193).</p> <p><b>Fenômeno social interdisciplinar</b></p> <p>“O lazer como um direito humano, como experiência pessoal e social, como aspecto central de desenvolvimento pessoal e humano, como uma dimensão necessariamente educadora, como uma experiência ou dimensão possível e necessária de aprender e ensinar, como fenômeno interdisciplinar, de um dinamismo e atualidade única e como uma dimensão necessariamente política, cultural e sociológica” (p. 195).</p> <p><b>Orientado pelo mercado</b></p> <p>“Como um tempo dedicado ao desfrute, por ser um tempo no qual não se negocia nada, nem força de trabalho, nem algum serviço, nem algum esforço, se considera um tempo livre e, de acordo com os parâmetros da mentalidade economicista atual, um tempo sem valor” (p. 194).</p> <p>“O modelo de desenvolvimento econômico predominante no Chile deixou nas mãos do mercado o que diz respeito ao uso, planejamento e educação do tempo livre, da recreação e do lazer dos cidadãos” (p. 195).</p> <p>“Como se pode fazer frente, para não cair na ascensão do lazer como mecanismo exclusivo de consumo?” (p. 212).</p> <p><b>Ação de resistência à opressão e ao adoecimento da sociedade</b></p> <p>“O uso do tempo livre e o lazer, como um forte propulsor de resistência enquanto força contra hegemônica, para fazer frente à avalanche de patologias psicossociais emergentes e às mudanças próprias de nossas sociedades atuais que têm como traços essenciais o individualismo, a despersonalização, a fragmentação social, a alienação individual e coletiva, a perversão, por meio da não consideração do outro (distinto ou distante) como um outro legítimo” (p. 212).</p>	
--	--	--

	<p><b>Experimentação libertadora</b></p> <p>“Não basta apenas ter tempo sem trabalho, mas necessitamos de um tempo em que se possa desfrutar verdadeiramente, em que se possa experimentar o lazer como uma experiência libertadora, o qual se possa optar livre e criativamente pelo simples prazer de vivenciá-lo” (p. 209).</p> <p><b>Antítese do trabalho</b></p> <p>“Se o excesso de trabalho e a desconsideração do lazer como uma necessidade humana fundamental está subtraindo o tempo essencial a cada chileno e chilena e, por sua vez, estes estão adoecendo, além de estar gerando um grave problema econômico para os cofres fiscais, o que justifica essa dinâmica perversa? Trabalhar para viver ou viver para trabalhar? A economia está a serviço das pessoas ou as pessoas estão a serviço da economia?” (p. 210).</p>	
Uruguai	<p><b>Necessidades psíquicas</b></p> <p>“Refere-se a um campo da experiência humana, onde o indivíduo pode satisfazer livremente suas necessidades psíquicas de diversão, descanso e criação” (p. 312).</p> <p><b>Controle urbano</b></p> <p>“Os grupos religiosos e os reformistas sociais faziam campanha a favor do uso racional do tempo livre, passando pelo cuidado da saúde física e intelectual. Esse discurso higienista promovido por movimentos de lazer racional anglo-saxões foram introduzidos no Uruguai no começo do século XX, adotando esse modelo nas políticas sociais da época” (p. 312-313).</p> <p><b>Sentido comunitário</b></p> <p>“Na década de 60, ingressaram no país novas conceituações em torno dos fenômenos do lazer e da cultura. Os movimentos vinculados à animação sociocultural e à educação popular, proporcionaram um giro comunitário do lazer” (p. 314).</p> <p>“Estratégias que se desenvolveram a partir do trabalho comunitário em busca do desenvolvimento cultural das comunidades menos favorecidas e da democratização da cultura” (p. 314).</p> <p><b>Objeto interdisciplinar</b></p> <p>“Encontramos a influência de uma importante quantidade de disciplinas no desenvolvimento teórico do lazer (...)”</p>	LEMA, R.; MACHADO, L.; VILAS, F. (2009).

	<p>Enquanto aportes da Psicologia Social, o lazer se beneficia de conhecimentos e habilidades para a compreensão do indivíduo em um contexto social, para o estudo dos processos coletivos, do comportamento individual e comunitário, dos valores e condutas sociais e, especialmente, dos estudos sobre os fenômenos do tempo livre e do turismo social” (p. 324).</p>	
Colômbia	<p><b>Fenômeno ético-político</b>  “O lazer como um fenômeno ético-político, em que se pergunta sobre que modelo de sociedade se quer. Com essa perspectiva, aspectos como inclusão, igualdade, equidade, democracia e participação social formam essa discussão” (p. 225).</p> <p><b>Oportunidade de empoderamento</b>  “Os espaços de lazer se configuram como oportunidades de empoderamento, nos quais a constituição de sujeitos, como um projeto ético e político da sociedade, também é um tema” (p. 226).</p> <p><b>Necessidade fundamental</b>  “O lazer como uma necessidade fundamental dos seres humanos que, portanto, deve ser harmonizado e realizado na vida cotidiana com as pessoas” (p. 227).</p> <p><b>Dimensão identitária</b>  “O lazer como expressão do lúdico se constrói como gerador do desenvolvimento humano, em aspectos como a construção de identidade pessoal e social e, em geral, na construção de sujeitos” (p. 228).</p> <p><b>Prática sociocultural e educativa</b>  “O lazer se define como prática sociocultural, processo educativo. Como um campo gerador de experiências, também é apresentado como a participação em variadas atividades, se reconhece tanto a necessidade quanto o direito, como uma experiência psicológica e social” (p. 229).</p> <p><b>Processo de resistência à exclusão social</b>  “O papel dos contextos do lazer como dinamizadores de processos de empoderamento, construção de cidadania e criação de espaços para a participação e organização das comunidades, desde uma perspectiva crítica, com a intenção, por um lado, de contribuir para solucionar problemas sociais relevantes” (p. 232).</p>	OSORIO, E.; QUINTERO, M. (2009).

	<p>“Esses espaços surgem como cenários de resistência à exclusão e a inequidade, mas a falta de acesso a oportunidades e contextos de desenvolvimento mediados pelo lazer constituem em si mesmos representações das pobrezaas” (p. 232).</p> <p><b>Encontros e afetos</b></p> <p>“Existe preferência por aqueles espaços próximos ao sujeito e que fazem parte da vida cotidiana: espaço público do bairro, do município (...) Se consideram espaços construtores de sentido, pela relação e referência de encontro com outros, lugar de afetos e relações, de identidade, de contos e histórias de sujeitos e grupos” (p. 234).</p>	
México	<p><b>Disputa paradigmática</b></p> <p>“Um dos paradigmas do desenvolvimento teórico sobre o lazer inclui uma perspectiva inter e multidisciplinar, e o outro é o paradigma da gestão de serviços, onde se inclui a administração da recreação e a educação para o tempo livre” (p. 301).</p> <p>“O paradigma que prevalece nos estudos da recreação e do tempo livre nas universidades é o paradigma norte-americano, o qual está centrado em uma área de gestão de serviços, tendendo para a administração de serviços recreativos e para o tempo livre” (p. 297).</p> <p><b>Lacuna teórica</b></p> <p>“Um dos problemas referentes ao campo teórico é que no México não existem teóricos sobre o tempo livre, o lazer e a recreação, isso se reflete na carente produção de pesquisas, já que quase ninguém se dedicou a este campo e, portanto, as referências encontradas fazem referência a teóricos estrangeiros” (p. 300).</p> <p><b>Indefinição conceitual</b></p> <p>“O problema da definição, é um problema que existe em relação aos conceitos de recreação, lazer e tempo livre, já que partem de diferentes enfoques existentes” (p. 300).</p> <p>“Seguem utilizando as definições de lazer, recreação e tempo livre de maneira indistinta. Isto se deve principalmente à confusão que segue prevalecendo sobre os conceitos” (p. 307).</p>	AGUILAR, L. (2009).

	<p><b>Resolução de problemas comunitários</b></p> <p>“Incluem o lazer como elemento substantivo na resolução de problemas da comunidade” (p. 298).</p>	
Cuba	<p><b>Desenvolvimento social</b></p> <p>“A sociedade cubana tem demonstrado que o uso satisfatório e pleno do tempo livre constitui um fator na regulação e no desenvolvimento social, no aumento da qualidade de vida, na espiritualidade da população e no desenvolvimento paulatino da produtividade do trabalho” (p. 257).</p> <p><b>Desigualdade de gênero</b></p> <p>“Diversos estudos realizados no mundo e em Cuba permitiram considerar, como uma regularidade social, que existe uma maior disponibilidade do tempo livre do homem frente ao da mulher” (p. 266).</p> <p><b>Comportamento passivo</b></p> <p>“Os estudos coincidem em indicar que a conduta no campo do lazer da população cubana, tanto a urbana como a rural, ainda que com distinções, em decorrência da idade, da ocupação, do sexo e do nível de formação, denota um comportamento no tempo livre homogêneo, caracterizado por uma estrutura de atividades basicamente passivas” (p. 286).</p>	<p>PÉREZ, A.; LEÓN, S. (2009).</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base na leitura da coletânea de Gomes *et al.* (2009), *tradução nossa*.

A partir da leitura do **Quadro 7** é possível perceber uma diversidade de olhares e possibilidades de interpretação sobre o lazer no contexto latino-americano que podem ser sintetizados em dois eixos principais de análise. O primeiro, refere-se a uma perspectiva do lazer como prática social complexa e como uma via para o engajamento ético-político na transformação da realidade. O segundo, compreende o lazer como uma atividade recreativa associada ao divertimento e/ou entretenimento momentâneo, e como uma via para o controle social e reafirmação do *status quo*. É importante esclarecer ainda que ambas as possibilidades interpretativas coexistem, o que reafirma as inúmeras nuances associadas a esse debate.

Particularmente, no Brasil, Gaelzer (1986) mapeou, na década de 1980, as produções científicas sobre o tema e propôs sete possíveis enfoques para contribuir no sentido da construção psicossocial sobre o lazer. Esses eixos temáticos estão sistematizados no **Quadro 8**, a seguir.



**Quadro 8:** Matriz-síntese sobre enfoques possíveis para uma leitura psicossocial do lazer.

nº	Eixo temático	Descrição
1	O Lazer e o Processo de Socialização	Nesse eixo temático são considerados os códigos culturais, os valores, as atitudes e os comportamentos compartilhados entre os sujeitos, no processo de socialização. Nesse sentido, são levantadas questões sobre o núcleo familiar e a classe socioeconômica dos sujeitos, buscando conexões entre esses temas e a construção da personalidade, mediada pela prática do lazer. De forma sintética, busca-se compreender como a socialização afeta positiva ou negativamente o lazer e vice-versa.
2	Atitudes e Valores do Comportamento no Lazer	Esse tópico busca relacionar a influência das atitudes, das habilidades, dos interesses, das preferências, dos conhecimentos, das motivações, além das percepções dos sujeitos, no processo de escolha e participação nas práticas de lazer compartilhadas socialmente. Discute-se, também, as atitudes dos sujeitos que podem favorecer o movimento de educação para o tempo livre. Uma questão recorrente nesse eixo temático é: as questões de gênero, sexualidade, idade, etnia etc. condicionariam a prática do lazer?
3	O Comportamento no Lazer e a Personalidade	Nesse tema, o objetivo é compreender como o lazer pode contribuir para a construção das atitudes, dos desejos, dos interesses e dos hábitos dos sujeitos, no contexto das interações sociais. Em suma, nesse eixo, busca-se relacionar o desenvolvimento humano, principalmente em relação à personalidade, com a prática cultural do lazer. Outra questão que se procura desenvolver é: Em que medida o lazer poderia influenciar na construção de comportamentos? Nessas investigações são utilizados os jogos como recursos metodológicos, buscando observar aspectos vinculados à assimilação de regras e condutas sociais, além de possíveis ações de manipulação.
4	Dinâmica de Grupo e o Comportamento no Lazer	Essa temática parte do pressuposto de que o lazer depende, em grande medida, do fortalecimento das relações de grupo, como ocorre em atividades desportivas, nos jogos, nas brincadeiras, na contação de histórias, entre outras práticas culturais. Em termos de temas a serem abordados, nesse eixo, podem ser consideradas as redes de solidariedade, a coesão do grupo, a forma de

		comunicação coletiva adotada e se há satisfação dos sujeitos ao participarem de tais propostas.
5	O Comportamento no Lazer e a Interação Grupal	As investigações nesse eixo temático buscam analisar como ocorrem as dinâmicas de interação social, o estabelecimento da comunicação e o compartilhamento das aprendizagens entre os sujeitos pertencentes a um mesmo grupo. Com base na realidade cultural de cada coletivo, procura-se compreender as necessidades de interação social, o nível de participação no grupo e possíveis influências na construção de valores e comportamentos comuns entre os atores sociais.
6	O Comportamento no Lazer e as Mudanças Sociais	A partir de uma perspectiva histórica e contextualizada, o objetivo nesse caso é identificar em que medida as transformações sociais, como a industrialização e a urbanização das cidades, alteram os estilos de vida e, conseqüentemente, as práticas de lazer. Algumas das questões identificadas seriam: As sociedades modernas interpretam o lazer de modo diferente das sociedades tradicionais? Qual seria o atual significado social do tempo livre?
7	O Lazer como um Fenômeno Cultural	Tendo em vista que os comportamentos individuais são atravessados pelas questões culturais, como valores, crenças, costumes, leis e normas sociais, este eixo está dirigido à reflexão sobre as interferências entre os traços culturais e as práticas de lazer. Desse campo emergem algumas questões, como: Os aspectos culturais se refletiriam nas diferentes escolhas para o lazer? As individualidades deveriam ser consideradas nas práticas de lazer em massa?

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base nas informações contidas em Gaelzer (1986).

Embora o **Quadro 8** represente a sistematização teórica, com base em reflexões de meados da década de 1980, vale enfatizar a atualidade do conteúdo apresentado. Uma questão importante a ser observada nessa reflexão é a ênfase no aspecto do comportamento, sendo este compreendido como uma tendência de abordagem em estudos nesse campo. Outra questão importante é que os eixos temáticos elencados representam esforços no sentido de construção e consolidação de um campo psicossocial de análise do lazer. Com essa perspectiva, após levantamento da produção acadêmica sobre o lazer no Brasil, Gomes e Rejowski (2005) identificam que o trabalho de livre docência de Gaelzer (1986), vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pode ser considerado como um dos pioneiros na abordagem dessa temática no país. Em sua produção intelectual, entre as décadas de 1970 e

meados de 1980, Gaelzer (1986, p. 10) reafirma a importância de se construir um arcabouço teórico-metodológico “sobre o fenômeno psicossocial do lazer”. No entanto, até a atualidade, essa é uma reflexão acadêmica ainda em construção.

Em grande parte, o interesse de Gaelzer (1986) por esse tema investigativo foi despertado pelo psicólogo social Frederic Munné, vinculado à Universidade de Barcelona, na Espanha. A Psicossociologia do Tempo Livre (PTL), proposta por ele, tornou-se reconhecida, internacionalmente, como um campo teórico-metodológico de análise da organização social do tempo. A partir de uma perspectiva de “contra funcionalidade” do lazer, o autor concebeu, em sua obra, uma outra possibilidade de leitura sobre o tema, em relação às correntes francesas funcionalistas que associavam ao tempo livre às funções de descanso, divertimento e desenvolvimento, conhecida como a “Teoria dos 3D”, de autoria de Dumazedier (1973).

Com a perspectiva de “contra funcionalidade”, a PTL estabeleceu uma relação entre o lazer e a busca pela conquista da emancipação e libertação, discutindo questões epistemológicas desse campo, à luz da complexidade inerente à contemporaneidade (ABRAPSO, 1997). As produções de Munné (1980) se dirigem à leitura do lazer não como uma função social bem definida, rígida e inflexível, mas orientada por valores de autonomia humana. Assim, os estudos recentes que se fundamentam na PTL, consideram o lazer como uma prática complexa que não pode ser apreendida com base em uma perspectiva positivista, aprisionando o tema a categorias estanques pré-definidas.

Nesse campo, outros estudos recorrentes dirigidos à discussão teórico-metodológica sobre o lazer são aqueles que abordam as tensões entre o “autocondicionamento”, um mecanismo individual de escolha, cuja prática possibilitaria, em tese, exercitar movimentos de libertação das forças dominantes de alienação; e, por outro lado, o “heterocondicionamento” que tenderia a hegemonizar as práticas de lazer, por essas se tratarem de um processo de condicionamento, com base em predeterminações sociais externas ao sujeito (CODINA *et al.*, 2009). Tendo esse debate como pano de fundo, esta pesquisa se inspira, também, nas discussões de Munné (1980) e de seus sucessores, incluindo diversos brasileiros, para propor uma nova compreensão sobre o lazer, esse entendido como uma prática psicossocial complexa.

Vale contextualizar que, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, a PTL influenciou inúmeros estudos em Psicologia. Contudo, em um levantamento da produção acadêmica sobre o lazer no Brasil, referente ao período de 1972<sup>46</sup> a 2001, Gomes e Rejowski (2005) identificaram que das 292 dissertações de mestrado e 42 teses de doutorado defendidas,

---

<sup>46</sup> Ano de início da produção científica sobre o tema no país.

apenas 21 foram produzidas no campo da Psicologia. Cabe notar que, a maior parte dessas produções teve origem em programas de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP). Ainda segundo o mesmo levantamento, as pesquisas que abordam o tema no país são desenvolvidas, majoritariamente, em programas de pós-graduação da Educação Física, segundo uma perspectiva mais instrumental sobre o tema em foco. Tais dados contribuem para reafirmar a relevância de se buscar desenvolver novas investigações sobre o tema pela ótica da Psicossociologia, como defendido nessa tese.

Assim, a leitura sobre o lazer como prática psicossocial pode contribuir para imprimir novos contornos, com vistas à ampliação dos horizontes de análise sobre o tema, para além de uma interpretação operacional, mercadológica e funcionalista, dirigida ao consumo no tempo livre, ainda prioritária na literatura acadêmica, segundo o mapeamento realizado por Gomes e Rejowski (2005).

A adoção de um outro olhar interpretativo sobre o tema, com base na Psicossociologia, possibilitaria decodificar a produção de subjetividades e narrativas sobre a temática no território, a partir da imersão em contextos sociais múltiplos permeados por vivências culturais e simbólicas dos sujeitos que estão em constante movimento cotidiano de desterritorialização e reterritorialização de suas práticas, saberes e afetos (COSTA; LIMA, 2014). A identificação e interpretação das redes de sentidos e significados que constroem tanto a dimensão identitária dos sujeitos quanto as produções coletivas no território, podem, assim, representar uma contribuição essencial para o aprofundamento crítico das discussões sobre o lazer como uma dimensão da cultura (GOMES, 2011).

Em estudos e intervenções psicossociais, a relevância de se adotar um olhar sensível para os territórios pode ser apreendida na leitura de Guattari e Rolnik (1986) que, já na década de 1980, consideravam que o *modus operandi* capitalista encontrou nos modos de subjetivação, uma importante estratégia de captura e controle dos sujeitos, para a imposição - por vezes, sutil - de desejos, tornando possível a criação e a difusão de sistemas de valores hegemônicos.

No contrafluxo desse processo, entretanto, o lazer pode representar, potencialmente, uma via para a produção de modos de subjetivação singulares, ou, também, expressar uma estratégia política de produção e reprodução da vida nos territórios (BAHIA, 2018), em contraponto à “necropolítica”, um termo cunhado por Mbembe (2018) para designar a política de morte exercida por parte do Estado, a partir da sua total ausência, ou por meio da sua presença seletiva em alguns territórios, sobretudo, os considerados periféricos, pela força militar de repressão.

Em sintonia com essa perspectiva, Simas (2021, p. 110) discute que o poder do Estado sobre alguns grupos sociais se constitui como “parte do projeto de desqualificação das camadas historicamente subalternizadas como produtoras de cultura. Esse projeto de desqualificação da cultura é base de repressão aos elementos lúdicos e sagrados dos pobres, dos descendentes dos escravizados e todos que resistem ao confinamento dos corpos e criam potências de vida”.

Desse modo, pode-se compreender que por ser o lazer uma prática permeada de vivências culturais lúdicas no território, este poderia potencializar caminhos alternativos ao sistema capitalista instituído que expressa graves passivos sociais. Para além desse aspecto, o lazer pode representar um caminho potente para a criação de vias inéditas de cooperação, compartilhamento e solidariedade entre os sujeitos, tecendo redes de circulação de afetos e afetabilidades, em um exercício de reeducação da sensibilidade, frente a um mundo tecnicista, racionalista e economicista (BAHIA, 2018).

Para apoiar esse argumento, Gomes e Elizalde (2012, p. 149) afirmam ser o lazer “um fenômeno que pode aguçar as sensibilidades (sensibilidade que pode estar relacionada ao plano sensorial, mas que precisa ser também sensibilidade afetiva e não somente racional; que precisa ser artística, estética, ética, social, política, ecológica, etc.)”. Nesse sentido, o lazer como um campo de experimentações significativas, ao contribuir para estimular a sensibilidade, tanto no plano afetivo quanto no das percepções, poderia conduzir a uma ressignificação das relações sociais contemporâneas, a partir do campo das negociações dos valores e sentidos de pertença dos diferentes coletivos.

Para aprofundar essa discussão, o lazer pensado a partir da dinâmica de interação social, pode ser compreendido, também, como micropolítica dos encontros, no sentido proposto por Abrahão e Merhy (2014), representando, assim, uma dinâmica espaço-temporal para a invenção de outros modos de ser, agir e se expressar em coletividade, a partir de outras *práxis* e referências de mundo. É justamente por essa razão que essa tese se recusa a compreender o lazer como uma via para a evasão da realidade, pois pelo referencial teórico adotado, este parece, ao contrário, representar, uma via para a reinvenção e não para a fuga das realidades concretas. Afinal, como se poderia reinventar aquilo que se negligencia compreender? Por todas essas razões, o lazer poderia se expressar como uma proposta concreta de intervenção para a transformação do *modus operandi*, sem, entretanto, negligenciar as contradições e conflitos sociais inerentes a essa prática social.

Com base no reconhecimento de que existe uma disputa entre forças produtoras da realidade, um processo investigativo sobre o lazer a partir da lente da Psicossociologia, pode contribuir, portanto, para desvelar outros modos coletivos de experimentação da vida, distintos

daqueles controlados e manipulados pelo engendramento do capital na produção de subjetividades (COSTA; MENDES, 2014). Sobre esse aspecto, Martins (2016, p. 57) discute que “persiste no tempo presente um sujeito desejoso de vida, de protagonismo, presença e ação e que tal possibilidade representa um pensamento alinhado ao afã desse sujeito contemporâneo - não obstante, um sujeito exausto, imerso em um consumir frenético”.

Nesse sentido, embora se possa reconhecer uma condição generalizada de exaustão e mal-estar na sociedade contemporânea, em decorrência, em grande parte, do próprio modelo econômico e produtivista, circunscrito à intermediação das relações sociais e à difusão de um emprego racional também do tempo livre; por outro lado, não se pode ignorar um movimento coletivo que clama por experiências alternativas ao sistema neoliberal instituído, por meio do fortalecimento e da autogestão das práticas comunitárias, buscando formas mais ativas de participação e engajamento na produção da realidade. Para Abrahão e Merhy (2014), tais inclinações sociais, uma vez potencializadas e reverberadas, poderiam contribuir para emancipar os sujeitos em seu sentido mais profundo.

Assim, partindo do pressuposto de ser o lazer uma necessidade humana que envolve a fruição lúdica da cultura, em um marco sócio-histórico, temporal e territorial específico, parece possível afirmar que sua prática está sintonizada com a construção identitária e a constituição de vínculos entre os sujeitos, no contexto dos grupos sociais aos quais pertencem (GOMES, 2011). Sobre esse aspecto, Werneck (2003) reafirma que o lazer não é sinônimo de cultura, mas uma das suas dimensões, possibilitando compreender, por meio das vivências lúdicas, os valores, as tradições e crenças compartilhadas por um mesmo coletivo.

Nesse caso, as brincadeiras, os jogos, os festejos populares, as manifestações de devoção religiosa, a recitação de poesias, a contação de histórias, as artes, as expressões corporais, as danças, o teatro de rua, a conversação, os debates públicos, os campeonatos diversos, as atividades desportivas, entre muitas outras iniciativas comunitárias, permitem interpretar como os atores sociais constroem política, ética, subjetiva e afetivamente o lazer, no território (GOMES; ELIZALDE, 2012; VIEIRA, 2014; AROSTEGUY, 2018).

Cabe ainda reconhecer que as categorias e definições teóricas recorrentemente utilizadas para descrever a prática do lazer tendem a não abranger a complexidade envolvida nessa reflexão, sendo importante, portanto, revisitá-las para questioná-las e propor novas possibilidades de compreensão mais conectadas às construções identitárias nos territórios. Tendo esse aspecto em vista, uma leitura psicossocial sobre o lazer tem como premissa o compromisso de expansão do olhar para reconhecer a pluralidade de experiências culturais individuais e coletivas nos diferentes contextos (GOMES, 2014).

Para que esse movimento seja possível, parece fundamental partir de um olhar atento aos distintos sentidos e significados sobre o lazer, considerando, ainda, a sua prática como um processo singular, em uma dinâmica de espaço-tempo que tende a permitir a reinvenção de si, do outro e do ambiente que sustenta o processo. Por essa via, pode-se reconhecer o lazer como um caminho para uma certa subversão com relação às matrizes binárias e redutoras de significados da realidade, consolidadas pela lógica socioeconômica capitalista, pela política neoliberal vigente e pela imposição epistêmica ocidental (FIGUEIREDO; SARÉ, 2014).

No entanto, o intuito aqui não é criar relações diretas de causa e efeito entre os diversos significados de lazer identificados na literatura especializada. Ao contrário, buscou-se evidenciar as inúmeras contradições, desafios e potencialidades que permeiam a discussão sobre o tema. Contudo, nessa pesquisa, a partir da lente da Psicossociologia, optou-se por uma leitura epistemológica sobre o lazer que o decodifica como prática cultural polissêmica, capaz de contribuir para a transformação das realidades latino-americanas.

Essa escolha decorre da identificação da necessidade de dar visibilidade à realidade de grupos sociais, cujo modelo de produção e consumo não está diretamente fundamentado no processo de industrialização, urbanização e comercialização das naturezas e culturas, mas sim, no reconhecimento de seus próprios modos de vida e existência no território, baseados na afirmação dos aspectos lúdicos, espontâneos, criativos e hedônicos de seu cotidiano, em geral, associados ao lazer. Esses foram desconsiderados e invisibilizados historicamente, a partir das narrativas hegemônicas coloniais. De certo modo, a deslegitimação das práticas de lazer desses grupos sociais que não têm a perspectiva economicista e colonialista na base de suas visões de mundo, representa, em tese, uma via para a sua desmobilização nos territórios, conforme analisa Simas (2021, p. 110), para quem “esse projeto de desqualificação da cultura é base de repressão aos elementos lúdicos e sagrados dos pobres, dos descendentes dos escravizados e de todos que resistem ao confinamento dos corpos e criam potência de vida”.

As diferentes visões de mundo, com relação à prática do lazer, se tornam ainda mais evidentes na leitura do autor quilombola Bispo dos Santos (2015, p. 41), quando este enfatiza que as manifestações culturais dos povos afro-brasileiros “são organizadas geralmente em estruturas circulares com participantes de ambos os sexos, de diversas faixas etárias e número ilimitado de participantes”. Para ilustrar a diversidade de dinâmicas do lazer entre os povos do *Norte* e do *Sul global*, o autor compara os jogos de futebol às rodas de capoeira. Enquanto o primeiro, que teve sua origem no *Norte global*, é “regido por regras estáticas e pré-definidas, onde vinte e duas pessoas jogam, uma pessoa julga e milhares de pessoas assistem”; o segundo, próprio dos povos do *Sul*, tem sua lógica “regida pelos ensinamentos de vida” e pode “ter

cinquenta pessoas jogando, uma pessoa ensinando e pouquíssimas assistindo. Entre as poucas pessoas que assistem pode haver alguma que nunca viu a capoeira. No entanto, se esta quiser, ela pode entrar na roda e jogar” (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 42).

Por essa razão, o autor considera que o lazer expresso pelos jogos, brincadeiras e festejos, reflete o próprio modo de organização e visão de mundo do coletivo que o criou, sendo, por exemplo, o jogo de futebol excludente e a roda de capoeira inclusiva. Essa percepção sobre o tema parece fundamental para o que se pretende defender, uma vez que o lazer, se interpretado como vivência lúdica da cultura no território, representa uma necessidade humana e possibilidade de convívio cotidiano contextualizado na realidade dos diferentes grupos (GOMES *et al.*, 2009; STOPPA; ISAYAMA, 2017; AROSTEGUY, 2018; PESSOA, 2020).

Com base nesse debate, para representar o que está se buscando desenhar nessa tese, tendo como compromisso uma perspectiva descolonial e contra hegemônica sobre o lazer, a **Figura 5**, a seguir, resume, pedagogicamente, as quatro dimensões que poderiam inspirar uma nova via epistemológica para orientar a discussão na América Latina.

**Figura 5:** Dimensões que fundamentam uma perspectiva descolonial e contra hegemônica do lazer.



**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), a partir das leituras de Gomes (2004) e de Rodrigues, Araújo e Baptista (2020).



A interpretação descolonial das quatro dimensões (tempo, espaço, ludicidade e práticas culturais), consideradas como base para a prática do lazer, parece contribuir para o reconhecimento de vivências contra hegemônicas no contexto de comunidades que compartilham de outras cosmovisões. Assim, sob a perspectiva comunitária do *Sul global*, as relações de espaço e tempo não são necessariamente lineares e fragmentadas, e tem conexões com “a dimensão da existência, do cotidiano, do trabalho, da luta, da devoção e da celebração” (MAURÍCIO *et al.*, 2021, p. 697).

Outra questão fundamental para a compreensão do tema em foco é que algumas das premissas usualmente vinculadas ao lazer, como a alegria, sentido de satisfação e sociabilidade, podem também estar associadas às relações de trabalho, e às demais dimensões do cotidiano, como àquelas referentes à fruição da cultura, à vivência espiritual e sacra, à experimentação dos jogos e brincadeiras, à convivialidade e ao aprendizado individual e coletivo (MARTINS, 2016; PESSOA, 2020).

Nesse sentido, convém destacar que muitos povos e comunidades tradicionais da América Latina não distinguem diretamente o tempo de trabalho daquele sem obrigações laborais, familiares, entre outras. Por essa razão, pode-se compreender nos países latino-americanos o efeito do movimento de “colonização teórica” da noção de lazer (GOMES, 2017). Mediante o reconhecimento desse enquadramento teórico restrito à realidade eurocêntrica, Gomes (2014) discute que a dificuldade para a apreensão e sistematização de práticas outras de lazer está associada ao fato de que as festas, celebrações, jogos, expressões corporais e as experiências de sociabilidade, embora expressem significados singulares para aqueles que os praticam, por vezes, não estão definidos em um termo específico ou análogo à *leisure*<sup>47</sup> ou *loisir*<sup>48</sup>, conceitos internacionalmente cunhados para designar essas práticas. No entanto, essas práticas existem e resistem nos territórios em diferentes contextos, na dinâmica de espaço-tempo.

Com esse direcionamento e considerando os argumentos expostos, vale reconhecer a tensão permanente entre os conflitos decorrentes, por um lado, da tendência ao “lazer simulacro”, a partir dos investimentos em estratégias de espetacularização das naturezas e invisibilização das culturas; e, por outro lado, as fortes resistências comunitárias que protagonizam iniciativas para valorizar e difundir sua história e cultura pelo lazer.

Com base nesse contexto, o **Quadro 9**, a seguir, busca sistematizar o contraponto entre essas distintas leituras, a partir da imersão no campo de estudo.

---

<sup>47</sup> Termo de origem inglesa.

<sup>48</sup> Termo de origem francesa.

**Quadro 9:** Elementos de contraposição entre o “lazer simulacro” e o lazer pela perspectiva descolonial.

<b>Dimensão</b>	<b>“Lazer simulacro”</b>	<b>Lazer pela perspectiva descolonial</b>
Sociocultural	<p>Visão ocidentalizada.</p> <p>Dissociação entre trabalho e lazer; produtividade e ócio.</p> <p>Lazer como complemento ao trabalho, com sentido de evasão do mal-estar e para regeneração das forças produtivas.</p> <p>Fragmentação do tempo. Lazer desfrutado em finais de semana, feriados e férias.</p> <p>Apelo ao consumo de experiências relacionadas ao imaginário de descanso e entretenimento.</p>	<p>Diversidade de cosmovisões comunitárias.</p> <p>Indissociabilidade das dimensões existenciais, incluindo trabalho e lazer.</p> <p>Lazer como parte das vivências lúdicas da cultura, em suas diversas manifestações sociais e artísticas.</p> <p>Integração do tempo. Lazer vivenciado no cotidiano.</p> <p>Sentido de compartilhamento das vivências simbólico-afetivas.</p>
Ambiental	<p>Separação entre humanos e não-humanos.</p> <p>Áreas protegidas como “vitrines da natureza”, inóspitas e inanimadas, de grande beleza cênica e paisagística, para contemplação, sem a construção de vínculos de pertencimento.</p>	<p>Naturezas, no plural, consideradas sagradas e vitais, de significado espiritual, transcendental, devocional e ancestral.</p> <p>Trabalho e lazer associados às naturezas que proveem a segurança alimentar e hídrica, o que está na base dos laços sociais e do sentido de pertencimento.</p>
Territorial	<p>Separação rígida entre lugares de trabalho e descanso.</p> <p>Criação de espaços de uso funcional, descontextualizados da realidade territorial para favorecer a formação de adensamentos urbanos, processos de balnearização de territórios e gentrificação, na origem de bolsões de pobreza.</p>	<p>Lazer como via de transmissão dos saberes e práticas intergeracionais nos territórios ancestrais.</p> <p>Lazer como manifestação contextualizada e significada, envolvendo simbolismos, valores, crenças, ritos e mitos.</p>
Econômica	<p>Manifestação no contexto capitalista, para acelerar relações de produção e de consumo, tendo o lucro como finalidade.</p> <p>Precificação das experiências de lazer, fomentando a competição entre grupos sociais e a manipulação da natureza.</p>	<p>Conectado ao próprio significado da vida, à cultura, às experimentações lúdicas cotidianas, sem estar circunscrito à racionalidade econômica.</p> <p>Associado aos valores existenciais, fortalecendo os laços sociais e respeitando os ciclos de regeneração das naturezas.</p>

Turística	<p>Associado aos fluxos de turismo de massa sazonais.</p> <p>Saturação de certos destinos turísticos, considerados como “bolhas” distantes da realidade cotidiana nas sociedades urbanas.</p> <p>“Lazer simulacro” na base dos processos de exclusão social, por meio da inserção social seletiva das comunidades locais, no formato de subempregos.</p> <p>Se efetiva pela via da mercantilização da natureza e da cultura, consumidas como espetáculos turísticos pelas classes média e alta urbanas.</p>	<p>Experiências turísticas protagonizadas pelas comunidades locais.</p> <p>Marcado pela autogestão e definição das práticas culturais que não podem ser descontextualizadas e dissociadas de seu sentido original para serem comercializadas com fins recreativos.</p> <p>Participação e engajamento comunitário na autogestão das atividades associadas ao lazer.</p> <p>As expressões culturais e seu compartilhamento orientam o sentido e a experiência turística.</p>
Ético-política	<p>Baseado na lógica do individualismo, da competitividade e da acumulação material. Expresso pelas experiências mediadas pelo capital e pelo sentido de bem-estar e de felicidade individuais.</p> <p>Sentido de fugacidade e superficialidade, sem influenciar a dimensão existencial do observador. Restringem-se ao campo do entretenimento momentâneo, com o objetivo de alienação e manipulação da sociedade.</p>	<p>Orientado pelo sentido de convivialidade, de “Bem-Viver” coletivo e de qualidade de vida comunitária.</p> <p>Via para a manifestação das potências criativas, subversivas e transformadoras, expressando-se também por meio de lutas e reivindicações comunitárias, buscando sensibilizar a sociedade para outros modos de ser, agir e pensar no mundo.</p>

**Fonte:** A autora (2023), com base nas anotações do Caderno de Campo, complementadas pelas leituras de Gomes *et al.* (2009), Carvalho (2010), Gomes (2014) e Maurício *et al.* (2021).

Os resultados sistematizados no **Quadro 9** evidenciam os diferentes significados expressos pelas duas perspectivas analíticas de lazer apreendidas na pesquisa e tendem a ilustrar que o lazer interpretado pela perspectiva descolonial, especificamente, parece traduzir o pensamento do *Sul global* na base de contranarrativas e práticas contra hegemônicas. Assim, diante do contexto de crise dos valores éticos da sociedade contemporânea, repensar o lazer a partir das Perspectivas do Sul, e segundo as vivências comunitárias, tende a ser essencial, uma vez que traz à cena principal outras maneiras de se experienciar a realidade em contraponto com a leitura espetacularizada do “simulacro”.

Apesar de ainda pouco debatido, o lazer na América Latina parece estar diretamente vinculado à cultura popular, às experimentações lúdicas cotidianas e às práticas comunitárias anônimas. Por isso, adotar o lazer como objeto de estudo pressupõe uma busca mais ampla do que aquela reduzida à compreensão das relações de trabalho e dos modos de produção, estejam eles circunscritos no modelo capitalista ou não. Isso porque, embora seja recorrente a percepção

do lazer como elemento secundário, com função complementar à laboral, o lazer está presente em todas as coletividades, sejam elas ocidentais ou não, urbanas ou rurais, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, entre tantas outras (GUTIERREZ, 2000; GOMES, 2011; FIGUEIREDO, SARÉ, 2014; VIEIRA, 2014; STOPPA; ISAYAMA, 2017).

Com base nesse reconhecimento, a partir da observação das *práxis* e da escuta das narrativas comunitárias, foi possível avançar em uma proposta epistemológica contra hegemônica sobre o tema, visando inspirar a reorientação interpretativa sobre o lazer, com base no que se buscou denominar na tese como *Lazer de Base Comunitária*. Nesse sentido, o **Quadro 10**, a seguir, apresenta os principais eixos analíticos apreendidos no campo, como pistas para os possíveis significados descoloniais vinculados ao lazer na América Latina.

**Quadro 10:** Matriz-síntese sobre possíveis significados descoloniais do lazer, a partir dos eixos de análise apreendidos na pesquisa.

Eixo Analítico	Significado
Luta, resistência, reivindicação, subversão e micropolítica comunitária.	O lazer é compreendido como uma via potencial para o questionamento das estruturas sociais que, não raro, reproduzem formas históricas de violência e opressão. As lutas socioambientais e as reivindicações por direitos, por meio das manifestações políticas, das ocupações de terras e demais intervenções no território, buscam dar visibilidade e reconhecimento aos direitos das comunidades locais e ao seu patrimônio sociocultural, além de delinear caminhos para a transformação da realidade. As micropolíticas comunitárias desempenham importante papel no sentido de construir “soluções artesanais” e coletivas, de base local, para os desafios cotidianos, frente às forças hegemônicas no território.
Afirmação do direito constitucional, exercício de cidadania e democracia	Como direito constitucional no contexto brasileiro e em demais países da América Latina, a prática do lazer é interpretada como uma via para o exercício de cidadania e participação no campo das negociações cotidianas dos significados e símbolos da cultura. Abrange implicação nas decisões coletivas, nos acordos sociais e no exercício de convivência comunitária. Reafirma, ainda, valores e objetivos prioritários do coletivo, buscando combater a exclusão social, a iniquidade e as injustiças no contexto latino-americano. Pode ser entendido como oportunidade para a reflexão atenta, no sentido de construir outros <i>modus operandi</i> que possam, por sua vez, inspirar políticas públicas inclusivas.
Emancipação, autonomia e liberdade de expressão	Em oposição à tendência das longas jornadas de trabalho, o lazer é compreendido, segundo uma dinâmica de espaço/tempo privilegiado para o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica e da emancipação do sujeito e dos coletivos. Por representar potência de ação no sentido de desafiar a lógica produtivista e a manutenção do <i>status quo</i> , sua expressão tende a ser controlada socialmente pela indústria de massa que mercantiliza e despolitiza o lazer ou pelas instituições religiosas que o associam ao “pecado”. No entanto, o incentivo à sua prática pode contribuir para delinear desenhos alternativos de autogestão do território, empoderamento

	coletivo para a coprodução da realidade, além de sistemas econômicos circulares e solidários.
Identidade coletiva, memória social e vivência compartilhada da cultura.	Por ser uma expressão da cultura, o lazer representa uma dinâmica de espaço/tempo de vivência, experimentação e reedição social dos símbolos, representações, cultos, ritos e mitos que criam um sentido de identidade comum. A produção de narrativas e histórias orais, ao integrar a memória social, permite salvaguardar e transmitir saberes que fornecem sentido às práticas cotidianas. Além disso, os pactos e as normas comunitárias são elaborados e reelaborados a partir das compreensões individuais e coletivas sobre a gestão e ocupação do território.
Convivialidade, compartilhamento, solidariedade, sentimento de pertença e afetividade.	No contexto de valorização da vida em comunidade, como contraponto ao individualismo e à competitividade que caracteriza, em grande medida, a perspectiva homogeneizante de mundo, o lazer comunitário pode contribuir para estreitar os laços sociais, produzir afetos que fortalecem o sentido de pertencimento ao “comum”, além de pactos construídos segundo uma ética orientadora da vida no coletivo. Além disso, tende a contribuir para os processos de organização e reprodução comunitária, inspirando, inclusive, tecnologias sociais para o equacionamento dos desafios locais.
Ludicidade e experimentação social.	Em resposta à racionalidade que esteriliza a vida, as festas, os jogos, a dança, música, poesia, pintura, o teatro de rua, as celebrações populares, a prática de conversação, as atividades desportivas, entre muitas outras manifestações sociais, constituem oportunidades de fruição lúdica da cultura, em seus aspectos espontâneos e hedônicos.
Saúde integral, desenvolvimento humano e qualidade de vida.	Quando integrado às demais dimensões da existência, incluindo o trabalho, o lazer pode inspirar práticas de cuidado conectadas à perspectiva do “Bem-Viver”, segundo o compromisso de qualidade de vida para todos, considerando ainda a noção de saúde integral. Por essa perspectiva, o lazer pode influenciar a construção de sistemas de valores e a mudança comportamental associadas ao compromisso de desenvolvimento individual e coletivo.
Intervenção socioeducativa, educação popular e transmissão de saberes e práticas.	As filosofias comunitárias que proporcionam sentido de coesão ao grupo fundamentam as práticas de lazer e a decodificação de ensinamentos ancestrais sobre os modos de ser e agir no coletivo. As lideranças comunitárias estão à frente da condução dessas práticas e fazem circular a transmissão de saberes tradicionais. Canais de comunicação são estabelecidos com esse objetivo e aprendizagens compartilhadas ocorrem no grupo, para o desenvolvimento das capacidades analíticas e críticas coletivas.
Conexão, espiritualidade, culto ao sagrado e misticismo.	Práticas introspectivas de meditação, relaxamento, contemplação, conexão espiritual com a natureza e consigo mesmo e experiências transcendentais constituem a prática coletiva do lazer não apenas circunscritas à dimensão da cognição. Extrapolam os limites da razão e da ciência, para se constituir em elementos subjetivos e mágicos que animam e dinamizam as crenças e a reverência ao sagrado, contribuindo para a construção de relações éticas, também, com os elementos não-humanos.
Criatividade e inventividade.	Com a inversão da perspectiva analítica de mundo, práticas anteriormente interpretadas como antíteses ao trabalho e consideradas como improdutivas

	e periféricas pela lógica do pensamento ocidental dominante (como as artes e experiências de expressão corporal, por exemplo) passam a ser entendidas como vias para a criação de sentidos de estar no mundo, descortinando inúmeras possibilidades para a reinvenção de práticas comunitárias alternativas ao sistema hegemônico vigente.
Vivacidade, alegria e encantamento.	O reconhecimento apenas do conhecimento apreendido pela racionalidade cartesiana e comprovado cientificamente para explicar a realidade, está na base do desencantamento do mundo pelo ser humano, a partir da perda dos elementos subjetivos e imaginários que sustentavam, outrora, as relações de pertencimento à natureza e o sentido comunitário. A limitação da vida à engrenagem capitalista resulta, assim, no empobrecimento do sentido existencial. Em resistência a esse processo, o <i>Lazer de Base Comunitária</i> busca forjar vias circulares e inclusivas de produção da vida no território, além de favorecer o reencantamento dos espaços públicos, por meio de sua significação, apropriação e ocupação coletivas.
Devoção e indissociabilidade com a natureza.	O lazer orientado pelo sentido de indissociabilidade entre o ser humano e as naturezas, estas, por sua vez, consideradas como sagradas e vitais, de significado devocional e ancestral. Nesse caso, tanto o trabalho quanto o lazer estão associados ao sentido de pertencimento às naturezas que, inclusive, tendem a garantir a segurança alimentar e hídrica. Assim, um processo conduzido com sabedoria e reverência aos ciclos de regeneração natural da terra, no sentido de práticas sustentáveis e duradouras em um horizonte de longo prazo.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base na observação participante em iniciativas comunitárias, registradas em Caderno de Campo e complementadas pelas leituras de Gomes *et al.* (2009), Carvalho (2010), Gomes (2014), Costa e Mendes (2014), Bispo dos Santos (2015), Krenak (2019), Raimundo (2019), Rufino (2019), Simas (2021), Maurício *et al.* (2021) e Ferdinand (2022).

A partir da leitura do **Quadro 10**, é possível afirmar ser o lazer, sob a perspectiva comunitária e segundo uma abordagem descolonial, uma prática cultural que transcende a leitura simplista, reducionista e instrumental que a ele associa os sentidos de entretenimento de curto prazo ou descanso da rotina exaustiva de trabalho. Nos territórios do *Sul global*, o lazer parece, assim, se constituir em uma via potente para a afirmação dos valores associados ao próprio sentido existencial e para o engajamento ético-político, no processo de transformação da própria realidade.

Considerando percepções não lineares de tempo e espaço, partilhadas por diferentes cosmovisões comunitárias, o lazer, em contraposição ao seu significado difundido entre as sociedades industrializadas e modernas, abrange desde as manifestações políticas pelo reconhecimento dos direitos ao território até as celebrações populares, os eventos lúdicos e demais manifestações coletivas da cultura.

Pelas razões mencionadas, a proposta de *Lazer de Base Comunitária*, inspirada em experiências latino-americanas, está associada, em grande medida, a um sentido de

encantamento inerente às manifestações de reafirmação da vida ou como caminho para a reprodução dos próprios modos de existência consolidados nos laços comunitários e no sentido de pertencimento às naturezas, frente a um contexto desafiador de um mundo em crise, e diante das inúmeras ameaças oriundas das forças de mercado.

Nesse contexto, a noção de lazer sob a ótica comunitária do *Sul global*, parece traduzir também os sentidos de celebração, resistência e construção política nos próprios territórios, na direção do estreitamento dos vínculos sociais, em sintonia com os compromissos ético-políticos de conservação da biodiversidade e valorização da diversidade cultural. Assim, o lazer pode ser interpretado como uma oportunidade para a reflexão crítica coletiva, no sentido da construção de outros *modus operandi* e *vivendi* que possam inspirar, também, políticas públicas mais inclusivas e em conexão com as dinâmicas e peculiaridades dos territórios envolvidos. Assim, a discussão sobre a noção em construção do LBC abre a possibilidade de novas vias para a elaboração de pesquisas e políticas públicas no futuro, tendo como orientação as bases conceituais inspiradas pelas próprias realidades socioculturais do contexto latino-americano, reafirmando, nesse caso, as territorialidades comunitárias.

Ainda em função de seu potencial transformador e do seu papel para o fortalecimento dos laços comunitários, o lazer representa um campo polissêmico e privilegiado de pesquisa, envolvendo diferentes intencionalidades, narrativas e sentidos de existência. Ora a sua prática é cooptada e capturada pelas forças hegemônicas de mercado que desvirtuam os seus significados para atender aos interesses específicos de determinados segmentos da sociedade, resultando em alienação, consumismo exacerbado e individualismo; ora a sua prática comunitária inspira reflexões críticas sobre as realidades vivenciadas e tensiona a estabilidade do *status quo*. Talvez seja justamente devido ao seu potencial crítico e disruptivo, no contexto dos *modus operandi* e *vivendi* da sociedade contemporânea, que o lazer seja ainda considerado como um tema secundário no plano de políticas públicas, recebendo pouca atenção da esfera governamental no denominado *Sul global*.

Tendo em vista os argumentos discutidos e, no sentido de buscar contribuir para ampliar a visibilidade desta temática também em pesquisa, a presente tese visa, como já reiterado desde a sua introdução, desmistificar a leitura homogeneizante sobre o lazer, tentando problematizá-lo enquanto prática cultural, pela perspectiva do *Sul global*, com base nas pistas apreendidas na imersão no campo de estudo, a Região Turística da Costa do Sol. Por isso, defende-se a proposta do LBC como uma via epistemológica contra hegemônica e colaborativa, para a interpretação do lazer enquanto prática comunitária e territorializada, segundo uma leitura descolonial sobre o tema.

Com esse direcionamento, a seguir, é apresentado o campo empírico da tese, a Região Turística da Costa do Sol (RTCS), no estado do Rio de Janeiro.



#### **4 REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA DO SOL (RTCS): Mosaico pulsante de sociobiodiversidade**

---

*“As restingas e nossas matas, com todo esplendor. Que maravilha, que beleza, a natureza exalando amor. Que maravilha, que beleza, Costa do Sol a nossa natureza”  
(Hino do Parque Estadual da Costa do Sol)<sup>49</sup>.*

Esse capítulo tem como foco a apresentação da Região Turística da Costa do Sol (RTCS), localizada na zona costeira fluminense, campo de estudo adotado para ilustrar o debate teórico anteriormente situado.

Com essa perspectiva, apresenta-se uma descrição das principais características socioeconômicas e da dinâmica de lazer regional para, posteriormente, contextualizar o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), importante área protegida fluminense em termos de salvaguarda das naturezas e culturas da Região Turística da Costa do Sol, uma das mais emblemáticas para o turismo nacional e internacional.

Essa é uma região prioritária do estado do Rio de Janeiro, em termos de investimentos, sobretudo dos setores turístico e imobiliário e, por essa razão, é também palco de inúmeras disputas, decorrentes de interesses contrários às salvaguardas das naturezas e culturas. Assim, com base na literatura acadêmica e, em imersões a campo, segundo a metodologia descrita, se discute, ainda, algumas tensões que tendem a dificultar o reconhecimento das práticas culturais de lazer vivenciadas pelas comunidades locais, as quais têm as áreas do parque, também, como *locus* de encontro e convivência cotidiana.

Assim, considerando a diversidade de perspectivas e interesses em jogo foi possível apreender algumas pistas sobre as controvérsias que permeiam a dinâmica do lazer no contexto do PECS. Com esse direcionamento, se buscou situar o debate sobre as questões desafiadoras que envolvem a espetacularização das naturezas, o incentivo ao turismo de massa, a tendência dos fluxos de veraneio e a especulação imobiliária nessas áreas, o que tende a gerar, ainda, a invisibilização da diversidade cultural regional.

---

<sup>49</sup> Autoria da Dra. Ana Paula da Silva e do Maestro Budega.

#### 4.1 CONFLITOS REGIONAIS E SALVAGUARDAS DE NATUREZAS E CULTURAS

O delineamento da Região Turística da Costa do Sol decorre de um longo processo para definição das regiões prioritárias no Brasil, para orientar o investimento público e privado em apoio ao desenvolvimento do turismo nacional. Nesse movimento, como parte das iniciativas propostas pelo, à época recém-criado, Ministério do Turismo (MTur), o *Programa de Regionalização do Turismo* (PRT), publicizado em 2004, teve como objetivo inicial incentivar a descentralização e interiorização do turismo, a partir da criação de uma sinergia e cooperação entre municípios com características geomorfológicas semelhantes, para o fortalecimento de suas potencialidades em termos de atratividade turística. Com esse escopo, a seleção e organização dos municípios em polos regionais considerou, prioritariamente, aspectos próprios da dimensão territorial (RIBEIRO, 2003; FRATUCCI, 2005; DIAS, 2010; FONSECA, 2011).

De acordo com o *Plano Nacional de Turismo* (2007-2010), foram organizadas 200 regiões turísticas no Brasil, considerando 3.819 municípios envolvidos no *Programa* (BRASIL, 2007b, p. 26). Uma ação estratégica central para alcançar o objetivo proposto, parece ter sido a escolha de “municípios indutores”, ou seja, aqueles fundamentais para a articulação do turismo regional, tendo como foco, sobretudo, a atratividade de fluxos turísticos internacionais.

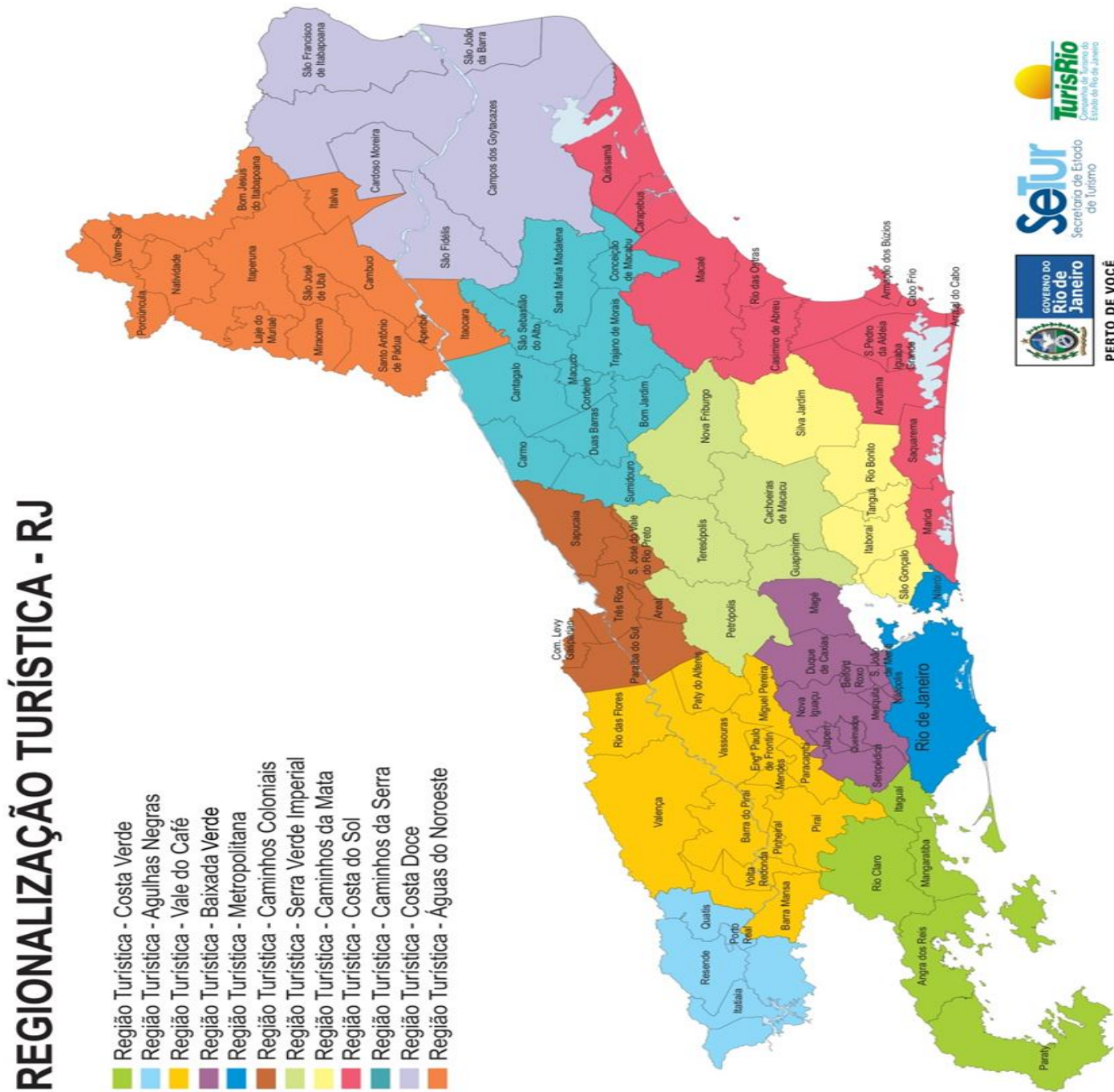
Embora o objetivo tenha sido promover a cooperação e o fortalecimento entre a gestão pública dos municípios envolvidos, além de minimizar a competitividade entre eles, para que todos pudessem ter participação no planejamento e na operacionalização do turismo, é importante reconhecer que uma crítica recorrente ao *Programa* se refere às assimetrias entre as relações de poder. Estas decorrem da concentração de equipamentos e atrativos turísticos em certos territórios, enquanto outros passaram a exercer papel apenas periférico e complementar nesse contexto, contribuindo assim para a concentração socioeconômica e para o desenvolvimento desigual entre municípios adjacentes (FONSECA, 2011).

Outra crítica importante de se pontuar, nesse contexto, refere-se à segmentação turística que, em muitos casos, pode ser prejudicial por estigmatizar o território, a partir da criação de imaginários externos à dinâmica local que, não raro, é composta por uma pluralidade de manifestações socioculturais (SOTRATTI, 2014). Além disso, o processo de turistificação do espaço tende a fomentar revitalizações urbanas, por vezes desconectadas das realidades locais, de modo a criar “não lugares” (AUGÉ, 1994) ou “bolhas turísticas” (JUDD, 1999; CRUZ, 2007).

A partir da política de regionalização do turismo, no estado do Rio de Janeiro, especificamente, foram criados 11 polos regionais que, posteriormente, foram acrescidos para

12, com base na identificação de características semelhantes entre os territórios dos 92 municípios fluminenses, sendo esses: Agulhas Negras, Metropolitana, Costa do Sol, Serra Verde Imperial, Costa Verde, Vale do Café, Baixada Verde, Caminhos da Serra, Caminhos Coloniais, Caminhos da Mata, Costa Doce e Águas do Noroeste, cujas nomenclaturas já foram modificadas algumas vezes, desde sua formação. A **Figura 6**, a seguir, ilustra a organização espacial de cada região.

**Figura 6:** Regionalização Turística do estado do Rio de Janeiro.



Fonte: SeTur (2017).



PERTO DE VOCE

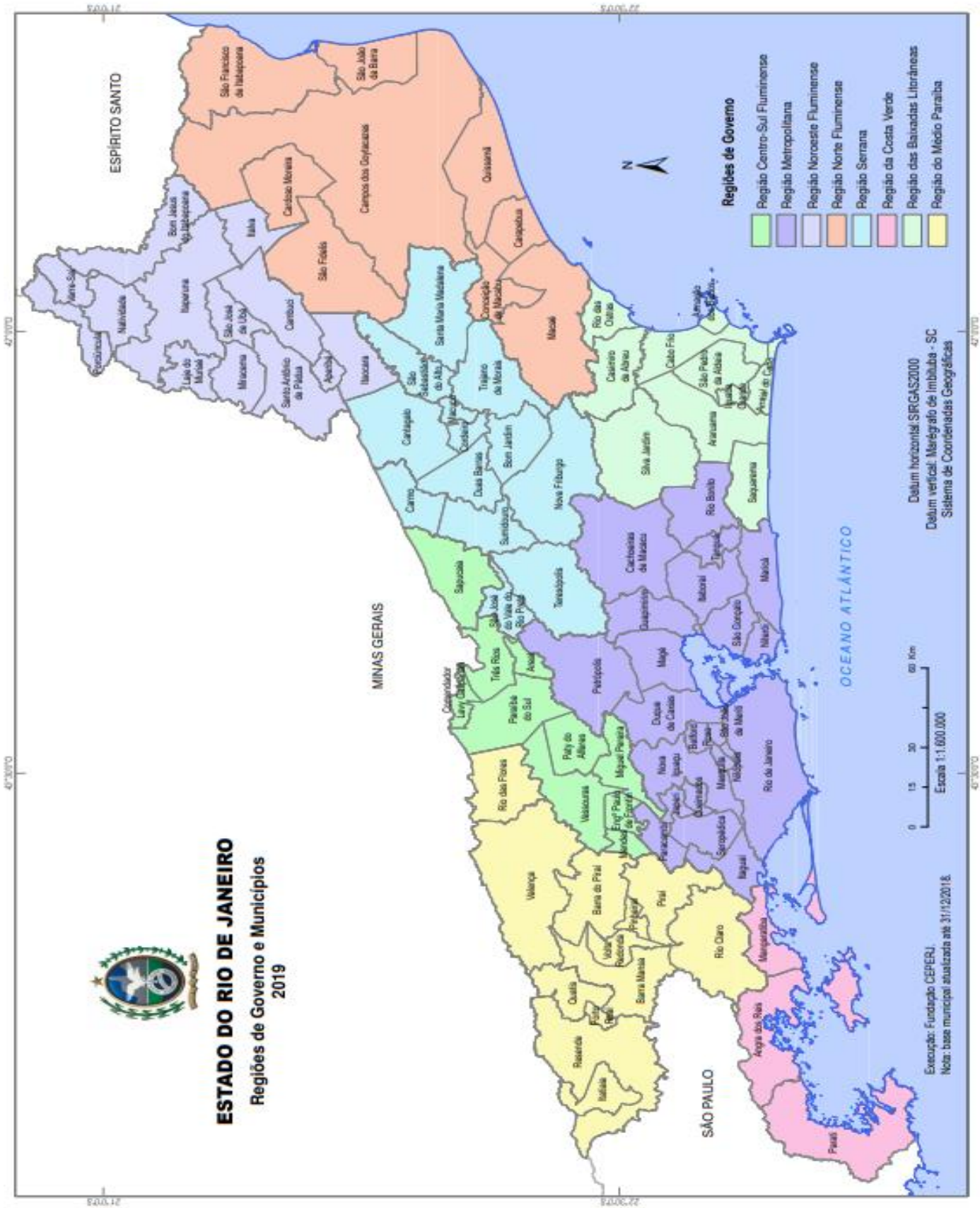
Conforme observado na **Figura 6** apresentada, a Região Turística da Costa do Sol, *locus* dessa pesquisa, abrange 13 municípios, sendo esses: Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã e Rio das Ostras (SETUR, 2017).

É interessante perceber que o processo de criação das nomenclaturas regionais esteve vinculado à identificação de características próprias dos territórios envolvidos, com o objetivo de facilitar a associação entre os municípios. No caso da Costa do Sol, para essa escolha se considerou como inspiração o elevado índice de insolação e baixo índice pluviométrico durante, aproximadamente, todo o ano na região (FRATUTTI, 2005).

Essa nomenclatura escolhida foi discutida no âmbito do *Fórum de Secretários Municipais de Turismo da Região da Costa do Sol*, formado à época, para a resolução de questões de interesse comum entre os municípios envolvidos. Isso porque, sob a região mencionada incidem diferentes divisões territoriais, a depender dos objetivos de estudo e análise.

Por essa razão, essa é considerada, também, como “Região dos Lagos” ou “Região das Baixadas Litorâneas”. Essa última nomenclatura é adotada para fins de planejamento econômico e da administração pública, e a sua composição exclui os municípios de Maricá, Macaé, Carapebus e Quissamã, e inclui Silva Jardim (CEPERJ, 2019; OFT, 2020), conforme **Figura 7**, apresentada a seguir.

Figura 7: Regiões de Governo e Municípios.



Fonte: CEPERJ (2019).



Vale reconhecer que essa região é uma das principais em termos de atratividade turística do estado do Rio de Janeiro, com fluxos de visitantes associados ao segmento de *Sol e Praia* (LA ROVERE; IRVING; LIMA, 2015), sendo procurada por um elevado quantitativo de turistas, também internacionais, conforme indica pesquisa realizada pelo Observatório Fluminense de Turismo (OFT) em 2019, sistematizada no **Quadro 11**, a seguir.

**Quadro 11:** Matriz-síntese sobre os municípios com maior atratividade de turistas estrangeiros no estado do Rio de Janeiro em 2019.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE ESTIMADA
Rio de Janeiro	1.651.696
<b>Armação dos Búzios</b>	320.320
Angra dos Reis	157.173
Paraty	127.665
<b>Cabo Frio</b>	41.049
<b>Arraial do Cabo</b>	40.933
Niterói	19.548
<b>Macaé</b>	15.241
Petrópolis	15.066
Mangaratiba	7.901

**Fonte:** Adaptado do Observatório Fluminense de Turismo (2020, p. 38, *grifo nosso*).

No **Quadro 11** é possível observar que quatro municípios pertencentes à Região da Costa do Sol foram citados entre os dez destinos de maior fluxo internacional no Estado do Rio de Janeiro, em 2019. Com especial atenção à Armação dos Búzios, cujo quantitativo de turistas estrangeiros é inferior apenas ao da capital do estado e, também por essa razão, o município em 2007 foi considerado como um dos 65 destinos indutores do turismo regional em políticas públicas nacionais (PNT 2007-2010) (BRASIL, 2007b).

Um fator que despertou o interesse turístico pela região, parece ter sido a difusão desses municípios, ainda desconhecidos à época, por celebridades consideradas como ícones internacionais, sendo o caso da atriz francesa Brigitte Bardot, na década de 1960, em Armação dos Búzios, o mais emblemático nesse sentido, visto que sua imagem inspirou a construção de um monumento amplamente visitado e, segundo dados do Ministério do Turismo, o município se tornou o quinto destino brasileiro mais procurado pelo público estrangeiro (MTUR, 2016).

No entanto, este não pode ser considerado um caso isolado. Isso porque, as paisagens e belezas cênicas regionais têm inspirado inúmeras produções cinematográficas e televisivas. Para ilustrar essa afirmativa, podem ser mencionadas as telenovelas “Avenida Brasil” (GLOBO, 2012) e “Força do Querer” (GLOBO, 2017), cujos cenários, posteriormente, tornaram-se atrativos, como o restaurante “Cabana dos Pescadores”, localizado próximo ao Morro do Vigia, que integra uma área protegida, entre as praias do Però e das Conchas, no município de Cabo Frio, conforme se observa na **Figura 8**, a seguir.

**Figura 8:** Cabana dos Pescadores - “Cenários de novelas”, localizada entre as Praias do Però e das Conchas, em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2018).

Outro dado interessante sobre a região é que essa tem apresentado um dos índices de maior crescimento na densidade demográfica no território fluminense, no decorrer das últimas décadas (IBGE, 2010). Uma das possíveis razões para esse crescimento, parece remontar ao início da década de 1950, quando se intensificou o movimento de veraneio na região, onde até então, concentravam-se apenas comunidades de pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas em vilas que se tornaram foco das segundas residências, dirigidas à população com alto poder aquisitivo oriunda das metrópoles (FONSECA, 2011).

Nesse sentido, a proximidade com a região metropolitana e, posteriormente, a construção da Ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974, favoreceram a frequente procura por destinos litorâneos afastados dos centros urbanos (FRATUCCI, 2005). Essa tendência passou a ocorrer, sobretudo, nas altas temporadas, consideradas como épocas de férias e feriados prolongados (RIO DE JANEIRO, 2015), com o objetivo principal de evasão do mal-estar associado à crise civilizatória, manifestado, com maior intensidade, nas grandes cidades.

Ainda no contexto de aumento da densidade demográfica na região, pode ser mencionada a forte influência do pré-sal e o “boom” da extração do petróleo, sobretudo em Macaé e Maricá (LA ROVERE; IRVING; LIMA, 2015), mas com efeitos evidentes em municípios adjacentes, como Rio das Ostras (IBGE, 2010), visto que muitos profissionais se deslocaram com familiares para a região, para atuar na plataforma continental brasileira da Bacia de Campos. Diante do cenário de investimento na instalação de indústrias associadas à produção petrolífera local, tais municípios receberam elevados fluxos internacionais, somando 276 corporações ativas em Macaé em 2011, por exemplo (MACAÉ, 2011).

Não se pode negligenciar também que a implantação do programa de pacificação das favelas pela Unidade da Polícia Pacificadora (UPP) em 2008, uma ação integrada à política de segurança pública na capital do Rio de Janeiro, motivou deslocamentos de alguns grupos considerados como facções criminosas para o interior do estado, tornando os índices de criminalidade crescentes nesses municípios (NASRI, 2018). Além desses, outros grupos também buscaram refúgio na região, como aqueles considerados como milicianos. Isso ocorreu, em decorrência da facilidade de acesso por rodovias e, ainda, por hidrovias e aeroportos locais (FONSECA, 2011). Diante desse contexto, as práticas de invasão e construção irregulares, em áreas protegidas, próximas às vegetações litorâneas aumentaram significativamente, com objetivo não somente de fixação e permanência local, mas para a comercialização de aluguéis por temporadas, atividade que, em geral, gera lucros na região.

Com base nessa discussão, o **Quadro 12**, a seguir, ilustra a complexa dinâmica socioeconômica e turística da Região da Costa do Sol.

**Quadro 12:** Matriz-síntese sobre a dinâmica socioeconômica e turística da Região da Costa do Sol.

População por município	Armação dos Búzios - 35.060 habitantes Cabo Frio - 234.077 habitantes Arraial do Cabo - 30.827 habitantes Maricá – 167.668 habitantes
-------------------------	--



(estimativa para 2021) <sup>50</sup>	Rio das Ostras - 159.529 habitantes Macaé - 266.136 habitantes Saquarema - 91.938 habitantes Araruama - 136.109 habitantes Iguaba Grande - 29.344 habitantes Casimiro de Abreu - 45.864 habitantes São Pedro da Aldeia - 107.556 habitantes Quissamã - 25.535 habitantes Carapebus - 16.859 habitantes
Perfil socioeconômico	Na região é desenvolvido, principalmente, o turismo sazonal e massivo, de <i>Sol e Praia</i> , mas também são relevantes as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás, à prestação de serviços e comércio, à extração do sal marinho, à pesca e à coleta de mariscos.
Povos e comunidades tradicionais	Há 11 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares na região, das quais, algumas se consideram também marisqueiras, além de inúmeras colônias e associações de populações caiçaras e de pescadores artesanais.
Patrimônios naturais regionais	Ao total, há 40 unidades de conservação da natureza na região, principalmente em áreas de remanescentes de Mata Atlântica e litorâneas, sendo grande parte dessas consideradas de Uso Sustentável, ou seja, que permitem a compatibilização da proteção da natureza com a utilização sustentável dos bens naturais. Esses são territórios relevantes em termos de proteção paisagística e conservação de biodiversidade regional e neles ocorre uma grande diversidade de praias, lagoas, lagoas, ilhas, grutas, fendas, pontais, costões rochosos e dunas.
Patrimônios culturais regionais	Elementos históricos ainda pouco conhecidos pelos turistas que visitam a região, como fortes, ruínas, igrejas, capelas, conventos, sambaquis e demais sítios arqueológicos dos povos Tupinambás que revelam o passado de cidades muito antigas, como Cabo Frio (considerada o sétimo município mais antigo do Brasil), compõem também o conjunto patrimonial da região. Além disso, existem ainda engenhos, casas de farinha e salineiras que evidenciam algumas das práticas antigas desenvolvidas nas áreas rurais desses municípios.
Infraestrutura, equipamentos e	Em levantamento e registro dos equipamentos turísticos relacionados aos meios de hospedagem existentes na região, foram encontradas, principalmente, pousadas,

<sup>50</sup> Em 2023, ano de defesa da tese, esses eram os dados mais atualizados disponíveis no *site* do IBGE.

serviços turísticos	devido ao fluxo turístico com objetivo de <i>Sol e Praia</i> . Além dessa tipologia de meios de hospedagem, foram identificados também hotéis, <i>campings</i> , hospedagens familiares, albergues, <i>hostels</i> , pensões e camas e cafés. Entre os municípios que compõem a Região Turística, Armação dos Búzios é o município com o maior número de ofertas de unidades habitacionais (UHs). Com relação aos serviços ligados à alimentação, a região possui muitos restaurantes e bares, principalmente, localizados próximos às praias, além também de quiosques e lanchonetes. Uma grande quantidade de agências de receptivo na região oferecem passeios náuticos e de aventura. Para a prática de atividades de lazer são inúmeros os parques, praças, largos e mirantes na região turística.
Dados sobre visitação	Apesar de ainda não haver muitos dados sistematizados sobre os municípios envolvidos, uma pesquisa de 2016 sobre a demanda turística internacional do Ministério do Turismo (MTur) apontou que o município Armação dos Búzios se situa em quinto lugar no <i>ranking</i> de demanda turística internacional, dentre as cidades brasileiras, com maior fluxo de turistas estrangeiros, envolvendo 9,1% do público estrangeiro que visita o Brasil.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base em MTur (2016), SeTur (2017), IOT (2018), Ceperj (2019), IBGE Cidades (2023), SECEC-RJ (2023), FCP (2023), OQ - Observatório Quilombola (2023) e MMA/CNUC (2023).

Os dados sistematizados ilustram a complexa dinâmica socioeconômica da Região da Costa do Sol. A partir da leitura do **Quadro 12** apresentado, parece possível afirmar que, embora a região se caracterize por um perfil socioeconômico significativamente diversificado, principalmente pelo conjunto das práticas tradicionais locais, como pesca e coleta de mariscos, o turismo representa, atualmente, a principal atividade de investimento local. Essa afirmativa adquire ainda maior relevância quando analisadas as inúmeras opções de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos disponíveis na região e, também, quando interpretados os dados de visitação levantados em Armação dos Búzios, que concentra, aproximadamente, 10% de todo o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil.

Nesse contexto, vale notar ainda que o setor turístico vem investindo na organização de eventos desportivos na região, cenário que se tornou mais evidente no período que antecedeu os megaeventos internacionais, sediados na cidade do Rio de Janeiro, como foi o caso da Jornada Mundial da Juventude em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos

em 2016 (DIAS, 2010; SANTOS; BARROS; SANTOS, 2018), considerando a permanência prolongada dos turistas e dos seus possíveis deslocamentos para destinos localizados nas adjacências da capital do estado. Muito embora, seja importante reconhecer que municípios como Saquarema, já sediavam eventos com periodicidade anual e de ampla repercussão, como o Campeonato Mundial de Surfe apresentado na **Figura 9**, a seguir.

**Figura 9:** Campeonato Mundial de Surfe, na Praia de Itaúna, em Saquarema.



**Fonte:** A autora (2019).

Assim, os aspectos anteriormente mencionados têm corroborado para o estabelecimento de um turismo caracterizado por dois movimentos simultaneamente: a sazonalidade, intensificada na temporada de verão; e o de massa, caracterizado por um elevado número de visitantes concentrado em um mesmo ponto turístico regional (BOYER, 2003). Ambos os movimentos se baseiam em um modelo convencional e hegemônico de percepção do turismo pela via do mercado (IRVING; AZEVEDO; LIMA, 2018), historicamente implementado sobretudo em áreas litorâneas (RAIMUNDO, 2019) e ancorado na espetacularização das naturezas, por meio da veiculação das paisagens cênicas nas grandes mídias, com vistas a uma

acelerada comercialização de atrativos de *Sol e Praia* que, nesse caso, incluem costões rochosos, pontais, fendas, dunas, restingas, manguezais, lagoas, lagoas, ilhas e grutas.

A **Figura 10**, a seguir, representa a dinâmica turística relatada. É importante considerar que esse registro fotográfico foi realizado no mês de janeiro, durante as férias escolares e após os feriados de final de ano, referentes ao Natal e Ano Novo.

**Figura 10:** Fluxo turístico intenso na Praia das Conchas, em Cabo Frio, durante a estação do verão.



**Fonte:** A autora (2018).

Historicamente, além do turismo convencional, na região ocorre também o que Raimundo (2019, p. 44-45) compreende como “turismo residencial” ou “turismo de veraneio”. O autor explica que esse modelo se tornou mais recorrente a partir da década de 1990, dirigido às áreas rurais ou urbanas litorâneas, motivado pela fuga do cotidiano fatigante e pelo desejo de reconexão com as naturezas, principalmente por parte da população aposentada de suas ocupações laborais, inspirada pelo imaginário amplamente difundido de como seria um modo de vida simples e rústico.



Nesse cenário, parece possível afirmar que houve uma crescente pressão para o uso e a ocupação dessas áreas que integram a zona costeira fluminense, em um processo de valorização das áreas litorâneas e de remanescentes preservados de Mata Atlântica (DIAS, 2010), o que contribuiu para a geração de elevados níveis de tensões e passivos sociais regionais (CORRÊA; FONTENELLE, 2010; 2012). Grande parte dessas tensões e conflitos está vinculada ao fato dessa região ser também marcada por uma diversidade de práticas culturais associadas às naturezas.

Sobre esse aspecto, existe uma multiplicidade de povos e comunidades tradicionais, conforme ilustra a **Figura 11**, a seguir. Entre os quais, quilombolas, marisqueiras, pescadores artesanais e caiçaras, cujos modos de vida estiveram historicamente intrínsecos às naturezas (DI MAULO, 2016; TEIXEIRA, 2017; NASRI, 2018; RODRIGUES, 2019).

**Figura 11:** Prática pesqueira na Praia do Forte, em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2020).

Vale ainda mencionar que diante da crescente valorização econômica das áreas preservadas, principalmente próximas ao mar, que foram historicamente ocupadas por povos e

comunidades tradicionais locais, vem ocorrendo também, um processo de gentrificação, com base na expulsão desses atores sociais para pontos periféricos das cidades, afastados do litoral (ALCÂNTARA, 2018; NAZARIO, 2022), em função da concentração de classes com alto poder aquisitivo e, conseqüentemente, da elevação dos custos de vida locais (TEIXEIRA, 2017).

Esse cenário tende a dificultar, e por vezes, ainda, inviabilizar, a continuidade das práticas tradicionais, entre as quais, aquelas associadas à pesca e à coleta nativa de mariscos, de modo que a dinâmica socioeconômica regional expressa na década de 1960, principalmente, pela extração de sal e captura de pescados (DIAS, 2010; RIO DE JANEIRO, 2010) vem sendo intensamente transformada e, atualmente, predominam atividades associadas à indústria do petróleo e gás e à prestação de serviços vinculados ao comércio dirigido ao turismo e ao mercado imobiliário (IBGE, 2010; IOT, 2018).

Além dos sérios riscos que os empreendimentos turísticos e imobiliários representam para a integridade dos ecossistemas locais, um desafio recorrente e que tais projetos vêm corroborando para intensificar, refere-se à infraestrutura de fornecimento dos serviços de água, energia e saneamento básico que, também em função dos elevados fluxos de população flutuante na região, possuem um dos piores indicadores do Estado do Rio de Janeiro (DIAS, 2010; RIO DE JANEIRO, 2015). Desse modo, a escassez temporária dos serviços básicos tende a causar prejuízos para a população residente que, muitas das vezes, desloca-se dali durante o período de férias e feriados prolongados para outros municípios que não enfrentam o mesmo tipo de problema.

Nesse contexto, um importante dado que atravessou a pesquisa, refere-se a crise sanitária associada à *Pandemia de Covid-19* que eclodiu no Brasil em 2020. Tendo em vista os protocolos de contenção da doença que envolveram o isolamento social, parece ter ocorrido um movimento de fixação da população metropolitana em residências que, anteriormente, tinham a função apenas de veraneio. De acordo com Santana (2020)<sup>51</sup>, a pandemia pode ter motivado uma tendência de êxodo urbano, em função da adaptação de muitas ocupações profissionais à modalidade *online (home office)*. Desse modo, a população urbana vem procurando por cidades do interior, em geral, com custos de vida menos elevados e consideradas mais seguras. Tais dados têm sido verificados a partir dos registros de busca nas plataformas digitais de aluguel de imóveis<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> SANTANA, P. Como a pandemia do Coronavírus pode impulsionar o êxodo rural urbano no futuro. *Infomoney*. 11 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/economia/como-a-pandemia-de-coronavirus-pode-impulsionar-o-exodo-urbano-no-futuro/>> Acesso em: 11 de mar. 2023.

<sup>52</sup> Como ZAP Imóveis, Viva Real e *Airbnb*.

Diante dessa realidade, marcada pelo avanço e pela pressão capitalista na região, baseados em princípios neoliberais de comercialização das naturezas, a criação e gestão de áreas protegidas vêm sendo considerada como uma importante estratégia local para as salvaguardas de naturezas e culturas. Nesse sentido, o **Quadro 13**, a seguir, apresenta informações sobre as 40 UCs implementadas, atualmente, em áreas dos 13 municípios pertencentes à Região Turística da Costa do Sol.

**Quadro 13:** Matriz-síntese sobre as unidades de conservação na Região Turística da Costa do Sol.

Nº	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	TIPOLOGIA DE PROTEÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS
1	Área de Proteção Ambiental da Massambaba	Uso Sustentável	Lei ordinária nº 6128, de 28/12/2011	Araruama (RJ); Arraial do Cabo (RJ); Saquarema (RJ)
2	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João - Mico Leão	Uso Sustentável	Decreto S/N, de 27/06/2002	Araruama (RJ); Cabo Frio (RJ); Cachoeiras de Macacu (RJ); Casimiro de Abreu (RJ); Macaé (RJ); Nova Friburgo (RJ); Rio Bonito (RJ); Rio das Ostras (RJ); Silva Jardim (RJ)
3	Parque Estadual da Costa do Sol	Proteção Integral	Decreto nº 42929, de 18/04/2011	Araruama (RJ); Arraial do Cabo (RJ); Armação dos Búzios (RJ); Cabo Frio (RJ); São Pedro da Aldeia (RJ); Saquarema (RJ)
4	Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	Uso Sustentável	Decreto nº S/N, de 03/01/1997	Araruama (RJ); Arraial do Cabo (RJ)
5	Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil	Uso Sustentável	Decreto nº 31.346, de 06/06/2002	Armação dos Búzios (RJ); Cabo Frio (RJ)
6	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mato Grosso	Uso Sustentável	Portaria nº 72, de 23/05/2001	Saquarema (RJ)
7	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Mato Grosso II	Uso Sustentável	Portaria nº 63, de 19/08/2009	Saquarema (RJ)

8	Parque Natural Municipal dos Corais de Armação dos Búzios	Proteção Integral	Decreto nº 135, de 09/09/2011	Armação dos Búzios (RJ)
9	Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba	Uso Sustentável	Decreto nº 15.136, de 20/07/1990	Iguaba Grande (RJ); São Pedro da Aldeia (RJ)
10	Parque Natural Municipal da Mata Atlântica Aldeense	Proteção Integral	Decreto nº N°116, de 13/09/2013	São Pedro da Aldeia (RJ)
11	Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima	Uso Sustentável	Decreto nº 29.213, de 14/09/2001	Bom Jardim (RJ) Cachoeiras de Macacu (RJ) Casimiro de Abreu (RJ) Macaé (RJ) Nova Friburgo (RJ) Silva Jardim (RJ) Trajano de Moraes (RJ)
12	Reserva Biológica União	Proteção Integral	Decreto S/N, de 05/06/2017	Casimiro de Abreu (RJ) Macaé (RJ) Rio das Ostras (RJ)
13	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Córrego da Luz	Uso Sustentável	Portaria nº 16-N, de 19/02/1993	Casimiro de Abreu (RJ)
14	Reserva Particular do Patrimônio Natural Matumbo	Uso Sustentável	Portaria nº 13, de 11/10/2007	Casimiro de Abreu (RJ)
15	Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro Grande	Uso Sustentável	Portaria nº 27, de 10/05/2011	Casimiro de Abreu (RJ)
16	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio da Luz	Uso Sustentável	Portaria nº 228, de 11/05/2011	Casimiro de Abreu (RJ)
17	Reserva Particular do Patrimônio Natural Três Morros	Uso Sustentável	Portaria nº 27, de 08/03/2004	Casimiro de Abreu (RJ)
18	Área de Refúgio Ambiental da Carapeba Boa	Uso Sustentável	Decreto nº 2.227, de 29/12/2017	Carapebus (RJ)
19	Monumento Natural Municipal São Simão	Proteção Integral	Decreto nº 2.228, de 29/12/2017	Carapebus (RJ)
20	Parque Nacional Restinga de Jurubatiba	Proteção Integral	Decreto nº 29/04/07, de 29/04/1998	Carapebus (RJ); Macaé (RJ); Quissamã (RJ)
21	Parque Natural Municipal da Restinga de Carapebus	Proteção Integral	Decreto nº 2.229, de 29/12/2017	Carapebus (RJ)



22	Refúgio da Vida Silvestre - Fazenda São Lázaro	Proteção Integral	Decreto nº 2.230/2017, de 29/12/2017	Carapebus (RJ)
23	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana	Uso Sustentável	Decreto nº 018, de 21/02/2011	Macaé (RJ)
24	Área de Proteção Ambiental do Sana	Uso Sustentável	Lei ordinária nº 2.172/2001, de 30/11/2001	Macaé (RJ)
25	Parque Natural Municipal Atalaia Gualter Corrêa de Faria	Proteção Integral	Lei ordinária nº 2.563, de 20/12/2004	Macaé (RJ)
26	Parque Natural Municipal da Restinga do Barreto	Proteção Integral	Decreto nº 139, de 30/11/2016	Macaé (RJ)
27	Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé	Proteção Integral	Lei ordinária nº 3.146, de 18/12/2008	Macaé (RJ)
28	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Barra do Sana	Uso Sustentável	Portaria nº 65-N, de 28/07/1999	Macaé (RJ)
29	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mário e Alba Corral	Uso Sustentável	Portaria nº 690, de 03/11/2016	Macaé (RJ)
30	Reserva Particular do Patrimônio Natural Peito de Pomba	Uso Sustentável	Portaria nº 702, de 20/02/2017	Macaé (RJ)
31	Reserva Particular do Patrimônio Natural Ponto do Baião	Uso Sustentável	Portaria nº 349, de 16/06/2012	Macaé (RJ)
32	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Sumidouro e Sítio Peito de Pomba	Uso Sustentável	Portaria nº 156-N, de 19/11/1998	Macaé (RJ)
33	Área de Proteção Ambiental de Maricá	Uso Sustentável	Decreto nº 7.230, de 23/04/1984	Maricá (RJ)
34	Área de Proteção Ambiental Municipal das Serras de Maricá	Uso Sustentável	Lei ordinária nº 2368, de 16/05/2011	Maricá (RJ)
35	Reserva Particular do Patrimônio Natural Pilar	Uso Sustentável	Portaria nº 650, de 11/02/2016	Maricá (RJ)
36	Refúgio de Vida Silvestre Municipal das Serras de Maricá	Proteção Integral	Lei ordinária nº 2368, de 16/05/2011	Maricá (RJ)

37	Monumento Natural Municipal da Pedra de Inoã	Proteção Integral	Portaria nº 2369, de 16/05/2011	Maricá (RJ)
38	Monumento Natural Municipal da Pedra de Itaocaia	Proteção Integral	Lei ordinária nº 2326, de 16/04/2010	Maricá (RJ)
39	Parque Estadual da Serra da Tiririca	Proteção Integral	Decreto nº 43913, de 29/10/2012	Maricá (RJ); Niterói (RJ)
40	Área de Relevante Interesse Ecológico de Itapebussus	Uso Sustentável	Decreto Municipal nº 038/2002, de 13/06/2002	Rio das Ostras (RJ)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base no *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC)* (2023).

Cabe notar que muitas dessas unidades de conservação apresentadas no **Quadro 13** estão sobrepostas espacialmente e abrangem as principais áreas verdes de parques e praças, além de praias, lagoas e lagunas preservadas da região que, historicamente, fazem parte do cotidiano de lazer dos moradores da Costa do Sol e que, por estarem localizados nos limites de áreas fortemente impactadas pelo processo de urbanização, têm importância central para a qualidade de vida da população regional (NASRI; IRVING; MATTOS, 2019). É justamente por essa razão que, nas últimas décadas, tais áreas passaram a integrar políticas públicas de proteção da natureza.

No entanto, parece fundamental reconhecer que, embora haja um quantitativo significativo de unidades de conservação na região e, que estas estejam dirigidas à salvaguarda de importantes fragmentos da biodiversidade, vinculadas também à diversidade sociocultural regional, diversas áreas relevantes para fins de conservação não foram contempladas na demarcação dos limites das UCs, possivelmente, em razão da pressão política de interesses de alguns grupos sociais locais, como parte da disputa por territórios na região (CORRÊA; FONTENELLE, 2012).

Diante de alguns dos conflitos e controvérsias apresentados que tensionam a dinâmica regional, parece importante contextualizar o Parque Estadual da Costa do Sol, uma unidade de conservação de Proteção Integral que abrange seis dos 13 municípios envolvidos na regionalização turística, foco desta pesquisa. Em função de sua extensão territorial e relevância para as comunidades locais, o PECS parece funcionar como um mosaico de sociobiodiversidade - ainda que não-instituído - no sentido que Lessa (2007) entende o termo, como um conceito ampliado de biodiversidade, abrangendo também a pluralidade de culturas, considerando os

ritos, as crenças, os saberes e as práticas dos diferentes coletivos na relação com as naturezas, como se discute, a seguir.

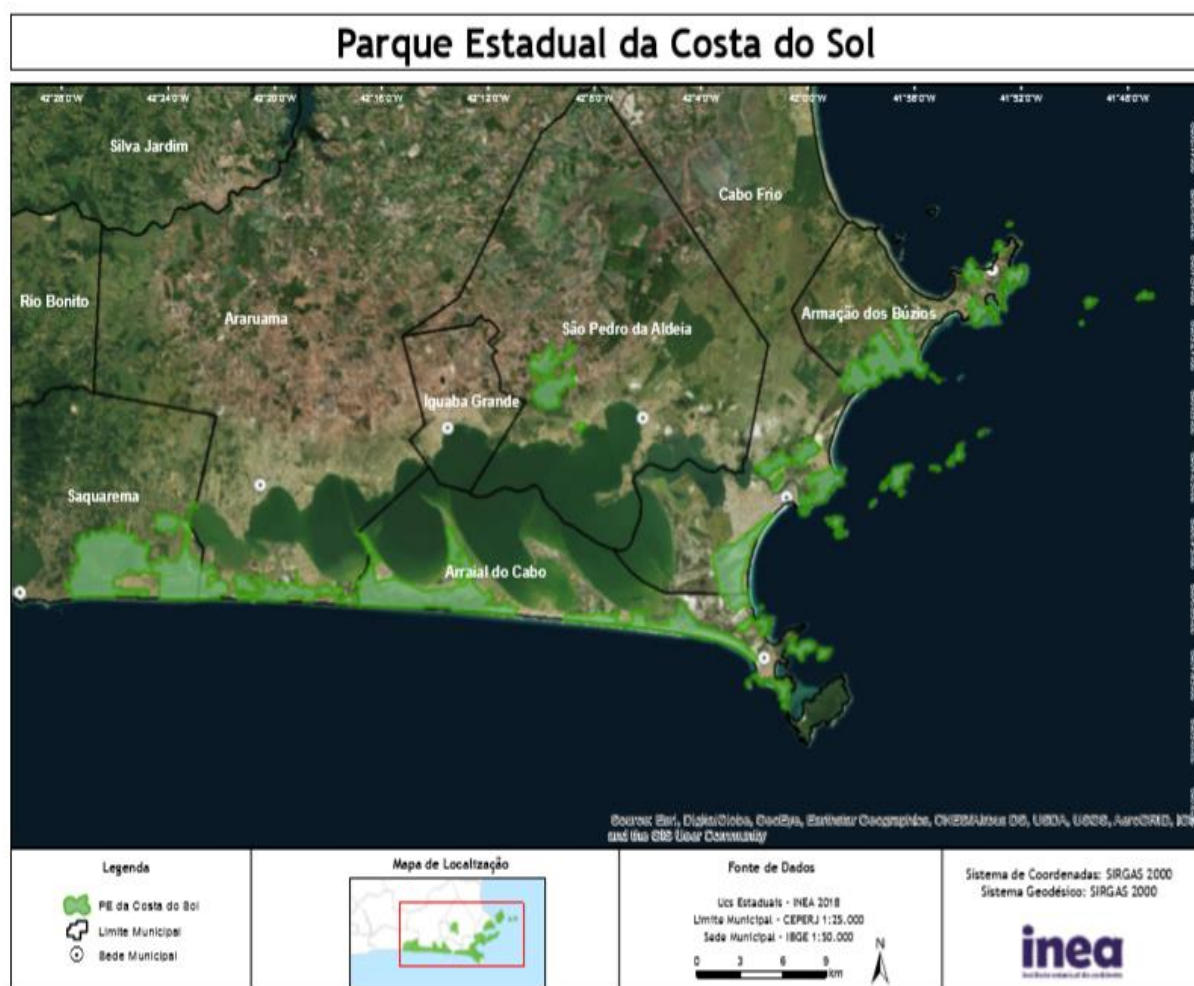
#### 4.2 PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL: NÚCLEO PULSANTE DE RESISTÊNCIAS COLABORATIVAS

Atualmente, aproximadamente 80% da população fluminense reside na zona costeira (RIO DE JANEIRO, 2015). Diante do avanço das ocupações urbano-industriais nessas áreas, o Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), uma unidade de conservação de Proteção Integral, foi criado em 18 de abril de 2011, pelo Decreto N° 42.929 (**Anexo 2**), sob a responsabilidade administrativa do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão de competência ambiental no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de preservar remanescentes de Mata Atlântica e outros ecossistemas marinhos e continentais associados, mas também para recuperar áreas já degradadas na região (RIO DE JANEIRO, 2011).

Inspirada no sistema canadense de áreas protegidas, a concepção do PECS expressa um caráter inovador no estado, ao partir da perspectiva de uma configuração multissetorial que divide os 9790,44 hectares desta UC em 43 fragmentos territoriais, compreendendo, parcialmente, seis municípios da Região da Costa do Sol, sendo esses: Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, além de Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo (RIO DE JANEIRO, 2019).

A configuração espacial do PECS está apresentada na **Figura 12**, a seguir.

**Figura 12:** Figura esquemática do Parque Estadual da Costa do Sol.



**Fonte:** Rio de Janeiro (2019).

Dos seis municípios apresentados na figura esquemática acima, o **Quadro 14**, a seguir, ilustra a porcentagem de áreas que são abrangidas pelo parque.

**Quadro 14:** Matriz-síntese sobre a porcentagem de áreas dos municípios abrangidas pelo PECS.

MUNICÍPIO	% DA ÁREA DO MUNICÍPIO ABRANGIDA PELO PARQUE	% DE PARTICIPAÇÃO NA ÁREA DO PARQUE
Araruama	1,3%	8,42%
Armação dos Búzios	19,49%	14,26%
Arraial do Cabo	20,58%	30,4%
Cabo Frio	3,85%	16,12%
São Pedro da Aldeia	1,76%	5,94%
Saquarema	7,58%	24,86%

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base no Plano de Manejo do PECS (RIO DE JANEIRO, 2019).

Como pode ser observado no **Quadro 14** acima, o município de Arraial do Cabo, seguido por Saquarema, são os que possuem maior porcentagem de participação na área delimitada para fins de preservação ambiental pelo PECS. Para facilitar a gestão deste parque complexo, foram criados quatro núcleos, que, por sua vez, buscam integrar os fragmentos florestais com características naturais semelhantes, muito embora não haja, necessariamente, uma conexão do ponto de vista territorial. Esses núcleos foram denominados de Atalaia-Dama Branca, Pau Brasil, Massambaba e Sapiatiba (RIO DE JANEIRO, 2011).

Alguns desses nomes foram inspirados nas próprias unidades de conservação já ali existentes e vinculadas a outras categorias de manejo que, a partir da criação do PECS, passaram a estar por ele sobrepostas, sendo consideradas como focos prioritários para a implementação de um processo de gestão compartilhada com o parque, quais sejam: a APA Massambaba (abrange Saquarema, Arraial do Cabo e Araruama) (RIO DE JANEIRO, 1986), APA de Sapiatiba (abrange São Pedro da Aldeia) (RIO DE JANEIRO, 1990) e APA do Pau Brasil (abrange Cabo Frio e Armação dos Búzios) (RIO DE JANEIRO, 2002).

Em outras palavras, significa dizer que o planejamento e a responsabilidade de implementação das atividades de gestão dessas UCs se tornaram compartilhadas, com o intuito de evitar interrupção das ações, principalmente, devido à falta de recursos financeiros e humanos, uma problemática historicamente acompanhada no contexto da gestão pública no Brasil (IRVING *et al.*, 2015). Com base nessa proposta, as quatro unidades de conservação já compartilharam, por diversas vezes, inclusive um mesmo gestor vinculado ao poder público. O fato de serem áreas geridas em esfera estadual e, portanto, pelo mesmo órgão ambiental, facilitou a configuração desse processo.

Cabe mencionar, entretanto, que o PECS envolve, na sua área de abrangência, uma situação de sobreposição territorial com diversas outras UCs de Uso Sustentável, mas também de Proteção Integral, administradas por distintas instituições das esferas municipal, estadual e federal. Uma situação recorrente, de modo geral, em todo contexto nacional.

Para ilustrar essa conjuntura, pode-se mencionar a sobreposição do parque a algumas áreas da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Resex-Mar AC) (BRASIL, 1997), gerida em esfera federal, dirigida à salvaguarda da cultura tradicional da pesca artesanal no município. Além disso, a criação da Resex representa, em tese, uma estratégia para buscar frear os impactos da pesca industrial de arrasto de porta, bem como o turismo náutico desordenado. Essa última atividade é considerada como um problema recorrente em toda a região. Essa área

protegida foi considerada, ainda, como a 1ª Resex e a 5ª UC mais visitada do Brasil em 2019<sup>53</sup>, o que reafirma os fluxos massivos de turistas. Isso se deve, em parte, ao fato dessa UC ser considerada como rota migratória de espécies faunísticas procurada pelo objetivo turístico de observação de baleias, golfinhos e tartarugas marinhas (BRASIL, 2020).

No entanto, a criação do PECS de modo sobreposto à Resex-Mar AC vem sendo apontada pelo próprio Plano de Manejo desta última, como uma ameaça à continuidade da atividade pesqueira tradicional, dado que a existência de uma UC de Proteção Integral, apesar de, em tese, contribuir para evitar o parcelamento do solo para a construção de empreendimentos, também gera restrições de uso para os pescadores artesanais (BRASIL, 2020). Sobre esse aspecto, Furlan, Marinho e Campolim (2009) elucidam que o conflito entre os povos e comunidades tradicionais e as áreas protegidas em toda a América Latina, e nesse caso, em especial, no Brasil, sinaliza para uma crise entre o próprio Estado neoliberal, autoritário e centralizador do poder de decisão, e a sociedade civil. Diante desse contexto, as práticas culturais e a dimensão identitária construídas na vinculação com o território tendem a não ser consideradas em políticas públicas de ordenamento territorial, inclusive, naquelas associadas à proteção da natureza.

Além da sobreposição espacial de UCs, que representa um desafio em termos de gestão local, ocorrem, também, contradições normativas com relação às restrições de uso e ocupação do território. Assim, por representar uma UC de proteção integral, o PECS deve ser gerido em conformidade com as diretrizes do *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) (BRASIL, 2000; 2002) que preveem apenas o uso indireto da natureza. Todavia, como essa unidade de conservação se insere na zona costeira fluminense, o *Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro* (PNGC) (BRASIL, 1988b) constitui, também, um instrumento legal orientador para o seu ordenamento territorial. Segundo esse dispositivo legal, a zona costeira é considerada como um patrimônio nacional, devendo a sua gestão compatibilizar a utilização sustentável dos recursos costeiros ao uso múltiplo do território.

Dito isso, é importante contextualizar que o processo de delimitação e criação do PECS ocorreu a partir da reivindicação de movimentos sociais e ambientalistas locais insatisfeitos e receosos com o avanço desordenado dos investimentos turístico-residenciais nas áreas costeiras da região que possuem ecossistemas complexos, compostos por significativos representantes da diversidade biológica local, da história de ocupação sociocultural e de fisionomias

---

<sup>53</sup> A UC registrou um total de 1.156.698 e 966.357 visitantes, em 2018 e 2019 respectivamente (BRASIL, 2020).

paisagísticas típicas das baixadas litorâneas. Como exemplo, pode ser mencionada a presença de sambaquis, entre outros sítios arqueológicos que salvaguardam parte da história relacionada aos modos de vida das populações indígenas que viveram entre oito e dez mil anos atrás na região, já reconhecidos e registrados como patrimônios pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (RIO DE JANEIRO, 2019).

Além disso, a região funciona como sítio de interesse internacional para estudos e pesquisas geológicas, em função de registros ali contidos que remontam ao período de formação dos continentes africano e sul-americano, durante a separação do supercontinente Gondwana. Não se pode deixar de mencionar também que as áreas do parque são margeadas pelo maior manancial hídrico hipersalino em estado permanente do planeta, a Laguna de Araruama (DI MAULO, 2016) que propicia condições favoráveis à proteção de espécies endêmicas, como a ave “formigueiro do litoral”, cuja importância é reconhecida mundialmente como “*Important Bird and Biodiversity Area*” (IBA), título aplicado pela *Bird Life International* para locais significativos para a conservação de aves (RIO DE JANEIRO, 2019).

Desse modo, considerando a importância de se empreender ações de conservação regional, foram realizados cinco anos de estudos técnicos pelo órgão ambiental e três audiências públicas que resultaram na criação do PECS. No entanto, se por um lado, o parque foi criado a partir de uma demanda popular, com base na realização de um processo, em tese, participativo, por meio da convocação de reuniões públicas que possibilitaram proposições de inclusão e/ou exclusão de áreas por parte da sociedade civil; por outro lado, alguns autores relatam que, na conclusão desse processo, áreas valorizadas pelo mercado não foram inseridas na delimitação do parque, em razão, possivelmente, de interesses de grupos específicos da região (CÔRREA; FONTENELLE, 2010; 2012; MULLER, 2020).

Por essa razão, a delimitação do parque é um tema que gera conflitos e controvérsias ainda na atualidade, após 12 anos de criação do mesmo. Diante dessa realidade, o fato de o parque ser fragmentado tem sido utilizado como argumento recorrente para justificar inúmeros erros em seu memorial descritivo<sup>54</sup>, como a inserção de grande parte de condomínios de luxo em sua área de abrangência, além de um distrito considerado conflitivo em termos fundiários, em função das inúmeras ocupações irregulares ali ocorridas nos últimos anos.

Pelas razões mencionadas, existem solicitações na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) para a desafetação<sup>55</sup> de determinadas áreas do parque que foram incluídas

---

<sup>54</sup> Documento que permite definir com precisão a localização e a extensão da unidade de conservação.

<sup>55</sup> Isso significa dizer, remover ou excluir áreas do parque. Termo próprio da política pública de proteção da natureza SNUC.

por descuido ou que são relevantes para a conservação da biodiversidade e para práticas culturais a ela associada, mas que representam focos de investimento do mercado. Diante de tantas questões complexas, um fato que parece ter dificultado o ordenamento territorial do PECS, por um longo período, foi a inexistência do Plano de Manejo<sup>56</sup> até 2019, data de sua publicização. Isso porque, embora a elaboração e a difusão pública desse documento estejam previstas para o prazo máximo de cinco anos, a partir da data de criação da UC (BRASIL, 2000; 2002), esse limite foi excedido em função da paralisação na elaboração do mesmo, por diversas vezes, desde o início desse processo em 2014.

Isso porque, o Consórcio Costa do Sol (CCS), contratado por edital público organizado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), recebeu a incumbência de elaborar o Plano de Manejo (TEIXEIRA, 2017), além do cadastro fundiário e da demarcação física do parque, haja vista a necessidade de facilitar a compreensão dos seus limites no contexto de fragmentação territorial que tende a dificultar uma percepção clara sobre sua delimitação. Contudo, o prazo de 18 meses inicialmente proposto, foi excedido e, posteriormente, a sua prorrogação também. Por essa razão, o órgão ambiental em conjunto com o Funbio, optaram por interromper o contrato, cabendo a finalização do Plano de Manejo à própria gestão e sua equipe técnica, em conjunto com os membros do Conselho Consultivo, com apoio ainda de estudos já em andamento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) (RIO DE JANEIRO, 2019).

Na ausência de medidas alternativas até 2019, como planos de ação ou de contingência temporários para os temas críticos locais, o uso público do parque que, a princípio, poderia admitir atividades de lazer ecológico, interpretação ambiental e pesquisa (BRASIL, 2000; 2002), tornou-se um real desafio em função da dificuldade em conter o fluxo turístico que já se caracterizava, antes mesmo da criação do parque, pela concentração de massa em determinadas localidades e pela sazonalidade (DI MAULO, 2016; MULLER, 2020).

Desse modo, pode-se notar que, historicamente, o uso público local contempla atividades náuticas, de mergulho, *stand up paddle*, *windsuf*, *kitesurf*, *acqua-táxis*, canoagem, passeios de barco, além daquelas associadas ao turismo de aventura, como *sandboard*, parapente, voo livre, voo de ultraleve, *mountain bike*, mas também atividades de observação de avifauna em trilhas e mirantes do parque (NASRI; IRVING; LIMA, 2020), conforme **Figura 13**, a seguir.

---

<sup>56</sup> “Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000; 2002, p. 3).



**Figura 13:** Acesso às trilhas na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2020).

Cabe ainda mencionar que durante uma época específica do ano são realizadas atividades de observação de fauna marinha em alto mar, implementadas por meio dos serviços de fretamento de barcos locais. É frequente notar, igualmente, a prática de atividades de *camping* em praias abrangidas pelo parque, embora essas não sejam permitidas, conforme **Figura 14**, a seguir.



**Figura 14:** Atividades de *camping* nas Praias do Pontal do Atalaia (PECS), em Arraial do Cabo.



**Fonte:** A autora (2018).

Grande parte dos usos implementados nas áreas do parque não é apenas proibido pelo órgão ambiental, como também gera conflitos que, em geral, envolvem atores representantes da gestão pública; dos moradores locais, entre os quais, os povos e comunidades tradicionais; dos movimentos sociais e do setor turístico da região (SANTOS; BARROS; SANTOS, 2018). Isso porque, conforme anteriormente mencionado, as principais áreas ao ar livre conservadas da região fazem também parte do cotidiano de lazer da população local e, a partir de 2011, estas passaram a integrar o PECS, com o estabelecimento de normas e restrições de uso do território, alterando as dinâmicas regionais, como os próprios churrascos que passaram a ser proibidos, conforme **Figura 15**.

**Figura 15:** Churrasco na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio, durante a *pandemia de Covid 19*.



**Fonte:** A autora (2020).

Nesse sentido, dois movimentos podem ser identificados nessas áreas. Um deles se caracteriza pelo desconforto por parte dos moradores locais, incluindo povos e comunidades tradicionais, em manter suas atividades cotidianas, em função das práticas turísticas hegemônicas que tendem a ser invasivas no modo como transformam a rotina local. O desabastecimento sazonal dos mercados locais, as filas de espera em postos de gasolina, o trânsito em áreas de acesso às praias e a quantidade de resíduos sólidos despejados nas principais vias das cidades são alguns dos exemplos que ilustram esse contexto (TEIXEIRA, 2017). Outro movimento, entretanto, caracteriza-se pela resistência da própria população local a se adequar aos novos padrões de uso e ocupação do território, em função das práticas historicamente realizadas na região e que foram alteradas com a criação do parque (NASRI, 2018), gerando conflitos no território.

O cenário anteriormente descrito, ocorre, de modo geral, em toda a Região Turística da Costa do Sol, mas é possível observar que, nos municípios que integram o PECS, o desafio se



tornou ainda mais evidente, em função das belezas cênicas e paisagísticas que intensificam a procura pelos atrativos naturais locais, conforme **Figura 16**, a seguir, que representa o contraste entre a exuberante vegetação nativa e a intensa aglomeração de estruturas turísticas, como mesas e guarda-sóis na estreita faixa de areia da Praia das Conchas, em Cabo Frio. Vale mencionar que esse registro foi realizado em época considerada como alta temporada, no mês de janeiro, mas em dia nublado e ainda cedo, na parte da manhã, que não costuma ser o horário de maior lotação do parque.

**Figura 16:** Vista do Morro do Vigia, importante atrativo turístico local, para a Praia das Conchas (PECS) em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2018).

Nesse sentido, muitos são os desafios, visto que o turismo de massa e sazonal na região precede a criação do parque, o que dificulta, por um lado, o próprio conhecimento da existência da UC pelos atores sociais que já frequentavam regularmente a região e, por outro lado, dificulta o processo de sensibilização para a transformação das ações ali já praticadas, mas também, de outras que decorreram da própria valorização das áreas litorâneas locais.

Contudo, cabe salientar que os desafios para a conservação da biodiversidade local não se restringem aqueles mencionados, de modo que, estes envolvem ainda, atividades de caça e comércio ilegal de fauna e flora, inclusive as endêmicas, além da contaminação de mananciais hídricos, descarte indevido de resíduos sólidos, bem como a utilização de veículos motorizados em áreas não apropriadas, conforme **Figura 17**, a seguir, que apresenta registro realizado durante o período da *pandemia de Covid-19*, na Praia do Vargas, no distrito de Praia Seca, pertencente ao município de Araruama.

**Figura 17:** Praia do Vargas (PECS), distrito de Praia Seca, em Araruama, durante a *pandemia de Covid 19*.



**Fonte:** A autora (2020).

Na fotografia apresentada, um veículo motorizado foi estacionado bem próximo ao mar e, posteriormente, teve dificuldades de se locomover. É importante perceber que, essas fotografias foram registradas ao longo do período da *pandemia de Covid-19*, em que foi veiculado nas mídias digitais do órgão ambiental, responsável pela gestão local, a informação

de que as atividades de visitação no parque estariam suspensas por um período indeterminado, em cumprimento às medidas de contenção da crise sanitária que incluíam, entre outras ações, o estabelecimento do isolamento social. A **Figura 18**, a seguir, ilustra o contexto relatado.

**Figura 18:** Informação veiculada na página do órgão ambiental INEA acerca da suspensão da visitação no parque, durante o período da *pandemia de Covid 19*.



Fonte: Rio de Janeiro (2020).

A iniciativa visou, segundo o próprio órgão ambiental, proteger as populações locais do entorno do parque da contaminação da doença, um risco iminente caso fosse mantido o fluxo regular de turistas no local. Frente ao contexto discutido, parece possível dizer que, na região, o investimento em atratividade turística se baseia na estratégia, simultaneamente, de conservação neoliberal e espetacularização das naturezas, na qual impera: “uma racionalidade econômica da natureza, interpretada como ‘fonte’ de ‘recursos’, sob uma ideologia do livre mercado, como um meio capaz de corrigir as distorções provocadas pela ineficiência do Estado” (BRUMATTI, 2020, p. 59).

Sobre o aspecto da conservação neoliberal da natureza, Diegues (2008) compreende que esta representa uma ameaça mediante ao imaginário disseminado pelo próprio mercado de que a proteção da natureza pode ser alcançada sob gestão das empresas que, em geral, possuem objetivos contrários e, ainda, divergentes a essa prática. Com relação às tendências neoliberais na gestão de parques, no caso específico do PECS, no sentido de buscar minimizar os impactos do uso público local, foram realizados estudos de capacidade de carga para a definição de um



quantitativo limite de veículos motorizados que acessam diariamente algumas áreas do parque, como a Ilha do Japonês e a Praia das Conchas. Esses estudos resultaram na implementação da política de cobrança de taxa para a entrada nos atrativos locais mencionados. O arrecadamento do valor cobrado está sob encargo, desde meados de 2017, da empresa “Nova Cabo Frio Estacionamento” que, a partir de acordo estabelecido em conjunto com a prefeitura municipal e o órgão ambiental, oferta também outros serviços, como traslado de visitantes até as praias, em veículo próprio, conforme **Figura 19**, a seguir.

**Figura 19:** Transporte de turistas na Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2020).

Também oferecem a possibilidade de os visitantes adquirirem serviços de embarcação para travessia para a Ilha do Japonês, com base em trabalhos com baixa remuneração de barqueiros locais, conforme **Figura 20**, a seguir.

**Figura 20:** Ilha do Japonês (PECS), em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2020).

O local exposto, caracteriza-se por paisagens exuberantes, foco de investimento também de empresas de turismo receptivo que oferecem circuitos turísticos que integram visitas às praias locais, conforme **Figura 21**, a seguir.



**Figura 21:** Vista do Morro do Vigia, importante atrativo turístico local, localizado entre a Praia das Conchas (PECS) e a Praia do Perú, em Cabo Frio.



**Fonte:** A autora (2020).

Com base em todas as questões aqui mencionadas e considerando que o PECS está localizado nos limites de áreas de urbanização crescente e desordenada, tendo, portanto, importância essencial para a qualidade de vida das populações locais, no **Quadro 15**, a seguir, estão sistematizadas algumas reflexões iniciais sobre as possibilidades do parque se tornar um núcleo potencial para transformações paradigmáticas visando a compreensão de outros lazeres possíveis na região, caso naturezas e culturas fossem interpretados pela gestão local sob a perspectiva da indissociabilidade e, não mais, de espetacularização e neoliberalização das naturezas.

**Quadro 15:** Matriz-síntese sobre a importância do PECS para mudanças paradigmáticas na compreensão do significado de lazer na Região Turística da Costa do Sol.

ARGUMENTO	CONTEXTO	DESAFIOS A SEREM TRANSPOSTOS
Principal unidade de conservação de Proteção Integral da Região da Costa do Sol.	Embora haja 40 unidades de conservação de Proteção Integral e Uso Sustentável, atualmente, na Região da Costa do Sol, o PECS representa o ícone regional em termos de patrimônio natural, devido a sua importância em termos de sociobiodiversidade e abrangência territorial, somando, aproximadamente, 10.000 hectares de área protegida.	Reconhecer e reafirmar o valor do PECS como patrimônio natural regional, de modo a incentivar o engajamento da população nos processos de gestão da conservação da biodiversidade, modificando, progressivamente, a visão de que o parque constitui um impedimento ao desenvolvimento econômico dos municípios em seu entorno.
O PECS abrange áreas de seis dos 13 municípios da Região Turística da Costa do Sol.	O PECS tem grande abrangência territorial, sendo uma UC multissetorial, envolvendo 43 fragmentos, representando, portanto, o principal foco dos esforços da gestão pública dirigidos à conservação da biodiversidade regional.	Devido à abrangência territorial do PECS na Região Turística da Costa do Sol, não se pode negar a sua importância, tanto no que diz respeito ao planejamento turístico, como no plano da conservação da biodiversidade, de modo que esse não pode ser excluído das estratégias de políticas públicas regionais.
O PECS está sobreposto, territorialmente, a inúmeras UCs de Uso Sustentável, mas também de Proteção Integral, conectando fragmentos florestais e se constituindo como um mosaico de sociobiodiversidade ainda não formalmente instituído.	O PECS está sobreposto, dentre outras UCs, a três das principais APAs da região: APA do Pau Brasil, APA da Serra de Sapiatiba e APA da Massambaba. No entanto, ainda não ocorre a gestão integrada entre essas UCs, com o objetivo de conservação da biodiversidade regional.	O PECS pode funcionar como núcleo e elo entre as UCs da região, para a sua gestão integrada e para favorecer o diálogo entre as diferentes esferas administrativas (municipal, estadual e federal). Pode também funcionar como alicerce para iniciativas socioambientais conjuntas. Isso porque, o PECS, em 2018, já concentrava as pesquisas realizadas na região, sendo 41 pesquisas em andamento em seus limites. Além disso, a sua equipe de gestão já tem registro de ações de formação e capacitação de professores da rede pública das escolas do

		entorno para a sensibilização ambiental de seus alunos.
Os principais atrativos naturais regionais, que motivam elevados fluxos turísticos, estão localizados em áreas do PECS e, os da diversidade cultural regional, no seu entorno.	Atualmente se observa a dissociação dos atrativos naturais do PECS do contexto cultural regional em planejamento turístico, mas também é evidente o desconhecimento sobre o próprio parque enquanto uma área protegida.	O PECS pode representar um núcleo irradiador de fluxos turísticos responsáveis para os municípios com elevada diversidade cultural, mas ainda pouco conhecida e valorizada regionalmente e que, por essa razão, são ainda periféricos em termos do turismo regional. Nesse sentido, há inúmeros povos e comunidades tradicionais no entorno do parque, entre os quais, pelo menos 11 comunidades quilombolas foram identificadas pela pesquisa, além de pescadores artesanais e caiçaras envolvidas em projetos de pesca nativa.
As áreas do PECS possuem elevada importância ecológica e são estratégicas para a conservação da biodiversidade regional.	O PECS, desde sua criação em 2011, abrange as áreas de maior vulnerabilidade ecológica da região.	A existência do PECS pode motivar a conservação da biodiversidade de outras áreas também relevantes com esse objetivo e que não foram incluídas nos limites do parque, em função de interesses específicos dos setores turístico e imobiliário que investem na região.
O PECS está localizado nos limites de áreas urbanas, tendo, portanto, importância essencial para o “Bem-Viver” e a qualidade de vida da população da região.	O PECS abrange áreas de municípios com elevados índices de crescimento demográfico, nos últimos anos. Sendo assim, o parque representa uma área fundamental para a manutenção da qualidade de vida da região.	A partir do reconhecimento e da valorização do PECS pela população local, fortemente impactada pelo processo de urbanização, as naturezas podem ser ressignificadas na dinâmica de planejamento regional, em termos de sua importância para a qualidade de vida e para o “Bem-Viver” das populações dos municípios envolvidos.
O turismo representa a principal atividade socioeconômica da Região Turística da Costa do Sol, em parte, porque o PECS	Os atrativos naturais mais procurados para o turismo regional estão localizados nas áreas de abrangência do PECS.	Se os atrativos socioculturais dos municípios da região fossem integrados ao circuito de atrativos naturais do próprio

<p>está associado à excepcional beleza cênica e paisagística, amplamente veiculada e divulgada nas mídias nacional e internacional.</p>	<p>Nesse sentido, o parque já se caracteriza como importante polo indutor de turismo para a região, embora a motivação predominante esteja ainda vinculada ao turismo de <i>Sol e Praia</i> hegemônico e não propriamente à importância atribuída ao patrimônio natural e cultural da região.</p>	<p>PECS, o turismo de massa, principalmente dirigido às praias, poderia ser melhor controlado e os turistas teriam acesso também a inúmeros atrativos histórico-culturais da região que não estão incorporados aos circuitos convencionais e que propõem uma perspectiva contra hegemônica de leitura de mundo.</p>
<p>O órgão ambiental responsável pela gestão do PECS tem buscado estabelecer a gestão integrada com demais áreas protegidas e com as prefeituras dos seis municípios envolvidos, também, na Região da Costa do Sol.</p>	<p>O PECS desenvolve, atualmente, diversos projetos em parceria, principalmente, com as prefeituras de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio que são, justamente, os municípios mais visitados da região. No entanto, pretende-se, ainda, ampliar essa rede colaborativa para as outras cidades envolvidas na conservação da biodiversidade, no plano regional.</p>	<p>A partir da gestão integrada entre os seis municípios que constituem o PECS, outros municípios localizados na Região da Costa do Sol podem se mobilizar para contribuir e se beneficiar do desenvolvimento de iniciativas de interesse comum, em conjunto. No entanto, poucas são ainda as prefeituras da Região da Costa do Sol em diálogo permanente com a gestão da UC.</p>
<p>O PECS agrega as principais áreas de lazer, de manifestações religiosas e práticas culturais tradicionais de uso cotidiano da população da região.</p>	<p>As principais áreas de parques, praças, praias, lagoas e lagunas conservadas da região que, historicamente, fazem parte do cotidiano de lazer dos habitantes da Costa do Sol, a partir de 2011, passaram a integrar o PECS.</p>	<p>O PECS pode ter um papel central na produção de novas subjetividades com relação às naturezas na região, a partir do sentido de pertencimento e, principalmente, por meio de iniciativas e/ou projetos dirigidos à interpretação e sensibilização ambiental de forma integrada ao reconhecimento da importância cultural local.</p>
<p>Por ser permitido o uso público em seus limites, o parque representa o principal núcleo regional para o desenvolvimento de ações direcionadas à interpretação, sensibilização e educação ambiental na região.</p>	<p>Diversos projetos são realizados no PECS envolvendo, principalmente, crianças e adolescentes das escolas municipais do entorno, objetivando sensibilizá-los para a importância da diversidade sociocultural e ecológica da região.</p>	<p>Ainda que as iniciativas desenvolvidas sejam realizadas de forma pontual e apenas nas áreas dos seis municípios abrangidos pelo PECS, a intencionalidade da gestão seria ampliar tais projetos socioambientais para envolver todo o entorno que corresponde, justamente, aos municípios da</p>

		Região Turística da Costa do Sol.
Existe uma clara diferença entre o fluxo turístico nos municípios que integram o PECS e os demais sete municípios da Região Turística da Costa do Sol, principalmente, Quissamã e Carapebus.	Enquanto os municípios que integram o PECS estão predominantemente associados ao turismo de massa, caracterizado como de <i>Sol e Praia</i> , alguns municípios da Região Turística da Costa do Sol, embora com elevada diversidade em termos de patrimônio natural e cultural, ainda não são conhecidos, em termos do turismo regional, e poderão se beneficiar de circuitos integrados de naturezas e culturas, tendo o PECS como núcleo indutor potencial.	A Política Nacional de Turismo, estabelecida pela Lei 11.771 em 2008, teve como um dos princípios orientadores para o planejamento turístico nacional, a regionalização do turismo, com o objetivo de descentralizar a atividade e promover a integração entre os municípios de uma mesma região turística. Nesse sentido, o PECS pode representar um polo irradiador de fluxos turísticos para outros municípios da região.

**Fonte:** Elaborado por Nasri, Irving e Lima (2020).

Com base nos dados apresentados, parece possível afirmar ser o PECS a principal UC de Proteção Integral na Região Turística da Costa do Sol, uma vez que esse abriga os atrativos naturais mais visitados da região, além das principais áreas de convívio, de manifestações religiosas e de práticas culturais da população local, de importância central também para o sentido de “Bem-Viver” (ACOSTA, 2016), representando a área mais preservada, nos limites de áreas urbanas, em grande expansão demográfica regional.

Tendo em vista o significado do PECS para a região, uma discussão atual nos espaços de participação social, mas também na literatura existente, como em Muller e Oliveira (2020), trata-se da possibilidade de criação de um mosaico de sociobiodiversidade que possa efetivar um desenho de gestão integrada entre as inúmeras UCs da região (BRASIL, 2000; 2002), tendo o parque como ponto focal para a conectividade com as demais áreas naturais. Nesse sentido, pode-se perceber sua importância para a integração de políticas públicas de naturezas e culturas regionais.

No entanto, as informações apresentadas parecem confirmar a tendência de fluxos turísticos regionais predominantemente voltados aos atrativos balneários, com pouca ênfase atribuída à integração das naturezas com a diversidade cultural material e imaterial que caracteriza a região. Contudo, um breve levantamento das informações contidas no *Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro* (SECEC-RJ, 2020) revela que rodas de capoeira, confecção de bonecas e bordados, músicas afro-brasileiras escritas e cantadas por populações

quilombolas, blocos carnavalescos tradicionais, práticas de contação de histórias, leituras dramatizadas, danças e improvisações teatrais, também são expressões da diversidade e riqueza sociocultural dos municípios da Região da Costa do Sol, conforme **Figura 22** que representa a renda de bilros, uma importante produção tradicional regional.

**Figura 22:** Tradição da renda de bilros na região.



**Fonte:** A autora (2022).

No entanto, essas parecem ser ainda invisibilizadas nesse contexto. Algumas pistas para desvendar a razão de seu desconhecimento, por grande parte dos visitantes da região, podem ser encontradas na literatura. Nesse sentido, alguns autores discutem que a indústria do entretenimento tende a homogeneizar aspirações, desejos, sonhos, imaginários e comportamentos, a partir da valorização do lazer, uma necessidade fundamental humana, como aspecto compensatório à crise civilizatória e à fadiga de corpos e mentes, no contexto do cotidiano urbano. Isso ocorre, frequentemente, com objetivo de alienação e despolitização da

sociedade, mas também, para atender à manutenção do capitalismo, sistema que mercantiliza o lazer como atividade a ser comercializada e consumida, por exemplo, a partir do turismo de massa, fundamentando-se em tendências neoliberais de domínio de todas as dimensões da vida humana pelo mercado (GOMES; ELIZALDE, 2012).

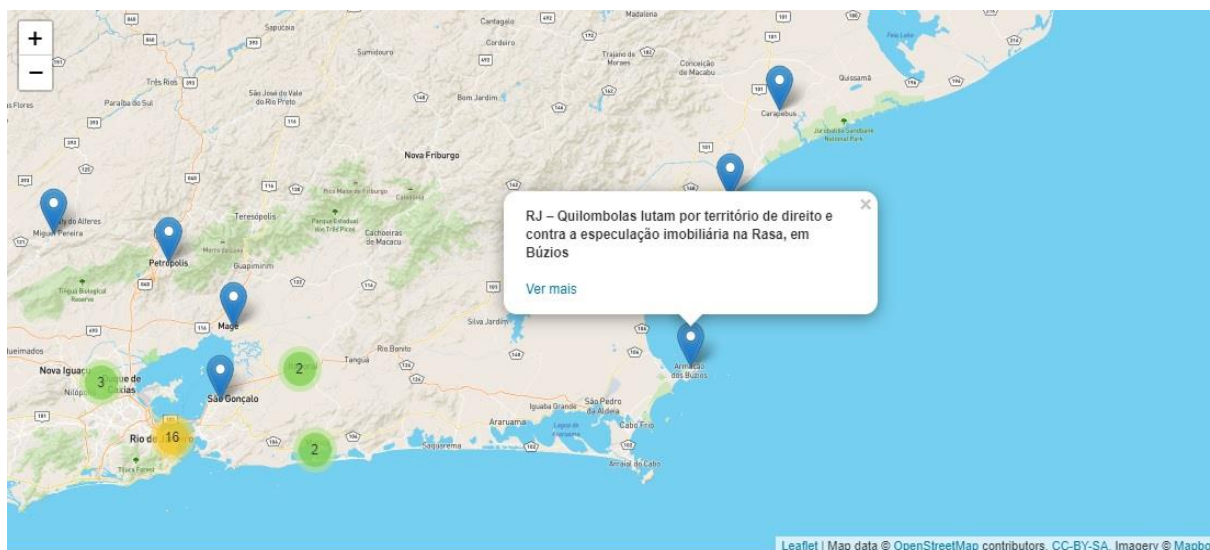
A partir da perspectiva de que há um movimento de homogeneização, inclusive, do tempo livre e da prática de lazer, parece ainda mais necessário a internalização do PECS pelos atores regionais e turistas como um patrimônio e bem de uso comum, e não como *locus* de evasão da rotina, de modo a contribuir para o sentido de pertencimento às naturezas e, para a construção de novas territorialidades, potencializando comportamentos mais sintonizados com os compromissos éticos de conservação da biodiversidade e valorização das culturas locais.

Isso é importante, porque se observa um contexto de invisibilização, desvalorização e, ainda, de ameaça às dimensões cultural e identitária, vinculadas aos territórios de povos e comunidades tradicionais, no entorno do Parque Estadual da Costa do Sol, frente ao avanço da espetacularização das naturezas como parte das estratégias implementadas pelos setores imobiliário e turístico na região. Assim, a perspectiva de mercantilização das naturezas na Região da Costa do Sol e, mais intensamente nas áreas do PECS, parece, por um lado, motivar práticas inadequadas e prejudiciais à conservação da biodiversidade e, por outro lado, invisibilizar a dimensão cultural do entorno.

Para ilustrar esse contexto, uma busca realizada no “Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil”, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), identificou, em um levantamento realizado sobre os seis municípios que compõem o parque, um conflito socioambiental existente em Armação dos Búzios, envolvendo a comunidade quilombola da Rasa e os atores sociais vinculados aos setores imobiliário e turístico que investem na localidade do Mangue de Pedras, conforme **Figura 23**, a seguir.



**Figura 23:** Figura esquemática de “Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil” (Fiocruz).



Fonte: Fiocruz (2023)<sup>57</sup>.

Com relação a essa situação, Figueiredo e Sawaia (2020) notam que, muitas das vezes, a gênese dos conflitos socioambientais está vinculada à apropriação dos territórios pelo capital, bem como à reprodução das práticas de expropriação e exploração ilimitada de bens naturais que tendem a despertar sofrimentos ético-políticos em populações locais, principalmente no caso dos povos e comunidades tradicionais, cuja compreensão do território tende a estar vinculada a outra perspectiva de mundo. Esse processo ocorre, em geral, a partir das pressões sobre áreas naturais e por meio da ruptura de vínculos simbólico-afetivos existentes, além da insegurança política e da fragilidade normativa que, não raro, culminam em angústia, humilhação, entre outros desdobramentos psicossociais nos territórios.

Na perspectiva de Figueiredo e Sawaia (2020), bem como na de Furlan, Marinho e Campolim (2009), muitos dos conflitos socioambientais atuais tem o Estado brasileiro como um dos principais atores responsáveis pela configuração desses cenários. Isso porque, o Estado, atravessado pela lógica do capitalismo neoliberal, tende a priorizar os interesses mercadológicos, contribuindo para aprofundar divergências entre o desenvolvimento econômico e a proteção da natureza. Esta última, por sua vez, tem sido tema cada vez mais frequente de reivindicações e movimentos de resistência dos povos e comunidades tradicionais.

Outra questão enfatizada pelos autores, refere-se ao fato de, em geral, o Estado não considerar a percepção das populações locais na elaboração de políticas públicas e, por isso, na

<sup>57</sup> FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-lutam-por-territorio-de-direito-e-contra-a-especulacao-imobiliaria-na-rasa-em-buzios/>> Acesso em: 11 de mar. de 2023.



maior parte dos casos, este não prevê o manejo compartilhado ou a gestão comunitária de áreas naturais que são historicamente conservadas por seus modos de vida.

Essa é uma questão a ser considerada, uma vez que, no caso das unidades de conservação de Proteção Integral no Brasil, como os parques, a política pública regulatória não reconhece a permanência dos povos e comunidades tradicionais que ali já permaneciam antes mesmo da criação da área protegida, como é o caso da comunidade quilombola de Baía Formosa, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 2012, e o Parque Estadual da Costa do Sol, foco desse estudo. Isso porque, áreas remanescentes do Quilombo de Baía Formosa fazem parte do território de abrangência do PECS, o que gera muitas divergências de percepção sobre o caso, entre a comunidade e os representantes do órgão ambiental (TEIXEIRA, 2017; NASRI, 2018). Em 2016, após inúmeros embates entre os atores sociais mencionados, a Associação de Remanescentes de Quilombo de Baía Formosa, criada em 2011, foi incluída no Conselho Gestor Consultivo do parque que, atualmente, é o principal espaço de participação social local.

Além desse grupo, outros remanescentes de quilombos estão presentes nos municípios abrangidos pelo parque, como o Quilombo da Rasa em Armação dos Búzios; assim como os Quilombos Maria Joaquina, Botafogo, Maria Romana, Preto Forro e Fazenda Espírito Santo em Cabo Frio; além do Quilombo Botafogo-Caveira em São Pedro da Aldeia; e os Quilombos Prodígio e Sobara em Araruama (OQ, 2020; FCP, 2020; PEA-OBSERVAÇÃO, 2020; SECEC-RJ, 2020). Historicamente, essas áreas foram ocupadas, ainda, por povos indígenas Tupinambás e Tamoios. Todavia, no século XVI se iniciou a exploração do Pau-Brasil e, com ele, em 1720 emergiu uma nova ocupação baseada na demarcação de extensas fazendas dirigidas ao cultivo de café, milho, feijão, arroz e produção de farinha de mandioca, cuja organização tinha como base a exploração de trabalho escravizado (CORDEIRO, 2012; BATISTA, 2016).

Atualmente, segundo a plataforma Atlas do Observatório Quilombola (OQ, 2020) são identificados 11 remanescentes de quilombos nos 13 municípios pertencentes à Região Turística da Costa do Sol, alguns localizados em áreas mais próximas dos centros urbanos, e outros, em áreas consideradas rurais, distantes e ainda de difícil acesso.

Apesar do reconhecimento da diversidade cultural regional ser fundamental, vale considerar a leitura sobre os temas da “canibalização” e da “espetacularização” das culturas proposta por Carvalho (2010). Para o autor, muitas das expressões culturais populares e tradicionais, como músicas, danças e autos dramáticos, praticados ancestralmente por povos da América Latina, são expropriados de seu contexto de origem para se tornarem produtos da indústria do entretenimento de massas que os apresentam em formato de “performances”,

mediante uma lógica de precificação e operacionalização de circuitos culturais, com sentido recreativo para um público interessado em ser consumidor.

Por essa lógica, o mercado turístico, bem como o de produção cultural, buscam identificar expressões socioculturais consideradas como “intocadas”, “exóticas” ou “primitivas”, para atender, principalmente, às demandas da classe média urbana consumidora de espetáculos. Um aspecto fundante dessa prática se refere à fugacidade e à superficialidade com que são tratados tais espetáculos, para que o seu conteúdo não influencie na dimensão existencial do público observador, de modo que não o faça questionar ou buscar transformações em seu próprio cotidiano. Isso porque, tais espetáculos são organizados para se restringirem ao campo do divertimento momentâneo e, em geral, possuem o objetivo da alienação e manipulação da sociedade (CARVALHO, 2010).

Por essa perspectiva, é central que o grupo comunitário seja protagonista do processo de demonstração de suas práticas culturais à sociedade, se assim optar, visando, principalmente, estabelecer o “campo do inegociável”, como propõe o autor (CARVALHO, 2010). Esse campo se refere ao sagrado, transcendental, vital, espiritual, devocional e ancestral que não pode ser descontextualizado e dissociado de seu sentido inicial, para ser comercializado com fins recreativos. Assim, a comunidade é quem deve escolher que práticas culturais se sente confortável em compartilhar, quando, como e onde.

Por essa razão, compreende-se aqui que, se por um lado, a invisibilidade da diversidade cultural identificada na Região da Costa do Sol representa um aspecto negativo, por outro lado, a possibilidade de sua espetacularização e inserção em circuitos comerciais de mercado pode apresentar prejuízos à manutenção dos vínculos simbólico-afetivos e às tradições comunitárias, uma vez que o processo de precificação das práticas culturais tende a vir acompanhado da inserção de valores capitalistas no território, como o individualismo, a lógica da competição entre integrantes de um mesmo grupo social e do próprio lucro.

Sobre a realização de tais eventos comunitários em formato aberto à participação de visitantes, sejam esses moradores da Região da Costa do Sol ou turistas, é importante notar que, grande parte das vezes, estes ocorrem, ainda, por intermédio de projetos de mitigação de impactos socioambientais, também considerados como projetos de compensação. Nesses projetos são realizadas iniciativas junto às comunidades impactadas pelos empreendimentos, como forma de obter dos órgãos ambientais reguladores, permissão para a construção ou execução de atividades de elevado impacto. Uma ilustração, nesse sentido, refere-se ao projeto

Quipea<sup>58</sup> (Quilombos no Projeto de Educação Ambiental) realizado, desde 2009, pela empresa britânica *Shell*, como condicionante exigida pelo órgão federal IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), para a exploração e produção petrolífera e de gás natural, na zona costeira brasileira. Com essa diretiva, o projeto realiza atividades de formação, eventos culturais e cursos de capacitação com comunidades quilombolas de alguns dos municípios da região, conforme indicado na **Figura 24**, a seguir.

**Figura 24:** Municípios da Região da Costa do Sol impactados pelas ações da empresa *Shell*.



**Fonte:** Quipea (2023).

Outro projeto que possui os remanescentes de quilombo da região como foco, é o PEA Observação (Projeto de Educação Ambiental Observação), realizado pela PetroRio S.A.<sup>59</sup>, uma empresa brasileira fundada em 2008 que tem a produção de petróleo e gás como foco de seus investimentos. O seu primeiro ativo de produção no país foi o Campo de Polvo localizado na Bacia de Campos, por meio do qual a empresa extrai e produz cerca de 9,2 mil barris por dia. Tendo em vista que o empreendimento impacta diretamente as populações de muitos dos municípios da Região da Costa do Sol, como contrapartida ao licenciamento da atividade, foram criados observatórios para monitoramento dos impactos da produção de petróleo nos grupos comunitários. No total são nove

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://www.quipea.com.br/>> Acesso em: 11 de mar. 2023.

<sup>59</sup> PetroRio S.A. Disponível em: <<https://petroriosa.com.br/>> Acesso em: 14 de jan. 2021.

Observatórios, sendo seis localizados na região, envolvendo os municípios de Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Macaé e Rio das Ostras. O município de São Pedro da Aldeia também integrava o projeto, mas por decisão do órgão federal<sup>60</sup> IBAMA, este foi retirado de sua área de atuação. Com esse escopo, são realizadas atividades com comunidades de pescadores artesanais, caiçaras e quilombolas nos municípios mencionados. Uma das atividades realizadas no plano desses projetos são os eventos comunitários que incluem rodas de conversa, apresentações e concursos culturais, além de exibição de documentários locais.

No entanto, não se pode negligenciar que, se por um lado existem comunidades na região que já estão inseridas, ainda que pontualmente, nos circuitos municipais de turismo e cultura, existem outras que são desconhecidas, inclusive, por alguns representantes da esfera pública. Isso ocorre, em certa medida, em razão da distância e do isolamento territorial desses grupos comunitários de áreas urbanas, como é o caso dos remanescentes de quilombos de Sobara e Prodígio, localizados no município de Araruama (CORDEIRO, 2012; BATISTA, 2016).

O remanescente de Quilombo Prodígio, localizado em área rural no município de Araruama, é ainda desconhecido, inclusive para os moradores do entorno, e marcado pela tradição da agricultora familiar, com cultivo de sementes crioulas e técnicas ancestrais de manejo do território. A comunidade é formada por aproximadamente 30 habitantes e as práticas culturais e as festividades locais parecem estar diretamente vinculadas à espiritualidade e devoção (CORDEIRO, 2012).

O Quilombo de Sobara, reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2007, está localizado a aproximadamente 16km de São Vicente de Paulo, 3º distrito de Araruama, cujo acesso é difícil. Isso porque, o quilombo está localizado em uma área rural, marcada por pastos, canaviais e plantações de laranja, cujo acesso não é asfaltado e o entorno não dispõe de muitas opções de serviços públicos. Um exemplo, nesse sentido, é a ausência de um centro de saúde e a indisponibilidade de transportes públicos fora de horários muito restritos.

O território conta com uma população estimada de 100 habitantes e, nele, foi criado em 2006 uma instituição de ensino em área quilombola, denominada Escola Municipal Pastor Alcebíades Ferreira de Mendonça que atende estudantes dos segmentos da educação infantil ao ensino fundamental. Na instituição de ensino são realizados projetos e exposições artísticas, de dança e canto sobre as culturas de África. Uma vez por ano, no Dia da Consciência Negra (20

---

<sup>60</sup> Parecer nº 02022.000416/2015-90 CPROD/IBAMA. Disponível em: <<https://www.peobservacao.com.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

de novembro), os estudantes da instituição de ensino quilombola realizam apresentação cultural aberta ao público.

É importante ainda mencionar que, esse é um território marcado por acirrados conflitos decorrentes da disputa de posse dessas terras que, anteriormente, representavam fonte de sustento agrícola, por meio do cultivo local de milho, feijão, banana, laranja, entre outros alimentos e, posteriormente, foram expropriadas para a instalação da empresa Agrisa Agroindustrial São João S.A., de produção de álcool hidratado e anidro que transformou a paisagem local em extensos canaviais. A expropriação de terras foi precedida, segundo relatos, da destruição de plantações das famílias locais durante à noite, além de inúmeras ameaças. No entanto, diante da indisponibilidade de vagas de emprego na região, atualmente, a principal atividade econômica da população local é o vínculo empregatício com a Agrisa, caracterizado por longas jornadas de trabalho (BATISTA, 2016).

Sobre o tema da expropriação territorial, Figueiredo e Sawaia (2020) explicam que as políticas neoliberais acentuam a submissão do Estado às pressões exercidas pelo mercado. Esse contexto nacional tende a legitimar processos de recolonização e expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios de origem, visando a privatização e a exploração do que, sob a leitura mercadológica, vem sendo interpretado como recurso natural. Frente às disputas colocadas em cena, parece ser fundamental a elaboração de estratégias coletivas capazes de conter o avanço do capital nos territórios. De acordo com as autoras, um elemento fundamental nesse sentido pode ser o fortalecimento das relações desses grupos com as demais esferas da sociedade, rompendo com o isolamento e a exclusão historicamente estabelecidos.

No que diz respeito à relação dos grupos comunitários com o território, Costa e Mendes (2014) percebem que as identidades territoriais são construídas a partir da produção coletiva de significados, visando expressar relações simbólico-afetivas e práticas cotidianas. Entretanto, cabe notar que, grande parte das vezes, é nos movimentos de resistência às pressões externas que a dimensão identitária vinculada ao território é auto reconhecida e reafirmada.

Nesse sentido, as dimensões tanto identitária, quando cultural e de pertencimento são fundamentais na organização e no fortalecimento do território. Não se pode negligenciar, entretanto, que as comunidades não se constituem em sentido homogêneo. Isso porque, as produções coletivas não eliminam a singularidade de percepções individuais sobre a realidade vivida e a diversidade de subjetividades envolvidas (COSTA; MENDES, 2014). Entretanto, essa pluralidade de olhares presentes em uma mesma comunidade pode ser interpretada como uma potência para a criação e transformação dos cotidianos concretos.

No contexto dessa discussão, um grupo de povos e comunidades tradicionais muito diverso e plural na região são as caiçaras e os pescadores artesanais, conforme representado na **Figura 25**, a seguir.

**Figura 25:** Práticas pesqueiras em Arraial do Cabo.



**Fonte:** A autora (2019).

Assim, são inúmeras as comunidades e associações de pescadores artesanais e caiçaras nesses municípios que praticam a pesca marítima e/ou a pesca lagunar, de modo que se torna desafiador quantificar ou dimensionar a extensão da atividade na Região da Costa do Sol. Os pescadores artesanais locais são considerados como aqueles que transmitem e salvaguardam o conhecimento tradicional da pesca e que conhecem os movimentos das marés, o ciclo natural da lua e o regime dos ventos. Em geral, confeccionam seus próprios apetrechos de pesca, consertam suas embarcações e conhecem as técnicas de conservação e beneficiamento dos pescados (FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004; BRASIL, 2020).

Em Arraial do Cabo, esses pescadores artesanais são conhecidos também como “cabistas”. Fonseca-Kruel e Peixoto (2004) explicam que alguns consideram como pescadores cabistas aqueles que são originários da cidade e nela vivem, outros consideram apenas aqueles

cujas gerações anteriores eram também locais. Diegues (2007) explica que a identidade cabista surge da defrontação com pescadores de fora que passaram a utilizar embarcações motorizadas na cidade.

De modo geral, algumas características são marcantes entre os pescadores artesanais da região, como a religiosidade que pode ser observada durante a barqueata de São Pedro e a Procissão da Padroeira; as festividades, como a Folia de Reis; e a tradição de contação de histórias. Os grupos de mulheres envolvidas na pesca estão inseridas em atividades de culinária, com base em pescados, além de historicamente serem rendeiras, rezadeiras, parteiras e conhecedoras das plantas medicinais locais (BRASIL, 2020).

Um aspecto que favorece a atividade da pesca local é o fenômeno da ressurgência que ocorre em áreas marinhas dos municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo. O fenômeno consiste na subida de águas profundas e de temperatura mais baixa para a superfície do oceano. Esse movimento tende a fertilizar o mar, em função dos nutrientes que são conduzidos à superfície, gerando aumento na produção pesqueira (MOREIRA, 2012).

Além da fartura de pescados, esses municípios são marcados também por suas paisagens paradisíacas entrecortadas por praias de mar transparente e luminoso (MENDONÇA; MORAES; MACIEL, 2013). Por essa razão, as belezas cênicas de Arraial do Cabo costumam ser comparadas as de destinos caribenhos, considerados como referência em turismo balneário, embora muito possa ser debatido sobre as condições de desigualdade e exclusão socioeconômica, além da própria degradação ambiental, gerada nesses contextos.

Assim, pode-se notar que as comunidades de pesca se envolvem, cada vez mais, com a prestação das atividades turísticas na região. Esse movimento decorre, também, da configuração de um cenário de uso múltiplo das águas, a partir do investimento na pesca industrial e na extração de petróleo e gás, da oferta de passeios náuticos e atividades de mergulho recreativo por empresas de receptivo, bem como de pesquisas sobre fauna marinha realizadas por instituições de ensino, além da criação de unidades de conservação, entre muitas outras práticas que vêm sendo desenvolvidas de forma mais intensa nas últimas décadas (MENDONÇA; MORAES; MACIEL, 2013). Esses foram, inclusive, alguns dos motivos pelos quais, parte da zona marinha local, tornou-se protegida pela Resex-Mar AC, a partir de 1997.

Assim, as pressões exercidas sobre a pesca na região têm contribuído para a inserção de pescadores na atividade de locomoção de turistas em embarcações de pequeno porte, prática localmente chamada de “barco-táxi”, realizada para o deslocamento entre as Prainhas e Praia do Forno, no município de Arraial do Cabo, especialmente durante a estação do verão. Tais embarcações eram anteriormente utilizadas para a captura de pescados e, atualmente, assumem



múltiplas funções. Dados referentes à 2017, por exemplo, indicam que um fluxo de 161 mil visitantes transitou pelo píer flutuante da Praia dos Anjos, um importante ponto local de embarcação/desembarcação de turistas, em Arraial do Cabo (BRASIL, 2020). A paisagem local está representada na **Figura 26**, a seguir.

**Figura 26:** Barcos de pesca e de passeio turístico em Arraial do Cabo.



**Fonte:** A autora (2019).

Em 2018, o local passou por reformas de revitalização, para atender a alta demanda turística. Assim, foram implementados toaletes, bilheterias e tendas para a comercialização de *souvenirs*. Desse modo, a paisagem litorânea local, atualmente se caracteriza pelo compartilhamento de barcos e apetrechos para a pesca com a recepção de turistas, ofertas de passeios e demais atividades de turismo náutico e, ainda, de hospedagens por temporada no município (CARNEIRO; MORAES; VIEIRA, 2012), conforme exposto na **Figura 27**, a seguir.



**Figura 27:** Marina dos pescadores, terminal de embarque e desembarque de barcos, em Arraial do Cabo.



**Fonte:** A autora (2019).

No entanto, é importante mencionar que as atividades de turismo náutico impactam diretamente na quantidade de pescados disponível e que o ordenamento turístico é uma frequente reivindicação dos pescadores à prefeitura municipal (CARNEIRO; MORAES; VIEIRA, 2012; BRASIL, 2020).

Uma ilustração, nesse sentido, refere-se à recente construção em 2020, de um transporte hidroviário, conhecido como *ferry boat*, para a realização de travessias turísticas entre o centro do município de Araruama (onde estão a rodoviária e as principais vias de acesso para a chegada e saída de turistas) e as praias do distrito de Praia Seca, mais afastadas. A constante movimentação das águas e o aumento da luminosidade decorrentes da implantação do empreendimento vêm inviabilizando a prática da pesca da Tainha local por pescadores artesanais na Laguna de Araruama (PEA-OBSERVAÇÃO, 2021).

Assim, buscou-se aqui realizar um panorama das disputas de interesses e narrativas colocadas em cena pelos atores sociais na Região Turística da Costa do Sol, com o objetivo de

questionar as atividades turísticas existentes e buscar desvelar outras compreensões sobre a temática do lazer. Que outros significados o lazer pode expressar quando dissociado das narrativas dos atores da indústria do entretenimento de massa? Que outros lazeres existem e são praticados pelos povos tradicionais na Costa do Sol? Seriam eles inspirações para práticas outras, potentes no sentido da transformação das realidades vividas e da relação com as naturezas? Com base nesses questionamentos, se apresenta, a seguir, os resultados decorrentes da produção de narrativas junto às comunidades tradicionais.

## **5 O LAZER SOB A PERSPECTIVA COMUNITÁRIA NA RTCS: Desvelando significados polissêmicos dos “sujeitos coletivos”**

---

*“Enfrentando o crescimento opressor, donos de terra, um monte de doutor. A praia foi ficando mais distante, salga de peixe já não era importante”  
(Hino das Mulheres Caiçaras Buzianas).*

Para analisar os significados de lazer nas narrativas e vivências das comunidades tradicionais da Região Turística da Costa do Sol, uma das etapas metodológicas escolhidas foi a produção colaborativa de narrativas, no recorte temporal de junho de 2022 a abril de 2023, em três municípios: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia; embora a dinâmica do entorno também tivesse sido acompanhada, por meio de incursões a campo. Assim, foram produzidas 24 narrativas em profundidade, com grupos caiçaras, de pescadores artesanais e quilombolas-marisqueiras, acessados por meio da rede de indicações nesses territórios, conforme mencionado anteriormente.

Esse capítulo reúne trechos das narrativas gravadas e transcritas na íntegra, registros fotográficos, anotações em Caderno de Campo durante os encontros com os colaboradores da pesquisa e o acompanhamento das iniciativas comunitárias, além de reflexões posteriores, com base na revisitação de todo o material coletado. Desse modo, a imersão no material obtido permitiu a definição *a posteriori* de três eixos interpretativos analisados com base em uma adaptação da *Análise de Conteúdo* de Bardin (2016), foram esses: 1) Narrativas identitárias; 2) Narrativas silenciadas pelo “progresso” e; 3) Narrativas insurgentes.

Com esse direcionamento, a leitura das narrativas possibilitou sintetizar reflexões contra hegemônicas sobre o tema, apresentando outros significados possíveis para o lazer, desde um olhar latino-americano e comunitário sobre o tema, conforme debatido, a seguir, por eixo interpretativo. Vale ainda mencionar que o material reunido foi utilizado como base, também, para a confecção dos livros artesanais, como parte do “objetivo resolutivo” desta tese que visa apoiar as iniciativas comunitárias da região em seus movimentos de luta por reconhecimento, em um horizonte de fortalecimento das alianças entre academia e comunidades tradicionais.

## 5.1 NARRATIVAS IDENTITÁRIAS

Nesse primeiro eixo de análise sobre as narrativas identitárias foram reunidos trechos dos relatos que expressam o sentido de pertencimento ao coletivo. Com base no compartilhamento de valores históricos, místicos, ritualísticos, terapêuticos, entre muitos outros, os depoimentos apresentados, a seguir, revelam como os 24 colaboradores da pesquisa constroem suas práticas culturais comuns e como as vivenciam, ludicamente, no cotidiano, como vias para o lazer.

Historicamente, muitas comunidades caiçaras e de pescadores artesanais na região compartilham a ascendência indígena. Segundo a narradora, a seguir, a construção das práticas culturais cotidianas e a constituição identitária regional, em parte, decorre do encontro entre diferentes povos tradicionais. Nesse sentido, a pesca de caniço e a escala de peixe passaram a compor a rotina local.

Eu sou bisneta de índia, dali da Azeda. Nascida em parteira, com muito orgulho, na Praia dos Ossos. Sou bisneta de uma mulher que tinha uma aldeia, em que eles pescavam de caniço. Minha mãe também. Caniço, e além da pesca, eles tinham ali na Armação, uma escala de peixe, que minha mãe e minha avó escalavam. Ali na Azeda, meu bisavô, não sei se da Bahia, conheceu a mãe da minha avó, a índia. Eu lembro pouquíssimo disso. Não lembro muito, porque sou nova. Lembro que tinha muita cobra, muito mato, e era uma casinha de sapê dele, sapê mesmo. Era meio selvagem (*risos*). Ele só ficava naquela...era um morro, ele só ficava olhando, ele pescava. Era índio, mesmo (**Praia Brava**).

O encontro entre povos e o compartilhamento de saberes e práticas para a subsistência, parece ter ocorrido, também, entre indígenas e povos afrobrasileiros ex-escravizados que foram libertos e passaram a formar o que viria a ser reconhecido, posteriormente, como quilombos. De acordo com o depoimento, a seguir, esse encontro entre culturas, além de construir vínculos identitários no território, também possibilitou a sobrevivência de grupos ex-escravizados que, após a Abolição da Escravidão, com a assinatura da Lei Áurea<sup>61</sup>, não tinham para onde ir ou ferramentas para a garantia de recursos básicos à sobrevivência, como a própria alimentação. Por essa razão, a pesca e a maricultura são entendidos como importantes legados ancestrais do encontro com os povos indígenas.

A pesca entra na cultura, a maricultura de subsistência, como herança indígena para a nossa população lá da Rasa<sup>62</sup>. E, aí, vão se formando os hábitos, os

<sup>61</sup> Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888.

<sup>62</sup> Um bairro de Armação dos Búzios, onde está localizado o Quilombo da Rasa.

costumes, as culturas, a forma de olhar o mar e ver que está dando peixes. Tudo isso, esses meses, foram meses de aprendizado para o nosso povo. E, nesse aprendizado, a gente vai formando a nossa cultura (**Mangue de Pedras**).

Entre as práticas culturais desenvolvidas, historicamente, na região, as casas dirigidas à produção de farinha, a partir da mandioca plantada nas roças locais, constituíam ocupações fundamentais para a garantia da alimentação. Para além de ser considerada uma atividade que exigia grande esforço físico, com longas jornadas de cultivo e produção, um aspecto interessante é que o lazer e a sociabilidade também se expressam nas narrativas, nesse contexto. Isso porque, a produção de farinha era realizada coletivamente, com o envolvimento, principalmente, de mulheres e meninas. Nesse caso, esse era um tempo dirigido ao trabalho, mas, simultaneamente, ao encontro comunitário, conforme trecho, a seguir, que destaca a discussão das mulheres nas casas de farinha durante as madrugadas.

A gente fazia também, porque minha mãe fazia e as senhoras, mãe das meninas, que tinham roça, levavam e faziam lá. De madrugada ficava aquele falatório. As mulheres lá fazendo a farinha (**Praia de Armação**).

No depoimento, a seguir, também são apreendidas as memórias familiares sobre os encontros coletivos dirigidos à plantação da mandioca nas roças e à produção final da farinha. Nesse depoimento, fica claro que as atividades eram realizadas de forma comunitária e que demandavam uma grande parte do tempo cotidiano. Também se pode destacar a dinâmica de interação local para o uso das casas de farinha, em um contexto em que cada família levava as mandiocas retiradas da sua própria roça, produzia a farinha e retinha metade da produção, enquanto a outra metade era destinada a quem emprestasse a casa de farinha.

Eu me lembro que, aqui, onde nós estamos, tinham muitas roças dos nativos, dos antepassados, dos meus avôs, dos meus bisavôs. Minha mãe, ela cultivava na roça dos meus avôs. Ela trazia os aipins dentro de um jacá, em um cavalo. Eram dois jacás<sup>63</sup>, um de um lado e outro de outro. E como não tinham muitos aipins na época, ela me trazia dentro da cesta como contrapeso, até a casa de farinha. Lá era casa de farinha, tinha um pilão na porta, onde a gente maçocava o amendoim. Tinham as prensas, para passar, onde a gente raspava as mandiocas. Todo mundo sentado, em coletividade. Em coletivo, raspando as mandiocas, para jogar no moedor, na prensa, para apertar bem com as mãos, para sair aquela água. E a minha mãe fazia farinha. E, sempre farinha meio a meio com o dono da roça, para ganhar metade da farinha. A gente vivia do cultivo da farinha e da pesca. E, nisso, a casa de farinha, acho que era aqui por trás, era de estuque, de barro. Todo mundo ficava ali. Não tinha luz. A gente ia até umas 18 ou 19 horas. De manhã estava lá de novo (**Praia da Ferradura**).

---

<sup>63</sup> Um tipo de cesto produzido artesanalmente.

Devido ao fato de diferentes famílias usarem a mesma casa de farinha, esta era entendida como “comunitária” e um dos principais locais de encontro pela narradora, a seguir.

Era uma casa de farinha comunitária. A gente tinha roça, mas a gente não tinha casa de farinha apropriada, com poço, com tudo, então a gente dava uma porcentagem para usar a casa de farinha ao dono. A gente entrava com a mão de obra e o dono entrava com o espaço. A gente levava a mandioca, fazia a farinha e dava uma porcentagem para usar. Tudo era com a gente (**Praia da Azeda e Azedinha**).

O lazer parece estar vinculado, justamente, ao fato de que as tarefas cotidianas eram realizadas em conjunto, como ressalta o depoimento, a seguir, ao mencionar que “ninguém circulava sozinho”.

Como todas as famílias, naquela época, era todo mundo muito unido, então quando você ia para a roça ou casa de farinha, ia todo mundo junto. Nunca ninguém circulava sozinho (**Ponta da Lagoinha**).

A relação entre trabalho, lazer e sociabilidade emerge, assim, como importante tríade para a constituição dos vínculos sociais, a transmissão intergeracional de saberes e práticas locais, além da própria garantia da sobrevivência coletiva, uma vez que, como se vivia em um contexto de grande isolamento territorial de outras partes do estado do Rio de Janeiro, toda a produção da região era artesanal.

Todos tinham suas tarefas, fossem os afazeres da casa enquanto pai e mãe estivessem na roça trabalhando, também a gente ajudava na medida em que ia crescendo. Na medida em que os filhos iam crescendo, os pais iam colocando para trabalhar. Isso era automático. Na roça, na pesca...para ajudar no sustento. Todos sempre trabalharam (**Praia da Azeda e Azedinha**).

É possível notar no trecho, a seguir, o registro de um ritual para a produção de farinha nessas casas, envolvendo, também, diferentes momentos do dia. O seu preparo originava diversos outros alimentos fundamentais para a segurança alimentar local e a produção excedente era comercializada.

Meu irmão mais novo, que até faleceu agora, subia na bancadazinha com mamãe. Botava ele lá em cima. Ele ajudava mamãe. Dava a mandioca, mamãe ralava aquilo tudinho, aí depois pegava aquilo tudo e colocava em um caixote com uma prensa. Imprensava aquilo tudinho. Chegava de manhã cedo, tirava aquilo, coava tudo, era um trabalho. Coava aquela farinha toda, tirava o grosso e aquela fininha que saía, já passava no forno. Era uma bacia grandona, passava isso aí e fazia aquela farinha gostosa, que era uma beleza. Fazia sola de amendoim, tapioca, tudo fazia disso aí, entendeu? A gomazinha que saía da mandioca, a gente apertava, a gomazinha. Tinha uma tina e o barril. Dizia que era tina, o negocinho que botava embaixo para pegar aquela aguinha da

goma, sabe? Com aquela goma fazia tapioca. E a grossa fazia farinha. Aquele grosso jogava fora e mamãe fazia a farinha. Ai, meu Deus do Céu, era trabalho o dia inteiro, tadinha. Fazia, assim, uns dois sacos de farinha, aquele sacão, aí vendia (**Praia do Canto**).

A **Figura 28**, a seguir, representa registro fotográfico da sola de amendoim, um alimento tradicional da região, mencionado na narrativa anterior. As comunidades locais a preparam enrolada na folha de bananeira.

**Figura 28:** Registro fotográfico da sola de amendoim.



**Fonte:** A autora (2022).

A pesca é também decodificada nas narrativas locais, como uma importante prática cultural para a garantia da subsistência alimentar. Por representar uma das principais atividades cotidianas, a negociação de regras comunitárias para o uso coletivo do mar, com base no revezamento diário dos grupos, garantia, assim que todos pudessem ter acesso ao pescado, conforme exposto no fragmento da narrativa, a seguir.

Os pescadores, cada um tinha um dia de jogar a rede naquela praia. Como tinha muito pescador, você não podia ir lá no dia da outra pessoa pescar. Se



você ia hoje, amanhã já era de outro pescador, poque, senão, dava briga. Então tinha que ser assim, cada um ia em um dia (**Praia de Armação**).

Assim como mencionado anteriormente sobre as casas de farinha, na pesca alguns possuíam canoas e as emprestavam aos demais, em troca de uma parte do pescado capturado no dia. Um aspecto interessante nesse contexto é o respeito às pactuações comunitárias com relação ao uso do espaço, no sentido do manejo tradicional na utilização do território coletivo que parece ser mediado por um sentido de compartilhamento, e não de competitividade.

Ela funcionava assim, cada um, grupo de pescador, tinha um dia de pescaria. Tinha um dia, aí a gente sempre respeitou o espaço um do outro. Tinha muito pescador e tinha os donos das canoas. Os pescadores pescavam hoje de um, amanhã também pescava no outro. Então era assim, duas canoas por dia. Então, hoje, quinta-feira é um dia de duas embarcações, aí essa embarcação de hoje ia pescar daqui a 30 dias. Era assim, se o peixe viesse hoje ou não viesse, não tem problema. O cara respeitava, passou o dia, amanhã já vem outro, até chegar aos 30 dias desse. Então, a pescaria era assim. Todo dia tinha peixe (**Morro do Telégrafo**).

O mesmo narrador reconhece a importância dos vínculos afetivos familiares para a construção e salvaguarda dos saberes da pesca entre gerações na região, ao mencionar que sua primeira “escola” foi o aprendizado com seus avôs e seu pai. Nesse sentido, o legado deixado pelas gerações mais antigas parece estar atrelado à transmissão do conhecimento, e não necessariamente aos bens materiais.

A escola primeira é meu pai que é pescador, meus avôs e aprendi tudo com eles. Toda caminhada de pescaria com eles. Foi o que ele deixou, aprendendo a caminhar e a sobrevivência da gente foi na pesca. O que nós temos é graças a pescaria, sabe? Tudo isso que nós temos aqui, eu e minha família, atribui à pescaria (**Morro do Telégrafo**).

O sentido de compartilhamento se expressa, também, nos trechos das narrativas referentes à prática do “quinhão” na pesca, ou seja, a divisão coletiva do pescado entre os pescadores envolvidos, àqueles que ajudavam a puxar a rede, e as mulheres que, em geral, limpavam os peixes nas praias. Estas, em geral, aguardavam puxarem a rede, para começar o trabalho de limpeza do pescado, conforme apontado, a seguir.

Quando a gente via os pescadores vindo, com a rede cheia de peixe, a gente ajudava. Ouvia-se muito barulho de faca amolando na pedra. Esse barulho eu tenho nitidamente até hoje, porque ficavam muitas pessoas amolando a faca já à espera do peixe, para usar para limpar. O peixe já saía da praia limpo. Então, eu me lembro, as mulheres, quando elas saíam de casa para ir até a



praia, elas tinham um cesto, uma caixa, separado com aquele peixe que era para as mulheres. Chegava lá, os pescadores já separavam um quinhão, que eles falavam, que era para elas, as mulheres, que chegavam ali, olhando, e levavam o peixe assim (**Ponta da Lagoinha**).

O compartilhamento do pescado com instituições que foram se fixando na região também emerge nas narrativas registradas.

Um exemplo, qualquer quantidade que a gente pegava, a gente fazia uma divisão. Pegava 1.000 kg de peixe, então era assim 350 para cada grupo. Era duas canoas, cada uma com oito pessoas e dividia aquilo por 16 homens, 16 partes. Esses 70%, 350 para cada uma parte dos pescadores, e o restante a gente dividia com o povo todinho que estava lá, trazia peixe e a gente dividia uma parte para igreja, porque a gente ajudava a igreja e, também, quando surgiu a APAE<sup>64</sup>, tirava um dinheiro para dar à APAE. É o “Bolsa Família” que eles hoje faz. A gente já fazia há muito tempo, então funcionava assim, dessa maneira (**Morro do Telégrafo**).

De acordo com um dos pescadores artesanais, a pesca é considerada como “ciência”, devido aos saberes coletivos que envolve. Nesse sentido, pode-se compreender que há uma tecnologia social que media a prática. Além disso, esta parece demandar uma sintonia do grupo, conforme se pode apreender quando o mesmo narrador a compara à função de “um maestro de música” que coordena o grupo de forma sincronizada. Assim, cada um desempenha um papel relevante na realização do trabalho que, assim como outras práticas locais, também expressa o sentido de lazer, por meio dos processos de sociabilidade e fortalecimento dos vínculos sociais, mas também através da vivência lúdica da cultura na convivialidade cotidiana. Com essa perspectiva, o trecho, a seguir, descreve a prática da pesca como um jogo entre oito pessoas, no qual, o movimento de uma, influencia na função da outra.

Cada embarcação dessa tinha oito pessoas. Era o vigia que ficava naquela casinha lá em cima que você viu e os componentes da canoa. Então, eu vou falar para você isso, porque é importante. É a cultura cabista. Eu falo para as pessoas que isso tem que ser catalogado, até para a escola. Um vigia, um cabeiro, era quatro remadores, era um proeiro, um meeiro contra ré e ré. Esses são os remadores. Para jogar a rede no mar, era um chumberero, um curticeiro e um mestre. O mestre de embarcação formava o grupo. A nossa pescaria era ciência. No passado, era 4h, 5h da manhã, a gente saía. A gente tinha um ponto de pescaria lá onde tem aqueles barquinhos hoje. Então a gente ia para ali e ficava no ponto de pescaria. E o vigia, o dia inteiro lá. Então durante o dia, ele ficava naquela expectativa. O cardume de peixe vinha, aí ele fazia o sinal, o mestre cá de baixo e o proeiro tinha que entender o sinal. Igual um maestro de música. Igualzinho. Tinha que entender. Não era nada de telefone, nada não. Era um sinal no pano e naquilo ali estava tudo escrito. Aí eles avistavam o cardume de peixe, ele fazia o sinal, a embarcação ia ao encontro do peixe,

---

<sup>64</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

tinha a hora dele mandar largar a rede, fazer o cerco e a hora de chegar na beira da praia. E, também, quando a gente partia para encontro do peixe, ele sabia a espécie de peixe qual era, a quantidade de peixe que estava ali e calculava em quilos. Era 90%, 100%, certo (**Morro do Telégrafo**).

No depoimento, a seguir, a divisão do trabalho por gênero é também abordada. Nesse contexto, grande parte dos homens navegava por semanas consecutivas em alto mar, para garantir a captura de pescados, enquanto as mulheres cuidavam do plantio e da colheita nas roças, da produção de farinha, das funções domésticas e familiares, além da maternidade.

Eu tive a minha filha mais velha e a do meio, uma que está aqui comigo, meu marido não as viu nascer, porque ele estava para o mar trabalhando. Depois que eu tive o terceiro filho que ele veio trabalhar em terra de guarda na prefeitura, mas nasceu a minha primeira filha, ele não estava. A segunda nasceu, ele também não estava. Quando ele chegou, já tinha nascido, mas era assim, eles iam trabalhar, e aqui, antigamente, tinham uns mercadinhos que deixavam, vendiam fiado. Tinha caderno antigamente. A gente comprava e o marido ia trabalhar. Os homens daqui, né. Os pescadores que trabalhavam, iam para fora de barco, então a gente comprava e quando eles voltavam do mar, que levavam 15, 16, até 18 dias para fora pescando. Quando eles voltavam, pagavam aquela conta e a gente comprava de novo. Eles ficavam dois ou três dias em casa e voltavam (**Praia de Armação**).

Os deslocamentos regulares dos pescadores em alto mar, além do envolvimento posterior destes em trabalhos fora da região, parecem ter conduzido a uma ausência dos pais e ao maior convívio entre mulheres e jovens. Além disso, havia uma valorização e a expectativa com relação aos produtos alimentícios trazidos de fora pelos pais, quando estes retornavam à região, devido à possibilidade de conhecer aquilo que não era produzido localmente. Uma questão interessante nessa reflexão é o sentido coletivo de compartilhamento desses alimentos, como se pode evidenciar pela narrativa, a seguir, quando mencionada a divisão desses alimentos com vizinhos.

Eu nasci em 1962, fui registrada em 1963, dia 5 de julho, porque ele (*refere-se ao pai*) viajava muito. Ele viajava para Minas, para São Paulo...porque ele levava as coisas. E mamãe ficava em casa com os filhos todo, lavando roupa, pescando. Quando ele vinha, ele trazia peças, assim, de queijo, aquelas balas que tinha rosa. Quando chegava, mamãe dividia para todo mundo. A gente só comia uma balinha, assim, e um pedacinho de queijo, porque dividia para todo mundo o que ele trazia (**Praia Brava**).

Quando os homens chegavam do alto mar, as mulheres se dedicavam a limpar, lavar e salgar os peixes para guardá-los, como descrito no registro, a seguir.

A gente pegava, lavava lá na praia os peixes, trazia, e aí cada um que escalou aquela porção, contava, e papai pagava por cento. Se foi 100, era assim, se foi

200...a mulherada corria para fazer mais, para ganhar, né. 500 peixes que elas limpavam era um tanto que elas ganhavam, certinho. Acabava dali, lavava tudo, juntava tudo em um cantinho, salgava aquilo tudinho com sal grosso e meus irmãos colocavam tudo dentro de um tanqueção, tipo uma cisterna. Arrumava tudo, tudo, tudo, os peixes ali de todas as mulheres, juntava ali dentro e acabava dali botava umas tábuas, pesos com pedra, para apertar bem os peixes. Ele ia ficando mais murchinho, ia criando aquela salmoura. Aí ficava o peixe na salmoura uns 15 dias. Depois meu pai tirava aquilo tudo, meus irmãos tiravam. Botava meus irmãos para tirar aquele peixe todinho, escorria água, abria a bueira que dava para praia, aquela água corria, assim, toda para a praia. Quando estava sequinho, tirava tudo, juntava, depois a mulherada voltava de novo para limpar esse peixe, né (**Praia do Canto**).

Embora algumas mulheres também se dediquem à pesca, na divisão das atividades por gênero, parece evidente que estas se ocupam, sobretudo, do cuidado familiar, como narrado, a seguir, sobre a preocupação com os estudos dos filhos, principalmente, para que esses possam se inserir em outras oportunidades de trabalho.

Todo dia, ele (*refere-se ao marido*) pesca. Quando amanhece, ele já vai pescar. Quando ele vem, ele traz aquelas Cavalas grandonas. Eu ia com ele, mas depois não podia ir mais, porque tinha que assumir as crianças. Hoje eu tenho meus filhos e netos estudados. Eu me esforcei para botar eles na escola (**Mirante do Boi**).

A divisão de atividades por gênero, decorre, também, parcialmente, de uma inclinação que se poderia definir como machista na interpretação da relação da mulher com a pesca, conforme exposto, a seguir. Vale ainda destacar que a pesca no mar sempre esteve, historicamente, integrada à coleta de frutos na restinga. Assim, o mar e a restinga são considerados como importantes provedores da segurança alimentar e de outros recursos básicos à sobrevivência, como a própria coleta de água.

O mar é encantador, está ali junto com a restinga, mas o fato de sair de barco é uma coisa que veio muito depois para a gente, porque nós não éramos incentivadas a pescar. Muito pelo contrário, éramos incentivadas a sumir de perto quando os pescadores estavam lá pescando. Nunca, jamais, passou pela cabeça de alguém, de alguma mulher, ir pescar, junto com os pescadores. Isso é uma coisa que veio muito depois, porque a gente viu que era um espaço em que a mulher, pelo machismo, não podia ocupar naquela época, e que era um espaço que a gente precisava ocupar. Algumas mulheres já pescavam, né (**Furna das Mulheres**).

Ainda sobre o tema de gênero, é interessante notar que o contexto de isolamento territorial da região, pareceu potencializar o sentido de pertencimento comunitário, no qual todos se conheciam e se relacionavam entre si. Assim, outras possibilidades de compreensão e constituição de vínculos, incluindo aqueles referentes ao casamento entre membros da mesma

família, emergem como um aspecto recorrente em diferentes narrativas locais, conforme identificado nos dois depoimentos, a seguir. Outra questão interessante abordada é que as famílias tendem a ser numerosas, constituindo-se de muitos filhos.

Meu pai ficou viúvo com uma filha que é a nossa irmã mais velha que vai fazer 80 anos agora. Minha avó mandou chamar a minha mãe para se casar com meu pai para poder tomar conta da filha que nossa tia deixou que, no caso, era a irmã da minha mãe. Meu pai se casou com a minha mãe e minha mãe criou a filha dele que é sobrinha dela. Mamãe depois teve 13 filhos e com ela 14. Filhos da minha mãe eram 13 e do meu pai 14, por causa dela. A nossa vida aqui era assim. Meu tio, que morreu também, irmão do meu pai, se casou com duas irmãs. Agora ele faleceu, mas moravam as duas juntas na mesma casa. Quando uma ficava grávida, a outra ficava também. Depois ele fez uma casa, botou uma e botou a outra também. As duas irmãs nunca brigaram, nunca teve confusão, sempre se deram bem (**Praia de Armação**).

Todo mundo aqui era minha família. Às vezes, tinha um casamento que era primo com primo. Eu, casei-me com 22 anos de idade e meu esposo com 23. Casamos, aqui, nós dois. Aqui da terra mesmo. Depois fui saber que era primo, mas disseram que casar primo com primo não tinha problema. Aí levamos uma vida de pescador. Filhos nascidos, nativos, pescadores (**Mirante do Boi**).

Outras práticas culturais comunitárias cotidianas eram a coleta de frutos e de feixes na mata para a produção de lenha. É interessante notar que essas atividades ganham sentido lúdico, sendo vinculadas ao brincar coletivo e à liberdade de se relacionar com as naturezas, como descrito em dois depoimentos, a seguir.

Antigamente era essa a vida que a gente tinha, a gente passava por aqui todo dia para ir à praia levar almoço para o meu pai. Ele pescava na praia e a gente ficava brincando. Não tinha perigo nenhum. Antigamente, a gente fazia isso direto. Entrava nesses matos todinhos aí pegando fruta. Jabuticaba, cambuí. Eram umas frutas que a gente tinha aqui. Guaiaquis, aquelas frutinhas amarelas, davam muito aqui. Esses matos aí, a gente andava em tudo. Já subi muito na árvore pegando frutas. A gente ia para os matos fazer lenha, apanhar frutas. Era muito bom antigamente. Hoje em dia as crianças não podem mais fazer isso (**Praia de Armação**).

Você via as crianças sempre com outras crianças. Eu lembro a gente indo pegar as frutinhas, que é o Cambuí, todo mundo junto, aí chegava lá encontrava já outro grupo, sabe? Era uma coisa muito boa (**Ponta da Lagoinha**).

A **Figura 29**, abaixo, ilustra a coleta de frutos na vivência com uma comunidade caiçara da região. Na ocasião, foram coletados frutos da Aroeira para a produção caseira de pimenta.

**Figura 29:** Registro fotográfico da coleta dos frutos da Aroeira para a produção de pimenta.



**Fonte:** A autora (2022).

Um outro registro fotográfico compõe a **Figura 30**, a seguir, ilustrando o prazer do compartilhamento coletivo na coleta de diversos frutos, envolvendo diferentes gerações e incluindo avós, filhos e netos. Em momentos lúdicos como esse, os saberes tradicionais sobre as funções medicinais das plantas e os preparos culinários, a partir dos frutos, são transferidos aos mais jovens que escutam atentamente os relatos dos mais velhos.

**Figura 30:** Registro fotográfico das caiçaras coletando frutos com seus filhos e netos.



**Fonte:** A autora (2022).

A coleta de limo e de mariscos é também registrada como uma importante prática das mulheres da região. O limo era comercializado no passado a um estrangeiro que vinha ao local buscar o material para a produção de plástico. Apesar de consideradas no âmbito das relações de trabalho, essas práticas envolviam a cooperação entre mulheres que mergulhavam juntas para coletar o material e se apoiavam, construindo uma dinâmica própria, para garantir que o mar não o levasse de volta. Essas atividades possibilitavam o encontro entre mulheres e crianças de diferentes famílias, fortalecendo a construção dos laços locais.

Era pegando marisco, pegando limo na praia. Tudo a gente estava presente junto. Ela (*refere-se à mãe*) ia pegar limo na praia, porque tinha um homem que comprava uns limos. Um japonês. Eu não sei para que ele comprava, diziam que ele fazia plástico. Era um japonês que apareceu aí, acabou morando com uma senhora, acabou ficando por aí. Tem até a família deles ainda aí. Ele comprava esse limo. Marcava, já todo mundo para pescar e pegar esse limo. Maré sequinha assim, ela pegava aquilo tudinho. E a gente pegava, jogava lá em cima da pedra para o mar não levar de volta, para secar. No outro dia, pegava de novo outro tanto e já levava o seco para casa. Era assim.



Quando tinha um sacão cheio, ele vinha buscar. Minha mãe, minha tia, a mulherada toda aqui fazia (**Praia do Canto**).

Muitos materiais eram coletados no mar e nas matas, sendo estes considerados elementos das naturezas e práticas fundamentais para a constituição dos vínculos identitários e dos modos de vida na região. Assim, a coleta de ossos de baleia para a produção de óleo para acender as lamparinas também compõe o registro apreendido na pesquisa.

Uma questão interessante nesse contexto é que os nomes dos filhos e dos lugares eram concebidos com base na observação das naturezas, mas também do fazer-cultural local. Nesse sentido, a atual “Praia dos Ossos”, localizada em Armação dos Búzios, parece ter uma relação histórica com o fato de terem sido ali encontrados muitos ossos de baleia, conforme se explica, a seguir.

Eu e minha irmã aprendemos tudo o que sabemos com minha avó que criou a gente. A gente coletava ossos de baleia na Praia dos Ossos. É por isso que tem esse nome. Depois vinha um caminhão e comprava. A gente coletava muita coisa no fundo do mar e na mata para sobreviver (**Poço do Amor**).

De acordo com um outro depoimento, além dos ossos de baleias, foram encontrados na localidade ossos humanos, derivados de naufrágios marítimos nessa área. Nesse relato, o forte vínculo da comunidade com o mar se manifesta, também, pelo sentido de devoção ao sagrado, aspecto que pode ser identificado quando se menciona terem encontrado uma imagem da protetora dos navegantes.

Onde é a Praia dos Ossos é porque encontravam muitos ossos das pessoas que morriam nos navios e jogavam as pessoas ali. Os peixes comiam as carnes, os ossos vinham parar na Praia dos Ossos. Eles botaram a Igreja Nossa Senhora. Ela foi achada também por ali, a Sant’Anna, e quando ela foi achada em uma direção, eles colocaram a igreja na posição em que ela foi achada. É onde entravam os barcos, para proteger os navegantes. Por isso, ela é protetora dos navegantes. A igreja ficou meio na diagonal, para pegar a direção de onde achou e de onde chegavam as embarcações, que é mais na direção da Azeda e Azedinha (**Manguinhos**).

Outra ilustração de nomes de lugares associados aos marcos históricos na região é transposta abaixo, sendo interessante que se compreenda, também, que existe um vínculo de pertencimento ao território que o associa às vivências locais.

No casarão, na Azedinha, tem uma rampa, as caravelas paravam ali. Eles corriam com aquele Pau Brasil para colocar no navio. O nome Azedinha é porque ali tinha muito, muito, muito limão. O limão ia escorrendo lá de cima e caía no mar. Então ficava um monte de limão boiando, aí deram o nome de Azeda. Não via nem areia. O pessoal pegava muito limão na Azedinha, porque

tinha essa doença que dava na gengiva e precisa de limão. A gengiva sangra, os dentes ficam moles, aí o pessoal dos navios que trabalhava, não tinha dentista, nada disso (**Manguinhos**).

É interessante ainda notar que o próprio nome de algumas cidades da região está relacionado às práticas culturais históricas, como narrado, a seguir, sobre a extração de óleo das baleias para a iluminação local, a construção das residências, entre outras finalidades, conforme anteriormente mencionado.

O nome da Armação dos Búzios você sabe por quê? Também não? Então... Naquela casa, ali na esquina, o pessoal fazia armação para poder tirar o óleo da baleia, para acender as luzes da cidade, a lamparina, mover os moinhos da casa de farinha, usar nas construções, porque, antigamente, não era cimento, pegava óleo da baleia com areia, porque a casa de pau a pique era diferente, né, com óleo da baleia. Então eles faziam uma armação para virem os filhotinhos da baleia. Os filhotinhos vinham, eles prendiam os filhotinhos, a baleia vinha atrás para resgatar os filhotinhos...aí eles prendiam a baleia, infelizmente, matavam a baleia e soltavam o filhotinho. Os filhotinhos iam crescer, iam embora e a mãe ficava e eles pegavam o óleo da baleia. E faziam muita coisa importante com o óleo da baleia, aí virou Armação dos Búzios (**Manguinhos**).

Nesse contexto, outra questão que chama atenção nos depoimentos é a relação de proximidade entre humanos e não-humanos, conforme descrito por uma narradora que os goiamuns eram amarrados no “pé da cama”.

Minha mãe catava limo. Esse limo para fazer alga, xampu, que quase não tem mais. Minha mãe catava mexilhão, siri, goiamum. A gente vivia com goiamum, na época, amarrado no pé da cama. Os goiamuns, todos andando, e a gente convivendo com aqueles goiamuns para comer no outro dia e para vender (**Praia da Ferradura**).

O papel da mulher na segurança alimentar representa também um tópico relevante nos depoimentos. Embora algumas narrativas mencionem o machismo na pesca, muitas mulheres pareciam inseridas nessa prática. Além disso, como a alimentação local era baseada nos pescados, nos frutos - sobretudo da restinga -, nas roças e na produção das casas de farinha, a mulher parece ter contribuído, fundamentalmente, para a garantia da alimentação comunitária. Essa condição, também, devido às ausências por longos períodos dos homens em alto mar.

Minha mãe ia pescar todo os dias, três vezes ao dia. De manhã, à noite e de madrugada. E a gente ficava esperando minha mãe retornar com um cesto de peixe para a gente comer. Naquela época era só cultivo e os peixes. Então, a gente comia peixe e, para dar gosto, colocava pimenta, porque não tinha tempero. Não tinha muito o que colorir o ensopado. Era ali na cara e coragem. Era uma sopa d'água. Quando ela não encontrava o peixe, ela trazia um monte



de limão do pé, trazia um monte de cajá. A gente não passava fome por isso, porque ela trazia tudo isso (**Praia da Ferradura**).

Para a captura dos alimentos, como os pescados e os mariscos, as comunidades locais produzem seus próprios artefatos da pesca, como a vara de bambu, cujo aprendizado parece ter decorrido da influência histórica dos povos indígenas da região. Para a coleta de siri, no entanto, o puçá é identificado como artefato. Vale ainda destacar a forte presença das mulheres nessas produções artesanais.

Lá em Botafogo, como é distante do mar um pouco, a gente pescava em água doce, na beira do rio, com vara de anzol. Tinha um negócio chamado puçá para pegar o siri. E tem um artefato de bambu que eu não me lembro o nome agora. Nós mesmos que produzíamos (**Praia da Azeda e Azedinha**).

Nesse sentido, é mencionado nos depoimentos que os pratos típicos locais são resultado da junção entre o cultivo da roça com os pescados capturados em cada período do ano.

A sopa de tartaruga era um item da culinária tradicional no passado, conforme exposto a seguir, mas não se registra mais o seu preparo na região, principalmente, devido aos debates éticos e ambientais implicados posteriormente, pela intervenção de atores externos.

Hoje a gente não faz, mas a gente fazia sopa de tartaruga com macarrão. A gente comia tartaruga. Era muito delicioso (**Praia da Ferradura**).

O peixe com banana, considerado um dos principais pratos da culinária da região, é ainda preparado por povos tradicionais de diferentes municípios, sendo esse um importante elemento da cultura local e, também, do sentido de pertencimento ao coletivo.

A comida nossa era peixe com banana. Minha mãe fazia já, porque eu aprendi com ela. Minha mãe tinha que ir para a roça e deixava eu fazendo, no fogo à lenha. Então, quando eu estava fazendo, eu fazia para todo mundo, para as crianças (**Mirante do Boi**).

Além disso, cabe mencionar um longo ritual de preparo do peixe com banana que, em geral, se degusta em grupo.

O peixe com banana é o seguinte, escala ele, aí põe para secar, ao sol, fica amarelinho, depois tira o sal, põe de molho, tira o sal, põe de molho. Aí faço, cozinho ele, porque eu não boto para ensopar muita coisa, para poder não tirar o gosto do peixe. E a banana, faz por cima, porque a banana fica doce. E aí fica o doce com o sal. Então o que acontece, eu faço o peixe, tiro e coloco em um recipiente separado e cozinho a banana no molho do peixe, naquele caldo do peixe, porque você não pode botar junto, por que como você vai fazer o pirão? Não pode (**Mirante do Boi**).

No passado, o compartilhamento da alimentação ocorria, também, por meio da troca entre os cultivos da roça, as criações de gado e os pescados capturados entre vizinhos, considerados como uma família ampliada. Assim, as atividades de subsistência na região fortaleciam os vínculos sociais, na relação de complementaridade construída entre as distintas práticas.

Criava porco no quintal, aí matava os porcos. Às vezes tinha vizinho, era tudo unido, tudo família, então cada um levava um pedacinho do que dava, e a gordura era derretida no fogo à lenha e colocava nas latas de banha de porco e guardava para a comida do dia a dia. O leite, a gente não tinha, mas criava muito cabrito, então prendia o cabrito quando ganhava filhote, aí de manhã tirava, fervia, para a gente tomar aquele leite com café. Aí quando chegava o almoço, tinha muito peixe escalado, porque o peixe tinha demais, a gente salgava e botava no sol. Fazia esse procedimento. Quando não tinha galinha. Era muita galinha, então quando não tinha peixe, comia galinha. Matava a galinha. Tinha muita criação de galinha, porque na roça tinha milho suficiente. Dava milho, feijão...a gente tirava da roça. Fazia farinha da mandioca. A mandioca ficava de 6 meses a 8 e já estava bom para tirar, para arrancar, para fazer a farinha. E tinha as casas de farinha, aí todo mundo trabalhava junto. Os filhos iam, pegavam, lavavam a mandioca. Os vizinhos, sempre ajudaram, porque todo mundo aqui era família. Todo mundo aqui era família. Isso daqui era um brejo só. Não existiam essas ruas aqui. Isso daqui era um brejo só (**Mirante do Boi**).

Tinha gente que tinha o aipim, mas não tinha o peixe. Tinha gente que tinha o peixe, mas não tinha o aipim. Aí fazia aquela troca. E a gente comia esse casadinho do que é do mar com o que é da lavoura. Essa mistura de comida assim que eu me lembro (**Praia de João Fernandes**).

O sentido coletivo da produção alimentar se torna ainda mais evidente na narrativa, a seguir, na qual se menciona a alegria e o prazer associado às casas cheias, com grande fluxo de pessoas e, a fartura da alimentação para que se pudesse, justamente, compartilhar. Nesse sentido, observa-se uma vinculação, também, entre o lazer e a culinária na região.

Era uma abóbora que a gente tinha na roça, melancia a gente sempre tinha, batata doce, banana da terra, banana figo, essas coisas assim, mas a gente comia muito era peixe com banana. O peixe escalado. A gente pegava o Bonito desse tanque que eu falei a você, sacudia bem aquele sal, sacudia ele, deixava de molho, e fazia com banana. Quantas vezes, minha mãe fazia muito. Lá em casa, era muita gente, sempre tinha gente escalando peixe, sempre almoçava. Mamãe e papai sempre foram fartos nas comidas tudo, então panhava aquela porção de Bonito e colocava de um dia para o outro, trocando água...eu sei que tirava o sal todo e depois fazia ele desfiado. A gente comia muito. Tinha muita gente para comer aquelas coisas. Eu sei que era isso, era peixe desfiado, peixe com banana, era Bonito frito, era arroz, feijão, farinha e abóbora. E um legume ou uma verdura. Maxixe, quiabo...isso sempre dava nas roças aqui, que elas plantavam. As mães que plantavam e tinha sempre

uma roça aqui na Praia do Forno. Todo mundo tinha uma roça (**Praia do Canto**).

Além da alimentação, a produção das cachaças artesanais, a partir da observação e da coleta dos frutos mais fartos em cada época da restinga, respeitando os ciclos das naturezas, também representa um importante elemento do lazer e da sociabilidade, tendo em vista que só se ia para a restinga em conjunto.

O pescador pegava seu cambuí, seu coquinho, para colocar na cachaça. Tomar sua cachacinha, fazia o seu peixe com banana. Essa era a nossa vivência ali. Fazer o seu plantiozinho no quintal, quem podia. Eu só lembro de uma vida muito, muito familiar (**Furna das Mulheres**).

A observação das naturezas e um profundo conhecimento do território são mencionados como elementos fundamentais para a sobrevivência na região durante seu isolamento de outras áreas do estado. A restinga é decodificada como provedora de alimentos e, também, de água, por meio da produção de “cacimbas” para a sua obtenção, conforme narrativa, a seguir.

Dava sede, dizia: “Dindinha, a gente está com sede”. “Ah, vou fazer uma cacimba já. Espera que na altura de tal, a gente vai fazer uma boa cacimba que tem uma boa água”. E, assim, quando chegava no lugar ela gritava: “oh, ali na frente, está vendo aquela baixada? É 30...40 centímetros, cavávamos, ela tirava aquela água fresca, doce, muito clarinha, água super saudável, uma beleza (**Furna das Mulheres**).

Os saberes sobre a restinga, como por onde caminhar, quais frutos coletar, onde obter água, eram passados entre gerações. É interessante perceber na fala, a seguir, um outro tipo de “gramática de mundo”, que permeia a valorização cultural de uma “alfabetização das naturezas” dirigida ao aperfeiçoamento das práticas no território. Vale notar, também, a importância da restinga no cotidiano comunitário para o brincar coletivo e para o aprender intergeracional.

A minha tia mais velha, era com quem nós íamos para a restinga. Para você ter uma ideia, minha tia, ela conhecia tanto e ela gostava tanto da restinga que, quando ela ia na cidade, já um pouco antes de morrer, ela se perdia dentro da cidade, perto de casa e ela não conseguia voltar. Ela não sabia. E, na restinga, ela sabia cada ponto, cada local de ter uma água boa, de ter fruto, de ter as melhores árvores com os frutos, o caminho para a gente passar, quando a gente deveria ir, o período da frutificação de cada espécie. Então, ela não sabia ler, não sabia escrever, não sabia contar. Se perdia na cidade, mas dentro da restinga, ela era, assim, fantástica. Conhecia tudo, tudo, tudo, tudo. Então, ela que era a nossa grande guia, grande cicerone dentro da restinga. Quem nos ensinava, na verdade, porque, quando a gente não sabia a respeito de alguma fruta, ela falava logo: “não come, porque isso é fruta de passarinho. Fruta de passarinho, não come. Ninguém pode comer”. Então, ela guiava a gente dentro da restinga (**Furna das Mulheres**).

A **Figura 31**, a seguir, representa a coleta de guriri, um fruto da restinga de Arraial do Cabo, para a produção de cachaças artesanais, respeitando-se o ciclo natural de frutificação, para armazenamento para o restante do ano.

**Figura 31:** Registro fotográfico da coleta de guriri.



**Fonte:** Imagem cedida pela colaboradora da pesquisa (2022).

O respeito e a reverência aos ciclos das naturezas ficam mais claros, quando a narradora menciona os valores culturais locais que orientam quando e como entrar na restinga. Esses valores são fortalecidos por histórias e ritos que são contados entre gerações. Para ilustrar, pode-se sinalizar para as crenças sobre quando entrar na restinga e no mar, considerados ambos sagrados. Assim, existe um acordo comunitário de ali não entrar no Dia de Finados e na Sexta-Feira Santa. Caso essa regra seja desrespeitada, acredita-se, e há relatos de pessoas que não conseguiram retornar, conforme se expõe, a seguir.

Dia de Finados, dia dois de novembro, era proibidíssimo para qualquer pessoa ir à restinga ou ir pescar. Porque tinham histórias, várias, de várias pessoas que teriam abusado da história e se perdido dentro da restinga, porque ficavam tontas, porque entravam em determinada parte, não achavam a saída e ficavam

perdidos dentro da restinga, por conta da proibição de ir à restinga e de ir ao mar no Dia de Finados. Era Dia de Finados e tinha um outro dia também. Era Sexta-Feira Santa. Eram dias proibidíssimos de fazer qualquer coisa. Ninguém ia para o mar, ninguém ia para a restinga. Poderia ter o melhor fruto que fosse, mas não podia. E quem tinha o olho grande que ia, entende? Quem tinha o olho grande e que ia, acabava perdido. Se perdia dentro da restinga (**Furna das Mulheres**).

Além do sentido de pertencimento às naturezas, nas narrativas dos colaboradores da pesquisa é possível notar também o sentimento de pertencimento à história comum, como no trecho, a seguir, no qual se menciona o reconhecimento das lutas e resistências como vinculadas à cultura da comunidade quilombola local. Um ponto interessante, nesse sentido, parece ser a constituição identitária coletiva, com base na resistência no território que, apesar de desafiadora pelas tensões envolvidas, emerge na narrativa, a seguir, associada às práticas de lazer, como jogar tarrafa e catar mariscos.

Eu cresci dentro do quilombo, minha cultura é quilombola, eu aprendi a catar guaiamum, aprendi a catar corondó, a sair para pescar com meu pai, a puxar rede. Não aprendi a jogar tarrafa, porque acho muito complicado, não tenho coordenação motora. Minha irmã joga tarrafa maravilhosamente bem. Tarrafa...botar na boca e arremessar. Minha irmã é uma tarrafeira de mãos cheias. O siri...sair para pegar siri. E, enfim, a minha cultura é essa, é negra. É de resistência, é de sobrevivência, é de luta (**Mangue de Pedras**).

No tocante às práticas de lazer no território, o encontro entre os atores locais no cotidiano parece expressar sentido de espaço-tempo fundamental para a fruição coletiva da cultura. Com esse direcionamento, a rádio comunitária e as produções musicais são mencionadas como importantes veículos da comunicação local, sendo a partir deles constituídos vínculos afetivos, como exposto nos trechos, a seguir, sobre a construção das relações de namoro e casamento, a partir das declarações públicas de afeto.

E meu tio tinha, sabe, assim, esses alto-falantes, grandão? Meu tio tinha um negócio desse e ele botava as músicas. Essa hora assim, todo mundo ficava sentado na rua. Todo mundo, com um monte de cadeira, sentado. Quando estava todo mundo ali, pedia música. Eles lá mandavam bilhetinho, aí oferecia para namorada, oferecia para não sei quem. Aí anunciava lá: “vamos ouvir tal música assim que fulano de tal oferece para não sei quem”. Todo mundo escutava, todo mundo. O pessoal namorava assim, aí estava de namoriquinho, botava isso. Botava música de Teixeira, música de não sei quem, Agnaldo Timóteo...Eu lembro de, muitas vezes, a gente ficava lá para assistir, para ouvir, né. Para ouvir as músicas na casa do meu tio, todo mundo ficava. A gente ria à beça. Quando saía com o nome de alguém que a gente conhecia, a gente não aguentava de rir (**Praia do Canto**).

As pessoas faziam aniversário, ele tinha um autofalantezinho e anunciava para toda a comunidade: “fulano de tal está colocando música e oferecendo para...”

Era uma rádio comunitária. Antigamente, a diversão aqui era colocar as músicas. Domingo era o dia mais animado para a gente. Ele vinha e colocava as músicas que a gente escolhia (**Praia do Forno**).

A construção dos vínculos amorosos emerge também em associação com o sentido de espaço-tempo prazeroso de lazer, como no depoimento, a seguir, no qual se atribui à Praia do Canto a memória da construção dos “namoros”, que não está dissociada do tempo de trabalho, tendo em vista que essas relações se constituíam enquanto se pescava e escalava os peixes. Assim, parece haver um *continuum* e uma certa indissociabilidade entre as dimensões da vida cotidiana.

A gente ia pescar e escalar o peixe na Praia do Canto, mas a gente aproveitava para namorar também, né. A Praia do Canto era onde a gente namorava muito (**Praia de Geribá**).

Outro exemplo de sentido de espaço-tempo para o encontro comunitário e a constituição de vínculos amorosos é representado pelos bailes. Em muitas narrativas, os bailes são decodificados como vias para a diversão, expressão corporal, conversação e sociabilidade. Desse modo, a narradora, a seguir, discorre sobre as danças, as músicas e os namoros nos bailes, a partir de um fato curioso sobre a relação amorosa com um irmão desconhecido.

Gostava muito de dançar. Tinha baile. Até Cabo Frio, eu ia. Tinha música. Era gostoso. Eu namorei até um irmão meu que eu não sabia. Meu pai era um caixeiro-viajante e em cada lugar ele deixava um filho, né. Ele era um moreno muito bonito. Aqui, tinha muito baile bom, mas minha mãe não gostava que eu fosse para o baile com ninguém. Eu falava “ah, mãe, o que tem eu ir para o baile com esse moço que diz ser meu primo? Eu vou com ele”. Todo dia, eu ia para o baile no centro. Um dia, minha tia disse: “Olha, você não sai com esse moço, não”. Eu estava namorando ele, beijava na boca. Eu não sabia! Depois minha tia disse “você não vai mais sair com esse rapaz, porque esse rapaz é seu irmão”. Ai, danou! Ai, meu coração! Agora é tarde, não posso fazer nada. Ela já sabia, em vez de me contar, não queria me contar. Ela não gostava da minha tia, porque minha tia se meteu com meu pai, né. Ela não gostava. Eu deixava. O que eu vou fazer? Era uma farrá muito boa. Depois eu disse: “quando você for ao baile, não passa mais aqui em casa, não, que eu não vou mais com você. Se não tiver ninguém, eu vou sozinha” (**Poço da Bomba**).

É importante reconhecer, também, a dimensão dos conflitos na prática do lazer, como parte das negociações de significados culturais no coletivo. Nesse sentido, se menciona o “Parrolô”, como se denominava um baile conhecido pelas tensões que gerava, onde as rixas e os bairrismos eram potencializados, por meio das brigas e manifestações de ciúmes, conforme

exposto, a seguir. Cabe ainda notar que os conflitos não são decodificados por meio de um sentido negativado, mas são entendidos como associados, também, ao lazer coletivo.

Na época, tinha o baile aqui do Parrolô. Fazia os bailes todo sábado. Dava diversão para as pessoas, né. Aí o pau rolava, era uma briga só. Por isso que o nome virou “Parrolô”. Brigava de ciúme, por causa de namoradinha, entendeu? Aí era assim. As pessoas, um ia para se divertir, aí se encontrava...o pessoal daqui do centro com o pessoal de Manguinhos nunca se deu. Nossa, tinha muito, muito bairrismo. Aí o de Manguinhos com o de Saco Fora, mesma coisa. Era rixa entre uma e outra. Aproveitava, né, e quando se encontrava...aproveitava no baile, minha filha. E ainda tinha ciúme das namoradas, aí brigava, né (**Praia do Forno**).

Nós brigávamos no baile lá. Um queria o outro que dançava melhor. O outro queria dançar com aquele, aí a gente tirava do braço do rapaz a menina. A menina dava na nossa cara, eu dava na dela. É, minha filha, nós éramos brigueiros. Era uma coisa maravilhosa (**Poço da Bomba**).

A gente ia para os bailes, mas quando a gente rejeitava dançar com um menino para escolher dançar com outro, cortavam o nosso cabelo. A gente corria para não cortarem nosso cabelo, porque eles ficavam chateados (**Poço do Amor**).

A dimensão da sociabilidade com familiares, vizinhos e mesmo visitantes “de fora” do território é associada ao lazer no espaço da rua, por meio dos desfiles e blocos de Carnaval da região. A manifestação das expressões artísticas pelo samba, pela dança e pela música são mencionados como importantes elementos constitutivos das relações sociais. Uma questão interessante, nesse sentido, é notar a possibilidade de reinvenção e recriação da vida em coletividade, a partir do aspecto lúdico do lazer, no qual os atores sociais podem desempenhar papéis diferentes dos usuais no cotidiano, além da abertura, a partir da espontaneidade manifesta e da descontração que caracteriza essas ocasiões, para a participação coletiva no brincar, ensaiar e fantasiar possibilidades. Sobre esse aspecto, o nome escolhido para o bloco “Cocotas de Tucuns” brinca com o insulto, à época, uma vez que uma “cocota” constitui uma gíria pejorativa dirigida às mulheres.

Um bloco chamado de “Cocotas de Tucuns”. Então, as “Cocotas de Tucuns” começou com um morador, que quando eu conheci, ele já era o presidente dessa escola de samba, entre aspas. Nós tínhamos, só de repiniques, mais de 15 repiniques. Então, nós tínhamos muitos repiniques, quatro ou cinco surdões, coisa à beça...Nós íamos desfilar aqui. O bloco, ele era tipo um trio elétrico para a gente, ele ia, a cidade toda acompanhava atrás. Era uma alegria só. E tudo, muito, muito bacana, muito família. Muitos pescadores, muitos turistas. Todo mundo ia atrás, era: “atrás do trio da Cocota não vai quem já morreu”, porque era muito animado. O grupo era muito grande. Como tinham muitos instrumentos, então o som era muito bom e nós ensaiávamos sempre (**Manguinhos**).

A dimensão espontânea do brincar e, assim, ensaiar alternativas às condições sociais, é evidenciada, também, no encontro com o circo que chegou em algum momento à região e marcou as comunidades locais. Essas buscaram reproduzir, à sua maneira, o circo como prática de lazer. Um aspecto que chama atenção no trecho, a seguir, é a criatividade implicada no recriar as cenas do circo, a partir dos elementos disponíveis no contexto local. Os eventuais erros na reprodução do circo são considerados, justamente, a principal atração da brincadeira. O lazer parece, assim representar, uma dimensão de espaço-tempo também para desvios dos padrões pré-estabelecidos e invenções de outros caminhos possíveis para o cotidiano local, para além daqueles impostos pelas normas sociais.

A gente treinava no quintal. A gente fazia o trapézio e o rola-rola que era um rolo no chão com uma tábua em cima para se equilibrar para lá e para cá e pegar um lenço no chão com a boca. Com todo mundo assistindo, você vai descendo e com a boca pegava o lenço e saía dali sem cair, mas cair que era a atração. A atração eram exatamente os erros. Meu irmão fazia o trapézio. Um dia ele pegou o botijão de gás para alcançar o trapézio. O trapézio arreventou e ele caiu de cabeça no botijão de gás. Então eram cenas que faziam o povo rir. O povo ia por causa disso. Por exemplo, as arquibancadas eram de tijolos e tábuas. A gente competia com outros circos. Era muito bom. Era uma coisa muito deliciosa (**Praia de Armação**).

A invenção de possibilidades diversas, por meio do brincar, também é apontada nos trechos, a seguir, em que as narradoras retratam a realidade permeada pela escassez de recursos financeiros na região. Dessa forma, muitos brinquedos e brincadeiras aconteciam no espaço aberto das ruas e eram criados coletivamente, a partir de elementos encontrados nas naturezas, como o “papo da galinha” que se tornava uma bola.

A gente costumava dizer que nós brincávamos de caco. O que era Caco? Era casca de coco cortada, latinha velha, uma panela muito velha que ninguém queria mais e a gente brincava de fazer comidinha, de fazer aquelas coisas naqueles equipamentos. E quando, por exemplo, a bola, porque bola, para a gente jogar bola, era o papo da galinha. A galinha era muito comum para a gente. Era mais comum para a gente comer do que a carne vermelha. Então, a gente criava no quintal. Então, toda vez que matava a galinha e limpava, ela tem um papo que você enche e seca. E ele fica uma coisa, assim, que dá para brincar, dá para jogar bola. Então eram coisas assim, os nossos brinquedos eram assim. O máximo de brinquedo que a gente conseguia que era confeccionado pelas nossas tias, pelas nossas mães, eram as bonecas de pano. A maioria delas construía, fabricava, as bonecas de pano (**Furna das Mulheres**).

A gente fazia as nossas próprias bonecas, os nossos próprios brinquedos. Eu, pelo menos, fazia as minhas bonecas com tijolo, aí botava o bracinho. Enfiava o pauzinho e botava o bracinho. Fazia as bonecas de pano. A tia dela (*refere-se à mãe*) fazia as bonecas para a gente, aí a gente se reunia, brincava. Vinha



o circo para cá. O circo era bem legal. Tinham as arquibancadas, o palhaço, várias coisas. O Circo do Pilombeta (**Praia do Forno**).

As brincadeiras eram o pisei<sup>65</sup>, a corda e o bambolê. Essas brincadeiras tinham muito. Como a gente não tinha acesso a brinquedo, porque a gente não tinha grana, a gente inventava brinquedo. Por exemplo, esses tijolinhos de casa ou madeira, a gente vestia roupinha e fazia de conta que era uma bonequinha. Eu tinha um irmão mudo e surdo, que morreu há muito tempo, mas ele era jovem. Ele fazia boneca de tábua para mim. A gente fazia carrinho de mão, de madeira. Ele fazia o circo para mim. Ele montava o circo para mim de bambu (**Praia de Armação**).

As famílias, sobretudo as mulheres, como as mães e as tias, também produziam brinquedos para as crianças. Havia, ainda, as bonequeiras da região, como eram conhecidas as mulheres que costuravam bonecas.

Eu tenho uma lembrança muito, muito forte, que é de uma senhora que chamava Dona Luiza. Era uma senhora muito idosa lá do Arraial, né. E eu chamo que ela era uma bonequeira, porque ela fazia as bonecas mais...naquela minha tenra idade, as bonecas mais lindas que alguém pudesse ter. E eu sonhava ter uma boneca da Dona Luiza, então quando eu passava de algum lugar pequena ainda e olhava para casa de Dona Luiza, mesmo se tivesse quatro ou cinco bonecas, eu achava que tinha uma centena na frente da casa, porque ela botava as bonecas acomodadas, assim, no limiar da porta, da janela. A minha forma de ver era que tinha muita boneca. Minha lembrança é essa. Então, aquele grande sonho era possuir uma boneca da Dona Luiza Neve. A gente sempre brincou com as bonecas que a minha mãe mesmo fazia e nossas tias. Então, era assim. Os nossos brinquedos eram muito, muito nossos, mesmo. Fabricado e construído pela família ou por nós (**Furna das Mulheres**).

A produção artesanal de bonecas é considerada uma prática local histórica. A confecção dos brinquedos, a partir dos materiais das naturezas, é enfatizada, a seguir, quando são mencionadas as sementes dos frutos locais como possibilidade de invenção dos piões artesanais.

E a gente tinha a bola, a carrapeta, que a gente brincava que era o nosso pião. E no meio dessa semente, ela é igual a um pião. Você colocava um palitinho no meio que já tem um buraquinho e você vestia ela com uma roupa. Se fosse um vermelho, quando você rodava, ficava brilhante. Então a gente vestia isso. Eu vou trazer para você. Até isso era todo mundo reunido. Era todo mundo assim, todo mundo em conjunto. Você não brincava sozinho. Era coletivo. Pique-esconde. Boca de forno, forno, vira bolo, bolo. Se o mestre mandar, quero que pegue uma amêndoa madura...e as crianças todas correndo. Queimado (**Ponta da Lagoinha**).

Além da utilização dos materiais encontrados nas naturezas para a produção de brinquedos, a falta da prestação de serviços na região, como o fornecimento de luz elétrica e

---

<sup>65</sup> Corresponde à brincadeira conhecida como “Amarelinha”.

água, favoreceu a observação dos ciclos das naturezas que orientavam as brincadeiras das comunidades. Nesse sentido, em muitas falas se atribui à luz do luar, sobretudo às noites de lua cheia, o período mais propício para se brincar na rua. Como parte das brincadeiras coletivas, podem ser destacadas as cirandas e as brincadeiras de roda, em movimentos circulares e inclusivos que denotam, em parte, a perspectiva de organização comunitária.

A gente brincava à luz da lua. A gente tinha que aproveitar quando tinha uma lua bem clara para brincar. Não tinha energia elétrica, então a gente brincava na época de lua cheia de passar anel. As moças brincavam de roda, de ciranda e até de pique-esconde ao luar (**Praia da Azeda e Azedinha**).

E a gente brincava muito de roda na rua, até tarde da noite. Fazia aquela roda grande aqui na rua (**Praia da Gorda**).

Sobre as brincadeiras de roda, estas parecem ser comuns em diferentes regiões do interior do país, com reflexos, também, em sua prática nas comunidades envolvidas nesse estudo, conforme trecho, a seguir. Um aspecto interessante nesse caso, é notar, assim como nas narrativas anteriores, a preferência por brincadeiras que além de coletivas, são circulares, como a brincadeira de corda, em que há um revezamento daqueles que entram para “pular” e saem para dar lugar ao próximo. A questão da circularidade parece revelar, também, uma perspectiva de mundo menos hierárquica e excludente, em que todos participam do brincar. Outro aspecto interessante para registro é a produção artesanal da corda, a partir da observação e relação com os elementos naturais da restinga.

As nossas grandes brincadeiras era brincar de roda, né. Aquela coisa mais tradicional, de todo o interior do Brasil. A brincadeira de roda, o pique-esconde que era muito comum para a gente. Mas a nossa maior diversão mesmo era estar na praia, pulando corda, porque a gente pulava corda. Não sei se você conhece aquela flor roxa que dá na beira da praia, na restinga, que chama de Batata-da-Praia. E a gente tirava as folhas daquilo ali, porque ela dá uma corda comprida, que vai trançando pela praia, né. E aquilo ali era a nossa corda, de pular corda, de brincar. A gente descascava. Quando não dava mais para brincar ali, pela área da praia, que a gente podia ficar, a gente tirava a corda e levava para casa. Os nossos brinquedos eram muito, muito nossos mesmos, construídos por nós, mesmo. Na verdade, a gente mesmo que brincava (**Furna das Mulheres**).

Era bambolê; joguinho de botar malha. A gente dizia que era “pisei”, botar aqui, duas aqui, né. Isso a gente brincava. Pular corda (**Praia do Canto**).

A **Figura 32**, a seguir, retrata a brincadeira de pular corda entre as comunidades caiçaras de Armação dos Búzios. Essa brincadeira é bem recorrente na região e envolve diferentes gêneros e faixa-etárias, com participação desde crianças às pessoas mais velhas. A fotografia

abaixo foi registrada em um dia de reivindicações pela conservação dos patrimônios culturais locais, ilustrando que esta prática não está dissociada de outros contextos da vida cotidiana, como a luta por direitos e o próprio trabalho, como se quis afirmar nas discussões teóricas eurocêntricas sobre o tema.

**Figura 32:** Registro fotográfico da brincadeira de corda.



**Fonte:** A autora (2022).

Ainda sobre o aspecto coletivo das brincadeiras, este é ressaltado em diversas falas, como no depoimento, a seguir. Nesse sentido, a brincadeira parece ser decodificada como uma importante dimensão no espaço-tempo para a constituição identitária das comunidades, no movimento de criação dos símbolos e significados culturais compartilhados.

Tudo era coletivo. Nada sozinho. A gente era, muita brincadeira de roda, pique-esconde, bandeirinha, carrapeta<sup>66</sup>, pique-alto, colado que um não pode entrar no lado do outro, senão pode ser colado (**Praia de João Fernandes**).

A brincadeira também se expressa vinculada às atividades de trabalho tradicionais, como a pescaria, a partir da resignificação de artefatos utilizados na pesca, para a criação de

---

<sup>66</sup> Corresponde ao pião.

sentidos lúdicos, como ilustrado na fala, a seguir, sobre o “rolo” que apoia a entrada das canoas no mar, mas que também se torna uma boia para desfrute coletivo.

A gente ia para a praia e eu me lembro que os pescadores tinham um rolo de colocar para rolar a canoa no mar. A gente pegava o rolo para nadar. Nadava no rolo, porque não tinha nada para nadar. Não existia prancha nem boia naquele tempo (**Praia dos Ossos**).

A relação com o tempo chama atenção na narrativa, a seguir. Isso porque, algumas brincadeiras levavam uma semana para serem preparadas, como no exemplo apresentado abaixo, sobre as “esparrelas” para a captura dos animais que atrapalhavam o desenvolvimento das plantações. Nesse sentido, percebe-se uma relação intrínseca da fruição da cultura, por meio do lazer, com outras atividades cotidianas. O profundo conhecimento do território e a coleta coletiva de elementos das naturezas para a construção das brincadeiras também são aspectos que podem ser destacados nos depoimentos da pesquisa.

Sabe o que é esparrela? Arapuca? Pois é, para a gente era esparrela. Então, a gente danava de fazer arapuca para tudo quanto a gente imaginava que achava que queria pegar. Tinha arapuca que a gente levava, assim, uma semana para fazer. Teve uma vez que minha mãe começou a reclamar, porque nós tínhamos muitas plantações, a gente vivia do que a gente tinha, então a gente plantava muita coisa. E ela todo dia reclamando que os porcos chegavam e comiam a nossa plantação, comiam as nossas batatas doces, nossos aipins, aí eu e meu irmão ouvindo aquilo, descobrimos onde os porquinhos passavam, levamos uma semana fazendo uma grande esparrela no chão. Fizemos um buraco, tipo de 1,50 m por 1,50 m. Levamos uma semana cavando, jogando uma série de galhos finos, de uma árvore chamada Canema. Tudo atravessadinha, aqueles galhos compridos e finos por cima, depois jogamos folha seca. Foi um cansaço. E tudo escondido, para que ninguém descobrisse o que estávamos fazendo. E, no dia seguinte, quando nós terminamos, escutamos os gritos dos porcos. Partimos na correria, né. Pegamos dois porcos. Foi a felicidade. Pegamos, chegamos: “mamãe, mamãe, olha o que nós conseguimos. Pegamos os porcos. Agora são nossos”. Ah! “Quem mandou? Que história é essa de pegar porcos para a gente? Não tem nada a ver. Vai de volta”. E aí, vai de volta cobrir o buraco, fazer tudo de volta no lugar onde os porcos passavam. Enfim, eram essas as nossas brincadeiras (**Furnas das Mulheres**).

A brincadeira se mistura, ainda, com o sentido de realidade. Assim, o brincar se vinculava, também, no passado, aos cuidados pós-parto das mulheres que davam à luz aos bebês em casa, com as parteiras. De acordo com o depoimento, a seguir, esse evento era aguardado pela comunidade e, a partir dele, também se desenvolviam brincadeiras coletivas, o que ilustra o grande potencial lúdico do lazer para a compreensão dos próprios ciclos da vida.

A gente brincava de quisado. Isso aí era a gente brincando na rua. A gente fazia o foguinho de lenha, colocava os dois tijolos, colocava os gravetos de lenha. A gente fazia ali. Antigamente, o pessoal que tinha o neném em casa, com parteira, o pessoal ficava doido para que as crianças nascessem. Quando as crianças nasciam, as mães ficavam uma semana de cama comendo pirão de galinha. Quando matava a galinha, as tripas, a gente fazia o quisado. Era da gente. Matava a galinha, tirava tudo o que tinha dentro da galinha e dava para a gente, a gente limpava tudo direitinho e aí fazia o pirão para a gente comer de brincadeira com as amigas. Era assim, era muito bom, né (**Ponta do Pai Vitório**).

Durante o contexto de isolamento da região, devido ao difícil acesso territorial, muitos objetos desconhecidos para as comunidades locais, ali chegavam pelo mar, sobretudo devido aos naufrágios marítimos. Assim, a observação das naturezas, representadas pelo mar e pela restinga, é mencionada nas narrativas, a seguir, como possibilidades de adquirir novos brinquedos, quando é mencionado que se retirava pedaços de madeira da restinga para a confecção de “setas”, como eram chamados os estilingues. Vale ainda notar, a relação com o mar permeada por mistérios e a curiosidade em descobrir o que viria por ele após a maré alta.

Tem uma coisa que eu não me esqueço. Eu tinha uns seis ou sete anos. Eu amava, quando a maré estava alta. No outro dia eu acordava cedo e saía pela praia procurando brinquedinhos. A gente não tinha brinquedos. Eram muitos filhos e meu pai não tinha condições de dar brinquedos, bonecas e essas coisas. Então o meu sonho era pegar aquelas coisas que o mar trazia. Então, antes que alguém fosse e passasse na minha frente, eu saía pela Praia do Canto. Eu me lembro. Que saudade disso! E catava as rolinhas de garrafa, o que viesse de plástico ali diferente, tampinha de refrigerante, e ali levava para casa para a gente brincar com aqueles brinquedinhos. Eu me lembro que era bem cedo e não tinha ninguém na praia. Eu já saía, descia as escadinhas lá e ia até o final da praia para caçar os brinquedos (**Praia de João Fernandes**).

A madeira para fazer as agulhas eram tiradas da restinga, que era para fazer as nossas setas<sup>67</sup>, eram tirados da restinga. Para fazer o pião, até para fazer as nossas casas, em algumas coisas, eram madeiras da restinga. A gente vigiava muito o mar, porque enalhava muita coisa, também, de valor. O mar era, assim, a gente olhava e via qualquer coisa. Depois, quando tinha ressaca, já sabia que alguém tinha que ficar de olho, porque, que eu lembro, que eu participei, eram fardos de sandália que hoje a gente chama de “Havaianas”. Fardos, sabe? Todo mundo naquela época teve sandalhinha, essas sandálias de dedo, em Arraial. Foi quando a gente veio a conhecer, porque todo mundo usava tamanco (**Furna das mulheres**).

Nas narrativas comunitárias, o futebol é também considerado como um jogo prazeroso que permite a sociabilidade na região. Alguns valores culturais, como o do trabalho em equipe,

---

<sup>67</sup> As setas são os estilingues.

parecem ser, ainda, ensinados por meio do jogo. Outra questão fundamental apreendida nas narrativas é que o futebol permite o fortalecimento do pertencimento ao grupo.

Os meninos gostavam muito de futebol, e ali o Azul e Branco, não sei se você conhece o Azul e Branco. Era um campinho de nada, e ele (*refere-se ao seu pai*) foi chamando os meninos para arrumar o campo. Ele ajudou os meninos, comprou uma bola e ensinou os meninos a jogar bola. Tem até uma foto dele ali no Azul e Branco, dos quatro que fundaram o Azul e Branco (**Praia Brava**).

O lazer associado à cultura das comunidades tradicionais da região que constituem os “sujeitos coletivos”, a partir do compartilhamento de uma identidade em comum, é evidenciado nas narrativas sobre as festas populares. Essas festas representam uma importante dimensão do espaço-tempo para a fruição coletiva da cultura, permeada por diversos elementos ritualísticos, místicos e simbólicos que traduzem os valores culturais da região. A Festa de Reis de Boi que ocorre no início de cada ano, constitui um exemplo, nesse sentido. A sua dinâmica é narrada, a seguir.

Festa típica, o Reis de Boi. Entrava uma pessoa embaixo, ninguém sabia quem era. Ia juntando as pessoas, com música, por fora. Ia juntando gente. Quando via era mais de 30, 40 pessoas. Só um entrava embaixo do Boi e revezava com alguém quando estava cansado. Então tinha essa festa muito boa (**Praia de Armação**).

Em janeiro, os meninos jovens faziam um boi. Entrava dentro do boi e a gente fazia a festa de Reis de Boi. Corria atrás da gente: “ei boi”, aí tinha a mulher e a gente brincava: “a vaca de oi”. Era todo mundo assim: “ei boi” e correndo, correndo atrás da gente. Porque naquele tempo, tinha muito boi, a gente nem passava aqui de medo, porque tinha boi demais. E a gente tinha medo do boi, mas gostava da brincadeira (**Praia Brava**).

Na época, fazia 6 de janeiro. Aqui, a gente montava os bois e fazia a festa, uma grande festa. Preparava o boi, alguém ia embaixo. Fazia o boi com madeira, botava a cara do boi. Enfeitava e era o bloco. Bloco do Reis de Boi. O restante brincando em volta. Era muita gente. Isso era nossa tradição (**Praia do Forno**).

Outra festa capaz de revelar aspectos da história da região é a festa religiosa de Sant’Anna, considerada como a padroeira dos pescadores locais e que teria aparecido em Armação dos Búzios por volta de 1740. Desde então, sua imagem está voltada para o mar. Essa festa demonstra, também, a relação entre lazer e o culto ao sagrado.

Naquele tempo, aqui, Festa de Sant’Anna era a melhor festa que tinha. Da igreja católica. E, mamãe era católica, mas católica que só ia na igreja na Festa

de Sant'Anna. Eu falo...mamãe era muito engraçada. Tinha, também, a festa de Carnaval (**Praia Brava**).

Para além do Carnaval, da Festa de Reis de Boi, entre outras festas religiosas, a quadrilha é mencionada como um evento comunitário que favorece o encontro e a vivacidade do coletivo. Isso porque, as festas parecem representar, nas narrativas locais, uma via para o encantamento da vida comunitária. Nesse sentido, as festas parecem ser capazes de gerar alegria, a partir das celebrações comuns, das conversações, das danças, das músicas e dos jogos, favorecendo, ainda, a construção de memórias coletivas. Além disso, as festas podem ser consideradas uma dimensão de espaço-tempo para as experimentações sociais e a invenção de outras possibilidades de configurações da realidade, a partir da espontaneidade implicada nesse contexto. Outro aspecto fundamental é que as festas reproduzem a realidade na brincadeira e, assim, possibilitam ludicamente reeditá-las, como no caso das quadrilhas, em que se refaz um cenário de casamento entre noivos, além de outros aspectos da vida real.

Tinha a quadrilha. O nome da moça que fazia a quadrilha era Dona Filhazinha. Não sei se era apelido, né. Ela que comandava as quadrilhas. Mas era muito gostoso...Anarriê, anarriê. Era só no mês de junho. A vida, realmente, naquela época, não estou desfazendo de agora não, mas era uma comunidade muito gostosa. Todo mundo se conhecia, todo mundo sabia da vida dos outros (**Praia dos Ossos**).

Para além das brincadeiras e das festas coletivas, o lazer é sinalizado nas narrativas comunitárias no trabalho de construção conjunta. Um exemplo pode ser identificado na narrativa, a seguir, na qual se destaca a construção artesanal de residências, com materiais coletados na região, como, nesse caso, as conchas do mar.

Nós mesmos que fazíamos tudo, com o que a gente tinha disponível aqui. Meu pai reformou uma casa inteira com conchas da praia que ele coletou e limpou. Vou te mostrar uma foto (**Praia de Geribá**).

A **Figura 33**, a seguir, ilustra a casa descrita na narrativa anterior reformada com base na coleta coletiva de conchas do mar pela comunidade local.

**Figura 33:** Registro fotográfico de uma casa construída pela comunidade à base de conchas das praias locais.



**Fonte:** Imagem cedida pela colaboradora da pesquisa (2022).

Importante mencionar que as residências no passado eram consideradas como moradias coletivas, pois ali se vivia em comunidade, o que permitia partilhar, ainda mais, a vivência cotidiana. Essa questão se evidencia na narrativa, a seguir, quando se menciona a convivialidade dentro e fora de casa, nas diversas atividades rotineiras.

Depois que a gente chegava em casa, era banho e esteira, porque a gente dormia no chão. A maioria não tinha cama. Não tinha mesmo. Ou a gente estendia na frente da casa aquele monte de esteira e ali deitava e acabava adormecendo e alguém ia chamando e botando para dentro, ou a gente já ia direto para as esteiras dentro de casa mesmo, assim, totalmente apagada, cansada, esgotada de tanto andar o dia inteiro. Queimados de sol, porque não



tinha essa de tratar com protetor solar. Nem chapéu, nem óculos escuros. Isso não existia para a gente. Não existia. Minha tia usava um lenço, meu tio usava chapéu, porque era pescador normal, mas a gente nem pensava nessas coisas, se quer pensava nisso (**Furna das Mulheres**).

O animismo da vida cotidiana se expressa, também, pela contação de histórias, com a inclusão de elementos mágicos não-humanos. Em geral, essas histórias envolvem crenças e valores culturais associados às naturezas, além de terem um sentido pedagógico de transmissão dos saberes entre gerações. As histórias do Boi Tatá e do Lobisomem são algumas das principais na região. Principalmente, os anciãos contam ter visto o Boi Tatá, como um clarão nas noites escuras, em formato de fogo, conforme alguns trechos dos depoimentos, a seguir.

Minha mãe, quando pescava, ela disse que ela vinha lá com a amiga dela, veio um Boi Tatá pelo mato quebrando tudo, com uma tocha na mão por dentro do mato. E elas corriam, corriam...Elas disseram mesmo que era o Boi Tatá. Não era história de pescador, não. Falavam mesmo que era o Boi Tatá. Elas tinham medo. Tinham medo. E o Boi Tatá, por dentro do mato, quebrando o mato todo, vinha do Forno até aqui, só deixava elas quando chegava aqui no Campo. É muito bom mesmo, contar essas histórias (**Praia dos Ossos**).

Ele (*refere-se ao pai*) chamava minha mãe, assim: “Vem, porque ele está correndo, já está vindo muito perto”. Aquela tocha enorme de fogo. Mamãe corria, chegava em casa e contava para a gente, porque ela ficava com medo. Disse que acendeu uma tocha enorme e o bicho vinha andando, mas não sabe o que era. Disse que é tipo um bicho grande (**Poço do Tatu**).

O Boi Tatá, a gente estava ali na Praia da Armação, aí no final da Praia do Canto, ali naqueles morros, tinham aquelas luzes, aí o pessoal falava que era o Boi Tatá. O pessoal tinha um medo danado (**Ponta do Pai Vitória**).

Esse cara, você tinha que conversar, tem 68 anos. Diz ele que viu Boi Tatá jogar um garoto lá de cima da pedra. Foram resgatar de bote. Ele falou que morre de pé junto dizendo isso (**Manguinhos**).

Com relação ao Lobisomem, acredita-se que o sétimo filho, quando não é doado pela família, se transforma em um ser não-humano nas noites de lua cheia, conforme contam alguns depoimentos de diferentes municípios da região, a seguir.

Tinha o Lobisomem aqui. Quando tinham sete filhos e o sétimo não era doado, ele virava Lobisomem, aí tinham aqueles valões nas ruas, onde os porcos ficavam e os Lobisomens também se jogavam naquela lama. A gente dormia com as janelas abertas e via (**Poço do Amor**).

Tinha Lobisomem, sim. Estou eu e minha mãe dormindo, aí estou vendo aquele cachorro “roar”. Ele se enrolava todo nas fezes do cavalo e do boi, aí eu disse: “mamãe, hoje nós vamos pegar esse Lobisomem. A senhora toma um pau e eu outro”. Quando ele veio para porta, para abrir a porta de lá de

casa, eu dei uma cassetada nas costas e um pedaço do meu vestido ficou na boca dele. Eu disse: “eu vou descobrir”, aí chegou no outro dia, a mulher que era parteira...aí minha filha, ele deitado no colo da mulher. Eu disse: “ah, o pedaço do meu vestido, seu safado!” Xinguei muito ele, batia, aí a mulher falou: “por que você está batendo no meu marido?” “Porque ele virou Lobisomem. Olha, um pedaço do meu vestido ficou no dente dele”. Eu puxei. Eu estava com o vestido que ele rasgou. Mas foi minha filha, uma bagunça, uma bagunça, uma bagunça (**Poço da Bomba**).

Eu não sei o nome dele qual era, mas era conhecido como Chaco da Baja. Era uma figura diferente, assim, era muito vermelho, andava muito descalço, aqueles pés grossos de pescador, gostava de beber umas canas, às vezes falava sozinho. E o que rola é que o Chaco, em noite de lua cheia se transformava em Lobisomem. Então, não era uma pessoa que dizia isso, eram muitas pessoas na cidade. E o meu irmão, esse que hoje está com 83 anos, ele jurava de todas as formas que um dia ele estava pescando com o Chaco ao lado dele, e ele começou a pegar grandes Anchovas. Então, naquela época, não levava cesto para trazer peixe, levava o carregador, que é uma madeira que atravessa nas costas, enfileira o peixe, faz a tira do peixe na corda, pendura e vai levando. Então, quando eles estão matando o peixe, normalmente tem uma...chama de “buraco de pedra” que é um lugar tipo uma baciazinha que se forma na pedra. Pegava o peixe, jogava ali, para, no final, recolher tudo, colocar na fileira e trazer. Isso que ele começou a matar peixe e não viu o Chaco matando nada. E ele continuou despreocupado ali. De repente, o Chaco sumiu. Ele também não se importou. Ele só se deu conta, quando um grande cachorro negro, muito grande, começou a devorar os peixes ali atrás. E ele jura, por todos os santos, que era o Chaco transformado em Lobisomem, porque no dia seguinte estaria o Chaco ainda com os dentes com sangue e carne do peixe. Ele jurava por tudo que era verdade o que ele dizia. E que muita gente dizia também. Isso era bastante comum, bastante comum (**Furna das Mulheres**).

Essas histórias parecem revelar a conexão com elementos que transcendem a racionalidade e os métodos cartesianos de apreensão e explicação da realidade, desvelando outras perspectivas de mundo. Além dessas duas histórias muito recorrentes na região, diversos outros contos, sobre espíritos e assombrações animam a vida em coletividade, conforme os depoimentos, a seguir.

Mamãe gostava muito de olhar na janela. Estou vendo mamãe olhar na janela...aí mamãe viu aquele monte de ovelha, aquelas ovelhas tudo bonita, tudo branquinha, aí no outro dia mamãe achou que era do rapaz que morava do outro lado. Mamãe perguntou para ele: “Manoel, que lindas suas ovelhas, ontem estavam tudo aqui”. Ele falou: “Dona Elvira, eu não tenho ovelha”. Mamãe falou assim: “Você não tem? Ontem tinham umas ovelhinhas tão bonitas aqui na frente”. Entendeu? Aí a gente passava ali onde agora é o restaurante Madame Bardot, o pessoal dizia que tinham umas bombaszinhas, aquelas...que ficavam no pé do pessoal, caía pedra lá de cima. Diziam que viam fantasmas (**Ponta do Pai Vitória**).

Eu nasci lá no alto da Praia Grande. E lá, ele (*refere-se ao pai*) dizia que, uma noite, a gente estava dentro de casa e ele começou a ouvir um barulho de corrente muito forte, corrente, corrente, corrente...e ele não sabe o que era. E,

normalmente, as armas que você tinha em casa era o machado ou foice. Meu pai até tinha mais. Meu pai tinha navalha. E ele disse que foi atrás da porta, pegou a foice e saiu para ver o que era. Quando ele saiu, ele disse que vinha um negócio, tipo um bicho acorrentado e a gente morava lá no alto. Ele vinha descendo, que esse troço vinha rolando tipo rolo, lá dentro do morro, em direção a nossa casa, para baixo. E ele ficou assustado com aquilo, ele partiu para cima daquele negócio e deu uma foiçada, só que o negócio era tão violento que ele disse que ele perdeu os sentidos. Ele não sabe quando, como, ele desmaiou. Minha mãe disse que foi todo mundo atrás dele e só encontrou ele desmaiado. Até hoje não se sabe que bicho, que animal, que coisa foi aquela do barulho que todos ouviram, mas que ele foi atrás e não conseguiu encontrar nada. Ele foi encontrado desmaiado, mas não se sabe o que era. Então era comum essas coisas acontecerem para gente e serem contadas (**Furna das Mulheres**).

Parte dessas histórias estão vinculadas a um sentido de respeito e devoção às naturezas, a partir da reprodução da cultura no território, com base na crença em elementos subjetivos e mágicos, como ocorre em certos pontos da restinga, relatados, a seguir. Esse fato pode ser considerado como uma ilustração do sentido coletivo de pertencimento às naturezas também no plano comunitário. Cabe considerar, também, a importância do encontro entre gerações para a contação das histórias que é, em geral, realizada pelos anciãos e é considerada como um momento coletivo prazeroso.

O que era comum para a gente, quando a gente fala das esteiras, era comum a gente tomar um banho final de tarde. E era um grande cimentado que existia na frente das nossas casas lá e a gente sentava ali nas esteiras, conversando todo mundo, adulto, criança, vendo os cometas passar, a lua, tentando entender. E aí, começava um ou outro dos mais velhos a contar as histórias de algumas coisas que eles diziam, muitos deles, como verdade absoluta. E a gente, até hoje, a gente diz, porque era uma verdade para eles. Se aconteceu ou não, a gente não sabe, mas eram verdades, como a luz do Tabusoares que era uma coisa que eles contavam. Tabusoares é uma coisa que eu vivo me perguntando, porque é um local da restinga, tá? Nesse ponto, um determinado horário da noite, acendia-se uma luz do nada e essa luz rodava, andava por cima da areia. E tinha, também, diziam eles, que a meia-noite um galo cantava embaixo do chão e ninguém sabe o que era. Isso era uma, dentre um monte de histórias que eram contadas. Todo dia, a gente queria ouvir, queria que contassem as histórias (**Furna das Mulheres**).

Ainda que as narrativas obtidas pela pesquisa não tenham se aprofundado nesse ponto, parece haver uma relação também entre a medicina tradicional, com a produção caseira de remédio e, a contação de histórias, com elementos mágicos, na região.

Sabe ali onde hoje tem o restaurante Madame Bardot? Dizem que é mal-assombrado, porque morava um homem que fazia remédios caseiros e rituais místicos, aí já viram e escutaram vários espíritos ali (**Poço do Amor**).

A perspectiva do cuidado parece ser uma questão central nas narrativas analisadas, como forma de potencialização das vidas no território. Em contraposição às lógicas propulsoras do individualismo e da competitividade, o apoio mútuo parece orientar a construção ética entre as comunidades da região. Além desse aspecto, nas narrativas a seguir, pode-se apreender o papel fundamental das parteiras, em contextos de ausência das instituições de saúde, e a importância da formação de uma rede comunitária de cuidado no acolhimento da chegada de novos bebês.

E aqui, era, se minha mãe ganhasse neném, as vizinhas iam lá para casa ajudar a cuidar, lavar roupa, arrumar a casa. Era todo mundo assim, se ajudava. Hoje em dia, você fica doente, ninguém sabe, ninguém fica sabendo. Cada um no seu quadrado. Eu lembro que minha tia morava por aqui, aí minha tia era parteira. E minha prima estava ganhando neném. E minha tia falava: “Ó, a cegonha vai trazer o neném.” Todo mundo ficava do lado de fora, esperando a cegonha chegar para trazer. E a gente não via nada, daqui a pouco ouvia uma criança chorando dentro de casa. A gente ficava: “Mas por que a gente não viu ninguém chegar? Cadê o neném?” Eu nasci de parteira. Eu, minhas irmãs, todas nascemos de parteiras. Nascia de parteira. Aqui, eu conheci umas duas ou três só, mas eu acredito que deveria ter mais (**Praia da Gorda**).

A gente tem que cuidar um do outro. Tem muita gente que saiu daqui, mas que voltou. Muitos não têm a raiz que nós tivemos igual, são mais novos. Tinha uma mulher chamada Belica aqui, que ela era parteira. O pessoal ganhava neném, ela que fazia o parto, em casa mesmo. Depois começou a crescer, aí veio os hospitais, os médicos. Agora, a gente não houve mais falar em parteira. Aqui não tem mais, morreu, né. Os filhos não prosseguiram sendo. Não aprenderam, porque muitos diziam que era cafona. Não era cafona. Nada disso! A realidade era diferente do que é hoje. Não tem como apontar (**Mirante do Boi**).

A quase ausência de instituições públicas de saúde na região, parece estar na origem do alto índice de mortes precoces, como mencionado no trecho, a seguir. Por essa razão, as micropolíticas comunitárias de cuidado desempenharam, no passado, um importante papel no sentido de se buscar construir “soluções artesanais” e coletivas, de base local, para a manutenção da vida nos territórios, frente aos desafios cotidianos.

Minha mãe teve 13, mas éramos nove. Ela perdeu um bebezinho na época. Não tinha carro e tinha que ir até Arraial do Cabo para levar um bebê doente. Eu tenho dois irmãos que tiveram meningite. Paralisia infantil. Naquela época, morria muito. Morria de tuberculose. Minha mãe tinha que andar, com filho doente debaixo do braço, até Arraial do Cabo. Depois veio um ônibus que chegava um certo horário não tinha mais. Você tinha que pedir um carro de praça. Uns antigos que iam lá. Era uma época muito sacrificada, mas maravilhosa. Hoje a gente tem tudo na mão, mas não é igual (**Praia da Ferradura**).

O lazer, quando reconhecido em conexão com as demais dimensões da existência, incluindo a saúde, pode inspirar práticas de cuidado integral conectadas à outras perspectivas de mundo, para além daquela perspectiva da medicina institucional ocidentalizada expressa, sobretudo, pelos hospitais. Essa afirmação ganha maior relevância quando se analisa o depoimento, a seguir, sobre o papel das curandeiras e rezadeiras nas comunidades locais.

Era uma curandeira. Ela (*refere-se à mãe*) rezava todas as coisas que você possa imaginar. Se alguém tinha dificuldade, na minha casa, era tipo um hospitalzinho. O pescador vivia muito engasgado com espinha. Espinha na garganta. E ia aonde? Ia lá em casa para minha mãe tirar. E minha mãe tirava. E fazia oração e come isso, come massa de pão e faz não sei o que. E tirava. Curar as plantas dos vizinhos, as plantas que ficavam morrendo, era o hospital da dona Chica também. Levava lá para casa, para minha mãe resgatar as plantas. Quando estavam bonitas, levava de volta. As crianças, a criança toda, recém-nascido, é hepatite, doença virado, tomado da lua, não sei o quê, todas essas questões que era o nome da época. Acho que nem usa mais isso. Leva para onde? Para dona Chica rezar. Minha mãe rezava tudo isso, aí rezava também machucado. Torcia, quebrava, aí tinha uma oração que chamava...como é que é...esqueci o nome da oração, agora. Era um bolinho de algodão, uma linha e uma agulha, rezando e costurando aquele algodão ali, aí ela fazia uma pergunta para a pessoa que estava doente, a pessoa respondia: “assim mesmo eu coso”. A resposta era: “assim mesmo eu coso”. E aí, a pessoa continuava e ficava boa. E feridas que não sanavam de jeito nenhum. Ela banhava com o pinhão roxo, com o não sei o quê, e curava. Então, minha mãe ajudava muita gente, muita gente. Era uma curandeira, mesmo. Minha mãe era muito procurada para isso (**Furna das Mulheres**).

Os ritos que envolvem o cuidado e a crença em outros modos de cura, incluindo aqueles baseados em elementos das naturezas, como as próprias ervas medicinais, emergem nas narrativas como importantes caminhos nesse sentido.

A imbetiba tem uma história muito interessante, falando da tradição. A gente chama barca. A imbetiba, nós cabistas<sup>68</sup>, chamamos de barca. Aquela madeira que saía da barca, era uma madeira que curava algumas doenças. E todo mundo ia tirando um pedacinho da barca e fazendo os chás. Mas chegou uma época que acabou o pau, a madeira lá da barca acabou. Não tinha mais. E chegaram lá na casa da família lá: “fulano, você não tem aí um pedaço do pau da barca? Estamos precisando, porque fulano está doente”. A pessoa ficou muito sentida, querendo ajudar: “vou ver o que eu tenho aqui”. Mas ele não tinha mais o pau da barca. Mas, mesmo assim, ele foi no quintal, arranjou uma madeira velha lá e disse assim: “olha, só tenho esse pedaço aqui”. E a pessoa levou, fez o chá e depois veio dizer que a pessoa estava bem, estava curada, não sei o quê. Ele só lembra de ter dito assim: “mais vale a fé do que o pau da barca”, porque não tinha mais o pau da barca para fazer o chá. Não sei que madeira era. E essas eram histórias que eram contadas dos nossos avôs para os nossos pais e hoje eu ainda conto (**Furna das Mulheres**).

<sup>68</sup> Cabista é como os nativos chamam quem nasce em Arraial do Cabo.

O lazer, sob o olhar comunitário, ao permitir a inversão da perspectiva analítica de mundo, possibilita a revalorização de práticas anteriormente interpretadas como antíteses ao trabalho e consideradas como improdutivas e periféricas pela lógica do pensamento ocidental dominante, sob outra ótica. Assim, com base em uma perspectiva integrada entre as diversas dimensões cotidianas, observa-se, também, as relações entre morte e lazer na narrativa a seguir, quando se menciona serem os enterros, os momentos nos quais a juventude aproveitava para se banhar no mar coletivamente. Isso porque, em geral, como o mar era entendido em seu mistério, muitas famílias não permitiam aos mais jovens acessarem o mar livremente, mas nessas ocasiões havia a crença de que era importante higienizar as roupas após o ritual do enterro, antes de retornar à casa.

Moramos na beira da praia e os nossos pais não deixavam a gente ir para a praia. Morria alguém aqui, a gente ia acompanhando o enterro. A gente aproveitava essa hora, porque não podia entrar dentro de casa com aquela roupa, porque as mães da gente não deixavam. Aí a gente aproveitava, tomava banho logo de roupa e tudo para lavar logo a roupa antes de chegar em casa. E a gente tomava banho de roupa e tudo, caía vestido na praia, mas era gostoso, era um tempo muito gostoso. Todo mundo era amigo, todo mundo se conhecia (**Praia da Gorda**).

Ainda com relação aos rituais de enterro, diferentes narrativas sinalizam para as crenças no transcendental, o que se reflete, ainda, nas denominações dos pontos culturais locais, como exposto, a seguir, sobre a “Pedra do Caixão”.

Tem um cemitério depois da Praia de Armação. Quando traziam os corpos da Rasa, eles vinham caminhando e cansavam, aí apoiavam o caixão em uma pedra para descansar. Essa pedra ficou mal-assombrada. A Pedra do Caixão. Querem até colocar essa pedra no museu que vão fazer da cultura local (**Poço do Amor**).

E tinha uma trilha, porque eles vinham lá da Tartaruga para cá, para ir para a igreja, porque minha avó é pentecostal, mas, antes disso, ela foi católica. E diz que aí, minha filha, os caixões de gente morta, deixava ali na trilha. Minha avó contava isso. Caixão de defunto mesmo. Era muito matagal, muita mata. Então, os espíritos ficavam ali (**Praia dos Ossos**).

O lazer parece ainda estar associado às práticas desenvolvidas com base no sentido de indissociabilidade entre as culturas e as naturezas, estas consideradas como sagradas e vitais. Nesse sentido, certos lugares possuem significado devocional e ancestral, sendo respeitados pelas comunidades locais.

A narrativa, a seguir, ilustra a reverência à história dos povos nativos, ao mencionar uma caverna na floresta, onde foram encontradas ossadas indígenas (sambaquis), com base na compreensão de que não se pode ali mexer e extrair esses registros. Assim, percebe-se a

construção de pactos locais, com relação às normas comunitárias elaboradas de acordo com uma ética da vida no coletivo, de manejo do território para a conservação das naturezas e a salvaguarda cultural, que não necessariamente está associada ao conjunto formal de normativas legais.

Ali no alto dessa praia, tem uma caverna. Tem uma história muito boa do meu irmão. Ele tinha um amigo que o apelido dele era Aica, então Aica passou e chamou ele para pescar. Quando eles chegaram, tinha tido uma queimada que depois ele veio a saber que o outro amigo teria passado ali e teria colocado fogo para abrir passagem. Nessa que eles colocaram fogo, abriu uma clareira e apareceu uma caverna no meio do mato. E ele e o Aica resolveram ir lá ver o que acontecia, o que tinha lá por dentro. Chegando lá, eles encontraram dois esqueletos, deitadinhos, lado a lado, tudo certinho ali. Supostamente, e a gente imagina que sim, eram índios dentro da caverna, porque era uma região que tinha sambaquis e tal, tudo muito bem. E conversa vai, conversa vem, cada um foi para um canto e tal, desceram e foram embora pescar. Só que o meu irmão, chegou em casa, não falou nada para minha mãe, mas levou no bolso dois dentes de um dos esqueletos. Foi lá e pegou, botou no bolso para levar. Ele tomou banho e tal, jantou e foi dormir. Disse ele que não conseguiu pregar os olhos. Uma índia aparecia para ele o tempo inteiro, quando ele fechava o olho. Ela aparecia com uma flecha e espetava ele nas costelas, ele acordava. E foi assim a noite inteira. Quando ele acordou, tipo umas cinco horas da manhã, minha mãe perguntou o que houve. “Ah, mamãe, aconteceu isso e aquilo...” “Menino, que coisa horrível que você fez!” Mesmo com 30 anos, naquela época, não tinha o que a mãe dissesse que não respeitasse. “Você vai já, agora, vai lá devolver esse negócio no lugar. Isso não nos pertence. Por que você foi fazer um negócio desse, mexer no que está quieto? Bem-feito que não te deixou dormir!” Deu aquele sabão grande, né. Ele tomou o cafezinho dele e seguiu, colocou os dentinhos lá e veio embora. No dia seguinte, encontrou o amigo que estava seguindo para lá também. “Está indo aonde?” “Estou indo lá em cima”. Ele: “Mas vai fazer o quê?” “Rapaz, eu vou lá. Tomei uma bronca do meu pai agora. Eu peguei dois dentes lá e não dormi a noite passada inteira. Tem um índio que me espetou a noite inteira. Eu estou com as costelas que não aguento. Parece que era real. E meu pai me deu a maior bronca, então eu vou devolver os dentes lá do esqueleto, porque eu acho que é o índio mesmo, que acabou comigo a noite inteira, não me deixou dormir” (**Furna das Mulheres**).

Além das histórias orais que orientam o manejo do território, assim como a construção das normas comunitárias de uso e ocupação local, a produção de narrativas em comum integra a memória coletiva e permite transmitir saberes que fornecem sentido às práticas culturais cotidianas. Muitas dessas narrativas são reproduzidas entre gerações e podem ser consideradas como partes integrantes do lazer, sob uma perspectiva comunitária, tendo em vista que são histórias descontraídas sobre os acontecimentos regionais, envolvendo a pesca e o mar, conforme exemplo, a seguir.

Tinha um cara que contava uma história de pescador. Contava, assim, que ele pescou uma vez uma Garoupa, aí quando ele abriu a barriga da Garoupa, tinha uma faca, tinha uma colher e tinha um prato. Você acredita nisso? Eu acredito. Ele morreu agora, há pouco tempo (**Praia dos Ossos**).

Também se identifica, nas narrativas, o compartilhamento intergeracional de memórias que marcaram as comunidades locais sobre, por exemplo, a pesca e a coleta de mariscos na região, por meio das histórias orais que envolvem, ainda, grandes tragédias no mar. Esses traumas coletivos são lembrados em diferentes narrativas, como parte das vivências locais, constitutivas dos “sujeitos coletivos”, conforme trecho, a seguir.

Teve uma vez, há 20 anos atrás, que ela foi com a mãe do Chita pescar. Estava tudo bem lá na pesca, de repente veio uma chuva e vento, derrubou elas duas. Só que a outra, se despedaçou na pedra, caiu e sumiu. Apareceu a perna dela lá na Rasa. Sumiu. Minha mãe foi jogada dentro de uma rocha de pedra. E minha mãe ficou ali agarrada. As duas pernas seguraram, foi o que salvou minha mãe. De noite, os homens lá da pesca, que estavam em botes, vieram e pegaram minha mãe. Botou minha mãe em um barquinho e levou minha mãe para a Praia do Centro, pela água aberta. Foi quando veio a notícia de que ela tinha morrido e minha mãe tinha se salvado. Na época que ela caiu, ela ficou 15 dias no mar. Quando ela voltou que ela ficou sabendo que a colega morreu. Minha mãe correu, deixou tudo para atrás. Ela não. Ela foi salvar os peixes, então foi por isso que ela foi. O cesto, os peixes...foi tudo. Minha mãe parou de pescar desde esse dia. Ela não pescou mais. Ela já estava com uns 60 e poucos anos (**Praia da Ferradura**).

Outras memórias coletivas mais alegres estão ainda relacionadas às filosofias comunitárias que proporcionam sentido de coesão ao grupo e fundamentam as práticas de lazer associadas à pesca, à salga de peixes e à coleta de mariscos, cujos ensinamentos ancestrais ocorrem desde jovens pelos anciãos.

A minha família vem de pescadores. Eu sempre peguei muito marisco na companhia da minha avó. Fui muito, pequenininha, atrás dela. A gente pegava marisco...pescava para consumo mesmo da família. Eu lembro, quando eu nasci, que minha mãe me deixou com minha avó, eu já acompanhava ela nas pedras para pescar. Pegar mariscos, ostras, guaiamum também ali na Fazenda Campos Novos, ali em Baía Formosa, a gente pescava em um pesqueirozinho que tem. Do lado da Praia do Kalunga. É Pesqueiro Caravelas. Uma prainha que não é conhecida. O acesso é restrito à caminhada, não tem como ir de carro. No máximo, de moto. É trilha para chegar até essa praia. A gente morou muitos anos em uma fazenda, a Fazenda Caravelas, e ali a gente pescava. Minha família está na pesca há muitos anos (**Praia da Azeda e Azedinha**).

Nós sempre gostamos dessa coisa de salgar o peixe, porque, antigamente, tinham peixes que hoje tem valor e antes não tinha tanto valor no mercado. Ninguém comprava um Bagre, uma raia. Ninguém comprava esse tipo de peixe. Compravam peixes nobres. Tainhas, Enchovas, Dourados...os outros não tinham valor, aí a gente salgava mesmo, para uso de casa (**Praia da Azeda e Azedinha**).



A **Figura 34**, a seguir, ilustra a presença das mulheres na prática e na transmissão às gerações mais jovens de saberes sobre a pesca e a coleta de mariscos.

**Figura 34:** Registro fotográfico da presença das mulheres na pesca.



**Fonte:** A autora (2022).

Por um longo período, a transmissão oral dos saberes entre gerações foi a principal forma de garantir a circulação dos ensinamentos comunitários, tendo em vista que o isolamento territorial gerou uma precariedade no acesso às instituições de educação na região. Por essa razão, muitos eram analfabetos, como descrito nas narrativas, a seguir. Mas, no geral, os anciões das comunidades estiveram à frente da condução dessas práticas nos territórios. Posteriormente, as mulheres se revezaram para levar os mais jovens para as escolas em municípios próximos, como Cabo Frio, o que ilustra algumas das estratégias no coletivo.

Fomos crescendo nessa educação, as vezes muitos eram analfabetos, outros começavam a estudar e iam até a segunda série. Quando aprendiam a fazer o nome, já saíam da escola (**Mirante do Boi**).

Foi fazer a primeira série até a quarta em Cabo Frio, para ter um começo bom, né. Todo dia nós levamos essas crianças na escola. Poxa! Arrumamos um grupo de mulheres, cinco, aí uma levava, uma ia buscar. Aí quando a gente tinha alguma coisa em Cabo Frio para fazer, aí a gente ficava esperando para

pegar eles, sabe? Aí fazia assim. Estrada de chão, horrível para chegar lá. O dia que chovia, as crianças chegavam 13h30 em Cabo Frio. Saía daqui 11h e chegava 13h30, mas a mulher deixava a gente entrar, porque ela sabia que era daqui de Búzios. Ela sabia que as estradas eram ruins. As crianças passou um bocado. Passamos. Mas era muita luta, tá? (**Praia do Canto**).

O fato de as comunidades locais terem passado um longo período sem acesso à luz elétrica, apenas utilizando lamparinas alimentadas por querosene, parece ter possibilitado a construção de um outro modo de convivialidade, como mencionado a seguir, quando se afirma que a luz já não fazia diferença, pois a narradora “conhecia as pessoas no escuro”.

Não tinha luz, a gente acendia a lamparina e o nariz ficava tudo preto do resíduo da fumaça da lamparina. Depois de muito tempo, depois de muito tempo mesmo, é que começaram a fazer uns buracos para colocar poste. Primeiramente, veio um gerador, que gerava até meio noite, depois era só lamparina. Depois, com o tempo, que foi vir a luz. Demorou bastante, a gente no escuro (**Praia dos Ossos**).

Na época, não tinha luz meia noite. A luz para a gente não fazia diferença. Ia até meia noite, quando tinha o homem que trabalhava no negócio da Usina, no negócio de ligar o motor. Meia noite ele passava com o lampião e vinha ali na Rua da Usina e ligava, mas quando desligava não fazia diferença, porque a gente ficava tão acostumado sem luz que a gente já reconhecia as pessoas no escuro. Conhecia as pessoas no escuro. Já sabia quem era (**Ponta do Pai Vitória**).

Posteriormente, no caso de Armação dos Búzios foi implementada uma usina que fornecia luz entre as 17h e meia noite. Esse parece ter sido um marco histórico na região, tendo em vista que os movimentos de ligar e desligar a usina eram considerados eventos comunitários no cotidiano local. Além disso, após o apagar das luzes, muitas das histórias mágicas, como a aparição dos seres encantados, emergiam associadas ao sentido de lazer.

Armaram uma Usina aqui na Estrada da Usina e chamaram meu pai para trabalhar. Então, ele ia, né. Ia das 17h, ligava o motor, e meia noite apagava o motor. A gente sempre ia para lá com ele, porque, para voltar para casa, ele já tinha idade. Eu, minha mãe, tinha dia que era meu irmão. Então isso foi uma atração. A luz apagava a meia noite e aí todo mundo sabia. Ele dava o sinal: um, dois, três, aí o pessoal já sabia. É para apagar a luz. Quando apagava, pronto, ficava um breu, muito escuro. “Papai já está chegando”. Via muitas coisas de madrugada, sabe? Boi Tatá, aquela luz muito grande (**Poço do Tatu**).

Ligava 17h da tarde e quando era meia noite, desligava. A gente tinha que estar com lampião, lamparina, querosene, tudo preparado. Vidro limpo de lampião, tudo bonitinho. Aqueles lampiões que tinham aquelas camisas, sabe? Umas camisas, assim, que acendiam, sabe? Desses lampião que meu pai tinha e acendia direto. Botava a gente para limpar aqueles vidros, todo dia, de manhã cedo aquilo. E acendia esse lampião, tudo meia noite já estava. Claro, meia

noite, a gente já estava dormindo, mas sempre tinha um acordado ainda, aí ficava um lampiãozinho pequeno ou lamparina (**Praia do Canto**).

A chegada do serviço de abastecimento de água na região na década de 1970<sup>69</sup> é lembrada, também, como um momento de “festa” coletiva pelas comunidades locais.

Depois, quando botaram a água aqui na rua, a Prolagos<sup>70</sup>, foi uma festa nessa praça, quando inaugurou. Tinha uma senhora que foi até professora na nossa infância. Quando abriu o registro, ela caiu debaixo d’água, ela fez uma festa. Se molhou toda (**Praia do Canto**).

Muitas das histórias locais relembram também naufrágios marítimos, e quedas de helicópteros e aeronaves na região. Em um contexto de grande isolamento territorial, essas memórias são fortes registros dos primeiros contatos das comunidades locais com situações que ainda não se tinha acesso. Por essa razão, esse material foi utilizado pela população local, com diferentes objetivos, como mencionado nos fragmentos abaixo, sobre os pedaços de tecido que passaram a ser utilizados pelos pescadores. Todos esses episódios narrados podem ser considerados como parte de uma narrativa comum comunitária, construída historicamente e que, atualmente, são expressões da cultura contadas aos mais jovens, também, como prática de lazer.

Nos anos de 1945, teve o dirigível que caiu lá na Ilha do Farol, no período da Guerra. Você já ouvir falar nisso? A gente teve um dirigível, um balão daquele dirigível, que caiu lá na ilha. Caiu, aquele tecido foi utilizado pelos pescadores, foi feito material de pesca, porque é um material muito impermeável, então virou roupa de trabalho para o pescador. Foram fabricadas essas coisas todas. Tem gente que até hoje tem ferramenta do dirigível lá. Tem grandes histórias. Arraial, acho que tem a maior quantidade de naufrágios com história (**Furna das Mulheres**).

Uma vez, há muitos anos atrás, eu era adolescente, aí caiu um helicóptero na Praia do Forno. Naquela época, só tinha uma trilha. Eu estava na varanda de uma amiga minha, na Rua das Pedras, daqui a pouco aquele negócio voando baixinho, aquele motor diferente, sabe? Um barulhão! Menina, daqui a pouco parecia uma bomba que tinha explodido lá no mato. Caiu aquele helicóptero. Quando chegou de manhã foi todo mundo lá. Chegou lá, dois caras mortos. Na posição que eles caíram, eles ficaram. Tadinhos, tristeza, né. Acho que eram do Rio. Aí vieram tirar, né. O povo foi lá, pegou...lá em casa, me lembro que minha mãe pegou bem uma calha daquela para colocar água na cisterna. Estou mentindo não, é verdade. Por Deus! Minha mãe lá em casa, tinha essa calha. Eu conto nas caixas essa história, aí o pessoal fica achando que...quem é da época sabe que é verdade, mas quem não é acha que é mentira (**Praia dos Ossos**).

<sup>69</sup> Acredita-se que volta de 1975.

<sup>70</sup> Nome da empresa que fornece água para a região.

Entre as memórias compartilhadas sobre os naufrágios marítimos na região, as quais reforçam a atribuição dos sentidos de mistério e curiosidade ao mar, podem ser mencionadas aquelas referentes ao processo de colonização, com a chegada de embarcações estrangeiras, como descrito pela narrativa, a seguir, sobre um dos grandes naufrágios históricos. Esses marcos vão dando novos contornos para as práticas culturais da região que começam a ser atravessadas pelas influências externas.

Então tem os outros naufrágios. Tem um dos naufrágios mais ricos da história desse Brasil que está em Arraial, que é o Thetis. Um inglês que coletava impostos no Brasil para a coroa inglesa na saída aqui, de volta à Portugal. Ele levava 800 mil dólares em moedas de ouro, não sei quanto em moedas de prata, além da sua carga e além do que levava cada uma das pessoas por trás dos panos, sem declaração, vamos dizer assim. Ele naufragou exatamente ali, fora na ilha. No lugar que chama hoje Saco dos Ingleses, exatamente por conta do naufrágio. E ali, os ingleses ficaram aproximadamente dois anos recuperando a carga, tirando do fundo do mar. Tamanho era a vontade deles de tirarem a carga dali que eles formaram uma vila de moradores lá na Ilha do Farol. Tinha uma vila de moradores lá (**Furna das Mulheres**).

A partir das influências externas ao território, com a chegada dos grupos “de fora”, pode-se relacionar a prática do lazer à resistência coletiva das comunidades às tentativas reiteradas de controle social pelos militares, como no caso narrado, a seguir. O profundo conhecimento do território, e a relação intrínseca com o mar e a restinga, permitiu que as comunidades locais conseguissem resistir, historicamente, às relações de coerção e opressão, inventando vias alternativas para continuar se apropriando dos materiais que chegavam pelo mar e que fortaleciam os modos de vida locais, como os cabos de navio, com os quais os pescadores produziam tarrafas.

Eu imagino que fosse algum acidente no mar, alguma ressaca forte e pegava os barcos. Eles para se safar, de repente, jogavam as cargas no mar. Imagino eu. Assim, eu não cheguei a ver, mas foi da época da minha mãe, e meus irmãos contavam muito, grandes latões. Esses latões de 200 litros de gasolina, de querosene e de óleo. Inclusive, isso aí, tem um período que tem uma história em Arraial, porque o exército, as forças armadas, queriam resgatar tudo isso, mas era uma coisa de muito valor para os nativos que não tinham nada. Imagina o valor de 200 litros de querosene para manter as nossas lamparinas, os nossos fogareiros. Imagina, o quanto seria. Era ouro! Então tem muitas histórias a respeito disso. E minha mãe contava que eles conseguiram, com muito custo, enterrar um galão desse na restinga. E iam trazendo aos poucos para casa. O que acontecia? As mulheres iam para a cacimba para pegar água. Então elas pegavam e enchiam as latas de querosene e botava na rodilha. Rodilha é aquele pano que botavam na cabeça, para botar lata em cima. Chama rodilha. E meu irmão trazia uma vasilhazinha cheia de água, porque, normalmente, os militares, os soldados, pediam água para provar se era realmente. Se eles estavam mesmo levando água. Então eles serviam água do

potinho, do balde que estava na mão. E assim eles foram levando. Tenho isso como verdade absoluta, porque até os anos...minha mãe desencarnou em 1988. Até 1988, nós tínhamos, em nossa casa (**Furna das Mulheres**).

Aparecia, assim, cabos, centenas de metros de cabos, aquele cabo grosso de navio. Eles destorciam aquilo, porque era um náilon bom e acaba fazendo tarrafa, faziam coisas assim. Madeira com pinho de riga. Eram tábuas e tábuas de madeiras de pinho de riga que iam aparecendo pela praia e sendo recolhido. Então, sempre depois de uma ressaca, ficava todo mundo de olho, para ver o que ia aparecer. Era rotina (**Furna das Mulheres**).

Um fato interessante para a compreensão da constituição dos “sujeitos coletivos” na região é o próprio sentido de conexão e complementaridade entre territórios que, posteriormente, foram divididos em municipalidades distintas. As atividades tradicionais relacionadas à pesca, à coleta de mariscos e à extração de sal, além das próprias crenças e contos místicos, parecem ser compartilhadas para além das fronteiras municipais, conforme descrito nos fragmentos a seguir. Esse aspecto é interessante para que se possa pensar em significados para o lazer regional.

O quilombo tem 250 famílias, mas aquilo era tudo junto. Hoje, por exemplo, Cabo Frio é de um lado da rua e São Pedro da Aldeia do outro (**Serra de Sapiatiba**).

A gente escalava ele (*refere-se ao pescado*) abrindo pela cabeça, assim nas costas, aí abria e colocava sal. Pegava sal lá na salina de Cabo Frio. Tem muitas pessoas, vizinhos nossos que saíam a pé para Arraial do Cabo para trabalhar em salina e só voltavam à noitinha. Muitos trabalharam assim que abriu a salina. Muitos daqui. Trabalhavam lá e traziam o sal para salgar o peixe de Cabo Frio e Arraial. Os que tinham cavalo, as vezes iam de cavalo, mas os que não tinham iam a pé (**Praia da Azeda e Azedinha**).

Com base nas memórias, narrativas e crenças que constituem a identidade coletiva da região, atravessada por um forte sentido de pertencimento ao comum que parece prover de significados as práticas culturais locais de lazer, se debate, a seguir, os desdobramentos do processo com o avanço do sistema capitalista na região, com um forte apelo ao sentido de “progresso”.

## 5.2 NARRATIVAS SILENCIADAS PELO “PROGRESSO”

Grande parte das comunidades locais parece associar os sentidos de lazer aos modos de vida no passado, quando havia um grande isolamento territorial da região. Isso porque, o encontro com “o Outro”, vindo de fora, parece ter sido traumático em várias fases históricas, principalmente devido à transformação dos vínculos de confiança e convivialidade comunitária,

para uma introdução progressiva, nessa dinâmica, das relações de coerção e opressão social entre os “de fora” e os nativos.

Nesse sentido, um primeiro marco histórico foi a chegada dos colonizadores estrangeiros à região, traficando afro-brasileiros para executar o trabalho forçado. A produção de narrativas sobre esse período é carregada de afeto e emoção, tendo em vista o desafio da sobrevivência, após a “libertação” dos povos ex-escravizados que não tinham onde se refugiar e que precisavam garantir a sua segurança alimentar. Sobre esse aspecto, o encontro entre os povos indígenas e afro-brasileiros foi ressaltado como uma via fundamental, à época, para o aprendizado da pesca e do cultivo nas lavouras, conforme fragmento, a seguir.

Em Rasa, a gente tem um outro processo histórico, diferente, porque a população é negra. A gente vem de origem africana, afro-brasileira, de um período da escravidão. De pessoas que já se refugiavam ali, que conseguiram fugir do cativo, que se refugiavam naquelas matas, porque a Rasa era mata e, posteriormente, após a abolição, os ex-escravizados, os libertos, vão para Rasa, Caveira, Botafogo, Campos Novos. Se espalham pela região. E aí, a gente tem na Rasa esse processo. Antes a gente vivia...era difícil, se você conversar com os mais antigos, eles não gostam de falar do passado, porque foi um passado de dor. Eles falam da parte boa, que era à beira mar, que saíam para pescar, contam as histórias da pesca, mas se não fosse a pesca, se não fosse nossa primeira experiência com os indígenas que viviam ali do mangue, muita gente não teria conseguido chegar aos seus 90 anos de idade, formar as gerações. Talvez eu não estaria aqui contando essa história, porque o meu antepassado não teria sobrevivido, porque foram dias de horrores. Sai da abolição vai para onde? Não tem casa, vão ficar ao relento, na mata, né. Eu não gosto nem muito de falar, porque até eu sinto vontade de chorar quando falo disso (**Mangue de Pedras**).

A partir desse marco histórico, foram formadas diversas comunidades quilombolas espalhadas pelo território que corresponde à Região Turística da Costa do Sol, das quais, 11 resistiram e permanecem, na atualidade, como “esferas de resistências sociais”.

Como desdobramento do processo de colonização na região, pensando o lazer, os colaboradores da pesquisa narram a segregação racial nos bailes, por meio da separação entre o “baile do preto” e o “baile do branco”. Contudo, uma das narrativas enfatiza o grande potencial subversivo local, com relação à ordem hierárquica racial imposta, ao mencionar que ela mesma não seguia as regras e participava do “baile dos brancos”, apesar de se considerar negra. Também aborda as conexões entre o prazer de ir aos bailes e o trabalho de coleta conjunta dos feixes de lenha, no cotidiano. Uma vez mais, a dimensão do coletivo emerge como um pilar de sustentação das práticas culturais locais, tanto de lazer quanto de trabalho.

E o baile do preto e do branco, né? Tinham dois bailes, dois locais, do lado um do outro. Quem era branca, ficava no branco. Quem era preto, ficava no preto, mas a gente entrava no branco, aí eles não deixavam. Eles não queriam deixar a gente entrar lá. Eu falava: “o que? O senhor não vai deixar? Nós vamos entrar”. Entrava, dançava até de manhã. Mamãe dizia: “agora, nós vamos embora”. Ia tudo com sapato na mão. Vinha lá da Rasa a pé até aqui. Eu sei, minha filha, que era muito bom. A gente vinha a pé, vinha no maior papo, chegava em casa, o pessoal que estava no meio da gente dizia: “Olha, vai tirar a roupa e vamos para o mato fazer lenha”. Com um sono, depois de passar a noite dançando, a gente ia para o mato fazer lenha (**Poço da Bomba**).

O encontro entre os colonizadores estrangeiros, os povos indígenas e afro-brasileiros que passaram a conviver na região, se desdobrou em diferentes vivências. No trecho, a seguir, uma das colaboradoras da pesquisa destaca que sua família se constituiu a partir do encontro entre povos portugueses e afro-brasileiros. No entanto, enquanto houve rejeição da parte de seu pai português, por ser filha de uma negra, considera que de sua convivência com o avô português, foram aprendidas importantes lições, como o incentivo à leitura e à apreciação da poesia.

O que meu avô trouxe para a gente foi amor, foi paixão, literatura. Então, essa é a herança portuguesa que eu tenho. Não é a herança portuguesa do meu pai, porque por eles nós fomos rejeitados. Nós fomos rejeitados por sermos filhos de uma negra. E o meu avô nos amou por nós sermos filhos de uma negra, fruto de uma paixão dele. Então, o português...a gente fala, não tem que falar mal de todo português. A gente tem isso. E foi graças a esse incentivo de leitura que nós não passamos as piores mazelas quando eles foram expulsos do Una. Meu avô, graças ao estudo dele, ele conseguiu emprego (**Mangue de Pedras**).

Outra influência do processo de colonização na região parece ter se refletido nas disputas entre as comunidades locais, na construção de “bairrismos”, com conflitos e rixas. Esse fato se manifestou, também, nas práticas do lazer, sobretudo em jogos, como de futebol, conforme descrito, a seguir.

Os negros são da Prainha, onde dizem que existia um quilombo. Os brancos eram ali na Praia dos Anjos. Até tem a cultura em Arraial que eram chamados de “xaréu” o pessoal da Praia Grande, o “beijo rachado” da Praia dos Anjos, porque eles estão em frente ao vento leste forte e o sol muito quente. Então, é comum, como eles são muito brancos, de origem de holandeses e espanhóis, aquela mistura ali, porque era o porto, né. Então é comum eles ficarem com os lábios muito feridos, em função disso, em função da pesca. Então tem essas coisas. Sempre existiu as rixas entre os bairros. Tem uma história bastante interessante, onde está o estádio municipal hoje, não sei se você já passou por lá. Sabe onde é? Ali, sempre foi um campo de futebol. Ele fica, assim, como se fosse na divisão entre Praia Grande e Praia dos Anjos. Então, a Praia dos Anjos tinha um time de futebol que se chamava “Apolo” e a Praia Grande “Tupi e Guarani”. Quando esses dois times saíam para jogar no estádio, já saía com o porrete na mão, porque ganhasse ou perdesse, a porrada comia no final

do jogo. Saía no pau mesmo. Podia ganhar ou podia perder que alguém saía no pau (**Furna das Mulheres**).

Como continuidade do processo de colonização, a colonialidade epistêmica e subjetiva é, também, evidenciada no trecho, a seguir, em que um dos depoimentos enfatiza um outro marco histórico, quando, após um longo período de isolamento territorial da região, a construção da ponte Rio-Niterói favoreceu os deslocamentos de ocupação na direção do interior do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foi iniciado um “boom” turístico, com os fluxos massivos de visitantes, principalmente, nas altas temporadas, e com o aumento das construções das casas de veraneio.

Nesse contexto, a colonialidade epistêmica pode ser percebida com a transformação dos nomes das brincadeiras, como no exemplo narrado sobre as “cafifas” que se tornaram “pipas”, pois se tinha a visão de que os visitantes da metrópole eram “superiores”, ou ainda, mais avançados e/ou sofisticados, estabelecendo-se então uma relação de poder e subordinação, também, entre a sociedade urbana e de áreas com características mais rurais. Sobre essa questão, é interessante notar que nesse momento parece ter havido um sentimento de perda da “cultura verbal”, conforme ilustrado, a seguir.

O que a gente pode dizer é que, na verdade, o progresso chegou, mas chegou de uma forma muito ruim para a gente. Chegou devastador. Para a gente, ele chegou devastador. Na medida em que começaram a chegar...a primeira invasão que a gente teve foi por volta de 1970. Em 1974, a inauguração da ponte Rio-Niterói foi a grande invasão para a gente, do próprio turismo regional, do próprio Rio de Janeiro. Com a redução do espaço, que durava aí cinco horas, seis horas, para se chegar em Arraial...em Cabo Frio, com a ponte Rio-Niterói reduziu pela metade. Então foi o primeiro “boom” do turismo. Foi quando a gente começou a perder a nossa cultura, principalmente, a cultura verbal. Por exemplo, os nossos combros passaram a ser dunas, sabe? Os nossos lagamares passaram a ser lagoa. A nossa praia virou praia do “não sei o que”. Enfim, a nossa cafifa virou pipa, e por aí vai. A gente foi perdendo. Por quê? A gente não dava conta. Eu, enquanto jovem, naquela época, não dava conta que eram apenas sinônimos, que a gente poderia permanecer usando e que eles que procurassem entender o que nós estávamos falando, para nos entender. E, não, nós mudamos, para entender o turista. Achar que éramos burros, não conhecíamos nada, que alguém estava trazendo algo de novo para a gente (**Furna das Mulheres**).

A transformação do vocabulário local, incluindo os nomes das brincadeiras, com a chegada dos “de fora” da região, pode ser notada também no fragmento, a seguir, em que são destacadas as “setas” que se tornaram “estilingues”, no encontro com “o Outro” da metrópole.

Eu gostava de emoção. Eu queria era soltar pipa, era jogar pião, jogar bola de gude, fazer estilingue que a gente chamava de seta, né. Para a gente, chamava de seta, muito mais tarde que a gente veio com essa coisa aí do estilingue,



porque é uma palavra que veio de fora, assim como tantas outras que fez com que a gente mudasse o nosso vocabulário. Então, eu gostava era disso (**Furna das Mulheres**).

A sensação de “roubo” da cultura, também está presente na fala, a seguir. A autora desse depoimento considera que a imposição do “progresso” foi violenta, a partir de uma noção de desenvolvimento que foi imposta às comunidades locais, sem respeitar seus saberes e práticas tradicionais. Isso porque, parece não ter ocorrido um diálogo de saberes, respeitando-se o legado cultural regional, mas uma transformação forçada do vocabulário e dos modos de vida locais.

Por que eu não continuei a falar que era a salga, escala, de peixe? Ah, não, é secagem de peixe. A gente foi perdendo a nossa cultura, né. A gente deixou perder. Nós fomos sendo realmente roubadas, tiradas, o nosso valor cultural. O que a gente tinha de mais bacana, era tudo isso. Ah, eu por exemplo, eu tinha muita dificuldade, por não estudar mais, em entender que aquilo era a cultura local, que eles é que tinham que estar aprendendo conosco e não nos tirando. Para mim, o progresso chegou de uma forma violenta. Ah, era para não ter chegado? Foi muito bom, o progresso é muito bom. Desde que não tire. Desde que não tire de cada um de nós, de cada um nativo, de cada um, o povo tradicional, a sua cultura, o seu legado. Isso permaneça. Então, especialmente isso foi tirado (**Furna das Mulheres**).

A mesma perspectiva que associa à “modernidade” uma postura de violência, pode ser notada, a seguir.

Não pesca mais, não vai mais catar lenha, o moderno está sufocando (**Praia do Kalunga**).

Além dos turistas que chegaram à região com a abertura da ponte Rio-Niterói, a visita de celebridades, inclusive internacionais, como o famoso caso da Brigitte Bardot em Armação dos Búzios, levou o município a se caracterizar, ainda na atualidade, como um dos principais destinos de fluxos internacionais no Brasil. Nos trechos, a seguir, fica evidente que as comunidades locais consideram que a partir do reconhecimento da cidade como destino turístico de alcance internacional, a violência, a corrupção, entre outros aspectos negativos do processo, passaram a marcar a realidade da região.

Começaram a vir os turistas para conhecer a cidade. A beira da praia não tinha nada, era só casa de pescador. Onde a Brigitte Bardot ficou, em frente à minha casa, ali era tudo casa de pescador. Ela descia na praia, quando via o repórter, saía correndo. Vê a foto dela que tem as crianças? A criançada tudo perto. A gente lavava peixe, ela estava ali sentada. Aí depois de Brigitte Bardot começou a crescer a cidade. Começou a crescer a fama de Brigitte Bardot, que era a mulher mais bonita, começou a crescer a cidade (**Mirante do Boi**).

Depois veio para cá...veio Brigitte Bardot. Eu estou junto com aquelas crianças que estão lá com a Brigitte Bardot na foto. Depois que veio a Brigitte Bardot, veio o progresso, veio a corrupção...aí foi uma porcaria. De um lado, foi bom, mas de outro lado, acabou (**Praia dos Ossos**).

A **Figura 35**, a seguir, ilustra, ainda, a utilização da imagem de personalidades famosas para a divulgação e comercialização dos destinos turísticos da região. No entanto, vale ressaltar que esse tipo de referência nada tem a ver com a cultura local, descaracterizando a realidade, na configuração de um “lazer simulacro”, com o intuito de se promover o consumo dos lugares turísticos e da cultura local.

**Figura 35:** Registro fotográfico da Rua das Pedras, em Armação dos Búzios, com referências às personalidades externas ao território.



**Fonte:** A autora (2022).

A movimentação da antiga vila de pescadores, com a chegada da mídia por helicópteros, é lembrada tanto pelos anciãos quanto pelas crianças que vivenciaram uma mudança brusca no cotidiano local.

Era um desespero, vinha repórter para pegar ela (*refere-se à Brigitte Bardot*) no quintal, entrava portão adentro. Ela gostava de ficar pelada na grama pegando sol, aí vinham os caras queriam entrar para pegar ela, tirar foto dela do jeito que ela estava, né. Era repórter, helicóptero, tudo por cima. A bichinha não tinha sossego, quando ela saía para fora um pouquinho, já tinha. Uma vez, meu pai quase perdeu o dedo, porque foi fechar o portão de pressa. Os caras, um monte de homem entrando, quando papai foi fechar o portão, a mão ficou agarrada, quase que perdeu o dedo. Aí eu ficava junto com ela, entrava nós tudo no quarto, ficava escondidinha lá. Quando parava barulho de helicóptero, não ouvia nada, ela saía para fora. Olha...tadinha! Ela tinha uns 30 anos, eu acho. Era bem bonitinha. Eu era pequenininha, tinha 10 anos (**Praia do Canto**).

A grande transformação na dinâmica local motivou, também, a chegada de novos produtos à região que até então eram desconhecidos. Esses passaram a intermediar a relação das comunidades locais com as naturezas, como narrado na história abaixo, sobre o irmão de uma caiçara que sonhava com o que poderia encontrar no fundo do mar. De acordo com a narradora, a partir da chegada de Brigitte Bardot, ele teve acesso à sua primeira máscara de mergulho e, depois disso, se tornou um grande mergulhador brasileiro.

Ele sonhava com o fundo do mar (*refere-se ao irmão*). O que será que tem no fundo do mar? Ele se sentava e ficava pensando, curioso: “o que tem no fundo do mar?”. Ainda criança e curioso. Ele trabalhava com meu pai e ficava sentado, pensando: “um dia eu vou descobrir o que tem no fundo do mar”. Ele cresceu e teve um dia que o irmão mais velho chegou dizendo: “gente, aconteceu alguma coisa aqui em Búzios. Todo mundo está dizendo que tem uma pessoa muito importante aqui em Búzios. Quem será?” Aquele alvoroço, porque era uma aldeia de pescador e tinha alguém de fora chegando. Era a Brigitte Bardot que chegava na cidade. Meu pai era caseiro da pessoa que trouxe a Brigitte Bardot. A gente morava ao lado. A Brigitte Bardot deu para ele a primeira máscara de mergulho. Com aquela máscara, ele começou a explorar o fundo do mar e ele descobriu o que tinha lá que ele sonhava tanto. Ele virou um grande mergulhador. Foi um grande, um grande. Tem mais ou menos uns 12 anos que ele faleceu. Pena que foi embora tão cedo (**Ilha do Caboclo**).

A **Figura 36**, a seguir, retrata uma estátua em homenagem à atriz francesa, em uma das principais vias turísticas do município de Armação dos Búzios, tornando-se um dos principais pontos de “lazer simulacro”, com base em narrativas “modernas” sobre a história local, para a atração de visitantes à região, o que, não raro, contribui para a invisibilização das culturas tradicionais.

**Figura 36:** Registro fotográfico da estátua em homenagem à Brigitte Bardot na Orla Bardot, em Armação dos Búzios.



**Fonte:** A autora (2022).

O foco dirigido às referências externas ao território, para a divulgação da região para fins turísticos, parece ter motivado, ainda, a busca pelo fortalecimento da identidade cultural coletiva local, como no trecho, a seguir, em que é mencionado o orgulho de ser caiçara, frente à revolução protagonizada pela visita de Brigitte Bardot à cidade.

E Brigitte Bardot foi, assim, uma revolução na cidade, na época, mas a gente muito antes de ter Brigitte Bardot já tinha Búzios, né. Um povo cativante, um povo caiçara. Bom, eu sou feliz em ser uma caiçara. Tenho orgulho (**Praia dos Ossos**).

Com a consolidação local como destino turístico balneário, sendo as praias, portanto, uma das grandes motivações para o deslocamento dos visitantes, as comunidades pesqueiras relatam que os atores exógenos, sobretudo os políticos da região e os investidores do setor privado, começaram, estrategicamente, a buscar esconder aspectos importantes da cultura local, como o próprio sangue do pescado que era visível nas praias. Nesse sentido, começaram a proibir as práticas de limpeza e escalação dos peixes nesses locais, como descrito pela

narradora, a seguir. Isso ocorria pela transferência das comunidades locais para áreas mais afastadas, para a criação das “bolhas” turísticas.

É, porque não deu mais para ficar na praia, entendeu? Quando Brigitte Bardot chegou, era muito peixe que dava, muito peixe, muito peixe mesmo. Era um montão. E aí, era muito sangue na praia, nas águas, porque lavava aqueles peixes, sabe? Acabava de escalar, lavava tudo ali na água. Nós, como éramos crianças menores, nós só lavávamos. Nossas mães que escalavam. Então tinha muito sangue na água, ficava aquela água vermelha, porque era o peixe Bonito, né. Então tinha muito sangue. Era muito sangue. Então começaram a reclamar, falar que não podia mais fazer aquilo. Meu pai, também não podia fazer mais salga de peixe, porque quando abria o tanque de peixe, aquela salmoura ia tudo para a água. Aquela salmoura do sal que saía do peixe, né. Para tirar e ressaltar, tirava aquela água que soltava, limpava e depois colocava mais peixe. Então tiraram meu pai de lá, botaram meu pai lá para cima, que agora é condomínio que fizeram, né. Ali para cima era a casa de farinha do meu pai e a casa de peixe que ele tentou fazer um tanque de peixe lá, mas que não deu certo, porque era muito longe da praia (**Praia de Armação**).

Contudo, uma outra voz local sinaliza para uma perspectiva de mundo diferente desta considerada moderna e economicista que estava sendo imposta à região, quando menciona que o sangue vermelho nas praias representava que a pesca havia sido bem-sucedida e, nesse sentido, era motivo de alegria para os nativos.

Você via todo o sangue na praia. Tudo vermelho. Quando você olha todo o sangue na praia, você tem uma visão de que foi boa a pesca. Você está feliz. Eu vejo que, depois que passou, atualmente, quando as pessoas veem esse sangue, elas já acham que é uma forma predatória. Mas hoje, predatório, a meu ver, é quando as pessoas têm outros trabalhos e outras fontes de renda. Naquela época, só existia a pesca. Então eu tenho a consciência super tranquila de que realmente eu ficava feliz, porque aquilo era o ganha pão deles. Não tinha outra renda garantida (**Ponta da Lagoinha**).

No entanto, vale ainda notar que esse contexto favoreceu a transição das comunidades locais das atividades tradicionais para a inserção na prestação de serviços para atender ao setor turístico. Dessa forma, as mulheres, por exemplo, passaram a utilizar os poços da região não apenas para lavar suas roupas, como antes, mas para os turistas, conforme narrado, a seguir. E, assim, foram se afastando da prática da pesca, da coleta de mariscos e do cultivo nas roças.

E ela (*refere-se à mãe*) gostava muito de pescar na pedra. Era marisco, era unha, ouriço. Até hoje eu gosto disso, de ouriço assado. Elas pegavam peixe, marisco, puxavam rede também. Tinham roça. Em João Fernandes, tinha roça que era delas. Elas não paravam em casa, não. Elas agitavam pra caramba.

Mãe ainda lavava roupa para fora depois que veio turista em 1970 (**Praia Brava**).

Assim, houve uma dispersão também no sentido do trabalho conjunto. Enquanto a pesca, entre outras atividades tradicionais, era praticada no coletivo, a lógica da propriedade privada inseriu os atores locais, cada um, em uma ocupação diferente nas segundas residências de celebridades e famílias de alto poder aquisitivo das metrópoles. Nesse sentido, os postos de trabalho passaram a ser individuais, como diaristas, cozinheiras, caseiros etc., conforme narrado abaixo.

Meu pai, também, além de ele ser pescador, ele era caseiro da casa que Brigitte Bardot ficou. Eu tinha 13 anos. Meu pai me botou lá, porque Brigitte Bardot sempre gostou muito de gato. Ela alugava os gatos das casas aqui. As crianças arrumavam uns gatos para ela alugar, para pegar dinheiro dela. Como a empregada não dava conta de arrumar a casa, meu pai me mandou para lá com 13 anos para eu fazer limpeza, porque os gatos faziam muita sujeira. Tinha a cozinheira também. Eu fui com 13 anos e comecei a trabalhar nessa casa e, desde então, nunca mais parei de trabalhar (**Praia de Armação**).

Outro aspecto importante é que as crianças, que antes brincavam no coletivo enquanto apoiavam os pais nas atividades de trabalho para a subsistência, também foram inseridas, ainda na juventude, na lógica do trabalho capitalista, conforme descrito nos trechos, a seguir. Em alguns casos, ainda jovens se ocupavam das funções domésticas de mais de uma casa de veraneio. Esse contexto passou a ocupar grande parte do tempo das comunidades locais, ocorrendo também a dissociação entre trabalho e lazer.

A nossa tradição é o que? Pesca. A gente pequena fazia, depois você vai crescendo a coisa vai mudando de história, porque quando criança, você estava junto numa praia, como você já ouviu falando aqui...lavava peixe. Era tudo família, nós aprendemos com os nossos pais a lavar peixe, a limpar, a trabalhar. Eu sempre trabalhei de caseira, trabalhei de arrumadeira. Aprendi a cozinhar, olhando e depois me tornei cozinheira na casa de turista, porque aqui é turista, por mês, aí a gente vinha, limpava a casa e voltava. Às vezes, pegada duas ou pegava uma só (**Mirante do Boi**).

Cozinhando. Eu, antes, já trabalhei para um, quando era mais novinha, quando tinha 15 para 17 anos, eu trabalhava para uma senhora antiga daqui que já faleceu também. E, depois quando eu saí desse trabalho, eu fui trabalhar para esse francês. Ele veio, alugou a casa que a Brigitte Bardot ficou, aí eu já comecei a trabalhar ali para ele, e trabalhei 38 anos. Eu trabalhei esse tempo todinho para ele. Hoje, ele tem eu como se fosse uma pessoa da família dele (**Praia do Canto**).

Uma questão importante, também, refere-se ao deslocamento diário de alguns atores locais que moravam em diferentes bairros, para trabalhar no centro, onde os investimentos em



construções de veraneio e comércio estavam sendo realizados, como exposto na narrativa, a seguir. Assim, enquanto anteriormente suas ocupações tradicionais eram praticadas próximas às suas casas, passou a ocorrer uma ruptura nessa dinâmica, também, com o convívio familiar cotidiano, tendo em vista o afastamento das atividades doméstica e de trabalho.

Todos sempre trabalharam. Saía da roça, lógico, é um serviço bem árduo, para trabalhar empregado nas coisas que estavam surgindo na época, nos anos 60 e 70. Então eles saíram para trabalhar no comércio, que ainda era pouco. O comércio, a maioria, eram os próprios donos que trabalhavam. Quando surgia uma sorveteria, um restaurante, aí abria porta de emprego. Começavam a trabalhar mais no centro e saíam de Baía Formosa (**Praia da Azeda e Azedinha**).

O depoimento, a seguir, ilustra a percepção sobre o investimento de capital estrangeiro em meios de hospedagem e serviços de alimentação para turistas, o que implica, sob uma perspectiva claramente colonial, o trabalho pesado das comunidades locais. Essa afirmação ganha maior relevância quando uma das vozes da pesquisa menciona a necessidade de fritar uma grande quantidade de Cação, por dia, para os visitantes.

Eu trabalhei também de cozinheira muitos anos. Trabalhei em casa particular, aqui em Búzios mesmo, para turista. Trabalhei 11 anos na Praia dos Ossos, em um *village*. Era casa particular. Um inglês. Trabalhei para esse senhor lá no *village* e trabalhei também para esse outro senhor que hoje em dia tem a pousada em Ferradurinha. Eu fritava, por dia, 40kg de Cação. Ele tinha um restaurante que fica ali entre as Havaianas e o cinema. Eu trabalhava em restaurante ali. Fiquei muito tempo ali (**Praia dos Ossos**).

Algumas narrativas expressam, ainda, uma sensação de desconforto, quando identificados episódios de preconceito, sobretudo de racismo, quando alguns buscam trabalhar na prestação de serviços vinculados ao turismo na região. Esses se sentem em um “não lugar” ou “não pertencentes” à dinâmica local por não conseguirem acessar as políticas sociais, quando estas estão dirigidas a um grupo étnico-racial específico.

Eu já estive uma vez, quando eu estava precisando muito, eu fui botar minha filha no projeto de um CRAS<sup>71</sup>, há muito tempo. E eu não fui contemplada, porque eu não era negra, entendeu? Minha filha é preta, mas “você tem estudo e a vaga é para negro”. E ela não me viu como negra. E, às vezes, chegar em uma pousada ou em um restaurante, com o meu currículo bonitinho, na época eu arranhava um francês e um espanhol, e a pessoa dizer para mim: “eu não preciso de ninguém na cozinha”. E eu dizer: “mas eu não quero na cozinha, eu quero na recepção. Eu vim trabalhar na recepção”. “Não, mas eu não quero ninguém na cozinha, você não está entendendo?” Sim, eu entendi e voltar para casa sem conseguir o emprego (**Mangue de Pedras**).

---

<sup>71</sup> Centro de Referência da Assistência Social.

Ainda de acordo com essa mesma fonte, as estruturas de opressão e dominação sedimentadas na história da região representam desafios a serem transpostos, no sentido das comunidades locais se reconhecerem como capazes de exercer outras funções que não aquelas circunscritas em subempregos.

As barreiras históricas são muito fortes, são muito bem estruturadas ainda. O racismo estrutural é muito forte. As barreiras de racismo, de segregação, ainda são fortes. O que te impede de se reconhecer como uma pessoa capaz de chegar? (**Mangue de Pedras**).

Vale notar que a inserção das comunidades locais na prestação de serviços vem ocorrendo, principalmente, em subempregos, com longas jornadas de trabalho e desvalorização salarial, como narrado por uma das colaboradoras da pesquisa, a seguir. Assim, começaram a se agravar os processos de exclusão social e desigualdade econômica na região. Esses passivos sociais se refletem na atualidade, por exemplo, na limpeza das ruas.

Se você olha a limpeza de rua, isso é histórico. Não vou dizer que isso é de uma ou outra gestão. Isso é histórico aqui no município. Isso já vem de Cabo Frio. A limpeza de rua, ela é negra. Ela tem cor, ela tem pele. Não que seja um trabalho errado, mas é um trabalho muito sacrificante. É doído, desvalorizado. É um trabalho quase que invisível. Tem gente que passa e não dá um “bom dia”. Tem gente que passa e joga em cima. É capaz da lixeira estar ao lado, mas joga para pessoa limpar, para pessoa catar. É um subemprego (**Mangue de Pedras**).

Por essa razão, muitos passaram a ter mais de um emprego, simultaneamente. Isso ocorreu, em parte, devido ao difícil acesso à educação na região. Em função do isolamento territorial e da escassez de políticas públicas dirigidas a essas áreas, consideradas rurais antes do “boom” turístico, as condições para concorrer às vagas de emprego que estavam surgindo eram desiguais.

Além desse aspecto, nos depoimentos se destaca o próprio histórico de colonização como uma questão que se reflete nas relações assimétricas de poder aquisitivo, na atualidade, e de submissão da população local aos investidores dos setores turístico e imobiliário de outras regiões.

Nós temos um problema histórico, porque nós somos descendentes de escravizados. Então a educação foi uma coisa secundária para a gente, o máximo que nós aprendemos foi o ensino primário. A nossa vinda para o Nicomedes (*escola municipal*), quando nós terminamos o ensino fundamental, no primeiro segmento, na Rasa, no início dos anos 1990...nós tivemos um problema sério. Não foi nosso, enquanto Búzios, mas foi um problema do Brasil, que foi o problema do passe livre, né. Passe escolar. O meu pai, ele não



tinha condições de colocar quatro filhos para estudar em Manguinhos. Pagar passagem para quatro filhos. Ele não tinha essa possibilidade de pagar. foram anos de briga com a Salineira, a empresa de transporte, com a câmara de vereadores de Cabo Frio, que até então era Cabo Frio, para a gente conseguir brigar por uma lei que desse a gente condições de ter um transporte gratuito. Muitas vezes, eu fui para a Rasa pela praia. Saía de Manguinhos e a gente ia numa caravana de estudantes pela praia, até chegar no trevo. Graças a Deus, a gente sempre encontrava meu pai voltando da pescaria. Ele entregava o peixe em Cabo Frio e, às vezes, a gente dava a sorte de encontrar ele voltando e todo mundo subia na Picape e voltava para a Rasa, na carroceria do carro dele, voltando de uma longa caminhada de Manguinhos até o trevo de Cem Braças. A gente ia brincando pela praia, aquela zoação de estudantes, até chegar na marina que era mais rápido (**Mangue de Pedras**).

Por essa razão também, após a inserção das comunidades no contexto da prestação de serviços, as atividades tradicionais passaram a ocupar apenas o tempo livre, devido às longas jornadas de trabalho no setor do comércio.

Nesse sentido, a relação com o mar e com a restinga, passou a ocorrer aos finais de semana, no tempo de “folga”, como mencionado, a seguir. Esse contexto ressignificou, simultaneamente, a relação entre culturas e naturezas na região, culminando no afastamento entre essas dimensões no cotidiano.

Então, essa era a nossa rotina e eu fui nessa até os meus 16 anos, quando eu comecei a trabalhar e aí saí um pouco dessa rotina constante, mas a primeira oportunidade que surgia, eu estando de folga, estando sem trabalhar, quando dizia assim: “restinga”. Eu já dizia: “estou indo, já estou junto”. Era a primeira a entrar ou eu mesma perguntava: “Não vai ninguém para a restinga?” Porque eu queria ir. Então era assim. Sempre foi muito mais o mato, a natureza assim, o verde da natureza (**Furna das Mulheres**).

Esse é meu sobrinho. Ele adora pescaria, mas trabalha empregado, mas é só ter folga que ele corre para pescar (**Lagoa de Araruama**).

Ainda no caso das mulheres que buscaram se profissionalizar na pesca, estas acabaram se inserindo, simultaneamente, em casas particulares de turistas. Embora os homens ainda fossem para o alto mar, parece evidente que a lógica do “progresso” afetou, principalmente, as mulheres, conforme exposto abaixo.

Fiz minha carteira profissional de pescadora. Embarco até em navio. Só que eu trabalhava empregada, era caseiro, fazia diária, era diarista, e aprendi a cozinhar sozinha. Só olhando dos outros. Eu aprendi a cozinhar olhando e se esforçando para não ser escrava, para sobrevivência mesmo. Meu esposo ficava 15 a 20 dias fora de casa. Quando ele vinha, escalava peixe. Era um dia que a gente ganhava. Então, deixava tudo em casa, para trabalhar na escala de peixe. Hoje você não vê mais, mas, antigamente, a casa de peixe que tinha aqui era do pai delas. Aí a gente escalava, eles vinham, pegavam e pagavam a

gente certinho. Então, a sobrevivência nossa foi assim, não foi sobrevivência fácil (**Mirante do Boi**).

Essa perspectiva se torna ainda mais clara, no trecho a seguir, em que é exposta a dificuldade de conciliar, na modernidade, o cuidado doméstico, com a maternidade e o trabalho fora de casa. Embora não pareça ser esse o desejo das comunidades locais, a coleta de mariscos e a pesca vêm se tornando, cada vez mais, práticas secundárias no cotidiano da região.

Em grande parte, os modos de vida coletivos, com base na construção e no fortalecimento de redes de apoio e cuidado, favoreciam as práticas locais. Contudo, a “mulher moderna”, como mencionado por uma das vozes da pesquisa, muitas vezes precisa exercer diversas funções sozinha. Com isso, a própria relação com as localidades de valor cultural e sacro, como o Mangue de Pedras, se modifica, pois estas não estão mais inseridas na rotina local, exigindo tempo livre e deslocamento.

Eu tenho vontade de voltar ao Mangue de Pedras, para colher no Mangue de Pedras, mas eu só posso fazer isso nas férias, entendeu? Eu fico um longo tempo trabalhando. “Ah, no final de semana eu vou lá”. Não vai, porque você está cansada, você tem que cuidar da casa, do quintal. Você tem os seus afazeres. A mulher moderna de hoje, ela tem mais dificuldade de voltar ao seu passado, a sua cultura, de exercer o seu fazer-cultural. As exigências do mundo moderno, nos afastam da nossa cultura (**Mangue de Pedras**).

A pesca também vem se tornando uma prática dos finais de semana, feriados e férias, devido às longas jornadas de trabalho na prestação de serviços na região. As exigências do contexto capitalista parecem pressionar, cada vez mais, os modos de vida tradicionais a se adequarem a uma lógica economicista, como se pode notar na fala, a seguir.

Esse contexto vem tornando, progressivamente, as perspectivas de mundo e as relações sociais mais homogeneizantes, silenciando outras possibilidades.

Para inserir essas pessoas no mercado de trabalho é difícil, então o que sobrou para essas pessoas foi o trabalho pesado, a construção civil. E como sustentar uma casa só de pesca? Voltando na pesca, porque aí a gente vai deixando um pouco a nossa cultura de lado e vai ter que entrar na construção civil. E aí a pesca vai para o final de semana, né. A pesca volta para o final de semana, assim como ir mariscar lá no mangue é para o final de semana, para quem ainda tem uma flexibilidade no trabalho, mas, no meu caso, é só nas férias. Então, o mundo, as exigências do mundo moderno que te faz pagar conta de luz, pagar conta de telefone...ah, todo mundo tem internet, por que você não vai ter? É o fetiche do capitalismo. O capitalismo te chama para você ter isso (**Mangue de Pedras**).

O próprio *modus operandi* capitalista que orienta a sociedade, na perspectiva da narradora, a seguir, “obriga” a inserção das comunidades no mercado de trabalho, o que dificulta a prática da cultura tradicional em seus cotidianos, justamente, pela resignificação da relação tempo-espço. Ainda de acordo com essas narrativas, as histórias e crenças associadas aos valores culturais comunitários vão se perdendo pela demanda prioritária por sobrevivência que, na atualidade, está em grande parte baseada nas relações econômicas.

Você não tem terra para plantar, colher e viver da roça. Você tem que ir no supermercado fazer compras. Ninguém mais vai trocar um peixe por uma farinha, porque não tem mais casa de farinha e o mar não está para peixes. Então você não tem como fazer seu escambo. Você precisa ir para o mercado comprar. E como você vai no mercado comprar? Trocando peixe com o dono do mercado? Não é. É pagando em dinheiro. Então o desenvolvimento te obriga a ir para o mercado de trabalho. A sociedade te obriga a ir para o mercado de trabalho. Então, quando você vai para o mercado de trabalho, você vai deixando um pouco das suas histórias, do seu fazer cultural (**Mangue de Pedras**).

Esse contexto dificulta a transmissão dos saberes comunitários às novas gerações, conforme mencionado, a seguir. Os dispositivos capitalistas parecem difundir, por meio das tecnologias de informação e comunicação, o mito de uma relação dicotômica entre o tradicional e o moderno, sendo o primeiro considerado sinônimo de atraso e o segundo de progresso. Assim, uma das vozes retrata o desafio de manter os modos de vida com os quais a narradora cresceu na comunidade quilombola da qual faz parte, quando se tem filhos em um contexto já atravessado pelos valores da modernidade.

Só que aí a gente entra no período de desenvolvimento do país que é quando o desenvolvimento chega e, se você não se enquadra ao desenvolvimento, você fica para atrás. Não adianta você dizer que não vai botar energia elétrica em casa, não vai colocar internet, se o vizinho tem, os filhos do vizinho têm acesso, e os seus filhos não têm. A sua família acompanha o desenvolvimento, então não adianta dizer que vai viver de fogão de lenha a vida toda. Você pode escolher viver dessa forma, é o seu modo de vida, mas você tem família, entendeu? Eu, hoje, estou querendo voltar para a roça, mas a minha filha não vai para a roça, porque a sociedade anda. E se você não anda junto com a sociedade, você vai sucumbir rápido (**Mangue de Pedras**).

As próprias ferramentas anteriormente utilizadas para ocupações tradicionais ganharam novas funcionalidades, em geral, articuladas à prestação de serviços turísticos. Esse é o caso dos barcos de pesca, que passaram a oferecer passeios turísticos para deslocamento dos visitantes entre as praias, a partir de uma inserção da lógica do “lazer simulacro”, com base no entretenimento temporário. No trecho, a seguir, um pescador artesanal demonstra insatisfação com relação ao turismo de massa desenvolvido na região.

Também parece evidente a resignificação da relação com o mar, antes marcada pelo sentido de subsistência, sendo este considerado, inclusive, o “patrão” dos pescadores e, atualmente, pela exploração, sendo as agências de turismo, as autoridades gestoras das atividades locais. Além disso, parece haver um incômodo com relação à tentativa de controle dos ciclos das naturezas, tendo em vista que o turismo náutico na região depende das boas condições climáticas para ocorrer.

O que aconteceu hoje aqui na cidade? Um lugar pequeno, Arraial é um lugar pequeno e caro. E aquela influência de pessoas vir para cá. Assim, veio o turismo. O cara foi oferecendo, então ele foi abandonando o mar. E o mar deixou de ser o patrão deles, já foi seguir em outros lugares. O mar foi uma indústria que hoje ela foi modificada por esse turismo que tem em Arraial do cabo aí...barraca, quiosque. Não estou dizendo que não presta o passeio de barco. Explora o mar. Vem para cá, explora, e o mar deixou de ser uma indústria. O mar virou uma exploração. Onde todo mundo respeitava, que tirava o sustento, deixou de ser respeitada, porque esses barcos ele bota de 80 a 100 pessoas no barco. Só sai quando o sol está bom e o tempo bom (**Morro do Telégrafo**).

A crítica ao turismo de massa ou “turismo acelerado”, nas palavras de uma das colaboradoras da pesquisa, está vinculada à prestação de serviços de forma apressada, sem possibilitar o desfrute na relação com as naturezas, além de ser, muitas vezes, inacessível às pessoas com mobilidade reduzida, devido ao *modus operandi* serializado, sem partir de uma perspectiva do acolhimento e cuidado com o outro.

E, na semana passada, eu peguei um desses táxis aí, levei um tombo. O garoto nem segurou minha mão direito. Então, esse turismo...Eu levei um tombo, cáí, o rapaz nem me levantou direito, me puxou pelo braço...tem que botar um banquinho, um quadradinho, uma caixinha, para a pessoa subir com calma. Acessível e com mais paciência. Não vai ser esse turismo de “entra aí, sobe aí, vamos embora”. Igual o rapaz falou para mim: “aí dona, não pode ficar conversando não, porque nós temos que pegar mais gente, nós estamos trabalhando”. Não vai ser esse turismo acelerado (**Manguinhos**).

O narrador, a seguir, também expressa um claro desconforto com relação à exploração das naturezas, quando os visitantes reclamam do mar, se este está revoltado ou impróprio às práticas de turismo náutico. Também considera que os visitantes estão tomando o lugar que antes era da biodiversidade e, por essa razão, há uma escassez cada vez maior de pescados. Nesse sentido, o narrador parece considerar o lazer praticado na região inadequado à proteção da biodiversidade, conforme exposto, a seguir.

Outra questão interessante nessa narrativa, refere-se à percepção de que os turistas desejam desfrutar de um lazer imediato e imposto “a qualquer custo”, para não perder a viagem, já que se deslocaram até a região.

Outra coisa...quando o tempo não está bom, que está ventando muito, ele (*refere-se ao visitante*) xinga o mar, xinga o vento, xinga tudo, porque não está de acordo com ele. E, eles usam o mar de uma forma que maltrata. Bota 80 a 100 pessoas no barco dele, bota aquelas caixas como sumidouro, né. O nosso aqui vai para terra, seca, forma um galho. Eu sei que no mar, eles enchem aquelas caixas, então foi isso aí que deixou os peixes e os pontos de pescaria, porque o peixe, ele anda, ele para. Ele tem que ter um descanso nas ilhas. Ele descansa, mas ele não tem mais descanso, porque vive toda hora gente no lugar do peixe. Em vez dele parar, para no outro dia seguir viagem, para tirar o sustento, o humano já está lá no lugar dele. Então ele olha e vai embora, lá para fora. E aí, vão trazendo pessoas, sem informação para lidar com a natureza. As pessoas não quer saber de quem mora aqui. Eles quer uma coisa de imediato para eles, porque vem de lá, quem vem de lá para cá, é porque não tem muita coisa para fazer. Não tem coisa para fazer, aí começa aquelas confusão. Eles não vê que o problema são eles, aí joga o problema na natureza. O problema são eles (**Morro do Telégrafo**).

O mesmo narrador apresenta uma outra perspectiva de mundo, quando menciona que “o mar e o vento têm sentimentos”, demonstrando um profundo sentido de pertencimento às naturezas, o que se difere da visão hegemônica de mundo que separa culturas e naturezas e, nesse sentido, busca dominar e explorar os elementos não-humanos.

“Eu não brigo com as pessoas, eu só defendo o mar. As pessoas vêm para cá e falam mal da maresia quando o mar está brabo, mas o mar e o vento têm sentimentos” (**Morro do Telégrafo**).

No início dos fluxos de visitantes à região, as comunidades narram terem tido maior proximidade com os turistas, devido à falta de estabelecimentos para a prestação de serviços de alimentação, hospedagem, entre outros, disponíveis. Assim, os turistas se alimentavam e hospedavam nas casas das famílias locais. Após o “boom” turístico, entretanto, passou a ocorrer maior segregação entre “os de fora” e “os nativos”, a partir da construção de estruturas de poder e de subjugação das comunidades locais, conforme trecho, a seguir.

Vale destacar, nessa fala, a percepção de um lazer conjunto entre nativos e turistas que ocorria, por meio do próprio reconhecimento da diferença e curiosidade da descoberta do “Outro”, como exemplificado no trecho em que se menciona um brincar conjunto, conciliando as ferramentas de cada grupo.

Não era como hoje. Hoje é separado. Turista para cá e pobre para lá. De primeiro, aqui era tudo junto. eles precisavam das nossas mães e dos nossos pais. Não tinha isso, de pobre aqui e rico ali. A gente brincava junto, comia junto...eu adorava. Eu amava, amava isso. E era a brincadeira da gente, era na praia, tinha uma moto que eles tinha, a gente não tinha. E eles deixavam a gente. Então, o que eles não tinha, a gente tinha. E o que a gente tinha, eles não tinha. Era gostoso. Hoje é separado, com certeza. Hoje não tem aquilo. Se você hoje tem para comer, é só seu, você não lembra do vizinho. Em tudo, em tudo (**Praia Brava**).

Assim, em um contexto ainda de limitado investimento no setor turístico regional, as relações entre turistas e comunidades tradicionais locais, de acordo com os narradores da pesquisa, eram mais próximas, como no fragmento a seguir, que ilustra o sentido original de hospitalidade dos povos nativos com relação aos visitantes. Nesse sentido, parece possível afirmar que a organização de um “lazer simulacro”, sob uma perspectiva mercadológica, faz emergir nos territórios envolvidos, uma lógica utilitarista de consumo, competitividade e individualismo.

Mamãe fazia um feijão ótimo. Tinha um turista que, assim que ele chegava, a primeira coisa ele ia lá em casa. A gente sempre morou nos Ossos. Ele pegava uma caneca que mamãe tinha grande, enchia, só para comer o feijão de mamãe, porque era vermelhinho, bem cozido, sabe? Aquele tempero bem gostoso. Já chegava direto para casa de mamãe. E os colegas dele já vinham do Rio também, que ele falava, já vinham. Já era famoso (**Praia Brava**).

A relação utilitária se expressa, também, pela dinâmica das casas de veraneio que eram mantidas durante todo o ano em ordem pelas comunidades locais, para que, no tempo livre, as famílias das classes médias e altas pudessem desfrutar da região, decodificada como “paraíso” aos olhos dos moradores de áreas metropolitanas. Assim, a narrativa, a seguir, aponta para o fato de que esses grupos de alto poder aquisitivo buscam desfrutar, temporariamente, dos modos de vida locais, mas sem dispensar o conforto da metrópole. No entanto, para as comunidades tradicionais da região essa dinâmica integra a própria realidade cotidiana que vem se tornando, cada vez mais, desafiadora. Nesse sentido, pode-se questionar em que medida o lazer de uns representa a opressão de outros.

Na realidade, os ricos vinham para dar uma de que não tenho dinheiro. Para eles, isso era ótimo. Se sentir na mesma sintonia e condição dos locais. “Eu estou aqui, sou igual a eles”. Então isso para eles era um paraíso. Perto da beira da praia. Para se sentir o caboclo, vamos supor assim. Mas quando terminava o final de semana, ele tinha que ir embora, porque ele tinha a vida lá. Aí o que ele fazia? “Toma aqui, você vai trabalhar para mim, para limpar. Quando eu vier, você já sabe que eu gosto de lagosta e de tal peixe”. Não tinha celular. Quando chegava, a pessoa já sabia que ele gostava de Garoupa, uma salada de não sei o que... (**Ponta da Lagoinha**).

Essa relação de opressão é reconhecida pelas comunidades envolvidas na pesquisa, conforme retratado abaixo. Além da transformação no vocabulário anteriormente mencionada, uma das vozes da pesquisa sinaliza para a modificação dos modos de agir e viver locais.

No início da construção dessas novas relações, além de se alimentar nas casas das famílias da região, os moradores cediam espaço em suas casas para os visitantes, em razão da ausência de oferta de meios de hospedagem. Um fato curioso, nesse contexto, descoberto em campo, é que muitas crianças guardam memórias de quando precisavam deixar seus quartos para que os filhos dos turistas dormissem, ilustrando que essa dinâmica alterava, também, a organização familiar e as atividades domésticas.

Estava mudando tudo nosso, até o modo de sentar, de comer, de correr. Com a vinda de pessoas de fora, a cultura deu uma virada. Meu pai recebia uns hóspedes dentro dessa casa que eu falei, que é da minha adolescência. Ele saía do quarto dele. Ele ficava dormindo atrás, lá em uns quatinhos que tinha, e alugava esse quarto para os turistas. Para paulistas, para argentinos...Ele hospedava. Vou te dizer a verdade, teve muita coisa de opressão das pessoas que vieram, que acabou pegando a gente na inocência, sabe? (**Praia de João Fernandes**).

A questão da colonialidade subjetiva que permanece pulsante na região, decorrente de um processo histórico de colonização, pode ser observada, ainda, na narrativa sobre turistas, principalmente estrangeiros, que escolhiam crianças locais para levar com eles, para viver fora do Brasil. Essa dinâmica aparece em diferentes narrativas que sinalizam para o fato de as crianças locais serem consideradas “exóticas” pelos “de fora”.

Ela (*refere-se à irmã*) não viveu com a gente. A patroa dela (*refere-se à mãe*), levou ela para a França com sete anos. Ela viveu lá fora, na França. A patroa era brasileira casada com francês, aí levou ela e veio a falecer. Não sei se você lembra, acho que não lembra, não. Acho que você não era nem nascida. Em 1962, quase chegando à Paris, na França, quase na hora de descer, o avião pegou fogo. Morreram todos, só ficou o tripulante. Minha irmã ficou lá até os 18 anos, depois minha irmã não quis mais ficar, porque o marido dela (*refere-se à patroa*) casou de novo e minha irmã não se dava muito bem com ela. Ela maltratava muito as crianças (**Praia do Forno**).

Nessa relação hierárquica estabelecida no encontro com a cultura do “Outro”, é interessante notar, na narrativa a seguir, como as próprias brincadeiras locais foram se alterando para reproduzir, ludicamente, elementos identificados como “diferentes”, vinculados à metrópole. Nesse sentido, se descreve, como se tentava reproduzir a rotina das “madames” do Rio de Janeiro, por meio da criatividade associada à prática do lazer.

Eu me lembro quando chegou nos anos 1970, aqui começou a ficar muito...começaram a vir os ricos, né. Aí a gente começou a perder aquela

pureza. Já estavam mudando as coisas. Eu me lembro que vinham aquelas senhoras com os ricos, aquelas madames, tudo com umas unhas grandes, feitas na manicure. Eu não sabia nem o que era isso, fazer unha. Aí quando eu ia nessa busca para a praia, eu achava umas tampinhas de pasta de dente, aí trazia também. Quando chegava na hora de brincar, eu colocava na unha para dizer que era madame, que estava chegando do Rio. Olha só a diferença de cultura. Já estava mudando a gente, já estava em outra realidade, mais jogada para o Rio de Janeiro. A gente botava as tampinhas nos dedos e dizia que era madame. Olha a criatividade! (**Praia de João Fernandes**).

Para além do deslocamento e silenciamento subjetivo dos modos de perceber e se relacionar no mundo, as comunidades tradicionais relatam um forte processo de gentrificação ocorrido em toda a região, mas, sobretudo, nos municípios com maior apelo turístico, em função das belezas cênicas e paisagísticas, como Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio.

Embora algumas comunidades tenham hospedado turistas no início do processo, em alguns quartos de suas casas, estas foram, progressivamente, recebendo propostas para vender as suas habitações por um valor muito abaixo do que valiam, mas que, para a realidade local, ainda não submetida a uma lógica economicista de mercado, parecia, à época, um bom negócio. Assim, o trecho, a seguir, relata, como resultado, o afastamento do mar, tendo em vista que os nativos passaram a residir em pontos mais afastados nas cidades.

Nossa vida foi essa, vida difícil, mas muito boa também naquele tempo, porque a gente tinha toda liberdade, então ficávamos no mato fazendo lenha. Os meninos e as meninas. Não tinha nada demais, maldade, essas coisas que têm hoje. E eu acho que era uma vida boa. E depois quando chegaram os turistas, a Brigitte Bardot, aí mudou muita coisa, né. Acabaram vendendo as casas. Foram indo mais para longe, para as outras ruas de trás, porque aqui só tinham a Rua das Pedras, era vila de pescador, e a rua de trás. Minha vó morava na rua de trás. A gente morava na rua da praia. Aí depois dali, já vieram os turistas, né. Cheio de turistas lá na Praia do Canto. Foi vendendo, um vendia, outro vendia...aí meu pai comprou na rua de trás, comprou na outra rua a casa e nós fomos indo sempre para atrás. Hoje em dia nossa casa é na Rua do Sossego. Lá da Rua das Pedras, nós fomos parar na Rua do Sossego (**Praia de Armação**).

A separação com o mar é relatada por uma das vozes que era criança à época em que sua família se mudou para um terreno afastado. Esta menciona, ainda, que a mudança a impossibilitou de continuar brincando na relação com o mar.

Eu saí com oito anos da beira da praia. Sofri muito. Meu pai teve uma proposta lá. Nós fomos como se fosse para o Forno, mas era longe, não era beira de praia. Nós ficamos longe, ficamos na frente de uma lavoura. Não foi mais a mesma coisa. Aquilo me deixava muito triste, porque eu ficava pensando: “cadê minha praia? Cadê minha praia? Quero ir lá catar minhas coisinhas”.



Era longe, porque era tudo mato fechado e não dava. Meu pai não ia me permitir sair cedinho para buscar o tal brinquedo (**Praia de João Fernandes**).

É importante ressaltar, ainda, que parece ter ocorrido também um processo de expropriação ilegal das comunidades dos territórios tradicionalmente ocupados. Esse foi um dado da pesquisa de campo que causou grande surpresa. Assim, foi necessário que se buscasse compreender melhor como ocorreu esse processo, mas foi também perceptível que parece haver uma certa ressalva em se mencionar sobre o tema, seja pela dor que envolveu a perda das residências locais, ou ainda, por medo de retaliação.

Assim, o que se conseguiu levantar é que os atores externos tentavam ludibriar os moradores dessa região, solicitando que assinassem documentos que cediam as posses da terra, se valendo da condição local de limitado acesso aos estudos formais, em um contexto em que muitos eram analfabetos, conforme narrado pela filha de uma das anciãs mais antigas da comunidade caiçara.

Eles invadiram, né. A inocência. Ela (*refere-se à mãe*), inclusive, perdeu uma casa ali onde é a Havaianas hoje, na Rua das Pedras. Ali era nossa casa. E ela é uma pessoa analfabeta, não tinha muito estudo, não conhecia muito nada, aí chegou esse homem, né, aí falou que queria alugar a casa para ela, ela foi e cedeu pensando que era aluguel. Ele preparou todo o documento e pediu para ela assinar. Ela foi e assinou. Depois que ela fez tudo isso, ele falou assim: “a senhora me desculpe, mas agora a casa é minha”. Aí ela perdeu ali aquela casa. Foi em 1978. Ali que a gente saiu e foi para Niterói (**Praia do Forno**).

A ação de expropriação dos povos locais de seus territórios de origem não parece ter sido um fato pontual, uma vez que as comunidades relatam ter o mesmo ocorrido, inclusive, com os patrimônios de valor cultural da região, como as casas de farinha. O objetivo, de acordo com o depoimento, a seguir, era lotear esses terrenos para construções turísticas.

Em muitas falas, a Companhia Industrial Odeon emerge como protagonista dessa ação, tendo à frente um alemão chamado Eugene Honold. Em um exercício de pesquisa *online* sobre suas origens, é possível levantar algumas informações, como a que ele era um grande empreendedor e foi um dos maiores donos de terra de Armação dos Búzios, possuindo, inclusive, vastas áreas de plantação de bananas.

A casa que eu sinto falta até hoje é a casa de farinha. Porque a Companhia Odeon pegou, tirou meu pai dali e deu um terreno no Sossego para ele, onde nós estamos agora. A gente sente muita falta, porque ali a gente tinha roça, tinha tudo plantado. Porque eles queriam a terra para lotear para os turistas. Eu moro agora na Rasa. Tem a casa das minhas filhas em cima e tem a minha casa que é embaixo. (**Praia de Armação**).

A mesma Companhia é mencionada em uma outra narrativa que a aponta como responsável por retirar as famílias das suas terras nativas, onde estas mantinham roças para fins de subsistência. Em um mesmo trecho do depoimento, a narradora menciona que a empresa inclusive trocou de nome para não ser responsabilizada pelos crimes cometidos. Um aspecto que chama atenção nessa seara é que os mesmos responsáveis pela tomada dos territórios são designados como “doutores”, provavelmente pela relação de poder e/ou subserviência que impunham. Outra questão que pode ser apreendida desses depoimentos, refere-se à constatação de que a voz das comunidades locais vem aos poucos sendo escutada, mas este é um movimento recente.

Agora que está todo mundo se conscientizando que tem uma história. Nós estamos nessa história. Meus avós tiveram uma história. Minha mãe teve uma história. Eu tenho uma história. Meu avô se chamava Seu Rufino e minha avó chamava-se Maria Gonçalves. Os dois morreram com cento e poucos anos. Minha avó com 110 e ele com 120, mas eram ativos. Era pescador e, também, trabalhava na roça. Minha mãe trabalhava na roça também. Tiveram uma roça aqui no Forno. Só que vieram os doutores e tiraram ela da roça, e pegaram a terra. Pegaram a terra. Vieram. Acho que era...eu me lembro muito bem que se chamava Odeon. Hoje tem outro nome para poder camuflar, né. Tiraram a terra. Era minha mãe...eram muitas mulheres, na época, que tinham suas roças (**Praia dos Ossos**).

Com a expulsão das comunidades de seus territórios, além das plantações perdidas, a criação de gado que garantia a segurança alimentar local também foi abandonada. Nesse contexto, uma narradora quilombola menciona que esses fatos conflituosos levaram as comunidades locais a desconfiarem das pessoas “de fora” e construírem uma cultura de luta e resistência. Assim, embora essas às vezes sejam consideradas comunidades “agressivas”, a narradora em questão discute que se os povos locais não aprendessem a se defender, sucumbiriam, frente às tentativas reiteradas de silenciamento, apagamento e expulsão local.

Eles foram expulsos, colocados na rua. Plantações deixadas para atrás. Muita plantação deixada para atrás. Animais deixados para atrás, gado, galinhas, porcos. Tudo deixado para atrás. A pequena agricultura de subsistência deles foi toda deixada para atrás. Então, a nossa história, a minha história particular, passa por duas expulsões, tanto da família do meu pai como da família da minha mãe. Então, assim, a nossa história na Rasa, ela é de conflito. Então, a nossa cultura, ela foi formada por uma cultura de resistência, de sobrevivência. As pessoas falavam que a Rasa era muito agressiva, mas a Rasa tinha suas razões para ser agressiva, porque ela precisava lutar, ela precisava reagir. Se ela não reagisse, hoje a Rasa não estaria de pé (**Mangue de Pedras**).

Além da Companhia mencionada, os atores locais apontam a chegada de muitos estrangeiros na região, mas principalmente argentinos, que foram sendo acolhidos pelos

pescadores em suas casas, por serem os mesmos considerados como andarilhos que não dispunham de recursos, mas economicamente esses, posteriormente, investiam em grandes empreendimentos locais. Nesse sentido, se valiam da hospitalidade dos povos da região para iniciar os seus projetos imobiliários.

Muita gente, muita gente aqui, foi enganada. Por falta de que? Por falta de conhecimento. Então as pessoas aproveitavam, entendeu? Chegavam, se apossavam, diziam que eles eram os donos. E a gente é muito...como que eu posso falar? Muito carismático, muito bondoso, entendeu? Muito acolhedor. E abraçava. Como essa argentina que chegou aqui. Ela não tinha nada. Sabe o que é nada? Ela morou dentro da casa de um pescador. O pescador acolheu ela, deu casa, deu comida e, de repente, ela veio com dinheiro dizendo que estava sem dinheiro, aproveitou dessa pessoa, ficou ali. Tinha visão das coisas. O que ela fez? Comprou a casa nos Ossos que foi uma pousada e montou uma galeria. E, assim, os outros também vieram fazendo isso. Os argentinos, então, se apossou totalmente (**Praia do Forno**).

Há, ainda, o entendimento de que as próprias comunidades facilitaram o domínio do território pelos grupos “de fora”, devido a uma certa inocência e ingenuidade, visto que estas passaram um longo período afastadas dos núcleos urbanos e da metrópole e, por essa razão, desconheciam as manobras envolvidas na lógica capitalista. Com o avanço dos investimentos na região, no entanto, o custo de vida ficou muito elevado e algumas comunidades migraram, temporariamente, para periferias das metrópoles, o que levou a uma grande ruptura com as práticas culturais locais.

Nós fomos ficando mais afastados. Muitos foram para Niterói. Foi nosso caso. Nós fomos para Niterói. Nós vivemos lá em Niterói. Muita gente saiu. Saiu, porque não dava, era muita exploração. Apesar de que os grandes culpados fomos nós, mesmo. A gente deu aqui para eles, sem visão. Nós, não tínhamos essa visão. Se fosse hoje, hoje a gente já vê com outra visão, né. Mas era muito isolado, aqui era uma colônia de pescadores, não tinha maldade de nada. Era muito fechado, ninguém estudava (**Praia do Forno**).

Outros, na falta de alternativas locais de moradia, foram, ainda, para as favelas das grandes metrópoles trabalhar de forma autônoma, desvalorizados socialmente. Uma das vozes, a seguir, menciona ainda a expulsão das comunidades de seus territórios nativos pela marinha, o que foi potencializado pelo poder das forças armadas à frente da política brasileira, com o golpe da Ditadura Militar em 1964.

Aquela população afro-brasileira que já está ali na Rasa, do Mangue, por exemplo, ela é expulsa por uma pessoa que se diz dona da terra. Vão para longe, vão para Cabo Frio trabalhar nas salinas. Outras pessoas vão para o Rio. Minha vó foi para o Rio trabalhar de lavadeira nos morros. Foi morar em morro. Minha avó Fausta. Levou os filhos mais velhos e foi morar no morro.

Meu pai passava ali no centro do Rio com trouxas de roupas das madames na cabeça, para minha avó lavar roupa. Minha avó lavava e meu pai entregava. Era um moleque de entrega de roupa da minha avó. Então a vida foi dura. Muitos não gostam de falar. Aí, do outro lado, lá no Una, a gente tem uma outra comunidade que foi expulsa pela marinha, também na década de 1960. Antes de estourar o golpe da Ditadura Militar no Brasil. Ali tinha uma comunidade caiçara formada por negros e brancos. A família da minha mãe é uma comunidade caiçara que tinha ali e que foi expulsa pela marinha. E para eles também, quem não tinha, foi um momento de desespero, porque eles não tinham para onde ir (**Mangue de Pedras**).

Aqueles que não saíram da região, foram morar em bairros periféricos, longe dos pontos de referência para as práticas culturais comunitárias, como o bairro da Rasa à época, como mencionado nos fragmentos abaixo.

Era bom, mas depois chegaram os turistas e tudo mudou. A maioria vendeu suas casas, saiu da praia. A maior parte do povo de Búzios mora na Rasa agora. Na Rua das Pedras mesmo tem poucas casas das famílias tradicionais. O povo mesmo da terra foi comprando cada vez mais para atrás e foram loteando tudo. Foi se afastando e agora estamos na Rasa (**Praia de Armação**).

Parei de trabalhar na roça e fui trabalhar na casa dela (*refere-se à Brigitte Bardot*). As casas antigamente aqui era tudo assim. Era muita casa, metade eles compraram e as pessoas foram para a Rasa, para Manguinhos, Ferradura. Pessoal foi vendendo. Só tiveram três casas em que não foram vendidas, do pessoal da terra (**Poço da Bomba**).

Com base em uma perspectiva crítica desse processo, uma das colaboradoras da pesquisa, a seguir, considera que, para além de um bem material, vender as casas locais levou a “um apagamento da história” das comunidades da região. Isso porque, o território foi sendo, progressivamente, loteado para dar lugar à construção de *resorts* turísticos, de redes hoteleiras internacionais e de grandes condomínios. Nesse contexto, houve um esgarçamento das relações familiares e sociais, além de uma descaracterização dos valores culturais, em um processo silencioso de gentrificação, como se expõe abaixo.

A minha visão da nossa cultura, hoje, é que a gente não percebeu, que estava apagando a história. As pessoas que moram no centro, por exemplo, foram vendendo as suas casas à beira mar e foram vendendo suas histórias. Quando você vende uma casa na Rua das Pedras, você está vendendo a sua história. E no lugar daquela história, onde tinha ali uma família, tinha ali uma relação familiar, tinham histórias de amizade, tinha relação do mar com o pescador, ele vende. A gente vai sofrendo um processo silencioso de gentrificação, né (**Mangue de Pedras**).

Tanto a terra quanto o mar foram assim ocupados para fins turísticos. A **Figura 37**, a seguir, ilustra uma embarcação repleta de visitantes para conhecer as praias locais, em frente a uma das ruas mais valorizadas da cidade de Armação dos Búzios, ilustrando esse argumento.

**Figura 37:** Registro fotográfico das embarcações turísticas em frente à Rua das Pedras, em Armação dos Búzios.



**Fonte:** A autora (2022).

Além do turismo náutico, muitas embarcações maiores exercem, ainda, a pesca exploratória na região, o que resultou na escassez de pescados e mariscos, assim como o aumento dos preços dos alimentos, conforme narrado no fragmento abaixo.

Hoje para comer um peixe, um fruto do mar, você tem que comprar, gastar dinheiro para comprar, porque é quase mais caro que a carne. Então a gente ia ali na praia, fazia uma isca, pegava uma isca, colocava uma linha, botava um isoporzinho, jogava dentro d'água, quando dizia que a isca estava enterrando, a gente ia lá ver, aquele monte de siri na isca. A gente pegava puçá. Voltava para casa com os baldes cheios de siri. Aí a gente ia lá, pegava siri na pedra, era goiamum, era lagosta, eram aqueles caramujos grandões que antigamente tinha muito aqui nas pedras. Sabe aqueles caramujos grandes? (**Ponta do Pai Vitória**).

Por essa razão, o depoimento a seguir, considera que “o mar não está para peixes”. Assim, se identifica uma assimetria entre a pesca tradicional e a pesca industrial. Esse fato conduziu, ainda, o pescador artesanal a trabalhos pouco valorizados financeiramente e com

longas jornadas laborais, como a construção civil, tendo em vista a dificuldade de manutenção das práticas de subsistência e a forte demanda por construções turísticas na região.

As nossas exigências do mundo, imagina, hoje, um pescador que vai para o mar 4h ou 5h da manhã, vai voltar com, no máximo, 20kg de peixes. Amanhã, se ele voltar, ele não vai voltar com esses quilos de peixes, porque a gente está sem pescado. Teve uma influência na pesca das embarcações que são maiores, que vem de Macaé e Rio das Ostras, que acabam limpando o nosso pesqueiro. Elas vão passando ali com as redes profundas, elas vão mexendo no fundo do mar. Então, os nutrientes que a gente tinha no nosso fundo do mar, que o nosso pesqueiro vinha ali se alimentar, porque você apenas colocava a sua varinha, vinha um, vinha outro e tal, e eram horas de mar. Saía 4h ou 5h da manhã, para voltar 10h ou 11h do dia, para voltar com 40kg. Você não volta. Pescador nem perde mais tanto tempo no mar, porque sabe que não tem. O mar não está para peixe. Então o fundo do mar está revolto, está mexido, os corais estão mexidos. A cadeia alimentar lá embaixo está prejudicada, então são poucos os peixes que ainda vão ali na buraca que é onde tem o nosso pesqueiro ali. É onde o pessoal mata pescada amarela. Está mexida, porque as embarcações maiores vão e arrastam o fundo do mar, machucam o fundo do mar, e os nossos peixes não têm onde se alimentar, vão embora ou são levados juntos. Os peixes ovados, no período de reprodução, também são levados juntos. Então, o nosso pescador hoje, ele acaba indo para a construção civil (**Mangue de Pedras**).

Essa mesma perspectiva é compartilhada na narrativa abaixo, quando mencionado o contexto de transição da fartura para a escassez de pescado, não só a partir da pesca exploratória, mas também do lazer balneário, representado, por exemplo, pelos passeios de escuna.

Era muito farto em peixes aqui, sabe? Depois que veio a poluição, esses navios, essas escunas. Começou depois, foi agora, década de 1980, que aí os peixes foram sumindo. Atrapalhou a pesca e muito. A gente tinha muito crustáceo também. A gente era muito farto (**Praia do Forno**).

Dessa forma, o pescador, a seguir, compreende que a biodiversidade da região é explorada, mas os recursos econômicos decorrentes de sua comercialização não circulam localmente, pois são levados para outros territórios. Nesse sentido, pode-se perceber que se mantém uma lógica colonialista de expropriação dos territórios para beneficiar atores e/ou interessados exógenos.

A gente vivia 100% do mar, a gente tinha fartura de peixe, entendeu? E o que aconteceu no passado? A pesca era fartura e tinha o comerciante. E eles diziam...chamavam, de atravessador. Era o comerciante que pegava o peixe e vendia em outro lugar. O que acontecia? O comerciante de Arraial do Cabo pegava o peixe e vendia no Rio, era o mercado mais forte, era o Rio de Janeiro. Panhava o dinheiro de lá, trazia para Arraial do Cabo e distribuía no Arraial aos pescadores que vendia. A economia ficava aqui. Hoje não existe isso.

Hoje, ele suga aqui, eles tiram o dinheiro da cidade e joga onde eles querem (**Morro do Telégrafo**).

Anteriormente, a mesma voz expressava um tom de nostalgia ao mencionar o respeito à gestão comunitária da pesca que caracterizava a dinâmica local. Por essa razão também, os benefícios dela advindos eram coletivizados. Contudo, a lógica economicista foi, pela perspectiva de mercado, impondo um sentido de competitividade, desintegrando os pactos locais.

E era um rodízio, todo mundo se respeitava. O dia de hoje na pescaria, pertencia a esse grupo de quinta-feira hoje, então ninguém ia lá. Aí no outro dia, era outro grupo que estava lá. O dia era dele. E ia funcionando, funcionando. Aí que veio o tempo, aquele sufoco do turismo, aí o outro foi botando na cabeça das pessoas que não é assim, é assado. Foi aí que foi desintegrando (**Morro do Telégrafo**).

A instalação da Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo<sup>72</sup>, em 1943, uma empresa brasileira produtora de barrilha e sal, representou um marco histórico na região, pois muitos antigos pescadores passaram a ser contratados para trabalhar no local que integrava a estratégia política de impulsionar a industrialização no país. Os comunitários narram a sensação de invasão na pesca, nesse período, com a chegada de companhias “de fora” para explorar os recursos na região. Vale ainda notar que os pescadores da região narram que os “de fora” aprenderam com eles as técnicas para captura de pescado, mas como esses detinham maior poder aquisitivo, conseguiam dominar mais áreas para o desenvolvimento da atividade.

No passado também tinha a Companhia Nacional de Álcalis, foi uma gigante aqui. Muitos trabalharam na Álcalis e outros pescavam. E o que acontece? O que a gente fazia, era tentar preservar isso, porque a gente já tinha noção que ela ia ser invadida pelas pessoas olhando o trabalho da gente, o que a gente fazia. Como se levava a sério (**Morro do Telégrafo**).

Após encerrar suas atividades no município em 2006, as áreas anteriormente pertencentes à Companhia Nacional de Álcalis foram abandonadas, gerando um grande vácuo na dinâmica socioeconômica regional, como em geral ocorre com grandes empreendimentos conectados e orientados pela lógica do capital, conforme ilustrado na **Figura 38**, a seguir.

---

<sup>72</sup> Nessa época, ainda era considerado Cabo Frio, pois Arraial do Cabo apenas se emancipou em 1985.

**Figura 38:** Estrutura abandonada da antiga Companhia Nacional de Álcalis.



**Fonte:** A autora (2021).

Apesar dos grupos exógenos aprenderem sobre a pesca e a agricultura, observando as práticas ancestrais empreendidas pelos “da terra”, os pescadores locais enfatizam a falta de reconhecimento desses saberes e os preconceitos com relação à classe de pescadores artesanais, conforme trecho, a seguir.

Mas só que a classe de pescador, era uma classe que nunca foi reconhecida. Então o povo acha que pescador é um cara ignorante, que ele tem falta de conhecimento. Então, sempre era olhado de outro jeito (**Morro do Telégrafo**).

Assim, as comunidades locais identificam uma grande dificuldade em manter a prática da pesca como profissão na região, sobretudo, entre as gerações mais novas. Isso ocorre, também, em função do “boom” turístico, o que aumentou, por consequência, a demanda pela construção civil, devido à dinâmica de veraneio.

Como cresceu a cidade, os turistas começou a vim, aí foram construindo. Então eles compraram e fizeram muita casa para alugar, aí moravam nos fundos e alugavam na frente. Então foram evoluindo e foram deixando para o mais novo, mas hoje a pesca pelo mais novo é rara (**Mirante do Boi**).



A desvalorização do pescador pela introdução das narrativas modernas produzidas pelos atores exógenos ao território, se refletiu, também, em um afastamento do pescador do mar, a partir da difusão de um imaginário coletivo de que suas práticas eram atrasadas e obsoletas, enquanto a inserção no comércio e em outras alternativas de prestação de serviços seriam mais avançadas. Esse contexto conduziu muitos pescadores, inclusive, a começarem a ofertar serviços de transporte entre praias para visitantes em seus barcos.

Dizia que pescador não era profissão de ninguém, portanto a filha de cabista quase não casava com pescador, porque ele dizia que pescador era assim...arroz de terceira. Não tinha valor. Então a pesca teve uns anos que ficou jogada (**Morro do Telégrafo**).

Com relação aos barcos de pesca, esses parecem expressar um significado importante, associado à cultura local, conforme depoimento a seguir, sobre o prazer de contemplá-los navegando no mar. Contudo, essa prática foi dificultada pela construção de inúmeros empreendimentos à beira mar, como lojas de grife que destoam dos valores culturais locais. Assim, parece ter ocorrido uma transformação forçada da dinâmica social local, na relação com as naturezas, importantes elementos para a prática do lazer sob uma perspectiva comunitária.

Eu só me ressinto muito pela Rua das Pedras ser tomada por tantas lojas que, hoje, para você ver a Praia do Canto, você tem que entrar em um beco. Era para ter deixado pelo menos uns espaços, umas pracinhas, uns banquinhos, para você sentar e olhar o mar, né. Os barquinhos, porque minha paixão são os barquinhos. Eu até digo, hoje, tenho que ir lá ver os meus barquinhos. Tem barquinhos em todos os lugares, já viajei muito, mas igual os barquinhos daqui, assim, esse tipo de barquinho não tem. Agora mesmo, na Ilha Grande que eu fui, tem um monte de lancha, mas é lanchinha, não é barquinho de madeira e não tem essas cores, o azul, o amarelo, o branquinho...pode ver que aqui predomina. Agora está chegando umas escunas aí de várias cores, mas os barquinhos daqui...E, ali na Rua das Pedras, não tem, você tem que entrar em uma loja ou fingir que vai comprar. E um beco estreitinho, né. O pessoal usa mais para fazer outras coisas. Usuários de dependência química ali. As lojas tomaram um espaço muito grande, aquelas lojas ali, vê o tamanho daquela Havaianas, Carmen Steffan, né. Você tem que entrar em becos para olhar o mar (**Manguinhos**).

Outra mudança relatada nos depoimentos locais se refere à alimentação. Isso porque a produção de subsistência praticada nas roças e casas de farinha foi sendo substituída, com a chegada dos fluxos turísticos nacionais e estrangeiros, cada vez mais, por produtos processados e industrializados na rotina da região. Sobre esse tema, a narrativa, a seguir, pontua o gosto da laranja, que antes só se conhecia pela fruta, mas que passou a ser diferente quando o suco pasteurizado passou a ser acessível.

Uma questão interessante a ser abordada nesse processo diz respeito à geração e acumulação de resíduos sólidos, a partir do aumento da população flutuante na região e da transformação dos modos de vida locais, incluindo os hábitos alimentares.

Eu me lembro da alimentação mudando, porque os ingredientes que chegavam com essas pessoas já eram produtos de um determinado, até lixo, né, que a gente não tinha. A gente não tinha plástico. O máximo que tinha era uma coisa de azeite que usava a lata para ferver não sei o que, porque nada se jogava fora. Quando você via outros tipos de embalagem, você ficava curioso para saber o que era. Então era manteiga em lata, era suco de laranja em lata, porque a gente só comia a laranja. Comia o bagaço. Comia tudo. É diferente de você abrir uma lata e sair um suco de laranja horrível, porque é pasteurizado, é fervido para pasteurizar. Então quando você bebia, você falava: “nossa, eu prefiro mil vezes o meu gomo da laranja”. Não tinha o industrializado, não (**Ponta da Lagoinha**).

Ainda sobre o tema da alimentação, a mesma fonte menciona a inserção do açúcar industrializado na dieta local, desconhecido das comunidades na região até aquele momento. Além disso, progressivamente, o trabalho da prestação de serviços junto ao *trade* turístico, levou os comunitários a não disporem de tempo para produzir os seus próprios alimentos *in natura*, passando a se utilizar dessas opções de alimentos de rápido preparo.

Contudo, anteriormente, os hábitos alimentares estavam associados ao sentido de lazer e sociabilidade, com a coleta coletiva de frutos constituindo uma das suas expressões no território. Mas esta prática também foi progressivamente sendo desmobilizada, conforme exposto a seguir, não apenas pela questão do tempo, mas do próprio desmatamento na região induzido pelos loteamentos dos terrenos pelas grandes empresas.

O café quente escaldado com farinha. A gente não tinha doce. O único doce que a gente tinha era o das frutas, a sola ou a cana. Tudo assim, frutas. O mamão, a mariola. A gente não tinha esse lance do biscoito. Mas essa coisa do biscoito que a gente tem hoje, não, era mais isso aí, coisa de sola. Aí começaram a vir as latas de leite moça, porque não tinha naquela época. Os brigadeiros, aí começa a ter outro tipo de ingrediente e de doce. Você se encanta rápido. Com o açúcar, as pessoas se encantam rápido. Na realidade, aquele tempo que tinha para colher fruta, as pessoas foram deixando, porque começaram a ter outro tipo de responsabilidade (**Ponta da Lagoinha**).

Outra narrativa descreve esse contexto como parte das tensões entre o sistema capitalista imposto na região e as culturas tradicionais. Nesse sentido, a sobrevivência em um mundo mediado pela lógica econômica, conduz ao distanciamento do coletivo e das atividades de subsistência, como ilustrado, a seguir.

E aí, você contribui para o capitalismo de consumo, para o capitalismo disso e daquilo, e você vai se afastando das suas tradições, da sua cultura. A nossa

história sendo apagada, lá atrás foi de uma forma violenta, mas no dia a dia quem mata nossa história é a necessidade de sobreviver em um mundo capitalista (**Mangue de Pedras**).

Em anos recentes, além do turismo massivo dirigido à região, os episódios de violência nas metrópoles, parece ter também gerado o deslocamento da população das grandes cidades para o interior do Estado, sobretudo durante a *Pandemia de Covid-19*, elevando as taxas de crescimento demográfico na região, conforme trecho do depoimento, a seguir. Em casos de violência, o narrador, a seguir, menciona que mulheres buscam refúgio na região, inserindo-se em empregos desvalorizados.

O problema são eles que lá não dão suporte a filha, o filho ou a mulher, igual a gente vê aqui toda hora na televisão. De três em três minutos está um cara batendo, dando na cara da mulher e do filho. Ah, vai a mulher sofrendo. Às vezes, vem até mulher procurar emprego, por causa forçada dessas coisas que passam. Vem parar aqui, vem de lá para cá, se joga em quiosque, às vezes em rua oferecendo barcos. É uma série de coisas (**Morro do Telégrafo**).

Ainda sobre o aumento da criminalidade, o caso de feminicídio da personalidade pública Ângela Diniz, assassinada por motivo de ciúmes, tornou-se famoso na região, como se pode notar pelos relatos, a seguir, que mencionam uma procura dos visitantes pela casa onde ocorreu o fato.

Igual aquela casa lá na Praia dos Ossos, onde morou Ângela Diniz que morreu lá, não foi? Não ficou uma fama danada aqui? Foi ciúme e matou a menina em pleno dia, assim. E agora ele está um velhinho. E todo mundo querendo conhecer a casa dela. Todo mundo quer saber. Vem gente de longe “ah, onde é a casa da menina que morreu aqui?” É uma casinha daquelas ali, aí ficou famoso por causa disso. Ficou todo mundo querendo saber qual era a casa. Ela estava na praia e ele chegou, parece, na praia, encontrou ela lá sentada. Não sei, sentia um ciúme danado dela e ela veio embora para casa. Quando ela entrou dentro de casa, ele paniu o revólver e matou a garota. A empregada, que trabalhava na casa dele, é minha amiga. Ela disse que deu um nervoso nela tão grande quando viu ele indo para cima dela, com o revólver. Tadinha, ficou a bichinha caída lá. Eu ainda vi, ela caída lá. Foi todo mundo lá ver. Depois botaram uma cortina na janela e só via o pé. O pé dela. Gente, que loucura, né? É cada coisa que acontece assim, né. De vez em quando acontece uma coisa doida aqui assim, que a gente fica, como pode acontecer isso aqui? Não mataram o cara ontem ali? Ontem deram um tiro no cara ali, mataram ele. Foi 1h da manhã, mas foi por causa de droga, né (**Praia do Canto**).

Que deu também sucesso para cá foi...Uma que foi assassinada pelo Doca Street. Como é o nome dela, meu Deus? Foi depois da Brigitte Bardot que veio esse fato todo aí. A sobrinha dela (*refere-se à mãe*) até trabalhou para eles, para o Doca Street (**Praia do Forno**).

Dessa forma, as comunidades locais identificam o aumento da violência na região, expresso pelas invasões ilegais de terrenos para construções à beira mar, com o intuito de

assegurar aluguéis na alta temporada, mas também, por meio de casos de roubos e assaltos. Esse contexto, em parte, parece ter transformado o lazer, tolhendo a liberdade de encontro e convivialidade comunitária no espaço aberto da rua, onde, ocorria, em geral, a fruição da cultura popular.

Puxamos muita rede. A gente puxava, assim, quando a rede chegava era cheia de peixes. Eu gostaria de voltar, um tempo maravilhoso. Agora está dando muito assalto, muito ladrão. Antigamente, não tinha nada disso (**Poço da Bomba**).

Para além das personalidades conhecidas nacional e internacionalmente que passaram a estar associadas à região, outras se “refugiaram” dos repórteres e fotógrafos vinculados à grande mídia, devido ao isolamento territorial local e à dificuldade de acesso. Esse parece ter sido o caso do próprio ex-presidente Juscelino Kubitschek que, de acordo com narrativas locais, mantinha uma relação amorosa clandestina na região, mas que teve, inclusive, até pouco tempo, uma estátua em sua homenagem, em frente à residência onde se hospedava, em Armação dos Búzios.

Contudo, esse contexto de acolher importantes e conhecidas personalidades nos planos nacional e internacional, levou a região a se tornar ainda mais veiculada nos grandes canais midiáticos, atraindo, ainda mais a atenção, inclusive, de grandes investidores. Um outro aspecto dessa mesma discussão é que a chegada das celebridades despertava a curiosidade nas comunidades locais, o que era, no início, um motivo de diversão, como narrado, a seguir.

Os famosos começaram a vir para cá. Aquela estátua que fizeram do Juscelino Kubitschek ali na orla é porque ele vinha para cá ficar escondido com Bibi Ferreira. Como aqui não era conhecido, eles vinham tudo para cá para se esconder. A gente ficava tudo curioso, porque via aquele movimento de carros, aqui quase não tinha carro, aí eles traziam comidas diferentes que aqui não tinham (**Poço do Amor**).

Com os olhares da mídia dirigidos à região, a demanda pela construção de empreendimentos turísticos e imobiliários locais aumentou, com base em uma estratégia de loteamento das terras para investimento do capital privado. Com esse objetivo, muitos patrimônios culturais da região, de grande valor afetivo para as comunidades tradicionais, foram demolidos e, os poucos pontos que restaram, foram abandonados pela gestão pública. Esse é o caso dos diversos poços espalhados pela região, utilizados tanto para trabalho como para o lazer, nas relações de lavagem de roupas, de convivialidade e, ainda, de captação de recursos hídricos, quando não havia abastecimento de água no contexto regional.

Assim, os poços são considerados patrimônios constitutivos da memória coletiva sobre os modos de vida historicamente construídos. No entanto, muitos foram suprimidos para a construção, por exemplo, de *shopping*, conforme descrito, a seguir.

O Poço do Quilé e o Poço do Amor acho que não existem mais não, porque eram bem onde está o *shopping* hoje, na Rua das Pedras. Eram no centro, onde fizeram aquelas casas, o comércio, aquelas coisas ali (**Praia dos Ossos**).

Outra narradora também menciona o fato de os poços serem aterrados após a posse das terras por fazendeiros, no bairro de Baía Formosa, onde há um quilombo de mesmo nome, no município de Armação dos Búzios.

Em Baía Formosa, tem poço até hoje lá. Alguns poços ainda existem, outros já foram aterrados, porque entraram fazendeiros, né. Mas tem poço ainda em pé lá, principalmente esse da casa de farinha. Fica nas terras de fazendeiros, aí se perdeu. A gente que colocava nome, né. Posso de lavar roupa, posso de pegar água para beber...e quando secava, pegava no Guriri que é um pouquinho depois de Baía Formosa (**Praia da Azeda e Azedinha**).

Sob a perspectiva das comunidades locais, uma intervenção marcante nos territórios, a partir do interesse do setor privado em investir na promoção do turismo na região, foi a transformação dos nomes tradicionais dos patrimônios socioculturais, buscando torná-los mais atrativos aos visitantes. Com esse objetivo, nomes que antes faziam referência aos ciclos das naturezas ou às práticas cotidianas dos coletivos locais, passaram a ser conhecidos, inclusive, por termos estrangeiros, como no exemplo narrado, a seguir, sobre o “*deck*”.

A narradora descreve esse processo como parte do apagamento da história e silenciamento da cultura local, pois as comunidades não se reconhecem nos novos nomes e se sentem desrespeitadas ao não serem consultadas sobre essa mudança. Além disso, a sensação é a de que seus territórios nativos estão sendo, cada vez mais, invadidos por grupos que não valorizam os aspectos culturais da região, criando um verdadeiro “lazer simulacro”.

Nos nomes, nas nomenclaturas, das coisas, dos lugares, que foram sendo alteradas, foram sendo tiradas. Então, a nossa cultura, o nosso conhecimento, vai sendo derramado, assim. Os pontos de pesca, perderam seus nomes originais. Ali, onde se pesca lula hoje que virou o “*deck* dos pescadores”. Você já ouviu falar, né? Olha que nome bonito que tinha aquilo ali. E tem uma história bonita. Chamava-se Pedra do Arpoador. Por que era Pedra do Arpoador? Porque era uma pedra, onde se formava uma fila de pescadores, com as suas tarrafas ou puçás, e jogava a sua tarrafa para pescar lula. Então jogou sua tarrafa, saía e ia para o fim da fila. E vinha outro. Eles arpoavam, jogavam, né. Então chamava Pedra do Arpoador que era muito mais bonito do que “*deck*”. Tenho uma raiva de nome assim (**Furna das Mulheres**).

A **Figura 39**, a seguir, retrata o cenário de turistificação do “*deck dos pescadores*”. Uma área que antes era utilizada para a prática da pesca e que, em decorrência da proximidade com a paisagem cênica do mar com águas cristalinas, passou por um processo de turistificação, com base na exclusão social e na criação, ainda, de bolsões de pobreza no entorno. A figura registra, também, um casal sendo fotografado e uma fila de pessoas aguardando para, na sequência, registrarem o cenário, considerado “paradisiaco” ou ainda “Caribe brasileiro”.

**Figura 39:** Registro fotográfico do processo de turistificação do “*deck dos pescadores*”.



**Fonte:** A autora (2021).

Ainda com relação a esse processo, que tende a gerar diversos passivos sociais na região, a mesma narradora cita um outro exemplo nas “Prainhas do Pontal”, um dos pontos que mais atrai visitantes para a Região Turística da Costa do Sol, devido às escadarias que se tornaram conhecidas pelas filmagens de novelas e pela veiculação de imagens nas redes sociais. Um aspecto a ser destacado é que essa área integra o Parque Estadual da Costa do Sol.

No entanto, ainda assim, parece não ter ocorrido um processo participativo de compreensão dos valores culturais das naturezas, junto aos povos locais. Assim, a narradora observa “com muita tristeza”, de acordo com suas próprias palavras, a alteração para nomes que não expressam significado local. Com relação ao lazer, vale destacar que os nomes tradicionais escolhidos pelos nativos são considerados “lúdicos” por fazerem alusão às dinâmicas culturais da região, conforme sinalizado pela colaborada da pesquisa, a seguir.

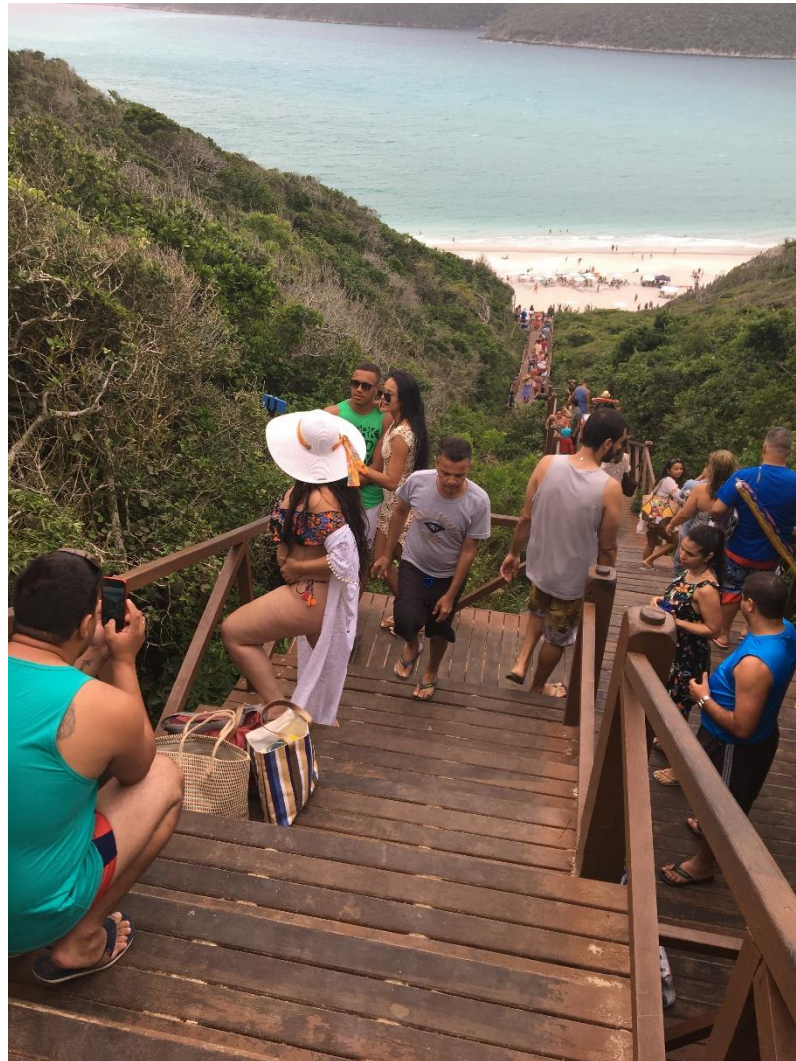
É, na verdade, são os próprios turistas que começam a mudar isso. Tem uma outra praia, essa praia que tem a famosa escadaria. São três praias, na verdade,



chama “Prainhas do Pontal”. A terceira praia, pela ordem, a terceira e última praia, ela some e aparece, de acordo com a maré baixa ou alta. E essa praia chamava “Lanço d’Água”. Hoje recebe o nome de “Praia da Sogra”. Então, é triste. É triste, sabe? Eu falo com muita tristeza, eu rio, mas eu falo com muita tristeza. Como é que você consegue colocar na cabeça de alguém para botar uma placa lá e botar “Lanço d’Água”? É até lúdico o negócio, sabe? (**Furna das Mulheres**).

A **Figura 40**, a seguir, apresenta o intenso fluxo turístico nas escadarias das “Prainhas do Pontal” do Atalaia, logo cedo, no período da manhã. Cabe ressaltar o apelo às imagens cênicas e paisagísticas, com casais tirando “*selfies*” e uma mulher grávida sendo fotografada no local.

**Figura 40:** Registro fotográfico da turistificação das “Prainhas do Pontal” do Atalaia.



**Fonte:** A autora (2018).

Além das mudanças nos nomes dos patrimônios socioculturais, parece haver, também, uma certa negligência com relação à segurança dos visitantes na prestação de serviços turísticos na região, entre outros motivos, pela própria falta de conhecimento sobre os ciclos das naturezas, o que tende a culminar, não raro, em tragédias. Como as comunidades tradicionais observam as naturezas e salvaguardam por elas um profundo sentido de pertencimento, estas reconhecem os momentos do dia mais apropriados e os pontos mais adequados para realizar suas práticas.

No entanto, a ruptura entre sociedades e naturezas que fundamenta as atividades consideradas modernas, conduziu a um sentido de imediatismo, visando o lucro. Nesse sentido, não se respeitam os ciclos naturais e a regeneração das naturezas, de modo que há uma imposição das atividades turísticas independente das condições locais. Há, também, uma apropriação de espaços antes destinados à pesca tradicional, como os abrigos do “vigia”, como se denominava o ator local responsável por avistar o pescado no mar, para torná-los mirantes turísticos.

Esse processo parece alocar os nativos, cada vez mais, às margens periféricas da cidade, como se pode evidenciar no trecho da narrativa, a seguir, quando um pescador local menciona que “chora pelo mar”. Vale destacar em sua fala que ele reconhece esse processo como um “simulacro”, quando menciona não ser “natural”, mas inventado.

Mas é por isso que o pescador nativo chora por causa do mar. Chora. Eles pegam os nossos pontos de pescaria e colocam nomes diferentes. tem um pesqueiro lá que se chama João Ferreira. Ele é igual um tobogã. Ali, em João Ferreira, tem um buraco na pedra que a maré joga uma água e forma uma piscina, mas aquilo ali é tão perigoso que no passado só quem saía da canoa para subir naquele paredão, que ali é um lugar muito perigoso, que a gente pescava ali. Fazia eu e tinha mais dois que conseguia subir, por causa da idade. Hoje, eu não chego nem à distância, aí eu sei que eles batizaram como “Lago do Amor”. Começaram a frequentar lá e tal, aí um certo dia parece que foi um cara lá que era da Marinha, não sei o quê, aí o mar veio, cobriu e levou o cara com tudo. Porque ele vem assim, a gente abaixa a cabeça, quando viu, o mar, já não tem mais chance, morreu, vai embora. Morreu o cara e proibiram de ir lá. E, agora, aqui em cima, tem o lugar que a gente chama de Vigia, aquela casinha, e de cá, debaixo, tem um outro Vigia que se chama Calha, aí faz uns dias que eu fui saber que eles botaram “Janela do Paraíso” o nome do lugar. “Janela do Paraíso”! Por quê? Para ganhar espaço para o turista vim e achar que aquilo ali é verdade. Troca o nome que aquilo já tem, nativo, para “Janela do Paraíso”, para ficar mais turístico. É um absurdo! Então, isso daí que vai deixando de ser o natural (**Morro do Telégrafo**).

A **Figura 41**, a seguir, representa um antigo abrigo do vigia que foi transformado em “Janela do Paraíso”, com função de mirante turístico. Vale ainda destacar que próximo a esse



ponto, antes de pesca tradicional, colocaram, ainda, um balanço ornamentado, para que os visitantes registrassem fotografias e as veiculassem nas redes sociais.

**Figura 41:** Registro fotográfico da turistificação do Vigia.



**Fonte:** A autora (2021).

Assim, as comunidades nativas identificam a ausência de uma perspectiva inclusiva e participativa, por parte dos gestores públicos da região, com relação ao planejamento do turismo. Esse aspecto pode ser notado na narrativa, a seguir, sobre a dificuldade de participarem do circuito de lazer na região, com geração de renda para as comunidades, considerando a concentração do fluxo de visitantes nos atrativos hegemônicos. Esse contexto conduz, ainda, a uma certa baixa-estima das comunidades sobre o que elas têm para oferecer, o que pode ser

identificado pela frase “mas tem que ter o negócio bonitinho também”, se referindo às estruturas comunitárias para o acolhimento dos turistas.

Por isso, eu falei para as meninas: “vamos lá falar com o Secretário, para quando tem turismo aqui, deixar lá 10 minutos, 20 minutos...para conhecer”, mas tem que ter o negócio bonitinho também (**Praia Brava**).

Nesse sentido, as comunidades locais se sentem “em extinção”, de acordo com as próprias palavras da narradora a seguir, considerando a chegada massiva de grupos “de fora” e o silenciamento da história local.

A gente está terminando. Só vem gente de fora e a gente está acabando. A gente está em extinção. Está acabando a história. Não tem extinção do bicho? A gente está também. Todo mundo já quase morreu dos mais velhos, só tem a gente (**Praia Brava**).

O processo de invisibilização cultural parece ter começado a ocorrer a partir da divisão da região que era um grande *continuum*, em diferentes municípios. A partir da implementação da gestão municipal, com as prefeituras, as comunidades passaram a encontrar menos espaço para a participação no “cuidado” com o território, como registrado na narrativa, a seguir, ao mencionar que antes o “pessoal local” que “cuidava”.

Para pior? Eu acho que depois do prefeito. Quando era de Cabo Frio, era o pessoal local que cuidava de Búzios. Isso que mudou. Mudou, porque o pessoal local cuidava de Búzios, era legal (**Praia Brava**).

A perspectiva de exclusão comunitária do processo se torna ainda mais clara quando, na narrativa a seguir, se menciona que ninguém consulta a opinião dos nativos sobre os projetos implementados na cidade. Nesse sentido, parece haver, por parte dos coletivos inseridos na pesquisa, o reconhecimento de uma grande invisibilização das culturas em curso na região. Essa afirmação ganha maior relevância quando o narrador, a seguir, menciona que “ninguém vem perguntar o nativo aqui, o que é bom, o que é ruim”, demonstrando uma percepção sobre a imposição externa a uma lógica economicista e utilitarista de uso e ocupação do território que não parece fazer sentido para os povos locais.

Essa questão pode ser evidenciada, também, quando se sinaliza para um *modus operandi* exploratório e colonialista de fazer turismo, com base em “usar e acabar” com os bens territoriais. Vale notar a associação, ainda, com outros povos nativos do Brasil, como os indígenas na Amazônia que, segundo a perspectiva local, também não são convidados a pensar na resolução dos problemas locais; mas, pelo contrário, sob o poder institucional de

“especialistas”, os profissionais de fora do contexto local é que são acionados e contratados para isso, em uma lógica balizada pela criação de problemas e soluções com base na perspectiva de mundo moderna-colonialista-ocidentalizada.

Conversar, fazer isso que você está fazendo, eles nem se atreve. Eles acha que tem que se apresentar como o cara conhecedor. Não é diferente do que a gente está vendo aí no governo. Tem queimada lá na Amazônia, o cara mora lá, vê se eles procura o nativo de lá para tomar informação. O cara que está dentro do Rio de Janeiro, na casa dele, é que vai fazer o projeto. Vai fazer isso, vai fazer aquilo, para combater o incêndio. Não é o cara do Amazonas. É o que acontece. Ninguém vem perguntar o nativo aqui, o que é bom, o que é ruim, o que aconteceu, para se melhorar. Não, o cara só quer saber de mudar as coisas, para ganhar o dinheiro. Ganhar o dinheiro é o que eles fazem. Só isso. Mas aí, ganha e larga. É como se fosse usar uma casa. Usou, usou, alugou e depois vai embora. Eles trouxeram o turismo para usar e acabar (**Morro do Telégrafo**).

Sobre as diferentes perspectivas de mundo que fundamentam as ações na região, cabe analisar que, se por um lado há uma grande permissão aos investimentos do setor privado que desconsideram a conservação das naturezas e os valores culturais implicados no território; por outro lado, há uma interferência dos órgãos ambientais atuantes na região, em especial do INEA, responsável pela gestão do PECS, com relação à transformação da rotina de trabalho, mas também de lazer, das comunidades tradicionais.

Nesse sentido, a narradora, a seguir, sinaliza para o fato de a “casa de peixe” de sua família ter sido retirada da praia e levada para uma área afastada, devido às reclamações de atores externos sobre o forte odor decorrente da manipulação do pescado. No entanto, como as condições nessa nova área não eram adequadas, foi necessário interromper a atividade.

Era uma casa de peixe. Foi tirada essa casa de peixe dali e foi levada lá para cima, porque estava começando a ficar todo mundo reclamando do cheiro. Levaram meu pai lá para perto do Fórum. Foi um negócio aí, INEA, sei lá, aí levou meu pai para lá. Ele fez outra casa de peixe, mas essa casa de peixe não deu certo, porque lá era água doce, porque era um brejo que tinha lá. Não deu certo, porque era água doce. A gente ficou lá, papai fez ainda uma porção de tanque para fazer também os peixes igual, mas não deu certo, porque era água doce (**Praia do Canto**).

Ainda com relação aos órgãos ambientais atuantes na região, parece ocorrer, também, uma cooptação das iniciativas locais, a partir do desvio dos objetivos iniciais, como a própria criação da Resex Marinha do Arraial do Cabo. O narrador, a seguir, conta que esta foi pensada e criada a partir do movimento dos pescadores artesanais, mas, na sua perspectiva, a inserção do Estado nesse contexto, permitiu a formação de “quadrilhas” que passaram a não representar

mais os interesses locais, mas sim, a “machucar” e a “sugar” o território, em uma dinâmica de “competição” com os povos tradicionais locais, segundo suas próprias palavras.

Assim, parece importante refletir, também, sobre a importância da autogestão territorial no contexto da produção de dinâmicas de trabalho e lazer mais autênticas e significativas para as comunidades nativas.

Isso, aí depois veio essa Reserva Extrativista. Ela foi fundada aqui pela gente aqui pescador, depois veio tomar conta o Estado. Veio, tomou conta, formou, porque tem que ter os responsáveis para cuidar, claro. Formou-se assim, eu falo, muita quadrilha. Quadrilha. O cara que não tem nada a ver, que não tem compromisso, e vem machucando. pessoas sem compromisso, não são pessoas que vem para somar, não. tem gente que vem para sugar além do que é devido dele. Em vez de ajudar, ele compete, vem competir com a gente (**Morro do Telégrafo**).

Sobre a Resex Marinha de Arraial do Cabo, o mesmo narrador critica a falta de fiscalização em suas áreas, onde ocorrem grandes capturas de pescado pelo método da “pesca de arrasto”<sup>73</sup>. Por essa razão, este considera que a Resex ficou “abandonada”.

Ela foi importante no tempo que ela tinha as próprias medidas, de pescar, as pessoas entrar e outro não vim. Então, ela ficou abandonada. A reserva, depois que eles começaram a catalogar os pontos, aí ficou na mão do pessoal, ele entra faz o que quer. Nós temos uma rede aqui no município, três malhos, era uma rede assassina, a rede parada no mar. Então, dentro da reserva, não se pode...aqui da Praia Grande, do começo, até Saquarema, a rede ficar na beira da praia. O cardume de peixe que ele vem, pela reserva, ele bate, se espalha, malha, alguns morrem e espanta o caminho dos outros. Eles arrastava aqui na nossa casa. Era uma coisa que o pescador artesanal, o remo, era para pescar, para tirar o sustento, porque a gente tira o sustento pouquinho e não danifica a natureza. Aí esses barcos grande vêm, danifica com a captura grande. E não tem fiscalização (**Morro do Telégrafo**).

Também com relação ao tema das áreas protegidas, a narradora, a seguir, compreende que, embora a criação do Parque Estadual da Costa do Sol tenha tentado paralisar a tendência de desmatamento e perda progressiva da biodiversidade regional, as comunidades locais percebem um avanço crescente da criminalidade e das construções ilegais em áreas da restinga, o que dificulta a salvaguarda das práticas culturais, incluindo o lazer comunitário realizado anteriormente, com a coleta de frutas e a convivialidade em articulação com as naturezas.

---

<sup>73</sup> A “pesca de arrasto” é um método de lançamento da rede, a partir de um barco em alto mar, para posteriormente puxá-lo. É considerado um método exploratório, porque arrasta o que estiver no caminho, sem critérios ou cuidados de seleção.

Desse modo, parece fundamental destacar o desafio das unidades de conservação, uma estratégia de políticas públicas para a proteção da biodiversidade, em incorporar os diversos valores culturais das naturezas na dinâmica da sua gestão.

Infelizmente, hoje pela falta de segurança, pela invasão que a nossa região toda sofreu, mesmo com a tentativa de conservação do Parque Estadual da Costa do Sol, houve uma perda muito grande. Muito grande. E a segurança, mesmo, não tem mais. Então quando a gente vai para a restinga, tem que ir de uma forma muito segura. Não é mais como a gente ia. E a gente ia um grupo, era ela (*refere-se à tia*), meu tio, meus irmãos, meus primos, alguns mais velhos e outros criançaada junto. Era o dia inteiro, a gente saía por volta de 4h da manhã para a restinga, porque era uma caminhada grande para chegar quase próximo à Saquarema. Para você ter uma ideia, entrar na restinga e ir caminhando por dentro do mato, por dentro da restinga, voltando. Porque, aí, a gente ia voltando, catando fruto, entendeu? Aí quando chegava, assim, 3h e tal, 4h, a gente: “já tá na hora da gente sair”. O que é sair? É alcançar a praia, chegar na duna mais alta, olhar, descer e pegar a praia, aquela praia mais dura mesmo e caminhar de volta (**Furna das Mulheres**).

A afirmação de transformação do lazer comunitário, em conexão com as naturezas, se reflete, também, na narrativa, a seguir, em que se menciona que, com o aumento do desmatamento e da derrubada das árvores onde se coletavam frutos, as práticas culturais foram interrompidas.

E aquilo ali era só pé de pitanga. Era muito pé de pitanga. Aquele campo todinho ali era de pé de pitanga. A gente catava aquele monte de pitanga e levava para casa. Fazia geleia, fazia doce, fazia goiabada, era muito bom. Hoje não tem mais isso, acabou, né (**Ponta do Pai Vitória**).

Além do desmatamento, a região passou a ser conhecida pelo “boom” da exploração de petróleo. A narradora, a seguir, menciona ser essa parte da zona costeira fluminense, um “território do petróleo”, o que tem levado a uma inserção seletiva e apenas pontual das comunidades em projetos desenvolvidos, sobretudo, pela inserção da Petrobrás no circuito local das atividades econômicas.

Comecei a trabalhar na Petrobrás com estatística pesqueira. Saía de casa, deixava tudo pronto, comida pronta, tudo certinho, e saía para a praia com uma prancheta, caneta, para cadastrar todos os barcos. Todos os barcos aqui, eu cadastrava o nome, aí a Petrobrás vinha buscar. Hoje, é território de petróleo, aí eu ia quando tinha reunião em Campos, deixava tudo pronto em casa, tinha que ir. Cadastrei todos os barcos aqui de Búzios. Todos. Então descrevia cada peixe, cada item. Cada peixe com o seu nome. Aí anotava tudo e ia para casa, aí ia para a reunião. Fui na palestra do pessoal da Petrobrás. Eu botava o nome do barco tal, tantos peixes, tantos quilos, a qualidade do peixe. Se era Bonito, se era Cavala, se era Corvina, se era mistura. A rede tal e tal (**Mirante do Boi**).

O contexto de degradação ambiental tem conduzido à implementação de muitos projetos na região, vinculados, também, às medidas de compensação socioambiental pela extração de petróleo e pelo desenvolvimento de outras atividades impactantes no território, propondo promover o turismo, com base na participação das comunidades tradicionais. No entanto, muitas dessas ações são propostas por atores externos e geram, não raro, desconfortos e conflitos entre os atores locais. Isso porque envolvem a imposição de práticas, sem um diagnóstico prévio que possa identificar questões históricas, mas que ainda precisam ser consideradas, conforme trecho descrito pela narradora, a seguir. Esta demonstra grande emoção ao abordar o tema sobre os passivos históricos na região.

Vale notar a perspectiva crítica quando às propostas que não partem das próprias comunidades e quanto ao turismo representar, sob uma perspectiva economicista, uma prioridade recorrente no contexto de projetos socioambientais, apesar das comunidades sinalizarem para outras questões mais latentes que demandam um olhar sensível, como o processo de conquista da autonomia e emancipação pelos coletivos locais.

Eu tenho uma preocupação com o turismo, porque as pessoas estão com uma pressa de colocar turismo aqui, rota ali, mas e a comunidade? Eu fico olhando Rasa. Alguém falou assim: “só Rasa que não entrou nesse projeto”, mas Rasa tem tantas questões que precisam ser trabalhadas em Rasa e ninguém está preocupado com isso. E ainda é visto Rasa de uma forma negativa: “só Rasa que não entra, só Rasa que não está, só Rasa que não fez”. E as questões de Rasa, de resistência de Rasa que ainda são presentes? As questões do conflito. De você falar uma coisa e a pessoa interpretar outra. As questões de educação de visão de mundo, de interpretação de mundo e de lugar social, não foram trabalhadas por Rasa. Qual é o lugar social? Caramba, a gente está falando de um povo que está saindo da escravidão. A escravidão só tem 100 anos! Cento e pouquinhos. A gente está falando de pessoas que, mesmo depois da escravidão de 100 anos, na década de 1960 foram expulsas da sua terra. A gente está falando de pessoas que não tiveram acesso à educação. As crianças tiveram que deixar a escola para sobreviver. O que essas pessoas têm de leitura de mundo, entendeu? Antes de impulsionar, você tem que trabalhar a comunidade. Você tem que falar para aquela mulher que dá para ela viver da cultura, que ela não precisa ser empregada doméstica, que ela pode ser protagonista da sua própria cultura, da sua própria história. Dá para falar para aquela mulher que ela não precisa ser a mulher que vai fazer a limpeza de rua. Quando a gente consegue fazer isso, oportunizar que as pessoas leiam suas realidades sociais, você permite que a pessoa se liberte, que ela alcance sua autonomia. Estou filosofando para caramba, né. E eu estou quase chorando da minha própria filosofia (**Mangue de Pedras**).

Sobre a perspectiva da colonialidade subjetiva e epistêmica no território, os descendentes das comunidades tradicionais da região narram a dificuldade de acessar os benefícios das políticas sociais, devido ao encontro entre povos indígenas, quilombolas, caiçaras e colonizadores nessas áreas. Nesse contexto, a falta de conhecimento da história da

região e a desconsideração do autorreconhecimento dos atores sociais a um determinado grupo étnico-cultural, leva, não raro, à supressão de direitos, conforme destacado, a seguir.

Então, eu sou tataraneta do cara, mas eu pedi para ser tataraneta de um cara que é agressor? Eu não pedi para ser tataraneta de um agressor, de quem agrediu o meu bisavô. Eu não pedi. E, às vezes, as pessoas olham para mim, para as minhas irmãs, e torcem o nariz. Às vezes chegam benefícios e para ela não vai. Não se enquadra no perfil, mas que perfil caramba? E ninguém dá o perfil, sabe? É o que meu avô fala: “eu não sou preto, eu não sou branco, não tenho nenhum desses requisitos, mas eu sou muito franco”. Eu sou detentora de direitos, eu sou dessa descendência, foi essa descendência que me acolheu. E como o outro pode dizer para mim que eu não sou? Então, assim, é falta de conhecer a nossa história, de conhecer a história do outro, de ter empatia pela história do outro (**Mangue de Pedras**).

Sobre os efeitos da inserção de atores externos ao território, nota-se uma presença cada vez maior do Evangelicalismo na região. Cabe notar nos fragmentos das narrativas, a seguir, que a forte perspectiva religiosa difundida entre as comunidades, recebeu um elevado quantitativo de adeptos, e passou a estabelecer uma relação dicotômica entre as festas e os bailes tradicionais da cultura popular, e a religião com a pregação de seus valores morais. Isso porque, a narrativa, a seguir, parece evidenciar que as festas passaram a ser malvistas, associadas ao imaginário de lazer vinculado ao “pecado” e ao “vício”, e a acontecer de forma “clandestina”, ocorrendo escondido, no território.

E a festa que a gente tinha aqui eram as quadrilhas, tinham os bailes de antigamente e o forró. O pessoal ia muito. Depois meu marido também passou a ir, mas eu nunca fui nessas coisas. A minha festa era da igreja que todo ano tem. Aqui todo ano tem o aniversário da nossa igreja que é em dezembro, no final do ano. Nunca fomos de ir para bailes, de beber e de fumar. Nunca tivemos esses vícios, porque nós fomos acostumados ali e até hoje nós somos da Assembleia de Deus da Rua das Pedras (**Praia de Armação**).

Ainda sobre as investidas das instituições religiosas no combate ao lazer associado à cultura popular, visando um certo doutrinamento dos corpos e manutenção do *status quo*, vale notar o tensionamento entre uma das festas locais mais conhecidas e esperadas anualmente pelas populações caiçaras e de pescadores artesanais, a Festa de Sant’Anna, mas que, por estar associada à perspectiva do Catolicismo, vem sendo rechaçada pelo Evangelicalismo, como fica claro na narrativa abaixo.

Tinha, também, essa Festa de Sant’Anna. Não é porque sou evangélica que não vou contar, né. Essa Festa de Sant’Anna, a gente só se preparava para essa festa. Comprava os tecidos para fazer os vestidos para a gente ir toda bonita para a festa. E arrumava namorado lá. Os encontros. A gente namorava e

muitos se casaram com pessoas que conheceram na Festa de Sant'Anna. Lindo! Tem os meninos dessa época também, os pescadores. Mas as meninas de Búzios gostavam de namorar mais os de fora. Já os homens gostavam de namorar as meninas do lugar. Não dá para entender até hoje. A maioria...tiveram muitos que se casaram com o da terra, né, mas muitos preferiram se casar com gente de fora. Só Jesus! E as festas rolavam todo julho. Sai a procissão pelas ruas. A festa eu não vou mais, porque eu sou...né?! A gente cada um, né...mas minha mocidade foi toda lá subindo o Morro do Sant'Anna, com o baile até de manhã (**Praia dos Ossos**).

No trecho da narrativa de uma das colaboradoras da pesquisa, a seguir, pode-se apreender outra prática de lazer entre as comunidades locais que foi interrompida pela forte perspectiva do Evangelicalismo na região. É interessante perceber como os vínculos sociais, como a construção dos relacionamentos amorosos, vão sendo modificados por um certo aprisionamento da alegria e espontaneidade, empreendido pela religião, como parte, também, possivelmente, de uma estratégia de desarticulação dos coletivos locais.

Aqui, o *shopping* nº 1, onde tinha o nosso *WhatsApp*. Era um bar. Chegava de noite, aí os nativos não tinham celular, não tinha nada disso, então colocavam “vim aqui, não encontrei você, esperei até tal hora”. “Amanhã vou na Praia da Ferradura ou João Fernandes tal hora”. “Se quiser me ver...” ou então qualquer recado, você colocava no alfinetinho no quadro. O pessoal não conta essa história. Eles não contam essa história, porque eles são muito evangélicos, assembleianos mesmo, tradicional. Então eles não contam, porque diziam que não viviam, não saíam de noite, não escutavam música. Só se fosse escondido, algumas que fugiam de casa. Escondidinho, dava uma lesa no pai. A gente saía juntas (**Manguinhos**).

Além da forte presença do Evangelicalismo no território, no trecho, a seguir, pode-se identificar que a própria perspectiva da festa vem sendo distorcida do seu significado original. Esse contexto parece estar associado, em parte, aos interesses capitalistas que desviam o sentido de celebração conjunta das festas para atender a objetivos comerciais.

As festas daqui eram tudo diferentes de hoje. Hoje não tem mais aquelas festas. Os festeiros eram assim, eram quatro festeiros, eles pegavam as listas e levavam lá para a Praça XV. Você sabe a Praça XV, né? Quando eles vendiam o peixe, eles já...cada barco assinava a lista, dividia e pegava o dinheiro. Traziam um monte de dinheiro aqui para a festa. Eram muito bonitas as festas. De manhã, 5h da manhã, a banda de música estava tocando em frente à casa de cada festeiro. Acordava, tinha alvorada, aí em frente à casa de cada festeiro tinha a banda de música. Era muito bonito, as festas eram muito bonitas antigamente (**Ponta do Pai Vitório**).

Assim, as narrativas silenciadas pelo “progresso” estiveram na origem de um “lazer simulacro” na região, a partir da invisibilização das comunidades tradicionais, com base na seleção e valorização de referências turísticas exógenas ao território, desconexas da história e



dos valores culturais locais. A imposição do *modus operandi* capitalista e neoliberal sobre a dinâmica social e cultural local, vem pressionando, ainda, as comunidades a se retirarem das suas terras nativas, em um processo caracterizado por tentativas reiteradas de apagamento das memórias e silenciamento das narrativas coletivas.

No entanto, a resistência, sobretudo por meio das micropolíticas comunitárias de potencialização da vida, com base na fruição lúdica da cultura, expressa também pelas práticas de lazer no cotidiano, parece contribuir para reencantar o território que os atores externos buscaram esterilizar, como exposto, a seguir, pelas narrativas insurgentes.

### 5.3 NARRATIVAS INSURGENTES

As narrativas comunitárias insurgentes se expressam pelas vias de fuga e desvio das normas impostas pelos setores turístico e imobiliário no território, com base em uma perspectiva de mundo colonial-moderna homogeneizante. Como anteriormente discutido, embora a prática do lazer na região venha sendo controlada socialmente pelos interesses do setor privado, que busca mercantilizar e despolitizar esse campo, parece fundamental reconhecer as potentes ações lideradas pelas comunidades locais que contribuem, no contrafluxo desse processo, para delinear desenhos alternativos de autogestão do território e conquistar autonomia coletiva para a coprodução de uma outra realidade.

Com esse direcionamento, uma primeira questão a ser elencada é a aposta comunitária na organização e no fortalecimento do coletivo, a partir da identificação de uma relação assimétrica de poder imposta entre os “de fora” e os “da terra”. Assim, os atores locais percebem ter havido uma tentativa intencional e estratégica de desarticulação comunitária, para despotencializar a luta e a reivindicação por direitos, frente às ameaças externas. Além disso, há cada vez mais o reconhecimento coletivo das injustiças historicamente consolidadas, como exposto no trecho, a seguir, sobre a origem da criação de uma associação representativa das mulheres caiçaras na região.

Mas eu vou te contar sobre como surgiu o grupo das Mulheres Caiçaras Buzianas. Surgiu de uma revolta. Por quê? Porque teve a Lei Aldir Blanc. Então, eu participei. Tinham poucas buzianas. Eu vim com a história do “Menino Sonhador”. Nós fizemos o livrinho contando a história dele. O menino sonhador é o meu irmão. Hoje ele não está mais com a gente. Foi contemplada com R\$3.000,00. Em vez de ser todo mundo contando histórias, contando as coisas, mesmo de Búzios, tinha muita pouca história. Tinha gente que não tinha nada a ver e foi contemplada com R\$9.000,00. Eu criei uma revolta sobre isso. Por quê? Se eu estava contando uma história vivenciada

aqui em Búzios, por que eu não fui contemplada com os R\$9.000,00? Eles me deram um “toma, isso está bom para você”. Eu fiquei revoltada com isso, eu saí daqui, cheguei lá em casa e falei assim para as minhas irmãs: “a partir de hoje a gente vai fazer uma associação e ninguém vai mais passar a perna em nós”. Por quê? Porque a nossa história é verdadeira, uma história que tem a ver com a nossa cultura, então nós vamos abrir uma associação e vamos reivindicar todos os nossos direitos. Contar para o mundo a nossa história. Fui para a casa e falei: “vamos fazer uma associação” (**Ilha do Caboclo**).

Essa voz local discorre, ainda, sobre a potência da articulação no coletivo de movimentos contra hegemônicos, com o objetivo de resgate cultural, frente às pressões exercidas pelos “de fora” que se apropriam, cada vez mais, do território. As expressões “chega” e “basta”, parecem ilustrar um despertar comunitário que busca combater a exclusão social, a iniquidade e as injustiças no contexto regional.

Outro aspecto que chama atenção nas narrativas obtidas é o trecho em que se menciona ser essa uma “revolta boa”, associada a um profundo movimento para o questionamento às estruturas sociais que, não raro, reproduzem formas históricas de violência e opressão colonialistas. Vale considerar, também, o desejo por reconhecimento, em um contexto de forte invisibilização intencional das culturas locais.

À princípio era só família, minhas irmãs e mais umas dez pessoas, mas hoje somos quase 70 mulheres. O movimento surgiu para a contação de histórias. A Associação de Mulheres Caiçaras Buzianas é uma associação de resgate da cultura de um povo tradicional voltando à origem da antiga aldeia de pescadores, na busca do desenvolvimento socioeconômico das suas associadas. Eu acho que tem muita coisa que a gente deixou para atrás. Quando eu participei dessa Lei Aldir Blanc, eu vi que nós mesmas, estávamos deixando morrer nossa história, porque a gente cruzou os braços e deixou as coisas acontecerem. Teve uma chilena que mora aqui já há 40 anos que me perguntou: “para que você quer mais que isso? Para você já está muito bom”. Eu fiquei revoltada. Para que eu vou aceitar isso? Uma mulher que não é daqui falar isso e a gente deixa as pessoas de fora virem, por nossa culpa, porque a gente se acomoda e cruza os braços. A gente deixa as pessoas de fora virem e fazer tudo aí. Não, a partir de hoje vai ser diferente e aí comecei. Foi uma revolta boa, porque abriu os olhos. Falei: “chega! Basta!” A partir de hoje eles vão ter que reconhecer a gente (**Ilha do Caboclo**).

A luta pelo reconhecimento das culturas tradicionais parece se fundamentar na contação de histórias conectadas com a realidade dos modos de vida construídos na região, na produção de artesanatos e no resgate da culinária local. Cabe enfatizar, ainda, o protagonismo feminino, sobretudo das anciãs, à frente dessas ações.

As mulheres, dentre as suas ações, querem prover a cultura através da contação de histórias vivenciadas pelas próprias caiçaras, a preparação de comida típica, o artesanato e, principalmente, a vivência durante anos da pesca

e da agricultura cultivada nas roças. Desde então, um grupo luta para resgatar a cultura da nossa cidade voltando às origens das mulheres que, além de trabalhar fora, elas eram responsáveis pela casa, pelos filhos, eram lavadeiras, cozinheiras, arrumadeiras, fazedoras de rede de pesca, lavadoras, fabricantes de farinha, escaladeiras, confeccionadoras de esteiras, enfim, jamais poderiam ter sido de pouca importância para a história econômica e social. Então, a gente vem lutando esse tempo todo para isso, para salvaguardar a nossa história (**Ilha do Caboclo**).

Grande parte dessas iniciativas comunitárias parece ganhar forças em uma perspectiva de mundo que valoriza o sentido de transmissão intergeracional de saberes e práticas. Uma expressão sensível dessa afirmativa pode ser observada quando uma narradora menciona o movimento de se buscar “encarnar a mãe”. Por essa via, seria possível levar adiante o legado ancestral.

Depois que a gente pega uma certa idade e a gente perde a mãe ou não, ou está longe da mãe, a gente começa a encarnar a nossa mãe, porque a gente começa a gostar, a cultivar e a querer tudo aquilo que elas faziam e que a gente nem dava a mínima, entendeu? Essa semana, eu comecei a falar com a minha filha: “tu está me encarnando e eu ainda não morri, não, hein”. Ela adora fazer uma coleção de pratos, aí já quer uma plantinha no quarto, que antes não queria saber de planta. Já tem uma planta no quarto. Como aquelas coisas que a gente tem e que eu adoro hoje que era exatamente tantas das coisas que minha mãe fazia e queria, e a gente não dava importância. Então, eu me sinto assim, encarnando o deixado, a herança da minha mãe, a herança cultural da minha mãe. Pena que eu não aprendi a fazer renda, a fazer algumas coisas. Ela era a safa para renda. Ela fazia um monte de bordados (**Furna das Mulheres**).

A escuta atenta às gerações anteriores, dos anciãos, parece representar, assim, uma via de resistência ao silenciamento da cultura local e às opressões modernas. Assim, o fortalecimento dos laços familiares é entendido como um caminho para a manutenção da história viva, ainda que os esforços do sistema colonialista, capitalista e neoliberal sejam para invisibilizá-la.

O encurtamento da dimensão espaço-tempo parece reafirmar o afastamento entre gerações, o que possibilita poucas oportunidades de encontro entre a juventude e os mais velhos, considerados mestres nas comunidades. Isso porque, a luta pela sobrevivência, em um *modus operandi* de viés economicista, tende a subjugar os corpos, sobretudo aqueles considerados inferiores no sistema hierárquico étnico-racial e de classes, ao trabalho pesado. Assim, cabe considerar que o lazer quando vivenciado por uma perspectiva de mundo descolonial, em integração com as outras dimensões da vida cotidiana, parece possibilitar a fruição conjunta da cultura, conforme algumas pistas reflexivas disparadas pela narrativa, a seguir.

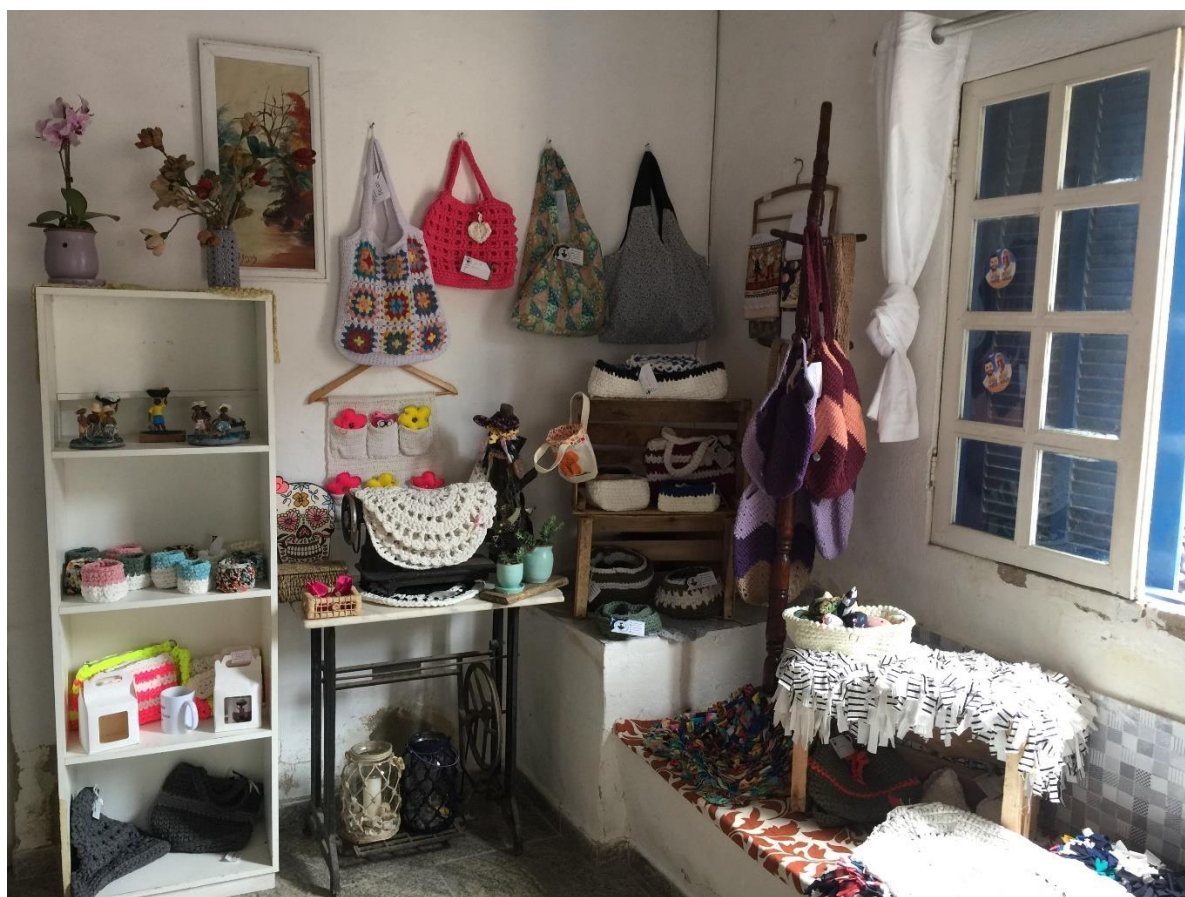
Eu, conversando, com umas pessoas da comunidade, as pessoas dizem assim: “olha, eu não sabia disso”. Então você ouça os seus avôs, escuta história dos seus bisavôs. Eu falei sobre a nossa história com um grupo de alunos do INEFI (Instituto Educacional de Habilitação Profissional e Formação Integral) que esteve aqui nos visitando, as pessoas ficaram em silêncio. Eu falei: “gente, está difícil?” Elas disseram: “não, é porque a gente nunca ouviu isso. Ninguém nunca contou isso para a gente”. Então, procure os seus avôs, converse com os seus tios mais velhos, tem alguém com mais de 90 anos na sua casa? Vai atrás dele. Vai escutar essa pessoa de 90, 80, 70 anos da sua casa que tem muita história para contar. Por que as nossas histórias não estão sendo contadas? Porque, novamente, o mundo moderno nos leva a nos distanciar dos nossos avôs, da convivência com os nossos avôs, da convivência com nossos tios mais velhos. Como fala lá no morro: “você está no corre”. Quando você está no corre do seu dia a dia, daquela sobrevivência, você se distancia de quem pode te dar a informação. Então, a gente se distancia e precisa voltar para os nossos bisavôs, para os nossos avôs, conversar com eles, com os nossos tios mais velhos, com os nossos pais. Eu vi, a gente precisa fortalecer essa relação familiar, essa relação de escuta dos mais velhos (**Mangue de Pedras**).

No contrafluxo de um contexto de trabalho que visa alienar e desnutrir as forças criativas comunitárias, a geração de renda coletiva e circular, por meio das práticas tradicionais de produção conjunta, emerge como possibilidade de retomada da fruição lúdica da cultura como modo de vida, no cotidiano da região. A forte expressão “libertar o povo” utilizada para designar o movimento local com esse direcionamento, parece desvelar a sensação de aprisionamento histórico pelas forças externas que estão na origem de um “lazer simulacro” na região.

Hoje, para a gente voltar a nossa cultura, a gente precisa transformar nossa cultura em um mecanismo de sobrevivência. Ela tem que gerar lucro para a gente. É transformar a nossa cultura, em nossa cultura e instrumento de geração de renda. Quando você consegue pegar a sua cultura e transformar em um instrumento de geração de renda, aí sim, você pode descansar um pouco. Voltar às suas origens. Então, assim, hoje o que a gente precisa para resgatar a nossa cultura, resgatar a nossa história, é libertar o povo, entendeu? É mostrar para as pessoas que elas podem alcançar. É isso que precisa. Eu tenho que parar de falar, que eu vou chorar (**Mangue de Pedras**).

A **Figura 42**, a seguir, ilustra o trabalho coletivo, não dissociado do sentido de lazer, que vem sendo construído pelas comunidades tradicionais da região como alternativa à subjugação histórica aos subempregos e como possibilidade de organização de um *Lazer de Base Comunitária*, orientado por uma perspectiva contra hegemônica de decodificação da realidade.

**Figura 42:** Registro fotográfico do resultado do trabalho comunitário em sistema de cooperação.



Fonte: A autora (2022).

Para a organização dessas iniciativas comunitárias, há ainda, a negociação das regras para a coletivização dos benefícios delas advindos, como ilustrado, anteriormente, pela loja colaborativa de produções artesanais. Com esse direcionamento os pactos e as normas comunitárias são repensados a partir da perspectiva dialógica entre os atores locais envolvidos. Assim, os processos de autogestão comunitária das ações pactuadas, parecem inspirar, também, tecnologias sociais para o enfrentamento dos desafios locais.

Para além dos benefícios vinculados à geração de renda, vale notar os sentidos afetivo e terapêutico associados ao resgate da memória no trabalho coletivo, e assim, este não está desarticulado, também, do lazer.

Hoje, a gente está, não só resgatando a memória afetiva no sentido de recordar, como também de terapeutizar, porque é saudável e as senhoras idosas se sentem orgulhosas, da estima em primeiro lugar. Então, está sendo muito importante as caixas, porque nós temos muitas atividades terapêuticas, artesanais e culinárias. E, aí, traz também um sustento, porque vende, ganha um dinheiro. Isso aí é à parte, as caixas, nós, estamos fazendo uma loja colaborativa, já ouviu falar? Como é que vai funcionar? Cada pessoa que



quiser ter seu objeto para vender, paga uma taxa de 50 reais por mês, bota seu produto para vender, aí quem estiver lá no dia do plantão - vão se revezando duas por dia -, vende por todas e dá 20% para a casa. Os 50 reais são mensais, como se fosse um aluguel do espaço físico, da prateleira vamos dizer assim, e vendendo, dá 20% para a casa e ainda fica com um valor para somar à renda familiar e à estima também (Manguinhos).

A **Figura 43**, a seguir, ilustra as produções artesanais comunitárias que, além de gerar renda, buscam convidar os visitantes a compreender a autêntica história local, contada a partir dos protagonistas dessa vivência, em um processo de desinvizibilização da cultura, por meio do lazer.

**Figura 43:** Registro fotográfico das produções artesanais comunitárias.



Fonte: A autora (2022).

No movimento de apoio mútuo para a construção do trabalho colaborativo, o debate e a pactuação das regras comunitárias são realizados em reuniões com esse objetivo, que contam com a participação de atores locais de diferentes faixas etárias, desde crianças aos mais anciões, conforme ilustra a **Figura 44**, a seguir.

**Figura 44:** Registro fotográfico das reuniões na Associação das Mulheres Caiçaras.



**Fonte:** A autora (2022).

Vale reconhecer, nesse contexto, os desafios para a autogestão das atividades em curso, como o custeio e a construção de uma sede comunitária em áreas com grande valorização do solo e os esforços dos “presidentes” das associações locais na articulação dos grupos envolvidos. Uma alternativa para potencializar as possibilidades de geração de renda, nesse sentido, tem sido o desenho de parcerias e arranjos locais, junto ao setor turístico da região, a partir do esclarecimento quanto ao “campo do inegociável”, sob a perspectiva das comunidades. Ou seja, os aspectos que são fundamentais de serem respeitados para que a parceria ocorra, como mencionado, com relação ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em um dos depoimentos, a seguir.

Então, no caso, o Sebrae vai trazer um grupo de turistas agora. Segundo a escala aqui, porque eles já foram nos quilombolas. Vai começar um passeio que vai passar pela Casa das Caiçaras. Nós vamos apresentar todo o artesanato, a culinária caiçara - eles vão comer lá -, vai ter dança e música das caiçaras. Então nós vamos cantar e se eles quiserem dançar...estamos pensando em dar alguns instrumentos para eles fazerem uma dinâmica. Tudo para somar, porque o aluguel...Infelizmente, a prefeitura, a Secretaria de Cultura, não está ajudando ainda. Não está podendo ajudar nessa parte financeira da manutenção da casa e demora...tem toda a parte burocrática. A gente não pode esperar, nós estamos com pressa de instalar tudo (**Manguinhos**).

No fragmento seguinte, se expõe o reconhecimento da importância da própria comunidade - considerada protagonista da história - se apropriar das narrativas sobre as vivências locais, para que a sua transmissão não continue sendo realizada por atores externos ao território que, inclusive, inventam fatos descolados da realidade da região para atrair maiores fluxos turísticos.

Também se pode notar que os comunitários da região reconhecem os efeitos do encontro histórico entre colonizador e colonizados na constituição de si mesmos enquanto sujeitos, em suas vinculações identitárias e em seus conflitos internos e relacionais. Esse aspecto é fundamental no processo de busca pela emancipação das amarras coloniais e pela autonomia no modo de construir sua própria perspectiva de mundo, como no exemplo descrito abaixo.

É diferente de chegar um guia de fora. Uma coisa é você dizer: “olha, aqui morou dona fulana”, sem saber. É diferente de você chegar para mim, ir em um guiamento comigo, e eu te dizer: “aqui morou o príncipe Avelino Zeoleiro, vindo de Angola para cá, foi escravizado, foi muito açoitado na Fazenda Campos Novos e eu sou bisneta dele. E, também, sou tataraneta de um dos agressores dele, entendeu?” É diferente. Eu sou tataraneta de um agressor de escravos e eu sou bisneta de um escravizado, de um rei. Eu sou essa pessoa, desses conflitos, por isso eu sou conflituosa e olho o mundo dessa forma, porque eu tenho um agressor e um agredido no meu sangue. Então é você ouvir isso da pessoa que é protagonista da história, não um terceiro dizer: “ah, aqui morou Zeoleiro”. Quem é Zeoleiro? Não, Zeoleiro era o meu bisavô. É o pai da minha avó. O pertencimento daquela história. E o que a gente precisa é trabalhar isso com a comunidade (**Mangue de Pedras**).

Uma estratégia interessante delineada pelas comunidades locais para dar visibilidade às suas práticas culturais é o lazer pelos desfiles coletivos, organizados como uma possibilidade de transmitir as histórias tradicionais às novas gerações. Os “desfiles culturais”, como são denominados na região, vem recebendo tanta repercussão e reconhecimento que passaram a ser solicitadas pela gestão pública para integrar os eventos culturais municipais. Um aspecto



importante a se atentar, nesse sentido, refere-se ao cuidado das lideranças locais para que a cultura não se torne mais um produto, sob uma perspectiva utilitária e mercadológica.

Outra questão identificada, na pesquisa, expressa no trecho a seguir, se refere ao desejo comunitário de construir um estabelecimento próprio para preparo da culinária tradicional. Essa iniciativa pode ser considerada como um ato de resistência, quando observado que grande parte da prestação de serviços de alimentação, na região, tem influência estrangeira, como parte de um desdobramento homogeneizante da globalização.

A gente vem contando a história nos desfiles da lavadeira do poço. A gente está sempre na atividade fazendo esse desfile. A gente vem contando a história. A gente está trazendo as crianças para o nosso movimento, porque elas são a nossa continuação. Trazendo elas para a gastronomia. Você já viu o desfile que elas entram e falam: “não deixa morrer a nossa história”. É isso que a gente está querendo. Não deixar morrer a nossa história, mas a gente precisa preparar as crianças para isso. A nossa intenção é fazer um restaurante com a nossa comida, ter um espaço para a gente mostrar a nossa cultura, nossa história mesmo. Mostrar para o mundo inteiro mesmo, porque é bem rica. A gente acha “ah, não, a Brigitte Bardot...”, mas antes da Brigitte Bardot teve a nossa história, da aldeia dos pescadores, que foi importante (**Ilha do Caboclo**).

A **Figura 45**, a seguir, retrata um dos “desfiles culturais” organizados sobre as mulheres na pesca, com a utilização de vestimentas e apetrechos próprios dessa prática tradicional. Além disso, naquela ocasião, registros fotográficos dos anciãos foram também inseridos em exposição.

**Figura 45:** Registro fotográfico do “desfile cultural” na região.



Fonte: A autora (2022).

Progressivamente, a alegria, a brincadeira e o encantamento no coletivo vêm sendo, também, reconhecidos como potência de luta pela visibilidade cultural na região.

O prefeito falou no dia da moção, quando ele começou o discurso dele, ele falou assim, elogiando as mulheres como um todo, nos 27 anos de emancipação da cidade: “o desfile foi maravilhoso, foi o melhor desfile que eu já vi aqui e se tivesse uma categoria, as caiçaras iam ganhar como alegria”. É, ele falou. “Se o desfile tivesse uma categoria...”, como se fosse escola de samba, “as caiçaras ganhariam no quesito alegria”. Aí ficamos assim “caramba”, porque diz que levamos muita alegria para ali para a rua da Usina. Ele ficou muito encantado com nosso desfile, mas essa cidade é maravilhosa. Essa terra é maravilhosa. Eu sou encantada, não dá para dizer o contrário. Dá para ver. Quero trazer essa história, mas vai ser um turismo barato. Não é um turismo com objetivo de explorar o turista, mas de informar o turista. Educativo. Vai ter um retorno, porque tudo tem despesa, então você precisa manter e nem tudo o governo pode fazer. E aí nós não queremos esperar muito (Manguinhos).

Desse modo, emerge com clareza nas narrativas o reconhecimento de outros valores que podem fundamentar os eventos culturais, promovidos pela gestão pública nas cidades da região, em parceria com as comunidades locais. Isso porque, sob a perspectiva comunitária, tais eventos

devem buscar atrair os atores sociais do território, e não necessariamente os turistas. Além disso, na narrativa a seguir, parece claro o sentido de alegria e satisfação quando se sente representado, pertencente e coprodutor das iniciativas na região.

E o legal é que a gente estava falando sobre o evento da cultura, deu pouca gente, e a menina falou assim: “ah, mas foram tantos reais para pouca gente, acho que vai ser complicado isso”. Olhando pelo lado da cultura, quem participou foi o nosso povo. A gente gastou dinheiro com o nosso povo, entendeu? Não foi uma multidão de gente. A gente fez com um pequeno grupo, mas esse pequeno grupo é o nosso povo, entendeu? Não foi dinheiro jogado fora. A gente fez para o nosso povo. Nossa, eu me acabei, sentava, me recuperava e voltava para me acabar de novo. Foi muito bom, muito bom. Samba...eu não sambava. Eu tentava em casa. Eu me soltei ali, fui de saia rodada, girava. Se eu não conseguir, a saia ajuda. Agora quero aprender a dançar forró. Foi muito bom. Gastou tantos reais? Gastou, mas a gente fez para o povo. O nosso povo precisa disso. Não foi para inglês ver, foi para o buziano. Ela estava preocupada com isso, eu até dei um toque nela: “é para o nosso povo”. Valeu cada centavo. A colega de matriz africana, eu falei: “você conseguiu vender?” Ela riu: “o que importa é que a gente participou. Sai no empate, vendeu alguma coisa, mas a alegria de estar aqui não tem preço. Já está pago. Meu lucro é isso” (**Mangue de Pedras**).

Apesar dos desafios, entre os quais, alguns relacionados à infraestrutura para acolher visitantes, as comunidades tradicionais locais parecem querer integrar o circuito de lazer da região, mas a partir de uma perspectiva de contranarrativa, diferente daquela hegemônica que seleciona elementos externos ao território como referência para fomentar o turismo, criando grandes “bolhas turísticas” de exclusão social. Percebe-se, ainda, o desejo das comunidades em compartilhar seus modos de vida com os visitantes, incluindo as práticas culturais de lazer, como a dança, a música e a história constitutiva dos diferentes grupos locais.

Agora mesmo a gente está em um processo, em que o nosso sonho é ter a nossa sede, porque se chega um turista, a gente sabe contar a nossa história. Às vezes, a pessoa acha que Búzios é só Brigitte Bardot, mas não é só Brigitte Bardot. Então é a gente deixar uma pessoa lá fazendo rede. Uma das mulheres fazendo rede e ensinando. A gente tem muito projeto bacana para a associação, mas estamos dependendo de uma sede. Um lugar para a visita, para as pessoas verem nossa história em um quadro, bordando a nossa história em um tapete para colocar em um quadro. Cada uma vai contando a sua história e a gente vai unindo. Uma costura mesmo. Você vai pegando os pedacinhos e contando: “ah, eu me lembro disso”. Uma se lembra de uma coisa, outra se lembra de outra coisa, daqui a pouco a gente faz uma parede inteira com a nossa história (**Ilha do Caboclo**).

Assim, algumas narrativas levantam a possibilidade de gerar renda coletiva, a partir da cultura tradicional, para que as comunidades não tenham que, necessariamente, se submeter à prestação de serviços vinculada ao comércio. Nota-se, também, a preocupação com relação à

inserção da juventude em postos de trabalho mais articulados à cultura e menos em “subempregos”, desvalorizados.

Hoje a gente tem o turismo que é o comércio. A indústria do turismo. Então vamos trazer o turismo a nosso favor. Por que o cara tem que almoçar em um restaurante depois de um dia de praia? Restaurante na Rua das Pedras? E se um dia ele for lá no quilombo almoçar no restaurante do quilombo com a comida das quilombolas? E se ele fizer um passeio de barco, uma aventura diferente, não em uma escuna? Se ele fizer um passeio de barco em um barco a remo com nosso pescador? Se ele quiser um dia relaxar antes de voltar para a viagem e ir lá no mar, ir lá na buraca e tentar matar uma pescada? Então, é a gente pensar de que forma a nossa cultura, ela pode ser revisitada e trazida de uma forma que gere renda para a comunidade. E para ela perpetuar, de que forma a gente pode inserir a juventude nesse processo (**Mangue de Pedras**).

O desejo de propor uma contranarrativa para o “lazer simulacro”, que já ocorre na região, parece surgir da indignação das comunidades com a invenção de falsas histórias para os turistas que não condizem com a realidade local, conforme trecho, a seguir.

A gente se senta ali no píer e escuta o pessoal contar a história toda errada. A gente fica olhando e pensando: “como as pessoas podem contar uma história que não é verdadeira?” Conta que aqui foi a casa de Roberto Carlos etc. Por que não conta que aqui foi a casa de uma pescadora que lutou? Querem contar uma coisa que, para a gente, não faz sentido (**Ilha do Caboclo**).

Um exemplo que gera grande indignação e revolta nas comunidades locais são as narrativas inventadas pelo setor turístico, incluindo, ainda, elementos sagrados da cultura regional, como a história de uma imagem sacra encontrada por um pescador. Acredita-se ser esta milagrosa, mas essa narrativa foi cooptada pelo setor privado, para despertar o interesse dos turistas e promover fluxos massivos no local. Um aspecto interessante é o questionamento da narradora, a seguir, quanto a essa prática.

Naquele centro ali tem uma Nossa Senhora, tem uma santa que conta a história aqui, que em 1721, o dia eu não lembro agora, um pescador foi em um lugar chamado Boqueirão que sai da Bahia dos Anjos, da Ilha do Farol e vai para o Mar Alto que atravessa para Praia Grande, então ali ele teria encontrado entre as pedras a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Não estou firme se é da Conceição ou do Remédio, porque a cabeça já falha. Era uma imagem de, aproximadamente, 25 cm de altura feita em madeira de mogno. E ele levou essa santa para casa e aí as pessoas começaram a cultuar a Nossa Senhora na casa dele, a nível que vinha pescador de tudo quanto é canto atrás dos milagres da Nossa Senhora. Aí foram muitos milagres que foram ditos que teriam sido feitos por ela, tudo com relação ao pescador. Aí, hoje, os turistas já contam as histórias, sabe? Que o casal que se beija em frente à fenda de Nossa Senhora nunca mais se separa...que não é. Seria mais interessante se contasse a história real, que aquele pescador, saindo naquele dia, alguém pode imaginar o que

passava na cabeça daquele pescador quando foi? Era uma necessidade grande ou ele simplesmente estava indo? Era um domingo? Era um dia da semana? Por que ele? Foi para lá sozinho? Enfim, tantas coisas poderiam ser contadas. Às vezes, eu entro em um barco daqueles de conhecido meu, eu vou dar um passeio, e fico só vendo as asneiras que são contadas (**Furna das Mulheres**).

Assim, é possível perceber a reapropriação da história pelos coletivos locais e o desejo por reconhecimento da cultura, como uma das principais frentes de luta e satisfação comunitária, demonstrando conexões entre as reivindicações por direitos e o lazer na região. Vale destacar a perspectiva poética e sensível sobre a construção de grandes transformações, a partir da contribuição possível de cada um na luta coletiva, o que a colaboradora da pesquisa descreve como “retalhos” no processo de tecitura de “uma colcha” comunitária.

Outro aspecto é o reconhecimento que, de acordo com a narradora, as comunidades já estão começando a receber.

A gente tem na veia água salgada. A gente realmente quer que seja reconhecido e que as pessoas valorizem. Às vezes, nos perguntam: “Vocês gostam dessas coisas?” É nossa história, gente. A gente não está inventando nada. É igual o livrinho que você está fazendo. Antigamente, você pegava os pedacinhos de tecido. Não tinha pano, você pegava os retalhos e formava uma colcha. É com os pedacinhos que a gente vai formando o grande. E o pessoal no *Facebook* e no *WhatsApp* já pergunta. A gente está na mídia e está crescendo. Eu fico feliz por isso. Às vezes, eu acho tão cansativo, porque uma chama, outra chama, mas é prazeroso, porque está sendo reconhecido (**Ilha do Caboclo**).

Na narrativa, a seguir, pode-se destacar a intenção de aproveitamento dos fluxos turísticos de massa já existentes na alta temporada dos cruzeiros na região, para propor um lazer, sob outra perspectiva. O significado de “encantadora”, e não apenas “contadora”, de histórias para os visitantes, parece desvelar uma outra possibilidade de compreensão do lazer, cujo foco não está centrado no viés utilitarista de desfrute temporário, mas de criação de vínculos e trocas culturais no território.

Estamos com um projeto agora dos navios, dos cruzeiros, em que uma das caixas vai ficar bem na chegada ali. A gente quer botar uma placa ali para o pessoal fotografar com a trouxa na cabeça. Ela vai contar uma história e vai oferecer a casa. Eles vão caminhar aquela ruazinha até chegar lá para ver nosso artesanato. Vai ficar uma abordadora, ou uma bordadora, para levar o pessoal para lá. A gente chama ela não de contadora de histórias, mas de encantadora de histórias. Ela vai encantar o pessoal e levar para comer lá. Ela vai contar nossa história. Tem muita gente que quer saber da história de outros povos. Não vem aqui só por causa da Brigitte Bardot, a gente agradece a ela, mas que, como diz nossa música: “Búzios já existia antes de Brigitte Bardot” (**Manguinhos**).

Junto ao desejo de difundir a história local, ainda que a pressão seja constante, nota-se uma resistência à incorporação de elementos hegemônicos da modernidade às práticas culturais ancestrais, conforme descrito pela narradora abaixo sobre o “carrinho de mão” utilizado para o deslocamento de pescados, em contraposição aos veículos motorizados, em uma das ruas mais valorizadas e turísticas do município.

Outra questão interessante é a continuação das atividades relacionadas à pesca, ainda que essas venham sendo desvalorizadas na região, no sentido de garantia de um circuito curto de mercado, a partir da distribuição de pescados, capturados na região, aos restaurantes.

Tiveram uns dias que eu passei com umas Cavalas grandonas, o pessoal tirou foto. Essa que está aqui na foto, já é antiga. Quem tirou foto, eu com carrinho de mão na Rua das Pedras, falou: “Por que você não compra um carro? Por que fica com esse carrinho de mão pela rua?” Qual é o problema? Isso daqui me dá lucro, não me dá prejuízo, mas o outro dá, porque o carrinho de mão só tem uma roda, não tem gasolina. Combustível não tem nenhum, e se furar o pneu, tiro ali rapidinho. E o outro, o carro, tem combustível, qualquer peça é caríssima, aí esse daqui me dá lucro. Carrinho de mão é uma boa ferramenta. Eu não vou comprar carro, porque o barco já gasta. E tenho um carrinho de mão que me dá lucro. Venho para casa com um bando de peixes, entrego no restaurante. Carrinho de mão me dá lucro. Só o pneu, se furar, eu posso encher. O carro precisa de combustível, se quebrar uma peça caríssima, como eu vou fazer? Eu pesco por lazer. Os restaurantes todos compram peixe com a gente, porque o nosso peixe é fresquíssimo. O restaurante compra. Quando eu passo na Rua das Pedras com o carrinho de mão cheio de peixes, eu falo: “Esse é o nosso produto, nós temos o nosso produto” (**Mirante do Boi**).

Essa prática parece ser histórica, tendo em vista que outra narradora também menciona alguns familiares que já tinham na comercialização de pescados aos restaurantes locais uma forma de segurança alimentar. Nesse sentido, manter as formas tradicionais de produção pode representar uma resistência aos modos homogeneizantes de compreensão do trabalho, sob uma perspectiva fortemente capitalista.

Minha mãe era muito pescadora. Ela perdeu uma amiga pescando. Elas pescavam de dia, voltavam de noite para casa e depois elas pescavam de madrugada e traziam o peixe. Minha mãe vendia Garoupa, vendia tudo ali nos restaurantes...para dar comida a gente (**Praia dos Ossos**).

Por essa razão, uma via de resistência, com relação aos significados de trabalho, mas também de lazer na região, parece ser o compartilhamento de memórias. Isso porque, essa prática permite salvaguardar e transmitir saberes que fornecem sentido às práticas cotidianas. Sob essa perspectiva, o trabalho e o lazer estão vinculados, ainda, a outros aspectos, como ao afeto, com a construção dos relacionamentos amorosos, e ao sentido de pertencimento ao território e aos patrimônios socioculturais a ele relacionados, como é o caso do Poço da Bomba.

Vale destacar, no fragmento da narrativa a seguir, como a integração das diferentes dimensões da vida fica evidente quando a narradora menciona que trabalhou muito no decorrer da vida e que conheceu seu marido lavando roupas no Poço da Bomba.

Quando eu estava já com 17 anos, eu trabalhava direto, nunca parei de trabalhar. Eu lavava aqui nesse poço, no Poço da Bomba, que a gente vai agora. E aí quem é meu marido hoje, estava no mato caçando, caçava muito no mato antigamente, pegando tatu e pegando esses bichos que comia, né. Então, eu estava lá lavando e tinha uma laranja que eu levei para lanchar, aí ele chegou, encostou assim perto de mim e pediu para chupar laranja, aí eu peguei, ele cortou a laranja, né. Ele cortou, chupou e deixou só um pedaço para mim, e aí depois a gente começou a namorar assim. Começou a namorar assim com 17 anos que eu tinha, lavando no poço, aí ele pegou ficou conversando. Depois nos casamos e já estou com 52 anos de casada com esse namorado do Poço. Tive cinco filhos, tenho dez netos e três bisnetos (**Praia de Armação**).

O sentido de complementaridade entre trabalho e lazer pode ser identificado, também, no trecho a seguir, em que a narradora destaca ir todo dia ao baile ainda que estivesse cansada, demonstrando a importância desse espaço de encontro e sociabilidade.

Eu cortei muita lenha para um cunhado meu, porque ele cozinhava, tinha aqueles latões grandes. Ele cozinhava a rede, que a rede ficava preta igual aroeira. Tudo isso eu fazia, logo de manhã cedo, 300, 400 tachos de lenha. Carregava na cabeça, chegava na praia, meu sobrinho vinha buscar no bote. Era todo dia. Mas, também, todo dia eu ia para o baile, mesmo cansada. Eu não perdia um (**Poço da Bomba**).

Essa perspectiva de mundo fica ainda mais clara quando a narradora enfatiza o trabalho pesado dirigido à lavagem de roupas nos poços locais e à coleta de lenha, mas ao mesmo tempo descreve “a farra” dessas atividades praticadas no cotidiano comunitário. Desse modo, a satisfação relacionada ao lazer parece não estar dissociada do trabalho, como se pode notar pelo trecho “era bom, porque era aquela farra de gente” junto ao fragmento “trabalhava muito”.

Era lavando roupa lá no poço...o poço ainda tem até hoje. Tem o Poço da Bomba ali perto do colégio. Lavava lá, lavava no outro. Até em Manguinhos já lavei roupa. Tudo com aquelas bacias na cabeça, aí a gente ia cantando, pessoal dos Ossos. A gente fazia lenha. Tinha o machado e o facão. Com o machado a gente derrubava as árvores e com o facão a gente cortava os galhos mais finos. Fazia seis ou sete feixes de lenha, depois ia carregando, botava na porta. Depois tomava um banho de blusa e bermuda na praia. Às vezes, chegava em casa 5h da manhã. Minha mãe brigava. Era bom, porque era aquela farra de gente. Muita menina junta. Eu estou com 91 anos, eu tinha uns 14 a 15 anos. Já trabalhava muito (**Poço da Bomba**).

A **Figura 46**, a seguir, ilustra o Poço da Bomba atualmente. Um dos poucos patrimônios socioculturais das comunidades tradicionais da região que não foi extinto. No entanto, este não



vem recebendo manutenção pela gestão pública, tornando-se uma área verde completamente abandonada. Por essa razão, a comunidade caiçara da região organizou um ato público para reivindicar o cuidado com os patrimônios representativos da história local.

**Figura 46:** Registro fotográfico do Poço da Bomba atualmente.



Fonte: A autora (2022).

Com esse direcionamento, os patrimônios culturais parecem fazer parte de uma disputa de narrativas na região entre os fatos constitutivos da história local e aqueles inventados na modernidade para atrair fluxos turísticos para o território.

A gente está pedindo ao prefeito para cuidar daquele poço, porque aquele poço tem uma memória afetiva muito grande e pode virar um ponto turístico. A gente está pedindo para ele fazer um ponto turístico-cultural, porque ali pode ter alguém contando a história do poço, pode fazer uma pracinha, pode botar uns banquinhos. Então, a nossa luta é essa. A gente está pedindo. Lá na Câmara dos Vereadores já está com um projeto sobre esse poço. Tem lugares que o poço está completamente abandonado, você viu. Totalmente abandonado! Uma memória afetiva muito linda. O poço fez parte da história das mulheres. Contando sobre o poço, a tradição. A história das lavadeiras do poço é um evento que acontecia na comunidade caiçara, onde as mães lavavam as roupas, enquanto as crianças brincavam, e as filhas traziam as



comidas de casa e, também, aprendiam a lavar as roupas. Um legado de uma cultura tradicional caiçara (**Ilha do Caboclo**).

Nesse sentido, também se pode perceber que as dimensões do trabalho e do lazer estão vinculadas às manifestações políticas e lutas por direitos na região, por meio das intervenções no território que buscam trazer visibilidade e reconhecimento aos patrimônios socioculturais locais. Esse aspecto se evidencia, por exemplo, pelo piquenique caiçara organizado no mesmo dia da reivindicação pelo cuidado com os patrimônios das comunidades locais, como registrado na **Figura 47**, a seguir.

**Figura 47:** Registro fotográfico do piquenique caiçara junto à reivindicação pelo cuidado com os patrimônios culturais da cidade.



Fonte: A autora (2022).

O piquenique foi preparado com base na junção entre alimentos colhidos nas roças, como a batata-doce, o aipim, entre outros; e os pescados do mar, como se pode notar na **Figura 48**, a seguir.

**Figura 48:** Registro fotográfico do piquenique caiçara.



Fonte: A autora (2022).

Assim, além das memórias sociais associadas aos poços locais, sobretudo ao Poço da Bomba anteriormente mencionado, esses patrimônios parecem ser centrais no processo de sociabilidade e fortalecimento dos laços comunitários, em um contexto de esgarçamento das relações. O trecho, a seguir, ilustra essa afirmação quando a narradora sinaliza para o fato de serem todos considerados “família” e para a participação de diferentes faixas etárias nas atividades locais.

De criança, fomos criados com toda a família se dando bem, tudo junto. A criançada aqui, nesse poço, que lavava. A gente levava para nossa mãe a comida, ela deixava em casa, então a gente trazia a comida para mãe da gente aqui. Aí a gente ia para casa, depois voltava. Todos, crianças, depois já mocinha, começamos a aprender. A mãe da gente: “óh, vai aprender a lavar roupa”. Aí começava a aprender a lavar roupa devagar, com ela olhando, as mães. Em casa, aí trazia, trazia as comidas, e trazia bastante, porque sentava aquela roda de mulheres para comer. Se tinha um, dois, três, quatro, comia todo mundo a mesma comida. Cada um no seu prato. Todo mundo compartilhava uma comida só, porque todo mundo era uma família só. Primo casava com primo. Era assim. Minha mãe era irmã da fulana de tal, e a filha



ou o filho casava com o mesmo primo. Por isso que aqui todo mundo é família igual, mesma coisa. Chegava aqui, jogava o balde e tomava banho, aqui no poço (**Mirante do Boi**).

A **Figura 49**, a seguir, representa uma estátua em homenagem ao papel fundamental das lavadeiras do poço na dinâmica social da região. No entanto, é interessante notar que essa estátua, embora seja considerada pelos povos locais como representativa das práticas culturais da região, não é valorizada pela gestão pública com ações de preservação do patrimônio, como pode ser verificado pelas pichações e degradações locais. Esta também não é conhecida pelos visitantes, tendo em vista que a divulgação turística está dirigida à estátua da Brigitte Bardot, anteriormente apresentada, além de outras personalidades exógenas ao território.

**Figura 49:** Registro fotográfico da estátua em homenagem às lavadeiras do poço.



**Fonte:** A autora (2022).

A conexão entre lazer e os poços locais, considerados patrimônios socioculturais pelas comunidades da região, pode ser identificada no trecho a seguir, por frases como “a gente era feliz e não sabia”.

E a gente ia lavar roupa no poço e era aquela bagunça. A gente gostava de acompanhar para comer a comida de todo mundo lá e pegar água no poço, porque aqui não tinha água encanada. Era bom. A gente era feliz e não sabia, porque hoje olha a loucura que está essa cidade. Antes éramos só nós, não tinha ninguém de fora, éramos só nós (**Praia da Gordá**).

Além desse aspecto, muitas memórias de momentos familiares e de vivências cotidianas estão associadas a localidades da região, como se pode observar nas narrativas, a seguir. O próprio processo de contar essas histórias parece configurar um movimento de resistência ao apagamento das memórias afetivas, e dos saberes e práticas culturais.

Eu tive um irmão que era mudo e surdo. Quando minha mãe ia lavar no poço, ele não deixava ninguém levar a comida da minha mãe. Antigamente, usava aqueles pratos na lata. Não tinha *Tupperware*. Na lata de biscoito, amarrava ali o pano de prato limpinho, bonitinho, e levava para o Poço da Bomba. Tinha o Poço da Bomba, Poço do Tatu, Poço do Amor e Poço do Quilé. Quatro poços. Esse último poço, a água era azulzinha. A gente não tinha água para beber, então era nesse poço mesmo. Nos outros, a água não era tão boa como nesse. Os outros eram mais para lavar. A gente pegava aquela água, era tipo um buraquinho que fazia só para minar água e a gente ia catar com uma lata. Uma lata ou então com a cuia da casca do coco. E a gente pegava ali para trazer na cabeça. E a bacia, a gente levava cheia de roupa. A mãe levava a gente para o poço. Vai lavar roupa! Quando ela ia, levava a gente para aprender a lavar (**Praia dos Ossos**).

A gente fazia isso, era rolar água do poço para trazer para casa, porque não existia aqui. A gente só tinha água aqui do Poço da Bomba e outro poço lá em Seu Jorge. Tinha um pocinho onde é a Lojas Americanas ali, tinha um poço ali para dentro que a gente pegava água para beber. A mulherada acordava cedinho, 2h, 3h da manhã, para ir pegar água, botar o carro na fila, sabe? Botar os barril. Parecia um carro na fila. Os barrilzinho tudo igual está os carros agora. Botava o barril tudo na fila. A que tivesse na frente se dava bem, aí depois tinha que esperar minar, para encher o da gente. Quando nós saía de lá, já era meio dia, com água. Essa água era para beber. Só tinha água da chuva ou desse poço. Tinha uma senhora aqui que, 1h, meia noite...já estava indo lá para botar o barril. Dava uma raiva dela, a gente estava dormindo, já escutava o barril dela na Rua das Pedras “pá, pá, pá”. Ela já ia para lá e não queria nem saber. Panhava a água quase toda. E a gente tinha que esperar minar para pegar, mas era muita gente. Era muito bom, mas hoje está difícil, agora está difícil (**Praia do Canto**).

Todas as famílias, cada uma chegava para lavar, porque elas lavavam, elas claravam. Clarar é uma forma de clarear a roupa para depois enxaguar. Essa coisa de época de anil em que as roupas ficavam azulzinhas. E secavam tudo ali, no meio mesmo das pitangueiras. Isso era uma forma, também, em conjunto, de todo mundo ir e, já na volta para casa, voltava com frutinhas colhidas para fazer uma geleia ou uma coisa assim (**Ponta da Lagoinha**).

A partir dessas narrativas, parece possível afirmar a importância do resgate e do registro das memórias e das histórias locais como forma de resistência nos territórios, mas também

como uma via para a potencialização da autoestima das mulheres nativas e do cuidado comunitário, conforme descrito, a seguir.

Vale notar o tom terapêutico associado à contação coletiva de histórias, como uma possibilidade de combate ao isolamento social e à depressão. Além disso, cabe notar a preocupação com o “Bem-Viver” coletivo, orientado pela construção de um compromisso de qualidade de vida para todos, e com a geração de renda, ou ainda, com ações mais pontuais, como o provimento de cestas básicas.

A gente ainda não tem nada registrado. A gente precisa registrar nossa história. Eu via muita gente dentro de casa deprimida. Foi um movimento levantado, também, para a memória afetiva. Eu presto atenção que, quando fala da história, elas já se animam logo, querem contar a história, querem dizer que viveram isso naquela época. Então a gente está trazendo muito as pessoas para trabalhar o social. Para tirar essas mulheres de dentro de casa, tendo que lidar com a depressão. A gente tem que pensar nisso, porque tem muita gente precisando de uma cesta básica. E, às vezes, até de um abraço ou uma palavra que te levante. É desse jeito que a gente vai ter que trabalhar com essa mulherada, levantando a autoestima delas. Demonstrar que elas também são capazes de fazer o que querem, trabalhar o emocional. Eu sempre incentivo elas: “vem, vamos fazer, vamos trabalhar juntas, vamos ter nossa sede, vamos cuidar uma das outras” (**Ilha do Caboclo**).

Para além do aspecto do “Bem-Viver” coletivo e da geração de renda conjunta, parece haver o desejo de difusão das práticas culturais da região aos visitantes, como a culinária ancestral. Isso porque, o aumento de estabelecimentos internacionais dirigidos à prestação de serviços de alimentação no território, como parte dos efeitos homogeneizantes da globalização, vem criando grandes tensões entre o local e o global, as quais podem ser identificadas, em parte, pelo desconforto transmitido na narrativa, a seguir.

As pessoas vêm para cá e só veem restaurantes franceses, japoneses, mas por que não um restaurante com culinária local? Essas comidas que ninguém nem sonha. Poxa, eu gostaria de saber como é a comida, como era o doce. A nossa intenção também é fazer isso. Um restaurante com a nossa comida típica (**Ilha do Caboclo**).

Com base no incômodo narrado, uma iniciativa potente de subversão da lógica dominante, nesse sentido, parece ser a produção de refeições com base em receitas ancestrais, vendidas nas próprias sedes comunitárias, conforme registro fotográfico, a seguir. Vale destacar que a renda gerada é compartilhada pelo coletivo. Outro ponto importante é que as refeições são preparadas valorizando os alimentos locais, como o próprio pescado.

**Figura 50:** Registro fotográfico da produção comunitária de refeições.



**Fonte:** A autora (2022).

Outra ação comunitária que atravessa a dimensão do lazer e parece bastante potente no sentido de influenciar a construção dos sistemas de valores e as mudanças comportamentais associadas aos desenvolvimentos individual e coletivo, dirige-se à participação nos festivais municipais da região, disputando espaço com grandes estabelecimentos gastronômicos, para dar visibilidade à cultura local, como ressalta a narradora a seguir, no fragmento “a gente tem que ter nossa cultura, mas de nós mesmos”.

Uma questão que chama atenção é a abertura das comunidades à inventividade como uma via para a reinvenção de práticas alternativas ao sistema hegemônico vigente. Esse aspecto está claro no trecho em que a narradora afirma que “você tem que ter uma inteligência para criar aquilo. Para criar. Você tem que ser criativo”.



No Festival Gastronômico, é a nossa comida típica, então peixe com banana, todo mundo gosta. Todo mundo. Agora estão fazendo, todo ano, todo mundo já quer peixe com banana. Eu faço lá em casa. Às vezes, eu faço na panela na praia, todo mundo come junto. Assim que eu faço. Agora, a sardinha, quando saiu o Festival de Sardinha, eu disse: “e agora como eu vou fazer?” Bolei, boleí uma receitinha lá, e fiz a torta de sardinha e saiu um sucesso. Agora todo mundo já quer. E me perguntam: “como você faz?” A sardinha você tem que colocar na panela de pressão. Como eu falei para você, eu corto ela e amasso, amasso, e puxo a espinha do meio todo, aí ela sai inteira. Então, as pequenininhas que ficam, elas amolecem. Você não sente. Você comeu? Não sentiu a espinha. Por quê? Porque aquela espinha que fica, ela derrete junto na panela de pressão. Aí eu faço direto na panela de pressão e, no Festival Gastronômico, eu gosto fresca. A gente tem que ter nossa cultura, mas de nós mesmos. Você não tem que copiar de ninguém, você tem que ter uma inteligência para criar aquilo. Para criar. Você tem que ser criativo. Você vai colar de uma pessoa? Não, você tem que ser criativo. E você realmente não gasta nada. O peixe é natural (**Mirante do Boi**).

A **Figura 51**, a seguir, representa um desses eventos gastronômicos organizados pela gestão municipal, em que as comunidades vêm buscando se inserir.

**Figura 51:** Registro fotográfico da participação comunitária em evento gastronômico local.



Fonte: A autora (2022).

O registro fotográfico, a seguir, apresenta uma Festa Junina organizada na região, com participação das comunidades caiçaras, quilombolas e marisqueiras.

**Figura 52:** Registro fotográfico da participação comunitária na Festa Junina.



**Fonte:** A autora (2022).

Embora haja um esforço por parte das comunidades tradicionais em se inserirem nas festas e festivais da região, como forma de trazer elementos reais da própria cultura, para que esses eventos não sejam considerados como “espetáculos” distantes da realidade regional, estas criticam a gestão pública municipal que, em geral, não valoriza os atores locais. Por essa razão, muitos desses eventos são considerados como “invenções modernas”. No contrafluxo desse processo, algumas narrativas ressaltam a importância de se reconhecer o papel dos poetas, das rendeiras, das bonequeiras, entre outros importantes atores da cultura regional, na transmissão de saberes, conforme trechos a seguir.

E aí, veio o poder público que não veste a camisa da cultura, da tradição, não veste. E aí, faz o quê? Ah, vai fazer uma festa de não sei o que daqui, vamos chamar o forrozeiro, o sambista, o não sei o quê. Nós, o que a gente via muito na rua naquela época, era o Reis de Boi, Folia de Reis. Valorização dos artistas locais. Nós temos muitos poetas. Naquela época, já tinham os poetas, já tinham as pessoas que faziam suas poesias, que eram conhecidos, muito conhecidos dentro da cidade como aquele que era o “poeta da cidade” e por aí vai. Isso tudo foi sendo deixado de lado. Tinham as bonequeiras, as rendeiras. Minha mãe era uma rendeira maravilhosa, sabe? Até hoje, o meu irmão continua fazendo os bilros (**Furna das Mulheres**).



Isso foi agora que eles estão fazendo festival, eu estou falando daquele tempo. Agora tudo é mole. Agora foi festival, tudo bem, beleza. Esse negócio de sardinha, isso é da agora, de 15 anos para cá que fizeram isso. Sardinha, festival...isso é para cá (**Praia Brava**).

Contudo, observa-se um movimento potente das comunidades no sentido de mobilização para a ocupação dos espaços culturais das cidades que antes eram considerados como elitizados. Esse contexto vem se configurando, também, a partir da inserção de representantes das comunidades tradicionais na gestão pública, criando aberturas para intervenções artísticas, com base em elementos da própria cultura local, como mencionado, a seguir.

A nossa população nativa, caçara e pescador, não entrava no Zanine<sup>74</sup>. Quando a pessoa ouve o discurso e quando ela chega e vê a cara dela ali, ela entra e retorna. E chama o outro. A Festa dos Pescadores foi incrível de ver. O interessante é que o pessoal da Rasa foi o primeiro a chegar. Nós marcamos para 16h o início do trabalho, eles chegaram 15h. Eles chegaram com 1h de antecedência de tamanha expectativa para chegar no lugar. Aí eles foram olhando: “aqui fulano, ciclano e esse daqui é meu amigo, pescou comigo em alto mar”. “Olha aqui fulano”. “Poxa, vocês lembraram de ciclano”. Foi legal e eles estavam tão tranquilos ali dentro, tão bem aconchegados ali dentro que as pessoas iam entrevistá-los, eles iam de boa. O colega vinha entrevistar um, o outro entrava na entrevista. As pessoas vão se identificando. E se botar ali outra exposição, vão vir. A gente tem que mostrar para as pessoas que Búzios é de todos, que o Zanine é de todos, que o nosso povo pode pisar onde ele quiser pisar. O Zanine não é um espaço das elites, que a elite pode vir, pode botar seu evento, uma exposição luxuosa, linda e maravilhosa. Mas o nosso povo pode ver a sua cara, a sua personalidade e é isso que eu tento fazer nas exposições. Mostrar a personalidade do povo buziano que, embora a Rasa, centro, tenham as suas diferenças; a pesca, ela une todo mundo. Quando a gente traz a pesca como elemento de união, eles se reconhecem. O barquinho de papel que está ali, aquela barqueata, eles param para contemplar aquilo, e a gente diz no final “mar de memórias, entre vivos e não vivos”, mas são todos vivos, né? Porque parte está viva ainda na nossa memória (**Mangue de Pedras**).

A mesma narradora descreve a surpresa do público-visitante ao descobrir que uma exposição artística sobre as memórias dos povos locais havia sido organizada por uma quilombola, utilizando elementos lúdicos do território, como a rede e o barco de pesca.

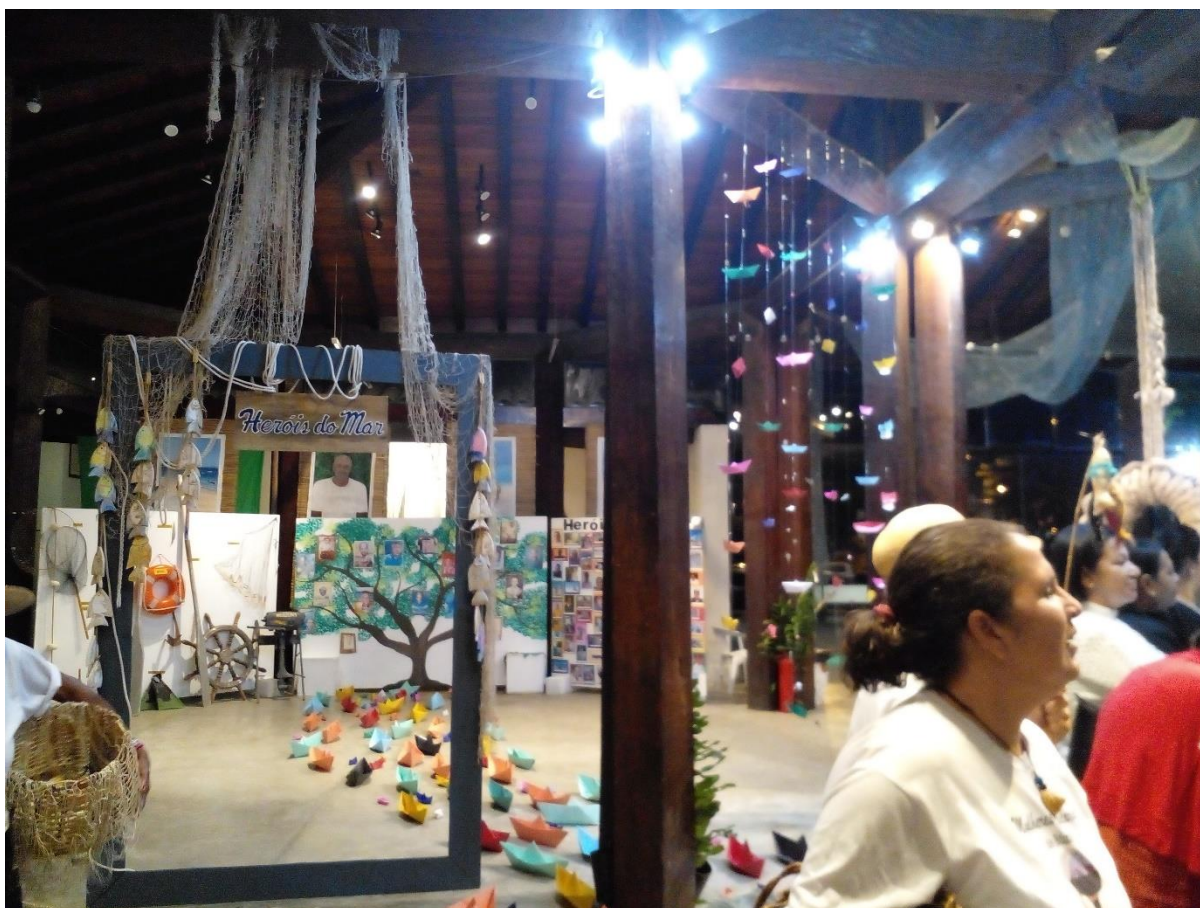
As pessoas se espantam de ter uma quilombola fazendo a exposição, com uma rede que está rasgada, um papel de cru de carne seca, folha de verso, a moldura é um papel de carne seca, tem areia de praia mesmo, botou um barco aqui. O barco é do pescador. É nosso, é próprio da nossa cultura. Eu vi uma pessoa chegando no início e falando para mim: “é uma coisa simbólica”. Não é simbólico. Eu não tenho que simbolizar a minha cultura, não. Eu vou trazer a minha cultura aqui para dentro. A gente tem que parar de simbolizar a nossa

<sup>74</sup> Espaço cultural em Armação dos Búzios, onde ocorrem exposições e eventos do município.

cultura e começar a colocar a nossa cultura de verdade para ser vista, para ser exposta, para ser contemplada (**Mangue de Pedras**).

A **Figura 53** abaixo foi registrada na exposição anteriormente mencionada.

**Figura 53:** Registro fotográfico da exposição artística e cultural comunitária.



**Fonte:** A autora (2022).

Exposições artísticas e culturais como a da imagem acima, pensadas e organizadas pelas próprias comunidades, parece possibilitar, ainda, a fruição lúdica das práticas culturais, também, por atores sociais de outros territórios que se identificam com elementos da exposição, despertando a curiosidade e a sensibilização quanto ao modo de vida local, conforme explica a narradora, a seguir.

Eu quero botar um cesto em que você possa pegar o cesto e fazer uma foto com o cesto na cabeça. Que você vá pegar a bacia ali para pessoa olhar a bacia. Eu fiz a provocação para várias pessoas: “o que te lembra essa bacia?” Um senhorzinho no sábado falou: “caramba, eu me lembrei da minha mãezinha colocando a gente para tomar banho ali. Me lembrei da minha avó que era parteira e que lavava a bacia para fazer parto na bacia”. Uma mulher do Maranhão que é branca falou assim: “eu fui lavadeira de rio”. E aí ela se emocionou, porque ela lembrou que ela mudou de lugar, o mundo moderno

chegou com a máquina de lavar etc., mas ela lembrar do passado e passar aquela emoção para a neta dela que estava ali com ela, não tem preço. Ela é do Maranhão e ela lembrou da bacia: “ah, eu passava, lavava na bacia. Eu engomava a roupa na bacia, deixava esticadinha, dobrava...” E eu vi que ela se emocionou, quase chorou (**Mangue de Pedras**).

Essa percepção se torna ainda mais clara quando se menciona o reconhecimento externo das produções comunitárias, como a música e a festa.

É o hino da gente, né. É lindo! E daí que todo mundo está conhecendo a gente, a partir desse hino, falando, e a gente no desfile, fazendo festa. O Secretário de Cultura às vezes chama a gente, está começando já, de dois meses para cá está começando mais, aí veio você. É legal! (**Praia Brava**).

A **Figura 54**, a seguir, apresenta um mural artístico organizado com base na junção de pinturas de personalidades consideradas importantes para a história local.

**Figura 54:** Registro fotográfico da exposição de personalidades comunitárias importantes para a região.



**Fonte:** A autora (2022).

Para dar visibilidade e trazer reconhecimento para a cultura local, parece ser fundamental, ainda, o apoio da gestão pública envolvida, buscando evitar a invenção de



características baseadas em modelos europeus e/ou norte-americanos, possibilitando um olhar dirigido ao próprio território.

Eu acho que a cultura, nós brasileiros nos apropriamos da cultura europeia. Nós nos apropriamos da cultura de elite. Nós valorizamos a cultura americana e europeia. Nós somos cachorros vira-latas, por esse ponto de vista, de estar sempre atrás do grande. De quem tem o poder. A gente achar que o belo é o do outro. Eu acho que falta, não é nem colocar uma pessoa da terra para ser Secretário de Cultura, porque a gente já viu isso aqui, e a gente vê isso na Região dos Lagos. Não é botar uma pessoa da terra para ser Secretário de Cultura, Coordenador de Cultura ou Diretor de Cultura. Para a nossa cultura ser valorizada, a gente precisa que o gestor tenha comprometimento com a cultura local, independente de que lugar seja, Cabo Frio, Araruama, São Pedro, Rio das Ostras, entendeu? É esperar o que a gente espera, que alguém fale da nossa cultura, que alguém fale da nossa história, nos represente de verdade (**Mangue de Pedras**).

Essa percepção parece advir, ainda, de experiências anteriores, com gestores que buscaram implementar o “lazer simulacro”, com base em outras práticas culturais que não condizem com a realidade da região e, por isso, não conseguiram manter suas ações a longo prazo.

A essência, a raiz do Brasil, vem dos povos originários. Ela entra no povo tradicional de matriz africana, ela entra no pescador, ela entra no caiçara, entra no quilombola. Quando você vende uma cultura de elite, você não está vendendo o Brasil, você está vendendo uma cultura como se fosse a Argentina, a europeia. As pessoas querem o diferente, querem saber qual é a sua cultura, sua origem nessa história. É isso. Acho que falta é isso. Falta interesse político de que o gestor seja alguém que represente. Não basta ser...nossa, a gente teve um secretário aqui que era do Rio com uma ideia surreal de cultura. Acabou que não emplacou nada, porque não era a cultura da cidade (**Mangue de Pedras**).

A mesma narradora discute a importância de inversão da lógica da gestão pública, centrada no direcionamento de recursos financeiros para eventos apenas turísticos, para focar também na diversão e fruição da cultura pela própria população local. Gradualmente, nota-se, a mobilização comunitária para a produção e geração de renda coletiva no espaço das festas e festivais municipais, que antes estavam sob domínio de um pequeno grupo, vinculado aos empresários e articulado com a política da região.

Não adianta você fazer um evento lindo e maravilhoso, caríssimo, e a comunidade não se sentir representada. Se você fosse olhar lá atrás, quando tinham alguns eventos, os barraqueiros eram de fora, conhecidos do dono, do cara que montava, do cara que organizava. Às vezes, o secretário era de fora, já vinha com os seus indicados. Se você olhar ali, há um critério para botar. Há um critério. Quem tem barraca é a marisqueira, é a caiçara, é o coletivo de

artesanato do município. Cultura negra, cultura de raiz mesmo. Não era cultura de elite. Você não via. Não foi um trabalho elitizado (**Mangue de Pedras**).

A mobilização comunitária para a geração de renda compartilhada, por outras vias que não aquelas circunscritas à perspectiva mercadológica do turismo de massa, considerado hegemônico na região, desenhando sistemas mais circulares e menos verticais de inserção na economia local, pode ser identificada, também, na narrativa a seguir.

Eles vão montar uma cozinha para a gente. A gente está esperando. Já alugou um lugar, uma lojinha. Já botou a placa das Caiçaras. É lá no Barbudo. A gente está esperando agora colocar as coisas, terminar a cozinha que eles estão preparando, para a gente começar a cozinhar. 25 pessoas dividindo o grupo. A cada dia, cinco pessoas vão cozinhar. Tipo escala. Vai ser vendido. Na hora que a gente fizer, todo mundo vai querer. O pessoal já está acostumado, já conhece a comida da gente. Eu trabalhei muito tempo em restaurante e, também, eu fazia muita comida, muita feijoada, então o pessoal quando me vê, já pergunta: “cadê a feijoada?” Eu falo “calma, que vai sair de novo” (**Ponta do Pai Vitório**).

Assim, sob a perspectiva comunitária, a alimentação também é compreendida como uma forma de resistência dos modos de vida coletivos tradicionais da região. Esse aspecto fica claro quando a narradora, a seguir, se descreve como uma “guardiã da culinária” local, contando a história sobre os modos ancestrais de preparo dos pescados. Estes, por sua vez, colocados nos telhados das casas para secar, cuja dinâmica ainda é mantida nos círculos familiares.

Os telhados todos fediam demais, sabe? Por que fediam? Porque ali, estava o nosso alimento secando ao sol. Os telhados eram todos de peixes. Se colocava no telhado, nas cerquinhas. Até hoje minha mãe ainda faz. A gente ainda vive essa comida local de resistência, a gente ainda vive, ainda resiste isso nas nossas casas. Ela não está aberta, porque como eu te falei, a quantidade de gente que tem é de muitos outros lugares que têm suas histórias, então a gente está aqui para ensinar eles que a gente já estava aqui antes e que a gente existe em uma área linda, que a gente preserva o mar. Eu não fujo desses mesmos elementos, com a banana, que a gente tinha antes, para valorizar as pessoas que estiveram aqui. Para dizer que existe sim, temos registro sim, os nossos registros estão dentro das nossas casas. Eu estou vindo como uma guardiã da culinária (**Ponta da Lagoinha**).

Para a difusão do conhecimento sobre as personalidades comunitárias importantes na construção das histórias locais, uma estratégia realizada foi colocar seus nomes nas refeições, despertando o interesse dos visitantes sobre quem foram esses atores locais. A **Figura 55**, a seguir, apresenta um desses preparos.

**Figura 55:** Registro fotográfico da refeição preparada pelas comunidades.



**Fonte:** A autora (2022).

Contudo, um desafio, nesse sentido, é a obtenção e posterior manutenção da infraestrutura necessária às produções de base local. A **Figura 56**, a seguir, apresenta a participação das comunidades no fornecimento de refeições aos turistas em uma pousada local, em um determinado período da semana, embora a intenção coletiva seja autogerir suas próprias produções.

**Figura 56:** Registro fotográfico da inserção das comunidades no fornecimento de serviço de alimentação aos turistas.



Fonte: A autora (2022).

O fortalecimento comunitário em iniciativas conjuntas para a fruição da cultura com sentido de lazer, pode ser percebido, também, na manutenção das práticas tradicionais, como a “puxada de rede” nas praias, como mencionado, a seguir, e apresentado na sequência pela **Figura 57**.

Por que sem união vai para onde? Tem que estar unido, todo mundo. Ainda faltou gente. Eu não tenho celular. Não sei nem mexer em *WhatsApp*, essas coisas, mas elas passam para mim. Estamos juntas sempre. Vai ter na praia, dia 28 de junho, cerco de peixe, de rede. A gente puxando rede, as mulheradas (**Mirante do Boi**).

**Figura 57:** Registro fotográfico da puxada de rede coletiva.



Fonte: A autora (2022).

A re(existência) das atividades tradicionais no território, sobretudo entre os mais antigos, parece estar vinculada, também, ao sentido de convivialidade e experimentação social comunitária.

E eu vou para a praia toda, quando a maré está boa assim, eu vou lá para pegar siri, goiá. Vou sozinha, sento lá, boto minha iscazinha de peixe, aí vem goiá, vem siri. Levo para casa, chego lá, a gente faz um pirãozinho com angu. Essa semana, eu vi. Está seca já a maré, eu vou pegar. Até isso eu faço. Vou para a Praia dos Ossos e fico lá, aí a maré fica baixa, eu vou lá, boto a isca, pego balde de siri. Eu gosto de pescar (**Poço do Tatu**).

Tem pedra até hoje. A gente pega marisco e é muito gostoso. É muito gratificante. Até hoje a gente ainda coleta marisco, ainda pega peixe. Não só a minha família, mas outros moradores de Baía Formosa ainda usam essa praia para pescar, principalmente, os antigos que ainda estão vivos (**Praia da Azeda e Azedinha**).

Ainda com relação às práticas ancestrais desenvolvidas no território, quando questionados sobre o surgimento da identificação com os grupos de povos e comunidades tradicionais, alguns narradores explicam que esta é uma possibilidade de fortalecimento do



sentido de pertencimento ao coletivo, o que demonstra que as categorias oficiais registradas nas políticas públicas brasileiras, como “caiçaras”, “pescadores artesanais”, entre outras, não são “naturais” e necessariamente difundidas nas realidades locais, mas possibilitam a identificação às lutas comuns, frente às diversas ameaças, conforme comentário, a seguir.

A gente falou: “pega esse nome caiçara para a gente”. Depois teve aqui um movimento de um edital, ela ganhou. Ela começou só com as irmãs, mas eu falei: “não, começou junto, tem que ser todo mundo”. Eu estava junto com você e eu gosto disso. Eu quero. Não é só família. Tem que ser todo mundo, aí começou a chamar uma, chamar outra, hoje tem 60 mulheres, eu acho. Cada dia está entrando e está chegando gente (**Praia Brava**).

O reconhecimento como comunidade tradicional parece representar, também, uma via para o autoconhecimento e autodescoberta, a partir de um aprofundamento nas origens dos coletivos que foram historicamente silenciados. Assim, a circulação e a transmissão de saberes ancestrais, como a prática quilombola de trançar o cabelo após varrer o quintal, como descrito pela narradora, a seguir, permitem compartilhar aprendizagens e desenvolver as capacidades analíticas e críticas dos atores envolvidos sobre sua própria realidade.

Uma aluna nossa que vem de Araruama, ela é de Araruama de um quilombo lá, mas não se reconhecia. Ela não falava da sua descendência africana. Ela falava da sua descendência indígena. Então, é uma questão de desconstruir uma visão muito equivocada do negro. Ela é parda, mas ela fala que é descendente de branco e indígena. Eu falei assim: “onde você morava em Araruama?” “Ah, Morro Grande.” Morro Grande tem quilombo. É quilombo, Morro Grande tem um quilombo ali...Sobara. Ela olhou a vassoura, que eu faço a vassoura de alecrim e ela olhava a vassoura e falava assim: “minha avó tinha uma vassoura dessa”. “Eu aposto que sua avó botava você entre as pernas dela para trançar o seu cabelo depois de varrer o quintal”. “Como você sabe?” “Isso é tradição de todo quilombo”. Toda avó fazia isso nos seus netos...trançava os cabelos. Tu é quilombola, filha. Aí ela ficou assim...no final, ela foi mudando. Depois de ouvir tudo, ela falou assim: “caramba, acho que eu sou quilombola mesmo”. Aí todos os colegas da EJA<sup>75</sup>: “Você ainda tem dúvidas?” É, aí as pessoas vão se descobrindo, né (**Mangue de Pedras**).

Como desdobramento das articulações comunitárias locais, o “turismo étnico” vem sendo considerado como uma das oportunidades pedagógicas de transmissão das histórias da região, pela via de uma contranarrativa que se difere daquela hegemônica. Além disso, a organização desse encontro com “o Outro” que visita a região parece ocorrer com base nos próprios elementos da realidade, como as roças e as casas de barro nos quilombos, como se menciona, a seguir.

---

<sup>75</sup> Educação de Jovens e Adultos.

Nós ainda temos roça, casas de barro, no quilombo. A gente agora está organizando a trilha étnica no quilombo, com grupos de 6 a 10 pessoas, passando por áreas rurais e urbanas, para contar nossas histórias, mostrar o modo de vida e falar do que a modernidade faz quando ela chega no território (**Serra de Sapiatiba**).

Nessas narrativas comunitárias, nota-se, também, o desejo de iniciar visitas guiadas à restinga. Contudo, os desafios quanto às articulações políticas, à violência crescente na região e à falta de recursos financeiros para levar tais projetos adiante, aparecem como questões limitantes.

A gente vê uma pessoa ou outra do poder público que se interessa, mas é uma só, duas...não consegue fazer esse movimento que a gente precisa, forte. É sempre uma coisa fácil, é um eventozinho aqui, um evento lá, alguém que escreveu isso, alguém que faz aquilo, mas não se transforma em algo forte, sabe? Não tem continuidade. A gente vê que está acabando. A gente tentou prever na nossa cooperativa, essa visita guiada à restinga, a gente faria isso, mas a idade também foi se aproximando e a saúde fica muito difícil. Toda essa insegurança e violência, aí fica tudo muito difícil. A gente não consegue levar adiante. As dificuldades econômicas também, com relação à cooperativa, como eu te falei naquele dia também (**Furna das Mulheres**).

Embora com esse desafio, a transmissão dos saberes e das práticas da restinga aos mais novos e aos “de fora” é elencada como um importante aspecto, com base no reconhecimento da riqueza da biodiversidade dessas áreas, o que tende a possibilitar, inclusive, a coleta de plantas consideradas medicinais e de frutos para produções artesanais. Vale ainda destacar o sentido de pertencimento à restinga, sendo esta considerada uma “grande mãe” que fornece os bens necessários à manutenção da vida.

Até hoje, os mais antigos que ainda estão por aqui conosco tem a tradição da restinga, do Cambuí na cachaça, da Guapeva. Isso é uma cultura que a gente...a minha filha, por exemplo, ela não se envolve. Ela não conhece, mas se alguém falar com ela, ela sabe, porque ela me vê muito envolvida ainda, buscando fazer com que as pessoas conheçam essa tradição, essa cultura, que era muito comum para a gente. Era rotina, a gente, semanalmente, no período das frutas, como está agora em novembro, fevereiro, que são os períodos das frutas mais valorizadas, vamos dizer assim, mais procuradas, que é a Guapeva, a Pitanga, o Cambuí. Eles são todos dessa época. Então mesmo que ela não se envolva, ela vai poder falar para alguém tudo que ela ouve de mim a respeito disso. O quanto que eu me envolvo para tentar multiplicar esse conhecimento, para que as pessoas conheçam. Não só os nossos mais jovens, mas todos aqueles que vem de outras regiões também. Para que possam conhecer ainda essa cultura, essa tradição da restinga. Para a gente era, assim, o nosso quintal e parte da nossa subsistência, porque da restinga, nós tirávamos a água, a lenha, alguns remédios. Eu diria até que bastante remédio, não apenas alguns, e os frutos. Os frutos, porque, durante o ano, sempre tinha um fruto diferente. Então, para a gente, isso sempre foi uma grande mãe. Para a gente, a restinga

sempre foi uma grande mãe, nesse sentido de fornecer todo esse material para a gente (**Furna das Mulheres**).

Assim, para se questionar e repensar em vias alternativas para o turismo hegemônico na região, buscando a transformação social, os atores locais mencionam a conquista da autonomia e da emancipação pelos sujeitos, em seus coletivos, como valores fundamentais a serem alcançados.

O que falta para a gente avançar no turismo aqui dentro? É uma consciência de classe, mais do que uma consciência de classe, porque, para isso, você precisa ter conhecimento. Não é formação acadêmica que te dá conhecimento. É conhecimento de mundo. É leitura de mundo. Quem eu sou na sociedade? Aonde eu posso chegar na sociedade? O que eu quero alcançar? A sociedade tem que me encurralar nesse lugar? Não, a sociedade não tem que me encurralar nesse lugar. Ninguém tem que me encurralar nesse lugar. Eu posso ir, aonde eu quiser ir (**Mangue de Pedras**).

Com esse direcionamento, as comunidades parecem reconhecer o diálogo de saberes entre as práticas de lazer localmente desenvolvidas e aquelas originadas em outros territórios, como uma potência no sentido de fortalecimento das diversas referências culturais populares brasileiras, no horizonte de uma “ressurreição dessas culturas”, conforme proposto na narrativa, a seguir.

Então, assim, o nosso povo quer música clássica? Quer música clássica, sim. O nosso povo quer ver um ballet Bolshoi? Quer ver, sim. Quer ver um concerto, quer ouvir a 9ª sinfonia de Beethoven? Quer. Mas a gente quer também, primeiro, ouvir a nossa história. Falei com um professor que é diretor da Villa-Lobos e pedi para fazer uma parceria, para a gente conseguir levar a música para atender a comunidade quilombola dentro da sua origem histórica. A gente está pensando em levar a música que era muito tocada na Rasa, que era o forró e o baião. A gente não ouve mais baião nem forró na Rasa. Eu estava vendo uma entrevista dos jogadores do Esporte Clube Esperança da Rasa, falando como era gostoso terminar o futebol no samba ou no forró. Era mais o forró. Terminava o futebol, a sanfona comia, o pandeiro, o cavaco, a zabumba. O forró comia, a sanfona tocava, chorava até o dia seguinte. Não tem mais. É a gente trazer isso de volta, trazer um lugar onde a gente consiga botar a sanfona para tocar. Um lugar de referência, onde a gente possa ouvir o baião, a zabumba, a sanfona, o xaxado, o xote, enfim, ouvir a nossa cultura. O baião não é nordestino, o baião é do Brasil. O fandango não é do Sul, o fandango é do Brasil, mas onde o desenvolvimento chegou, essas culturas foram morrendo. Que a gente possa fazer o milagre da ressurreição dessas culturas! (**Mangue de Pedras**).

Com esse direcionamento, as comunidades locais parecem reconhecer como um primeiro passo primordial, a reapropriação da própria história pelos sujeitos que dela são protagonistas, para que estes possam transmiti-la a partir de suas próprias narrativas. Embora seja interessante considerar o potencial de difusão das memórias locais pelos dispositivos

tecnológicos, em função do seu alcance, “o aqui e o agora”, a partir da vivência no encontro, parece ser a via mais valorizada para o compartilhamento de saberes com os visitantes.

Essa é a história que eu estou aqui aprendendo a conhecer também, a minha própria história. Como as caiçaras querem resgatar e passar para as crianças, para todo mundo, né. Não só para os nativos, mas também para os turistas que estão chegando. Tem muita gente que gosta de registros. Infelizmente, a internet mostra tudo isso, mas nem todo mundo tem acesso à internet. Nem todo idoso gosta de celular e tem acesso ao celular. Eu mesmo, sou analfabeta digital. Só sei ligar e desligar, *WhatsApp* e um pouco de e-mail, mas não tenho interesse. Já poderia ter aprendido, porque acho que meus neurônios chegam lá. Mas eu não quero. Não tenho *Instagram*. Gosto mais de viver, vivenciar o aqui e o agora (**Manguinhos**).

Para manter a circulação e o compartilhamento de saberes, sobretudo entre as gerações mais jovens, a contação de histórias em escolas públicas emerge como uma iniciativa fundamental e recorrente na região, em conjunto, ainda, com o ensino de músicas comunitárias de resistência nos territórios, buscando despertar o pertencimento à luta comum, por meio de um ensino-brincante que parece envolver as dimensões da educação popular e do lazer.

Essa iniciativa contribui, ainda, para desafiar o conteúdo dos livros didáticos que, em geral, reproduzem conhecimentos a partir de uma narrativa “oficial”, associada, não raro, às vozes dos povos colonizadores. Assim, a narrativa, a seguir, parece contribuir para elucidar esse embate entre a história “oficial” de um município que iniciou a partir da chegada de uma personalidade europeia internacionalmente conhecida, e uma aldeia de indígenas e caiçaras que antecede esse marco.

São duas etapas: a aldeia de pescadores antes da Brigitte e depois da Brigitte. São duas partes diferentes. Por causa da Brigitte, a gente esqueceu da aldeia de pescadores. Você vê agora que estão até chamando a gente para contar a história nas escolas. a gente já está tendo convite de levar a história para os alunos. A nossa intenção é essa também, fazer um livro para que as crianças saibam o que aconteceu antes. As crianças sabem muito da Brigitte para lá, mas e antes da Brigitte? A nossa intenção é essa e a gente já está sendo reconhecido. O povo já está sabendo que as caiçaras existem. O pessoal pergunta o que é caiçara. Caiçara é quem nasce em frente à praia, ao mar, filha de pescador, porque a gente faz parte da pesca também (**Ilha do Caboclo**).

A **Figura 58**, a seguir, ilustra essa prática empreendida por lideranças comunitárias em escolas da região que foi acompanhada pela pesquisadora desta tese. Em geral, além da contação de histórias sobre as populações tradicionais, também são apresentados registros fotográficos dos territórios em outras épocas, para que os jovens possam compreender como se construíram os modos de vida locais.

**Figura 58:** Registro fotográfico da contação de histórias em escolas públicas locais.



Fonte: A autora (2022).

Desse modo, o registro de saberes ancestrais em produções, como os livros, é considerado como uma das principais vias para a salvaguarda da cultura e o fortalecimento comunitário, frente às estratégias de apagamento da história local. Nesse sentido, é importante destacar o papel das escolas inseridas em territórios tradicionais, como as escolas quilombolas, sendo a primeira do estado do Rio de Janeiro implementada na RTCS, conforme narrado abaixo.

A gente sabe da importância da educação. Nós temos a primeira escola quilombola reconhecida no estado do Rio de Janeiro. Ela foi construída quando perceberam que precisavam usar o tempo livre das crianças com atividades educativas, para não ir para os vícios, para a criminalidade (**Serra de Sapatiba**).

Ainda sobre as intervenções socioeducativas, a narradora, a seguir, identifica dois movimentos simultaneamente importantes. Um deles, seria o de resgate de elementos da cultura que foram silenciados e/ou apagados; e o segundo, seria o de salvaguarda das práticas que são presentes no cotidiano comunitário, na região.

E eu realmente gostaria muito de saber, de tentar achar um caminho, que pudesse acelerar esse processo de conscientização, de mostrar que o grande valor em Arraial do Cabo é a nossa cultura, é a nossa tradição. É a gente se

preocupar na preservação de tudo que a gente ainda tem, no resgate de coisas que foram deixadas para atrás, e a gente não consegue. Isso, realmente, a gente fala e dá muita tristeza em chegar a essa conclusão, sabe? Eu também estou encerrando meu tempo por aqui, daqui a pouco estou indo, e não vejo muito como. A forma que eu encontro é essa, é a minha fala, as coisas que eu faço, deixando (**Furna das Mulheres**).

A educação é interpretada, também, como uma via para a proteção das naturezas e salvaguarda dos conhecimentos sobre a restinga, em conjunto com as ações de reflorestamento.

A ideia era recuperar áreas degradadas da própria restinga e trazer a ideia de que a gente não precisa ter amêndoas, casuarinas, eucalipto, nada disso, se a gente tem grandes arbustos, grandes plantas da nossa região que podem ser plantadas nas nossas calçadas, nas nossas vielas, enfim, nos nossos parques. Essa era a ideia. Nos anos 1970, início dos anos 1980, eu fiz um projeto, e andamos aí trabalhando, tentando uns contatos para fazer um livro, para o registro de todas essas plantas, do aproveitamento, da utilização desse conhecimento da restinga, para levar para as escolas. Para os primeiros anos, realmente, começar a mostrar para as crianças, uma coisa à parte. Já era uma ideia lá atrás, já existia esse pensamento de preservação. Embora essa coisa seja muito forte hoje, mas naquela época, eu já pensava um pouquinho nessa história toda (**Furna das Mulheres**).

Com relação ao sentido de indissociabilidade com as naturezas, a leitura comunitária sobre o lazer parece estar articulada, também, à afetividade com os elementos não-humanos, como descrito pela narradora, a seguir, em dois trechos em que atribui ao mar um significado terapêutico, de “Bem-Viver”. Cabe sinalizar, ainda, o sentido de vitalidade e devoção ao mar, junto ao vínculo de pertencimento ao território, como fica evidente no fragmento “acho que sem o mar a gente não vive” e “não me vejo saindo daqui”.

Até hoje amo o mar de uma forma que...ela (*refere-se à mãe*) ama mergulhar. Naquela época, mulher nenhuma mergulhava. Ela amava mergulhar. E não era bem-vista mulher de shorts. Quando ela via pescador passando, ela ia para o outro lado, para não ver que ela estava ali de shorts, se alguém fosse passar. Ela estava dentro da água, ela tinha as coisas dela, mas ela não botava a roupa, né. Ali catando lixo, catando unha, catando sacuritá. Hoje, se eu gosto tanto, tanto, tanto do mar, é mais por esse estímulo. Eu não vejo as mulheres gostando tanto de ir para o mar quanto eu, acho que isso já vem da minha mãe. Até hoje a minha mãe ama. Qualquer lugar que ela for, tem que ter mar para ela ir. Tem prótese, tem tudo, mas isso não impede. Ela tem que ter o mar. Então, eu acho que sem o mar a gente não vive. Eu não me vejo saindo daqui (**Ponta da Lagoinha**).

Por isso, se você me perguntar onde é o meu psicólogo, eu digo para você onde é que é. Eu dou boia para todas as minhas amigas e a gente fica boiando no mar. Eu tenho um monte de boia, aí eu amarro aqui e amarro ali, quando está ventando, e a gente fica tudo de rodinha brincando ali de relaxar. Já tem quase um mês que eu não mergulho. Já estou ficando assim, estressada (**Ponta da Lagoinha**).

O significado de lazer, associado ao “Bem-Viver” coletivo e à sociabilidade, aparece também no contexto da vinculação entre a cultura e a terra. Estas são decodificadas como alicerces para a garantia do sustento e do reencantamento pela vida, por meio dos festejos.

Um mulato velho, que é o Bagre escalado. Se na época de Natal você não pode comprar o bacalhau, você compra o peixe escalado. Eu adoro fazer um peixe escalado. Substituir. Teve um Natal lá em casa que o bacalhau estava caríssimo. Minha irmã comprou o bacalhau, mas ia muita gente lá para casa. Tinha muita gente querendo ir lá para casa...a família é grande, os amigos. Eu falei: “ah, vamos dar um jeito de incrementar esse bacalhau aí”. Eu vou fazer um “bagalhau”, com o Bagre. Eu escalei um Bagre bem grande, gordo. Salguei ele e fiz lá um prato com Bagre. Quem comeu, comeu como se fosse bacalhau, mas comeu Bagre. Com pimentão, azeitona preta, azeite e mandou para dentro. São coisas nossas. Aí a gente valoriza o bacalhau...é gostoso, é tradicional, mas se o seu dinheiro não dá, vai no recurso da terra. Vai naquilo que você tem. Vai na sua cultura (**Mangue de Pedras**).

Por fim, o lazer aparece nas narrativas, ainda, em associação à importância da vida baseada em outros valores, como a simplicidade e a convivialidade, sinalizando para outros modos possíveis de pensar o *modus operandi* e *vivendi* em sociedade.

Gostava daqui quando era a raiz, o cheiro da terra molhada, os cavalos soltos. A gente não tinha tanto como hoje. Pensa em um lugar que você morava sem tranca, escorado com os paus. Só que os cavalos e os cachorros invadiam e dava muito mosquito. Então a gente pegava as fezes do boi, do mato, para espantar os mosquitos. Acendia e espantava. Tem gente que usa até hoje. Não tinha nada. Não tinha muito carro, era carroça, burro e cavalo (**Praia da Ferradura**).

Se eu pudesse voltar ao passado, eu gostaria. Gostaria, porque antigamente era uma comunidade que todo mundo conhecia todo mundo, entendeu? A gente era muito unido. E não tinha esse negócio de muro. Eram cercas (**Praia do Forno**).

A gente conhecia todo mundo...vizinho...era muito gostoso. Hoje em dia, com esses loteamentos que eu te falei, a gente se perde um pouco, tem muita gente de fora, né. Uma pena! (**Praia da Azeda e Azedinha**).

A partir das narrativas insurgentes sobre o lazer, em associação com as outras dimensões da vida cotidiana, se apresenta, a seguir, uma releitura sobre o tema, adotando a lente interpretativa da Psicossociologia, com base na perspectiva comunitária.

#### 5.4 LBC COMO SÍNTESE DAS NARRATIVAS

As narrativas comunitárias sobre o lazer ilustram que a leitura eurocêntrica sobre o tema não é capaz de abranger a complexidade envolvida em sua prática nos territórios do *Sul global*. Isso porque são múltiplos e plurais os significados do lazer que permeiam os campos de discussão da educação popular, das práticas de saúde integral, da constituição identitária, das complexas relações com as naturezas e com o sagrado, entre tantas outras nuances da vida em sociedade. Nesse sentido, as diversas dimensões existenciais parecem estar integradas e fluidas no cotidiano e não podem ser entendidas dissociadas da dinâmica social, em seu sentido mais amplo.

Além disso, a prática do lazer tende a contribuir para a reinvenção de modos de convivialidade, em um movimento de fortalecimento dos vínculos afetivos que estão sujeitos a tentativas de esgarçamento e dilaceração, como resultado das lógicas capitalista e neoliberal no território. Outro ponto importante a ser considerado nesse debate se refere às pressões exógenas ao território, que buscam “esterilizar” e desencantar a vida no *Sul global*, com base em dispositivos de opressão e dominação historicamente construídos, sob uma perspectiva colonialista. No entanto, as práticas de lazer tendem a contribuir para um sentido de espontaneidade, hedonismo e fruição lúdica da cultura, no sentido de potencializar as vias de reafirmação e recriação da vida no coletivo. Assim, a prática do lazer expressa, em sua base, uma dimensão de espaço-tempo não fragmentada, incorporada à própria realidade das comunidades envolvidas, como um caminho viável para o reencantamento da vida comunitária.

Embora haja um esforço de simplificação e banalização do tema, a partir da sua decodificação como tópico apenas secundário e menos importante, com relação às demais dimensões da vida em sociedade, uma análise fenomenológica - e não apenas instrumental com relação ao lazer - parece revelar inúmeras nuances subjetivas desse debate que descortinam questões densas sobre as relações historicamente construídas de subjugação entre o *Norte* e o *Sul global*, que se refletem, ainda, na manutenção do próprio *status quo*.

Com base nessa perspectiva, se defende a Psicossociologia como uma lente potente para a análise sobre o tema em foco, no sentido de apreensão do “não-dito” e das “entrelinhas” que, não podem ser circunscritas a esquemas teóricos fechados. Assim, o olhar sensível e a escuta atenta, premissas do campo da intervenção psicossocial, parecem representar vias essenciais para a compreensão contra hegemônica sobre o lazer, não a partir da replicação e difusão de conceitos já pré-concebidos, mas sim, por meio da apreensão da própria realidade vivida, na imersão do “aqui e agora” nos próprios territórios.



Sob uma leitura psicossocial, o *Lazer de Base Comunitária* emerge, assim, como uma proposta em construção, sendo defendido nessa tese como uma via para o reconhecimento de práticas sociais pulsantes, invisibilizadas e de narrativas historicamente silenciadas sobre o tema. A proposta do LBC se concretiza, dessa maneira, como um convite a uma leitura descolonial sobre o lazer, que não se sustente em referências europeias e norte-americanas para interpretar as práticas latino-americanas. Com esse direcionamento, poderia constituir-se, ainda, como uma via analítica para apoiar o reconhecimento do potencial subversivo das práticas comunitárias, no sentido de buscar alternativas coletivas para o enfrentamento dos passivos sociais inerentes ao contexto da América Latina.

Assim, após a análise dos resultados da tese, a seguir, se discute algumas pistas finais para a compreensão do lazer, sob uma perspectiva descolonial.

## O QUE PODE SER O LAZER, SOB UMA PERSPECTIVA DESCOLONIAL?

### Pistas finais

---

*“As ruas desencantadas, a festa combatida, os tambores calados e as bandeiras recolhidas são crônicas do desencanto (...) Os subalternizados, por sua vez, inventam cotidianamente maneiras de construir no perrengue seus espaços de lazer, sobrevivência e sociabilidade” (SIMAS, 2021, p. 85-86).*

O que pode ser o lazer, sob uma perspectiva decolonial? Essa foi a pergunta que levantaram à pesquisadora desta tese durante a apresentação de um recorte dos resultados obtidos, em um evento acadêmico sobre o tema. No contrafluxo das certezas cartesianas, reproduzir esse questionamento no capítulo final traduz a compreensão que as respostas a essa questão não estão concluídas e que os resultados alcançados nessa pesquisa social e qualitativa, retratam um momento de uma realidade dinâmica, em constante transformação.

Por isso, é importante também reconhecer que o trilhar da presente pesquisa, durante os quatro anos de doutorado, foi percorrido por caminhos ainda pouco conhecidos. Essa escolha arriscada partiu de inquietações teóricas e pistas conceituais, mas, sem dúvidas, se construiu em um terreno pulsante desconfortável e incerto que se sustentou a partir da imersão no campo e das experiências empíricas. O exercício de desbravar campos investigativos (quase) inexplorados, passou por descobertas encantadoras, mas também pelo reconhecimento das limitações envolvidas no processo.

Assim, a análise do lazer, a partir de uma perspectiva decolonial e uma leitura comunitária sobre o tema, com base na produção de narrativas e na observação participante nas vivências de algumas comunidades tradicionais da Região Turística da Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro, permitiu apreender importantes pistas para responder, ainda que parcialmente e de forma situada, à questão inspiradora mais ampla da pesquisa: *“Que significados contra hegemônicos o lazer pode expressar no cotidiano dos povos tradicionais do Sul global?”*

Diante dessa questão, vale considerar a importância da adoção da Ecologia Social como inspiração para a elaboração da tese, possibilitando lançar um olhar sensível às relações entre naturezas e culturas, na construção das práticas de lazer nos territórios. Além disso, o campo da Psicossociologia de Comunidades foi escolhido para ancoragem teórico-metodológica da tese, uma vez aberto a processos investigativos baseados em multimétodos, representando um terreno fértil para o desabrochar de reflexões subversivas que possibilitaram arriscar a

elaboração de uma proposta epistemológica colaborativa e contra hegemônica, denominada na presente pesquisa como *Lazer de Base Comunitária*.

Essa construção pode ser considerada arriscada por alguns, porque parte de uma aposta no potencial descolonial de reelaboração dos debates teóricos sobre o lazer, a partir das vivências práticas, considerando nesse contexto, ainda, as afetações que atravessaram o corpo da pesquisadora durante o processo de concepção e construção da tese. Por essa razão, esse movimento de pesquisa buscou romper, ainda que preliminarmente, com uma perspectiva cartesiana de mundo que separa sujeito e objeto, razão e afeto, e que contribuiu para criar historicamente um abismo entre as produções acadêmicas e comunitárias.

No contrafluxo do modo convencional de fazer pesquisa na atualidade, fortemente influenciado pelas estruturas do sistema colonial, capitalista e neoliberal, a presente tese buscou se construir de forma colaborativa, a partir do protagonismo das diversas vozes silenciadas, historicamente, com o intuito de gerar, para além de uma pesquisa acadêmica, um “objetivo resolutivo” que possa somar forças ao processo de registro e reconhecimento dos saberes e práticas das comunidades dessa região escolhida para estudo, dando origem à produção dos livros artesanais. Esse movimento reafirmou, também, a importância de se buscar integrar pesquisa e extensão universitária, uma vez que essa iniciativa só foi possível, porque decorreu de um desdobramento de um projeto de extensão no qual a tese se articulou.

Além disso, o ensejo de construção coletiva das reflexões da tese, possibilitou, em um contexto permeado pelas tensões e incertezas decorrentes da crise sanitária da *Pandemia de Covid-19* - além de muitas outras crises planetárias -, reencantar o próprio processo investigativo que, assim como outras dimensões da vida em sociedade, passou por um movimento colonial-moderno de desencantamento, por meio do silenciamento dos afetos implicados na pesquisa, pela imposição do mito da neutralidade e pelo esforço de enquadramento dos resultados em uma racionalidade nem sempre conectada com as dimensões das dinâmicas locais.

Assim, retomando uma das epígrafes escolhidas para inspirar a tese, a alegria envolvida na construção coletiva dessa investigação junto às comunidades no campo de estudo, com base no exercício de vivência de uma pesquisa-brincante, conduziu a resultados que, além de não serem neutros, não seriam possíveis de serem alcançados com base na tristeza decorrente de uma academia que se construiu distante da sociedade.

Essa pode ser assim interpretada como a potência da tese, que foi concebida e constantemente repensada, durante os quatro anos de pesquisa, no contexto de conversas despreziosas nas ruas, da participação em festas comunitárias locais, de piqueniques, da

coleta de frutos, das caminhadas em trilhas, dos movimentos de reivindicação por direitos, entre outras iniciativas vinculadas ao cotidiano do próprio território. E, nesse sentido, esta não pode ser considerada uma tese descolada da realidade, mas elaborada a partir de uma perspectiva dialógica com o contexto concreto das comunidades envolvidas.

Mas de que outra forma seria possível apreender as sutilezas e subjetividades implicadas na discussão de um tema tão sensível como o lazer, considerado como vivência lúdica da cultura intrínseca à humanidade? Com esse direcionamento, a produção de narrativas, permitiu compreender que a prática do lazer expressa significados não-ditos, polissêmicos e complexos, atravessados, ainda, por diferentes intencionalidades, por possibilitar uma abertura aos conteúdos inesperados e imprevistos.

No caso investigado, da Região Turística da Costa do Sol, os significados contra hegemônicos do lazer estão relacionados ao fortalecimento dos laços comunitários no território nativo, frente ao esgarçamento das relações sociais, em um contexto de grande avanço dos investimentos capitalistas e neoliberais, além do predomínio de uma perspectiva colonialista-moderna de mundo, que vêm contribuindo para a invisibilização histórica das culturais locais.

Com essa perspectiva, as práticas de lazer comunitárias na região são vivenciadas na articulação com as lutas cotidianas por direitos, os processos de construção da emancipação e autonomia dos sujeitos, as vivências lúdicas da cultura no território, a educação popular, as vias para a conexão espiritual, e o sentido de indissociabilidade com as naturezas. O significado não-dito, mas observado em campo, que essas experiências exprimem, parece ser, justamente, a possibilidade de reinvenção, reencantamento e reafirmação da vida em coletividade, frente à grande opressão exercida pelos atores externos, sobretudo aqueles vinculados aos setores turístico e imobiliário, em projetos desenvolvimentistas empreendidos na região.

A partir desse reconhecimento, com relação as hipóteses iniciais propostas para a tese, a pesquisa permitiu apreender que, em parte, a leitura hegemônica sobre o lazer na região tende, sim, a resultar de uma perspectiva capitalista e neoliberal de desenvolvimento, que vincula às naturezas um sentido utilitário, o que fundamenta um dos pilares do “lazer simulacro” que se manifesta em “bolhas turísticas” distantes da realidade do entorno, gerando exclusão social, gentrificação, desigualdade econômica e diversos outros modos de opressão às comunidades nativas.

Na análise da segunda hipótese da tese, a dimensão da diversidade sociocultural regional é invisibilizada, não apenas por meio do processo de conservação da biodiversidade associada ao Parque Estadual da Costa do Sol e outras áreas protegidas locais, como também, da promoção dos fluxos turísticos regionais, por meio das estratégias de invenção de narrativas

descoladas da história de constituição identitária das comunidades locais. Assim, a imersão no campo e nas narrativas dele advindas possibilitou apreender que a nomenclatura atribuída aos itens do patrimônio cultural local vem sendo transformada e substituída por atores exógenos à região. E, não raro, a nomenclatura original é até mesmo suprimida, principalmente, para não prejudicar a atividade de construção de investimentos imobiliários com fins turísticos e de segundas residências.

No tocante à terceira hipótese da pesquisa, por sua vez, pode-se afirmar haver na região a dinâmica de uma diversidade de lazeres contra hegemônicos, experimentados pelos coletivos de povos e comunidades tradicionais. Esses partem de outras perspectivas de mundo, outros valores culturais, além de uma outra relação - intrínseca e indissociável - com as naturezas. Ainda sobre a terceira hipótese, os resultados obtidos ilustraram, com clareza, que os elementos lúdicos, hedônicos e prazerosos, associados ao lazer pelas sociedades do *Norte global*, com base em uma noção de tempo e espaço desconectada das demais dimensões da vida e da rotina cotidiana, não são decodificados do mesmo modo pelas comunidades tradicionais estudadas. Isso porque, no contexto do *Sul global*, o lazer ocorre na articulação com a construção de sociabilidades, resistências no território e práticas tradicionais de trabalho, como a pesca, a coleta de mariscos e frutos, além da produção de artesanatos.

Isso não significa dizer que as atividades laborais não sejam penosas e que o cotidiano não seja difícil, considerando, sobretudo, as pressões externas recorrentes na região estudada. No entanto, o brincar-coletivo parece ser responsável por suavizar a dureza do cotidiano e reencantar a realidade que o sistema hegemônico capitalista vem desencantando. Com essa perspectiva, o lazer adquire outro sentido e significado quando não está submetido, sobretudo, a uma lógica economicista, mas sim, humanitária e afetiva. Em outras palavras, parece possível afirmar que o lazer, com base em cosmovisões plurais e diversas, representa uma via potencial para a abertura a desvios da captura empreendida por dispositivos racionalistas e economicistas de ordenamento do poder nos territórios, que desencantam e despotencializam a experimentação da vida.

É justamente nesse sentido que o lazer pode ser considerado uma brecha, ou ainda, uma fresta de espaço-tempo lúdico, para questionar e buscar transformar, no âmbito das coletividades, o colonialismo do poder e do saber que tensiona historicamente as comunidades do *Sul global*. Sob esta ótica, em contextos considerados minoritários, periféricos e subalternizados, mas que abrangem, na verdade, a maior parte da população do *Sul*, a prática do lazer pode oportunizar construções contra hegemônicas, com base na alteridade de modos de ser e se relacionar com o mundo. Uma importante reflexão, nesse contexto, é que a prática

do lazer, experimentada em outras bases daquelas ocidentalizadas, permite a construção de relações de pertencimento às culturas e às naturezas, desmistificando relações cartesianas-dicotômicas nesse sentido.

O lazer, enquanto dinâmica de espaço-tempo para a invenção de outros caminhos possíveis para o contexto latino-americano, a partir da improvisação, do espontâneo e da vitalidade, permite “prefigurar” outros *modus operandi* e *vivendi*, em um movimento dinâmico de reedição das realidades áruas. Por essa razão, o movimento de descolonização nesse campo de estudo tende a ser fundamental para que iniciativas anônimas e locais possam ser reconhecidas como práticas de lazer. Com essa intenção, o *Lazer de Base Comunitária*, emerge como proposta epistemológica colaborativa e contra hegemônica nessa tese que buscou contribuir para ampliar e avançar nessa discussão, a partir da produção de narrativas coletivas insurgentes sobre o tema.

Nesse exercício de pesquisa foram mapeadas iniciativas e impressões comunitárias na RTCS para o reconhecimento dos valores históricos, culturais, sagrados, identitários, terapêuticos, entre outros, associados ao sentido de lazer. Além disso, o sentido de autogestão dessas experiências, concebidas e organizadas com base local, representam um importante resultado, inclusive para a geração de renda comunitária, frente a um cenário de forte exclusão social. As ações coletivas vinculadas ao lazer parecem contribuir, ainda, para uma revitalização dos espaços da cidade apropriados pelos atores externos, sob uma lógica de elitização das áreas que antes eram públicas.

Vale ainda esclarecer que a adoção do lazer como tema principal da tese, não foi imparcial. Isso porque, essa escolha partiu da compreensão de ser o turismo convencional e de massa uma prática, recorrentemente, violenta e de reprodução do colonialismo nos territórios do *Sul global*. Considerando que o objetivo da pesquisa foi apreender significados, sob uma perspectiva comunitária, desde realidades situadas e contextualizadas, o lazer, por representar uma expressão humana da própria cultura, inspirou esse estudo em todas as suas nuances. Assim, o intuito não foi mapear o que as comunidades locais da RTCS poderiam oferecer aos turistas como entretenimento, embora alguns resultados tenham sido obtidos nesse sentido, mas de que forma o lazer é vivenciado e compreendido em contextos dinamizados por outras percepções de mundo e cosmovisões.

Com esse direcionamento, parece importante reconhecer uma limitação da pesquisa restrita à produção de narrativas em apenas três municípios dos 13 que integram a RTCS, sendo esses: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia. Assim, pesquisas

posteriores poderão se dirigir a uma análise mais ampla, incluindo também outras comunidades da região, com o intuito de apreender outras leituras sobre o tema em foco.

Para além da RTCS, seria interessante, também, investigações futuras no contexto de outros países da América Latina, para que se possa melhor decodificar a diversidade de significados do lazer no *Sul global*. Um desafio, nesse sentido, parece ser a imersão em territórios por vezes afastados dos grandes centros urbanos e de difícil acesso, que pesquisas com esse objetivo demandam. No entanto, a possibilidade de identificar iniciativas e significados com relação ao tema que não são expressos necessariamente pela simples terminologia “lazer”, parece ser, justamente, a riqueza de propostas como essa.

Outra dificuldade encontrada, com esse direcionamento, foi a de construção de laços de confiança com as comunidades locais, considerando o histórico de relações de opressão e coerção que levaram à desconfiança - legítima - quanto ao outro vindo “de fora”. Sobre essa questão, o histórico de pesquisas anteriores e o fato da pesquisadora ser domiciliada na região foram aspectos que contribuíram para o desenvolvimento da tese.

Ainda sobre as limitações da pesquisa quanto aos resultados obtidos, seria também interessante, no futuro, ensaiar outras possibilidades metodológicas para a apreensão dos significados contra hegemônicos sobre o lazer, embora se reconheça que a metodologia adotada na tese, ao resultar da integração entre pesquisa e extensão universitária, representou uma via potente não só no sentido de se apreender as sutilezas sobre o tema, mas também, no sentido de engajamento ético-político da academia no processo de transformação social das realidades concretas.

No contexto atual permeado por uma crise civilizatória, retomar a questão “*o que pode ser o lazer?*”, sob uma perspectiva de base comunitária, segundo uma leitura descolonial, tende a possibilitar compreendê-lo como dinâmica de espaço-tempo, na disponibilidade para o lúdico, possibilitando ensaios prefigurativos de insurgências e transgressões ao sistema instituído, em uma revolução brincante dos modos de ser e se relacionar consigo mesmo, e com outros seres humanos e não-humanos. Assim, poderia o lazer representar um dos “paraquedas coloridos” capazes de amortecer a queda inevitável do sistema vigente para uma abertura aos “inéditos-viáveis”?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, A. L.; MERHY, E. E. Formação em saúde e micropolítica: sobre conceitos-ferramentas na prática de ensinar. **Interface**, vol.18, nº 49, p.313-324, 2014.

ABRAPSO, Associação Brasileira de Psicologia Social. *In*: ABRAPSO. (Orgs). Psicologia e Sociedade. **Revista da ABRAPSO**, vol.9, nº 1/2, p.5-30, jan./dez., 1997.

ACOSTA, A. **O Bem-Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ADICHIE, C. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. Companhia das Letras. 1ª Ed. 2018. 64p.

ALCÂNTARA, M. F. de. Gentrificação. *In*: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <<http://ea.ffe.usp.br/conceito/gentrificacao>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, vol.53, p.78-101, jan./jun., 2020.

ANZALDÚA, G. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". Tradução de Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARAÓZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**. O extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante. 2020. 324p.

ARIAS, P. G. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). **Calle14: Revista de Investigación en el Campo del Arte**, n. 4, jul./dez. 2010a.

ARIAS, P. G. **Corazonar**: una antropología comprometida con la vida. Quito, Ecuador: Abya Yala. 2010b.

AROSTEGUY, A. **Território e experiências culturais**: apropriações do lazer em dois “Pontos de Cultura” de Belo Horizonte/MG. Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG. Belo Horizonte, 2018. 187p.



ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.2, n° 5, p.79-93, 1999.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BAHIA, M. C. (Orgs). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA Editora, 2018. 162p.

BARBIER, R. A escuta sensível na abordagem transversal. *In*: BARBOSA, J. (Coord). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998. p.168-199.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2016. 276p.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 272p.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008. 210p.

BATINGA, G. L.; PINTO, M de R. “Lazer?! Para mim?!...” - Consumo de lazer por mulheres de baixa renda. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.6, n° 3, p.78-97, set./dez., 2019.

BATISTA, A. C. M. da C. **Relações étnico-raciais na voz do professor**: os debates curriculares no contexto quilombola. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. 101p.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: Produzir e analisar dados etnográficos. Editora Vozes, Petrópolis. 2003.

BECKHAUSER, E. F. **A natureza como sujeito de direitos no paradigma do Estado de Bem Viver**: Análise das inovações aportadas pela Constituição do Equador 2008. Editora Deviant. 2020. 190p.

BENJAMIN, W. **Teses sobre a Filosofia da História**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BHABHA, H. K. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. *In*: HOLLANDA, H. de B. (Orgs.) **Pós-modernidade e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 176-203p.

BISPO DOS SANTOS, A. **Metafísica na Rede Debate**: Cosmopolítica e Cosmofobia. Youtube, 5 de ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>> 13 de mar. 2023.

BISPO DOS SANTOS, A. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCT. 2015. 151p.

BONNEUIL, C. Comment éviter le chaos climatique? Tous responsables? **Le Monde Diplomatique**, nov., 2015. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/2015/11/BONNEUIL/54139>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, C. R. (Orgs.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense. 1984.

BRASIL. **Plano de Manejo da Reserva Extravista Marinha do Arraial do Cabo**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Brasília, 2020. 67p. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano\\_de\\_manejo\\_Resex\\_Marinha\\_do\\_Arraial\\_do\\_Cabo.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_Resex_Marinha_do_Arraial_do_Cabo.pdf)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**: instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007a. Diário Oficial da União. Brasília, 2007a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Brasília, 2007b. Disponível em: <[http://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano\\_nacional\\_turismo\\_2007\\_2010.pdf](http://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**: instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 23 de agosto de 2002. Regulamenta os artigos da Lei nº. 9.985, que **institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Diário Oficial da União. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,SNUC%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.340%2C%20DE%2022,SNUC%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**: instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

BRASIL. Decreto de 03 de janeiro de 1997, **cria a Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1997/dec\\_03\\_01\\_1997\\_resexmarinhaarraialcabo\\_rj.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1997/dec_03_01_1997_resexmarinhaarraialcabo_rj.pdf)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 1988a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**: instituído pela Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, 1988b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

BRUHNS, H. (Orgs). **Temas sobre lazer**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 156p.

BRUMATTI, P. N. M. **O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil**: uma perspectiva sobre vulnerabilidades. 2020. 297f. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

CARNEIRO, A. M.; MORAES, E. A. de; VIEIRA, L. F. **Conhecimentos tradicionais da pesca artesanal para a conservação sustentável do mar**: Valores Patrimoniais do Espaço Marítimo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo RJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2012.

CARVALHO, E. N.; COSTA, S. L. As potências da narrativa. *In*: LOPES, K. J. M.; CARVALHO, E. N.; MATOS, K. S. L. de. **Ética e reverberações do fazer**. Fortaleza: Editora UFC. 2011. p.60-73.

CARVALHO, J. J. de. ‘Espetacularização’ e ‘Canabalização’ das culturas populares na América Latina. **Revista Antropológicas**, ano 14, vol.21, p.39-76, 2010.

CASTRO-GOMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, E. (Orgs). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.80-87.

CEPERJ, Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Regionalizações administrativas**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

CERQUEIRA, T. C. S. (Orgs). **(Con)textos em escuta sensível**. Brasília: Thesaurus, 2011. 198p.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: Evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, nº 16, v. 2, p. 221-236, 2003.

CORRÊA, W. B.; FONTENELLE, T. H. O Parque Estadual da Costa do Sol: contextualização e críticas ao processo de instituição. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, nº4, p.1150-1160, 2012.

CODINA, N; PESTANA, J. V.; AMARAL, S. C. F.; NUNES JUNIOR, P. C. Investigación alrededor de la Psicología del tiempo libre de Frederic Munné: Diálogos de Brasil y España. *In*: ISAYAMA, H. F.; OLIVEIRA, L. M. F.; SOUZA, T. R. de; SILVA, S. R. da. (Orgs). **Coletânea X Seminário “O lazer em debate”**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p.79-86.

CORDEIRO, N. de A. **Titulação como garantia de direitos: Limites e entraves enfrentados para a regularização fundiária das comunidades quilombolas, Prodígio e Sobara (Araruama-RJ)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. 120p.

CORRÊA, W. B.; FONTENELLE, T. H. Processo de ocupação da zona costeira: Ecoresorts e Gerenciamento Costeiro do Meso Compartimento Cabo Frio - Cabo Búzios, Litoral do Rio de Janeiro. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre - RS, 2010.

COSTA, S. L.; MENDES, R. (Orgs). **Redes sociais territoriais**. Editora FAP-UNIFESP. 2014. 221p.

COSTA, S. L.; SILVA, C. R. C. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 10, nº 2, São João del Rei, p.283-291, 2015.

COSTA, S. L. da; TAKEITI, B. A.; MALLETT, A. L. R.; SILVA, A. S. R.; CARVALHO, S. B. Minha vida dá um livro: escuta sensível e produção de vida. *In*: SILVA, E. da (Org.). **Saúde Coletiva: Solução de Problemas e Qualificação do Profissional**. 1 Ed. Ponta Grossa: Atena, 2020, v.02, p.143-160.

CRUZ, R. de C. A. da. Notas sobre a relação entre fascismo, fascismo social e turismo no Brasil. *In*: VIEIRA, A. B.; MORETTI, E. C.; LAMOSO, L. P. (Orgs.) **Território, economia e política**. 1. Ed., Porto Alegre, RS: TotalBooks, 2022, p. 9-22.

CRUZ, R. de C. A. da. **Geografias do turismo: De lugares a pseudo-lugares**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Roca. 2007. 140p.

DEBORTOLI, J. A. O. Lazer, envelhecimento e participação social. **Licere**, Belo Horizonte, vol. 15, n. 1, p.1-29, mar., 2012.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta. 2002.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. 1ª Ed. Editora Sextante. 2000. 352p.

DIAS, H. C. **Costa do Sol e Resorts: Uma avaliação sobre os instrumentos legais referentes ao licenciamento de empreendimentos turísticos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Instituto Federal Fluminense Campos. Campos dos Goytacazes, 2010. 84p.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP/Hucitec, 2008.

DIEGUES, A. C. **Cultura marítima, Conhecimento e Manejo tradicionais na Resex Marinha de Arraial do Cabo**. Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento - Arraial do Cabo (RJ). Programa Petrobras Ambiental. COPPE/UFRJ. NUPAUB-USP, 2007.

DI MAULO, R. **Parque Estadual da Costa do Sol**: Recurso potencial para o planejamento turístico da Região Costa do Sol, RJ. Monografia (Graduação em Turismo) - Bacharelado em Turismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016. 94p.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1979.

DUMAZEDIER, J. **Questionamento Teórico do Lazer**. São Paulo: SESC, 1975.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A. 1973. 337p.

DUSSEL, E. Beyond the eurocentrism, the world-system and the limits of modernity. *In*: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Orgs). **The cultures of globalization**. Durham, NC: Duke University Press, 1998, p.3-31.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. (Orgs). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.24-32.

DUSSEL, E. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. p.341-395.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de outro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidade latinoamericano. **Tabula Rasa**, nº 1, p. 51-86, jan./dez. 2003.

FALS BORDA, O. **Una sociologia sentipensante para América Latina**. 1ª Ed. Colômbia: Siglo del Hombre Editores. CLACSO, 2009. 491p.

FAO, The Food and Agriculture Organization. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago: FAO. 2021. 150p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/cb2953es/cb2953es.pdf>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Dados abertos**. 2020. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

FERREIRA, M. C. A Psicologia Social Contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.26, nº especial, p.51-64, 2010.

FIGUEIREDO, E. B. G.; SAWAIA, B. B. Comunidades tradicionais e conflitos socioambientais: E a psicologia com isso? **Revista Psicologia Crítica**, vol.20, nº 9, p.551-563, 2020.

FIGUEIREDO, S. L.; SARÉ, L. L. P. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Dossiê Lazer e Meio Ambiente. Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.148-164, set./dez., 2014.

FONSECA-KRUEL, V. S. da; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Acta Botânica Brasilica**, vol.18, nº 1, p.177-190, 2004.

FONSECA, M. A. P. da. Turismo e divisão territorial do trabalho no Polo Costa do Sol/RJ. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, nº 21, p. 121-132, jan./abr., 2011.

FONSECA, R. A. A.; NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. de A. Da (in)sustentabilidade do desenvolvimento ao “Bem-Viver”: Travessias epistemológicas rumo a horizontes decoloniais. **In: Anais do Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decoloniais, Psicologia e Povos Tradicionais**. Sobral, Ceará. 2020. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/coloiopovostradicionais/266326-DA-\(IN\)SUSTENTABILIDADE-DO-DESENVOLVIMENTO-AO-BEM-VIVER---TRAVESSIAS-EPISTEMOLOGICAS-RUMO-A-HORIZONTES-DECOLONIAI](https://www.even3.com.br/anais/coloiopovostradicionais/266326-DA-(IN)SUSTENTABILIDADE-DO-DESENVOLVIMENTO-AO-BEM-VIVER---TRAVESSIAS-EPISTEMOLOGICAS-RUMO-A-HORIZONTES-DECOLONIAI)>. Acesso em: 11 de mar. 2023.

FRAGELLI, C. **Psicossociologia do Turismo**: interpretando um fenômeno em constelação. Tese. (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2018.

FRATUCCI, A. C. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. **In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BADIN, I. (Org.). Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamont, 2005, p.81-90.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

FURLAN, S. A.; MARINHO, M. A.; CAMPOLIM, M. B. Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais. **Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Eixo 7. Procesos de la interacción sociedade naturaleza, Montevideo, Uruguay, 2009.

GAELZER, L. O comportamento no lazer: problemas de pesquisa. 1986. *In*: GOELLNER, S. V.; MACEDO, C. G. (Orgs). Lenea Gaelzer: **Coletânea de textos sobre recreação e lazer**. Porto Alegre: Coleção GRECCO. 2013. p.97-118.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, C. L. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GOMES, C. L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, C. M.; REJOWSKI, M. Lazer enquanto objeto de estudo científico: Teses defendidas no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, vol.8, nº 2, p.9-28, 2005.

GOMES, C. L.; OSORIO, E.; PINTO, L.; ELIZALDE, R. (Orgs). **Lazer na América Latina/ Tiempo Libre, ocio y recreación en Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 398p.

GOMES, C. L. Mapeamento histórico do lazer na América Latina: Em busca de novas abordagens para os estudos sobre o tema. *In*: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (Orgs). **Estudos do Lazer: um panorama**. Belo Horizonte: CELAR/UFMG, 2011. p.145-164.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2012. 343p.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, nº 1, p.3-20. 2014.

GOMES, C. L. Estudos sobre a temática do lazer na América Latina: Um panorama. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, p.55-65, 2017.

GROSGOUEL, R. Colonial difference, geopolitics of knowledge and global coloniality in the modern/colonial capitalist world-system. **Review**, vol. 24, nº 3, p.131-154, 2002.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia prática e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, B.



de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. p.455-491.

GUATTARI, F. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 108, p. 19-25, jan./mar. 1992.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 20ª ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2009, 56p.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes. 1986. 327p.

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza**: Ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução de Igor Ojeda. 1ª Ed. São Paulo: Editora Elefante. 2019. 340p.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, P.; NASCIMENTO, E. P. do (Orgs). **Enfrentando os limites do crescimento**. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012. p.303-318.

GUTIERREZ, G. L. Lazer, exclusão social e militância política: Um ensaio a partir de aspectos do contemporâneo. In: BRUHNS, H. T. (Orgs). **Temas sobre o lazer**. Campinas: Editora Autores Associados, 2000. p.65-84.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro(multi) territorial/descolonial na América Latina. 1ª Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. 393p.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª Ed. ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 128p.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século XXI**. Tradução de Paulo Geiger. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 441p.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble**: Making kin in the Cthulucene. Duke University Press. Durham, 2016. 296p.

HOOKS, B. **Ensinando Comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal do IBGE**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

IGLESIAS-RIOS, R. **Capitaloceno, a era da barbárie**. Yellow Carbo Publishing, 2019. 414p.

IOT, Inventário da Oferta Turística do estado do Rio de Janeiro - **Região Costa do Sol**. Universidade Federal Fluminense. Secretaria de Estado de Turismo. 2018.

IRVING, M. de A. Áreas protegidas, inclusão, pertencimento e políticas públicas: Construindo uma nova ética para a conservação da biodiversidade no Brasil. *In*: PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FLORIT, L. **Ética socioambiental**. 2019.

IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. de. **Turismo**: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2018. 384p.

IRVING, M. de A. Por que a Psicossociologia e a Ecologia Social? Em busca de alternativas para a produção de conhecimento no campo da sustentabilidade. *In*: MACIEL, T. B.; MELLO E SOUZA, C. de. **Inovação e trajetos**: comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade. 1ª Ed. Editora Appris. 2018. p.132-145.

IRVING, M. de A.; RODRIGUES, C. G. de O.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Diálogos entre saberes e fazeres. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2015. 292p.

IRVING, M. de A. **Sustentabilidade e o futuro que não queremos**: Polissêmias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro: SESC, v.9, nº 26, p.13-38, 2014.

IRVING, M. de A. Áreas Protegidas e Inclusão Social: uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? *Sinais Sociais*, v. 4, n. 12, p. 122-147, 2010.

JODELET, D. Representations sociales: un domaine en expansion. *In*: Jodelet, D. (Org.). **Répresentations Sociales**. Paris, PUF, 1989. p.31-61.

JUDD, D. R. Constructing the tourist bubble. *In*: JUDD, D. R.; FAINSTEIN, S. (Orgs). **The tourist city**. New Haven: Yale University Press, 1999. p. 35-53.

KOPENAWA, D.; ALBERT B. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 729p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. 85p.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras. 2020. 25p.

LANE, S. T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. *In*: CAMPOS, R. H. de F. (Orgs). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 20ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2002. p.17-34.

LA ROVERE, R.; IRVING, M. A.; LIMA, M. A G. Turismo e sustentabilidade: contexto, obstáculos e potencialidades no Estado do Rio de Janeiro. *In*: OSÓRIO, M. *et al.* (Orgs). **Uma agenda para o Rio de Janeiro**: estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

LATOUR, B. **Imaginar gestos possíveis que barrem o retorno da produção pré-crise**. N-1 Edições. 2020.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE. A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.10, n. 20, p.517-524, jul/dez, 2006.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Inquietudes Ambientales, Humanas y Sociales**: una Entrevista con Enrique Leff. HALAC - Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña, por Marcos Colón, v.10, nº 2, p. 336-349, 2020. Disponível em: <<https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/452>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

LESSA, C. M. **Identificação de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade na Zona Estuarina da Costa do Dendê, Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental e Territorial, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2007. 125p.

LONGHINI, G. N. Descolonização do pensamento psicológico. *In*: CRP - Conselho Regional de Psicologia. **Plural**: Valorização profissional em tempos de “novas” práticas em psicologia. Ano II, nº 2, 1º semestre, p.6-11, 2019.

LOURENÇO, D. B. **Qual é o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. Editora Elefante. 2019. 456p.

MACAÉ. Portal da Prefeitura de Macaé. **Capital Nacional do Petróleo**. Disponível em: <<http://macae.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/capital-nacional-do-petroleo>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

MACAS, L. F. S. El movimiento indígena frente a los Estados nacionales. El caso de Ecuador. *In*: GÓMEZ, M. (Orgs). **Derecho Indígena**. México: Instituto Nacional Indigenista; Asociación Mexicana para las naciones unidas, 1997.

MACIEL, T. M. de F. B.; ALVES, M. B. A importância da Psicologia Social Comunitária para o desenvolvimento sustentável. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol.10, nº 2, São João del Rei, jul./dez, 2015.

MAISONNEUVE, J. A. **Introdução à Psicossociologia**. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1977. 238p.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. p.396-443.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 5ª Ed. Campinas, SP: Papyrus Editora. 2001. 88p.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, vol. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MARTINS, J. C. de O. Lazer e tempos livres, entre os ócios desejados e os negócios necessários. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 2, mai., p.51-58, 2016.

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, mai./ago., 2004.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio**: Teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) - Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas - SP, 2005. 308p.

MATTOS, C. P. de. **Psicossociologia do Turismo**: Uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil? Tese. (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2018. 220p.

MAURÍCIO, J. S. de S.; EUGÊNIO, J. de O.; PAULA, J. A. de; SOARES, K. C. P. C.; NUNES, R. R. Lazer e a Opção Decolonial: diálogos teóricos e possibilidades de construções contra-hegemônicas. **Licere**, vol. 1, n. 24, p. 695-725, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo, SP: n-1 edições. 2018.

MENDONÇA, T. C de M.; MORAES, E. A. de; MACIEL, M. A. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo**, vol.13, nº 3, p. 372-390, dez., 2013.

MERHY, E. E. O conhecer militante do sujeito implicado: O desafio em reconhecê-lo como válido. *In*: FRANCO, T. B.; PERES, A. de A. (Orgs.). **Acolher Chapecó**. Uma experiência de mudança do modelo assistencial, com base no processo de trabalho. 1ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p. 21-45.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global Designs**: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, E. (Orgs). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.33-49.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC**. Disponível em:

<<http://sistemas.mma.gov.br/portalcnuc/rel/index.php?fuseaction=portal.consultarFicha>>

Acesso em: 13 de mar. 2023.

MÓNICO, L. S.; ALFERES, V. R.; CASTRO, P. A.; PARREIRA, P. M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Anais do 6<sup>a</sup> Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa**, v.3, p.724-733, 2017.

MOREIRA, F. de A. W. Breve panorama da pesca na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ. *In*: CALDASSO, L. P.; VALLE, R.; VINHA, V. (Orgs). **Governança em Reserva Extrativista Marinha**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2012. p.11-23.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Editora Sulina. 1995. 181p.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 350p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005b. 120p.

MORIN, E. **É hora de mudarmos de via: As lições do Coronavírus**. Colaboração de Sarah Abouessalam e tradução de Ivone C. Benedetti. 1<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2020. 97p.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Tradução de Maria Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. Coleção EICOS.

MTUR, Ministério do Turismo. **Relatório MTur**. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

MULLER, G. de O.; OLIVEIRA, L. M. T. de. Métricas de paisagem na avaliação da efetividade de proteção do Parque Estadual da Costa do Sol, uma unidade de conservação fragmentada no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Neotropical Biology and Conservation**, vol.15, nº 1, p.1-18, 2020.

MUNNÉ, F. **Psicosociología del tiempo libre**: Un enfoque crítico. México: Trillas, 1980.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. **Revista Documenta**. Ano IV, nº 07. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/texto-reflex%C3%B5es-sobre-o-espaco.pdf>> Acesso em: 11 de mar. 2023.

NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. de A.; LIMA, M. A. G. de. Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): Um Patrimônio Natural Estratégico para o Planejamento Turístico Regional? **Revista Papers do NAEA**, Edição 511, v.1, nº 3, p.2-14, 2020.

NASRI, Y. X. G.; IRVING, M. de A.; MATTOS, C. P. de. Parque Estadual da Costa do Sol (RJ): Um Patrimônio Natural Estratégico para o Planejamento Turístico Regional? **Anais do III Seminário Internacional Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e IX Conferência Internacional da Associação AsTRES**. Diversidades e Perspectivas da pesquisa franco-brasileira. NAEA, Universidade Federal do Pará. Belém 2019. p.202-206.

NASRI, Y. X. G. **Interpretando o uso público pela lente do *relegare* entre sociedade e natureza**: o caso do Parque Estadual da Costa do Sol (RJ). Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2018. 183p.

NAZARIO, G. **Revolta do Cachimbo**: A luta pela terra no Quilombo da Caveira. 1ª Ed. Cabo Frio, RJ: Sophia Editora, 2022. 231p.

OFT, Observatório Fluminense de Turismo. **Regionalização Turística do Estado do Rio de Janeiro**. Fundação Ceperj. Rio de Janeiro, 2020. 55p.

OQ, Atlas - **Observatório Quilombola**. 2020. Disponível em: <<https://kn.org.br/atlasquilombola/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Dossiê Lazer e Meio Ambiente. Belo Horizonte, v.1, nº 3, p.43-66, set./dez., 2014.

PACHECO, R. T. B. Lazer e cidades: protagonismos e antagonismos nas lutas por espaço. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, nº 2, mai., p.92-103., 2016.

PEA-OBSERVAÇÃO, Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo. **Notícias**. Disponível em: <<https://www.peaobservacao.com.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 22, p. 37-50, jul./dez, 2010.

PESSOA, V. L. de F. Lazer, natureza e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.7, nº 2, p.99-113, mai./ago, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente**. 6ª Ed. São Paulo: Contexto, 1998. 152p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. *In*: LANDER, E. (Orgs). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p.3-5.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.3, nº 19, p.14-19, 2007.

PRADO FILHO, K. Para uma arqueologia da Psicologia Social. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.23, nº 3, p.464-468, 2011.

PRÉCOMA, A. A.; FERREIRA, H. S.; PORTANOVA, R. S. A plurinacionalidade na Bolívia e no Equador: Superação dos Estados coloniais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v.9, nº 2, p.382-400, ago., 2019.

QUIJANO, A. Modernidad y democracia: intereses y conflictos. **Anuario Mariateguiano**, Lima, vol. XII, nº 12. 2000.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Revista de Estudos Avançados**, v.19, nº 55, 2005.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva. 2005.

RAIMUNDO, S. **Em busca da sustentabilidade perdida: Lazer e turismo diante das desigualdades socioambientais**. 1ª Ed. Curitiba: Appris, 2019. 307p.

RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. p.175-220.

RIBEIRO, J. **Pequeno manual antirracista**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, M. A. Turismo no Estado do Rio de Janeiro: Ensaio de uma tipologia. **GEOgraphia**, Ano V, nº 10, p.79-91, 2003.



RIO DE JANEIRO. **Plano de Manejo do Parque Estadual da Costa do Sol**. INEA - Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro, 2019. 114p. Disponível em: <[http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Plano-de-Manejo-PECS\\_-Versao-Final.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Plano-de-Manejo-PECS_-Versao-Final.pdf)> Acesso em: 11 de mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**. Metalivros, 2015.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011. **Cria o Parque Estadual da Costa do Sol e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Parte I, p. 1. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018665.pdf#:~:text=Art.,e%20S%C3%A3o%20Pedro%20da%20Aldeia.>> Acesso em: 11 de mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010. ISBN: 978-85-62963-01-8.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 31.346 de 06 de junho de 2002. **Cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Pau Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/148503/decreto-31346-02>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 15.136 de 20 de julho de 1990. **Cria Área de Proteção Ambiental da Serra de Sapiatiba (APA - Sapiatiba), no município de São Pedro da Aldeia e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <[https://www1.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1990/dec\\_rj\\_15136\\_1990\\_uc\\_apasapiatiba.pdf](https://www1.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1990/dec_rj_15136_1990_uc_apasapiatiba.pdf)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 9.529-c de 15 de dezembro de 1986. **Cria a Área de Proteção Ambiental na Lagoa de Araruama e Praia de Massambaba (APA de Massambaba) e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1986/dec\\_9529\\_1986\\_apamassambaba\\_rj.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1986/dec_9529_1986_apamassambaba_rj.pdf)> Acesso em: 13 de mar. 2023.

RODRIGUES, M. M. **Rasa e as imagens do turismo: Olhares quilombolas (Armação dos Búzios-RJ)**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. 168p.

RODRIGUES, L. P. da C.; ARAÚJO, P. do S. C. de; BAPTISTA, T. J. R. O Direito Esquecido pelo Tempo Consumido: Lazer e Mobilidade Urbana em Belém-PA. **Licere**, vol. 23, n. 2, p.180-205. 2020.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol.20, nº 2, p.155-164, 2008.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019. 164p.

SAID, E. W. **Orientalismo**: O oriente como invenção do ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras. 1978. 528p.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JR., O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L. C. S. Bem Viver e Ecosocioeconomias: uma síntese. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Edição especial: 25 anos do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, vol. 47, out., p.121-128, 2018.

SANTOS, B. de S. O fim das descobertas imperiais. **Notícias do Milênio**, Edição Especial do Diário de Notícias, 1999.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. 2010. 637p.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Editora Almedina. 2020. 32p.

SANTOS, G. N.; BARROS, S. R. S.; SANTOS, R. F. Uma avaliação dos conflitos socioambientais no Núcleo Massambaba do Parque Estadual da Costa do Sol. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.44, Edição Especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, p.307-324, fev., 2018.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. 176p.

SAWAIA, B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. *In*: CAMPOS, R. H. de F. (Orgs). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 20ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2002. p.35-53.

SCARANO, F. R. **Regenerantes de Gaia**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Dantes Editora. 2019. 128p.

SECEC-RJ, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. **Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**. 2020. Disponível em: <<http://cultura.rj.gov.br/>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

SETUR, Secretaria de Turismo. **Regionalização Turística do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/secretaria/Default.aspx?sec=TURISMO>> Acesso em: 13 de mar. 2023.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 175p.

SOARES, K. C. P. C. **Cultura e lazer na vida cotidiana do povo Akwê-Xerente**. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. 170p.

SOLÓN, P. (Orgs.). **Alternativas Sistêmicas: “Bem-Viver”, Decrescimento, Comuns, Ecofeminismo, Direitos da Mãe Terra e Desglobalização**. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante. 2019. 224p.

SOTRATTI, M. A. O turismo como estratégia de desenvolvimento socioespacial: conexões e desconexões de áreas turistificadas com as dinâmicas socioespaciais das cidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.39-51, nov., 2014.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). **Lazer no Brasil: Representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas, SP: Editora Autores Associados Ltda. 2017. 280p.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante. 2019. 186p.

TAVARES, F. IRVING, M. A. “Sustentabilidade líquida”: ressignificando as relações entre natureza, capital e consumo em tempos de fluidez. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 151, 2013.

TEIXEIRA, J. G. **Turismo no Parque Estadual da Costa do Sol, RJ: Relações e conflitos entre atividade turística, unidade de conservação e população local**. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017. 176p.

TORO-ARANGO, B. Ética del cuidado: el nuevo paradigma educativo: Elementos para una nueva cosmovisión. **Cuadernos del SIEI**. 2018. 34p.

VASCONCELOS, E. M. **Pós-modernidade, complexidade e estratégias epistemológicas para práticas interdisciplinares e interparadigmáticas**. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar Epistemologia e Metodologia Comparativa. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIEIRA, J. L. B. Lazer, Cultura e Folclore: uma aproximação entre grandes áreas de conhecimento. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Dossiê Lazer e Meio Ambiente. Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.148-164, set./dez., 2014.

VITTE, S. Neoextrativismo e o Uso de Recursos Naturais na América Latina: Notas Introdutórias sobre Conflitos e Impactos Socioambientais. **Conexão Política**, Teresina, vol. 9, n.1., p.167-194, jan./jun., 2020.

WALLERSTEIN, I. **Historical capitalism**. New York: Monthly Review Press. 1983.

WALSH, C. Desenvolvimento como Buen Vivir: acordos institucionais e (des)envolvimentos coloniais. **Desenvolvimento**, vol. 53, nº1, p.15-21, 2010.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013. 553 p.

WALSH, C. **Entretejiendo lo pedagógico y lo decolonial: luchas, caminos y siembras de reflexión-acción para resistir, (re)existir e (re) vivir**. Editora Alternativas. 2017. 107p.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**, vol. 05, n. 1, Jan.-Jul., 2019.

WERNECK, C. L. G. Lazer, história e pesquisa: reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926 - 1964). *In*: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. **Coletânea IV Seminário "O lazer em debate"**. Belo Horizonte: UMG/DEF/CELAR, 2003.

**APÊNDICE 1.** Matriz-síntese sobre os eixos temáticos das CTs e dos GTs do PECS.

Câmaras Temáticas (CTs)	
1	CT Comunicação e sinalização
2	CT Gestão e Co-gestão
3	CT Manejo de Recursos Naturais e Pesquisa
4	CT Plano de Manejo
5	CT Proteção Ambiental
6	CT Regularização Fundiária
7	CT Uso Público
Grupos de Trabalho (GTs)	
1	GT Redelimitação
2	GT Manifestações Religiosas
3	GT Plano de Manejo

**Fonte:** A autora (2023).

**APÊNDICE 2:** Matriz-síntese das entidades com representação formalizada no PECS.

APA da Serra da Sapiatiba
APA do Pau Brasil
APA Massambaba
Associação Civil Village Praia das Caravelas – ACVPC
Associação de Amigos da Lagoa de Jacarepiá – AMILA
Associação de Hotéis da Região de Búzios – AHB
Associação de Moradores e Caseiros da Ferradura – AMOCA
Associação de Sociedades e Empreendedores da Região do Parque Estadual da Costa do Sol – ASSEMP
Associação dos Remanescentes do Quilombo de Baía Formosa
Associação Raízes
BLUEBIDSBR Turismo Sustentável e Soluções Ambientais LTDA
Centro de Estudos e Conservação da Natureza – CECNA
Companhia Nacional de Álcalis - MVB Consultores Associados
Condomínio Pontal do Atalaia
Consórcio Intermunicipal das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira – CILSJ
EMATER
Fundação Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo
Instituto BW para Conservação e Medicina da Fauna Marinha
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - RESEX do Arraial do Cabo
Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS
Instituto Ecológico Búzios Mata Atlântica – IEBMA
Instituto Escola do Mar – IEMAR
Instituto Estadual do Ambiente – INEA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – Campus Arraial do Cabo
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Prefeitura de Araruama
Prefeitura de Armação dos Búzios
Prefeitura de Arraial do Cabo
Prefeitura de Cabo Frio
Prefeitura de São Pedro da Aldeia
Prefeitura de Saquarema
Salinas <i>Shopping</i>
Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Armação dos Búzios – SINDSOL
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Armação dos Búzios – SERVBUZIOS
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Viva Lagoa

**Fonte:** Sistematizado pela autora, com base nas informações cedidas pela gestão do PECS (2023).

**APÊNDICE 3:** Registros do Caderno de Campo referentes à observação participante nas reuniões do Conselho Consultivo do PECS.

Reunião	Data	Local	Síntese dos registros
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	09 de dezembro de 2020	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação de um novo gestor para o PECS que acumula, também, as funções de gestão das áreas de proteção ambiental estaduais sobrepostas pelo parque.</li> <li>- Discussão sobre a importância de se pensar a gestão do parque em sistema de mosaico, integrado às outras UCs federais, estaduais e municipais por ele sobrepostas.</li> <li>- Anúncio da redução do quantitativo de recursos humanos disponível (guarda-parques) no parque.</li> <li>- Planejamento para a criação de sete Câmaras Temáticas e três Grupos de Trabalho, e convite para adesão voluntária dos conselheiros.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	10 de março de 2021	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insatisfação dos conselheiros com relação ao projeto de construção de uma “estrada-parque” que pode impactar o entorno com ruídos e atropelamentos de fauna.</li> <li>- Identificação da ausência de participação de alguns representantes da gestão pública municipal das seis cidades envolvidas no CC e, de forma geral, nas ações de cogestão do PECS.</li> <li>- Identificação de um desordenamento no uso público do parque e, portanto, da necessidade de realização de estudos de Capacidade de Carga Turística, com o controle de veículos motorizados, sobretudo nas áreas de praias e dunas.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	28 de abril de 2021	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação das iniciativas de turismo em implementação pelo município de Cabo Frio.</li> <li>- Planejamento para investimento em trilhas de longo curso, visando maior permanência dos visitantes nas seis cidades abrangidas pelo PECS, tendo em vista as dificuldades geradas pelos fluxos turísticos sazonais e de massa na região.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	30 de junho de 2021	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em um curto período, apresentação de um novo gestor para o PECS que acumula, também, as funções de gestão das áreas de proteção ambiental estaduais sobrepostas pelo parque. Este iria se apresentar aos conselheiros, mas não compareceu à reunião.</li> <li>- Apresentação da proposta de criação de novas UCs em Armação dos Búzios. Discute-se o fato do ICMS Ecológico aumentar a tendência</li> </ul>

			<p>histórica de criação das UCs “de papel” que não são implementadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação da necessidade de elaboração e publicação dos Planos Setoriais para a implementação do Plano de Manejo e para uma gestão mais efetiva do PECS.</li> <li>- Identificação da ausência de recursos materiais suficientes para atividades de controle e fiscalização das áreas do parque. Registrou-se a disponibilidade de apenas um veículo para uma UC que abrange áreas de seis municípios.</li> <li>- Discussão sobre a renovação do CC do parque. Registrou-se maior interesse em integrar o CC por parte da sociedade civil organizada, mas de acordo com o regulamento é necessário alcançar uma paridade de representações, com relação ao poder público (12 representações para cada).</li> <li>- A prefeitura de Araruama ainda não integrava oficialmente o CC, embora importantes áreas da Restinga de Massambaba sejam abrangidas pelo parque, nesse município.</li> <li>- A Resex de Arraial do Cabo também não integrava oficialmente o CC do PECS, embora tenham áreas sobrepostas entre as UCs.</li> <li>- Levanta-se a proposta de estabelecimento de um limite de três ausências consecutivas por entidade representativa, a ser registrado no regimento interno do CC, devido ao grande quantitativo de faltas.</li> <li>- A única representação de PCTs no CC, o território remanescente do quilombo de Baía Formosa, em Armação dos Búzios, teve dificuldade para enviar a documentação necessária para renovação de sua representação no CC. Os conselheiros se juntam para apoiar os membros do quilombo nessa etapa, por reconhecerem sua forte atuação no território e articulação junto ao Incra, ao MPF e aos proprietários de terra do entorno.</li> </ul>
<p>Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS</p>	<p>25 de agosto de 2021</p>	<p>Online</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recebimento de notificação de aberturas de trilhas ilegais em áreas de preservação de vida silvestre no parque.</li> <li>- Identificação de empreendimentos imobiliários suprimindo a vegetação local e avançando em áreas de grande vulnerabilidade ambiental, como o Mangue de Pedras, em Armação dos Búzios, cuja área é central para atividades tradicionais de comunidades quilombolas. O mangue recebeu propostas de projetos de investimento para construções locais.</li> </ul>



Evento de Posse do Conselho Consultivo do PECS	20 de outubro de 2021	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cerimônia de renovação das entidades representativas do CC do PECS.</li> <li>- Posse e formalização como representante titular e suplente do Programa EICOS, vinculado à UFRJ, no CC da UC.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	03 de novembro de 2021	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeira reunião oficial da pesquisadora como conselheira da UC.</li> <li>- Mudança da entidade responsável pela secretaria executiva voluntária do PECS. Houve dificuldade para encontrar voluntário para assumir o cargo.</li> <li>- Moção de repúdio dos conselheiros à exoneração da gestora das APAs Estaduais sobrepostas pelo PECS, para a indicação política de um representante para o cargo.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	23 de fevereiro de 2022	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O gestor do parque expõe dificuldades com relação à disponibilidade reduzida de recursos humanos (atualmente, são dez guarda-parques) e de materiais (duas viaturas).</li> <li>- Com as enchentes ocorridas no município de Petrópolis, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, o parque cedeu muitos guarda-parques para apoiar as atividades no município e ficou sem possibilidade de manter as atividades cotidianas do PECS.</li> <li>- Identificação da necessidade de um orçamento mínimo para funcionamento e manutenção da UC. Os conselheiros levantam a possibilidade de formação de um GT com foco na captação de recursos para o parque, por meio da escrita coletiva de propostas para editais, por exemplo.</li> <li>- Levanta-se, também, a demanda de acompanhamento dos Planos Diretores em elaboração nos municípios do PECS, entre eles, o de Arraial do Cabo, para que não haja sobreposição e divergência entre diretrizes de planejamento.</li> <li>- O CC do PECS elabora um ofício para demandar explicações com relação ao licenciamento de um megaempreendimento residencial em áreas da zona de amortecimento da UC.</li> <li>- Os conselheiros consideram como prioridades, no plano da gestão do parque, o planejamento orçamentário e a regularização fundiária, pois estes são atualmente os maiores desafios enfrentados nesse contexto.</li> <li>- Identificação de problemas com veículos motorizados na Duna Mãe, em Cabo Frio. Também são praticadas atividades de aventura</li> </ul>

			<p>nas dunas, como <i>sandboard</i>. Há um impasse quanto à permissão de atividades esportivas nessas áreas. De acordo com membros do conselho, existem estudos que apontam para o baixo impacto decorrente dessa prática. Os responsáveis pela promoção dessas atividades são também conselheiros do parque e alegam realizarem atividades de educação ambiental local, em paralelo às atividades desportivas.</p> <p>- Previsão de novos projetos de urbanização para o distrito de Praia Seca, no município de Araruama, em áreas da zona de amortecimento do PECS.</p>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	08 de dezembro de 2022	Online	<p>- PECS está compartilhando o restrito quantitativo de guarda-parques e viaturas disponíveis com as UCs Estaduais por ele sobrepostas, cenário que dificulta ainda mais o desenvolvimento das ações de implementação da UC.</p> <p>- Discussão sobre a definição de um quantitativo de Capacidade de Carga limite para veículos motorizados nas principais praias de Arraial do Cabo abrangidas pelo parque.</p>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	30 de junho de 2022	Online	<p>- Os conselheiros registram a ausência de um representante do órgão ambiental gestor das UCs Estaduais nas reuniões.</p> <p>- Registro das dificuldades de comunicação com o órgão ambiental estadual, após reiteradas tentativas não respondidas.</p>
Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do PECS	09 de agosto de 2022	Online	<p>- Formação de um GT para a proposição de alterações no Regimento Interno do CC do PECS.</p> <p>- A votação para aprovação do novo Regimento Interno não foi realizada, devido à falta de quórum mínimo.</p> <p>- Novamente, o órgão ambiental estadual não enviou um representante para a reunião.</p>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	31 de agosto de 2022	Online	<p>- Os conselheiros receberam um pedido de análise consultiva de um projeto de instalação de uma miniusina eólica na zona de amortecimento do parque em Arraial do Cabo e de uma rede elétrica na Praia do Vargas, no distrito de Praia Seca, em Araruama.</p> <p>- Novamente, houve quórum insuficiente para a votação do Regimento Interno do CC do PECS.</p>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	14 de setembro de 2022	Online	<p>- Um dos representantes do setor privado, responsável pela elaboração do projeto de instalação de uma miniusina eólica em Arraial do Cabo, apresentou a proposta aos conselheiros. Na apresentação, o representante</p>

			<p>mencionou a dificuldade de encontrar um ponto para a instalação do projeto, devido ao fato do município ser abrangido por diversas áreas protegidas, inclusive, sobrepostas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A gestão pública municipal de Arraial do Cabo, presente na reunião, não estava ciente da proposta. O representante do setor privado alega já ter discutido a proposta com a gestão pública do município. Entretanto, parece que durante a mudança de gestão, houve uma lacuna de comunicação. De acordo com a gestão pública, o projeto é incompatível com as diretrizes para o uso do solo, previsto no Plano Diretor do município.</li> <li>- Apresentação, também, do projeto de iluminação pública na orla da Praia do Vargas, em Praia Seca.</li> <li>- A ausência de quórum suficiente de conselheiros para a tomada de decisões e de uma representação do órgão ambiental estadual gestor da UC tem sido recorrentes. Por essa razão, discute-se a possibilidade de “arquivar” a revisão do Regimento Interno do CC, mesmo após um GT ter se debruçado sobre seu conteúdo para a reelaboração.</li> </ul>
Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS	03 de novembro de 2022	Online	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião dedicada à discussão dos pontos revistos no Regimento Interno do CC.</li> <li>- A comunidade remanescente do Quilombo de Baía Formosa questiona se pode haver coleta de cipó em áreas da UC para a produção de cestarias. Discute-se a importância de elaborar um instrumento que possibilite reconhecer oficialmente as áreas do território quilombola sobrepostas pelo PECS.</li> <li>- Os Planos Setoriais são, ainda, uma pendência articulada ao recente Plano de Manejo do parque que data de 2019.</li> <li>- A gestão estadual do PECS avisou que a ausência nas reuniões do CC decorre da falta de conexão com a internet. Há dois meses, não há conexão disponível na sede da UC, demonstrando a ausência de recursos mínimos para as atividades regulares do parque. Por enquanto, o órgão ambiental está representado no CC apenas por outros gestores das APAs Estaduais sobrepostas pelo parque.</li> <li>- Registrou-se, também, a ausência de participação, em geral, das prefeituras dos municípios abrangidos pela UC.</li> </ul>

<p>Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PECS</p>	<p>08 de fevereiro de 2023</p>	<p>Online</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutiui-se a redelimitação do PECS.</li> <li>- Foram formados quatro Grupos de Trabalho (um para cada núcleo: 1. Pau Brasil, 2. Atalaia e Dama Branca, 3. Massambaba e 4. Serra de Sapiatiba) para analisar e produzir um relatório, a partir das duas diferentes propostas de desafetação e ampliação de áreas do PECS realizadas pelo CC e pelo INEA.</li> <li>- A gestão do PECS reforçou a falta de infraestrutura na sede do parque para participar das reuniões <i>online</i>.</li> </ul>
<p>Reunião do Grupo de Trabalho Redelimitação - Núcleo Massambaba</p>	<p>04 de abril de 2023</p>	<p>Online</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns membros informam que estão elaborando contestação sobre a ausência dos Planos Setoriais, importantes para a implementação do Plano de Manejo do PECS, incluindo o Plano Setorial de Cogestão que busca compatibilizar o ordenamento territorial dos municípios com o do parque.</li> <li>- Discute-se a falta de clareza dos critérios de delimitação do parque.</li> <li>- Discute-se a ausência de justificativas técnicas sobre os critérios de seleção das áreas para desafetação, o que é agravado pelo fato de o estado do Rio de Janeiro não dispor de uma norma clara sobre desafetação de áreas das unidades de conservação.</li> <li>- Alguns pesquisadores esclarecem o conceito de limiaries ecológicos, com relação às transformações ocorridas na paisagem, incluindo a perda de cobertura vegetal. Na 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) ficou estabelecida a meta de conservação de pelo menos 30% das áreas do planeta até 2030, por meio da implementação de áreas protegidas e outras medidas eficazes de conservação. A região do PECS possui cerca de 29%, o que já está próximo ao limiar.</li> <li>- Destacou-se a importância da construção de corredores ecológicos unindo os fragmentos do PECS.</li> <li>- Levanta-se a possibilidade de pensar em um modelo de gestão de áreas protegidas em mosaico, para viabilizar a participação de outros atores sociais, inclusive da esfera federal.</li> <li>- Os representantes das secretarias municipais ambientais pedem atenção quanto à importância da implementação da cogestão entre os</li> </ul>

			<p>municípios e o parque, para os processos de regularização fundiária.</p> <p>- Reconhece-se a importância dos pesquisadores nas análises técnicas e propõe-se a organização de um encontro científico com pesquisadores do PECS, com participação do MP.</p>
<p>Reunião do Grupo de Trabalho Redelimitação - Núcleo Massambaba</p>	<p>10 de abril de 2023</p>	<p>Online</p>	<p>- Reunião para a validação e complementação do relatório, com parecer do Grupo de Trabalho, sobre a desafetação e inclusão de áreas do PECS referentes ao Núcleo Massambaba.</p> <p>- A prefeitura de Arraial do Cabo participou e se comprometeu em elaborar um documento oficial com a análise dos técnicos do município.</p> <p>- A prefeitura de Arraial do Cabo expõe a dificuldade de compatibilização da Lei de Uso e Ocupação do Solo do município com as normas de uso do PECS.</p> <p>- Pesquisadores debatem com representantes da prefeitura de Arraial do Cabo a necessidade de uma perspectiva mais protecionista em certos fragmentos mais vulneráveis (principalmente de restinga) da UC.</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base nas informações do Caderno de Campo.

## APÊNDICE 4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

1



UFRJ

PESQUISA “SABERES E OCUPAÇÕES TRADICIONAIS: memória, ocupação e desenvolvimento local”

### **TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

1.1 **Apresentação do pesquisador:** Meu nome é Samira Lima da Costa, sou professora pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e por este motivo estou realizando a pesquisa “Saberes e ocupações tradicionais: memória, ocupação e desenvolvimento local”.

1.2 **Apresentação do pesquisador assistente:** Meu nome é Yasmin Xavier Guimarães Nasri, sou doutoranda pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Iremos apresentar para você os objetivos da pesquisa e outras informações que queira saber, assim você poderá decidir se tem interesse em aceitar o convite (ou não) que lhe fazemos para participar da pesquisa.

1.3 **Explicação dos objetivos e natureza da pesquisa:** A pesquisa tem como objetivo identificar os modos de organização para o desenvolvimento local, produção de memórias e sistematização das ocupações tradicionais produzidas individual e coletivamente nas comunidades tradicionais do Rio de Janeiro, iniciando pelo Quilombo do Grotão (em Niterói) e se estendendo para outras comunidades através do método de rede de indicações. Tem como proposta analisar a construção de identidade tradicional, a partir da discussão acerca das produções contemporâneas de memória, ocupação e território.

As informações para a pesquisa serão coletadas através de entrevistas e reuniões com integrantes e lideranças das comunidades participantes, além de gestores públicos, de acordo com aquilo que planejarmos conjuntamente. Assim sendo, sua participação na pesquisa se dará através de entrevistas que realizarei com você, ou seja, conversaremos sobre alguns temas relacionados à pesquisa.

**1.4 Explicação sobre o acesso e uso restrito dos dados:** Você poderá ter acesso às gravações das entrevistas e, também, ao teor do conteúdo da entrevista e decidirá se porventura poderá ser divulgado. Entretanto, não necessariamente o que coletarmos na entrevista com você será divulgado. Não identificamos as pessoas e tomamos os cuidados necessários para que estas não sejam identificadas através do que foi dito, mas caso os participantes queiram ser identificados, isto pode ser feito também. A equipe de pesquisa fará uma devolutiva para os participantes sobre os resultados, em linguagem acessível. Além disso, os resultados vão compor o ACERVO de pesquisas da UFRJ, ficando disponíveis para consulta por qualquer pessoa e a qualquer momento.

**1.5 Registro de dados (gravações audiovisuais e registros escritos):** Os dados serão anotados por mim e pela equipe da pesquisa em caderno de notas à medida que formos conversando. É importante gravar nossas conversas em alguns casos, para que possamos depois com calma esclarecer alguma dúvida em relação ao que foi anotado, mas isto se você permitir, é claro. Quanto a fotos ou eventuais filmagens, estas serão feitas também apenas com seu consentimento.

#### **1.6 Natureza da entrevista**

##### **Duração, local, privacidade, temas abordados**

As entrevistas serão agendadas no local e nas condições que forem melhores pra você, ou seja, da forma que se sinta mais à vontade. Você tem o direito de interromper a entrevista ou seu registro e de deixar de responder questões e de mudar as condições de sua participação a qualquer hora e a qualquer momento da entrevista ou da pesquisa. Os temas das perguntas são relativos à forma como vocês da comunidade trabalham, como vocês se organizam e como se relacionam entre si. Para os gestores públicos, será perguntado como compreendem o desenvolvimento da região, e as relações entre as tradições culturais locais e a proteção da biodiversidade.

##### **1.7 Riscos e benefícios da participação para o pesquisado**

A pesquisa pode ajudar na elaboração de propostas de fortalecimento da organização social e produtiva das comunidades que podem ser desenvolvidas tanto por órgãos públicos como por entidades não governamentais ou pela própria comunidade. Além disso, ela pode contribuir para o debate sobre modelos alternativos de produção e desenvolvimento local e de valorização das tradições, memórias e ocupações. Quanto aos riscos, estes estão relacionados à



possibilidade de eventualmente serem abordados acontecimentos ou assuntos que causem algum tipo de desconforto aos entrevistados. Entretanto, só trabalharemos com o seu consentimento e não há no projeto nada previsto que possa forçar ou expor os participantes a risco algum. Inclusive você tem a garantia de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Além disso, você tem a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade durante todas as fases da pesquisa. Não há previsão de pagamento ou indenização por sua participação na pesquisa.

### **1.8 Consentimento**

Você entendeu o que expliquei? \_\_\_\_\_

Você quer participar? \_\_\_\_\_

Concorda com a gravação e anotação da entrevista? \_\_\_\_\_

Permite que eu tire fotos suas? \_\_\_\_\_

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. É fundamental que tenha compreendido o conteúdo deste termo e esclareça qualquer dúvida antes de decidir se aceita participar. Além disso, os contatos da instituição de pesquisa e os meus ficarão à sua disposição. Se decidir participar do projeto de Pesquisa “Saberes e ocupações tradicionais: memória, ocupação e desenvolvimento local” você deve assinar este Termo de Consentimento, sendo que uma via deste Termo assinada por mim ficará com você. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento e sem dar justificativas. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades.



**Dados da instituição:** UFRJ Av. Pasteur, 250 - fundos. Instituto de Psicologia, PPG EICOS.  
CEP 22290-902. Tel: (21) 3938-5329 / 3938-5342

**Dados do pesquisador:** Samira Lima da Costa.  
Telefone: (21) 96550-2545 E-mail: biasam2000@gmail.com

**Dados do pesquisador assistente:** Yasmin Xavier Guimarães Nasri.  
Telefone: (22) 99822-8043 E-mail: yasmin.nasri@hotmail.com

**Recorte:** Tese de doutorado na Região Turística da Costa do Sol (RJ, Brasil).

Rio de Janeiro, ..... /..... /2021

---

Nome: (Entrevistada/o)



Yasmin Xavier Guimarães Nasri



Samira Lima da Costa

**APÊNDICE 5.** Roteiro de perguntas gerativas para a produção de narrativas com Povos e Comunidades Tradicionais da Região Turística da Costa do Sol.

Data e local de produção da narrativa:

Nome do colaborador da pesquisa:

Idade e gênero:

Nome do grupo a ele associado:

Município de origem:

- 1) Me conta um pouco sobre a sua comunidade. Como a sua comunidade se organiza?
- 2) Que práticas culturais são comuns na sua comunidade?
- 3) Tem algum saber que seja importante para a comunidade?
- 4) Como a comunidade transfere/coletiviza seus saberes? Existem atividades comunitárias que são realizadas com esse objetivo?
- 5) Nos encontros coletivos, o que vocês gostam de fazer? Tem alguma prática cultural que reúna vocês?
- 6) Que atividades a comunidade costuma realizar no dia a dia?
- 7) Dentre essas atividades, quais vocês sentem prazer em realizar? Existe alguma prática cultural que traz divertimento para a comunidade?
- 8) Essas práticas ocorrem em algum momento e/ou espaço específico?
- 9) A comunidade enfrenta desafios? Quais são eles?
- 10) Como esses desafios poderiam ser solucionados?

**APÊNDICE 6:** Ilustração dos livros artesanais produzidos a partir das narrativas das comunidades locais da RTCS.



*Memórias das Mulheres  
Caiçaras Buzianas*

**Autoria**

**Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas**



## Sumário

- 1 História da Associação das Mulheres Caiçaras Buzianas**
- 2 Casa de Farinha, Roça e Lavagem de Roupa nos Poços**
- 3 Pesca, Puxada de Rede e Coleta de Limo**
- 4 A relação com o Mar**
- 5 Culinária Caiçara**
- 6 Da Lamparina à Chegada da Usina**
- 7 Coleta de Água nos Poços, de Frutos e Fechos de Lenha**
- 8 Circo, Brincadeiras e Bailes**
- 9 Boitatá, Lobisomem e outros Contos**
- 10 Pessoas Importantes para Búzios**
- 11 O *boom* Turístico**



**APÊNDICE 7:** Registros do Caderno de Campo referentes à observação participante das iniciativas comunitárias da região.

Iniciativa comunitária	Data	Local	Síntese dos registros
Exposição Homens ao Mar	24 de junho de 2021	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição cultural, a partir da coleta de fotos e histórias de vida de pescadores buzianos e seus familiares.</li> <li>- De acordo com as comunidades responsáveis pela organização da exposição, o objetivo é, posteriormente, construir um museu da cultura local, com o acervo coletado.</li> </ul>
Projeto Sou Búzios - Somos do Mar	29 de junho de 2021	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião para redação de proposta de projeto a ser submetido ao edital do “<i>Programa Petrobras Socioambiental 2021</i>”, para a realização de um Diagnóstico Socioambiental, seguido de mobilização e formação para o Turismo de Base Comunitária, junto às quilombolas-marisqueiras do território remanescente de Quilombo da Rasa.</li> </ul>
Feira Quilombola da Rasa	17 de julho de 2021	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Feira cultural, com exposição de produções artesanais das mulheres quilombolas, marisqueiras e artesãs da Rasa que ocorre quinzenalmente.</li> <li>- Destaca-se a produção de cestaria tradicional com bambu e cipó; além das bonecas negras que são batizadas. Também ocorre a ciranda quilombola.</li> </ul>
Exposição Nossa Sra. Sant’Anna	17 de julho de 2021	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição cultural de registros fotográficos das comunidades, vestimentas e objetos utilizados nas festas tradicionais de Sant’Anna, padroeira do município, que ocorre no dia 26 de julho.</li> </ul>
Acolhimento do cônsul da República Dominicana pela Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo	31 de julho de 2021	Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mostra da produção artesanal do beneficiamento dos pescados: quibes, hamburgueres, salgados etc.</li> <li>- Receberam visita internacional.</li> </ul>

Oficina de produção de canoas e rendas de bilros	08 de outubro de 2021	Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visita e conversa informal com pescadores artesanais que, além de praticar a tradição da pesca de pipa, produzem canoas e rendas de bilros.</li> <li>- De acordo com os pescadores locais, eles foram escolhidos entre quatro finalistas, em um concurso de artesãos do estado do Rio de Janeiro.</li> </ul>
Pesca de Gancho próximo à “Janela do Paraíso”	22 de outubro de 2021	Arraial do Cabo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- À convite da comunidade pesqueira da Praia Grande, foi realizada visita às práticas de atirar a rede no mar, vinculadas à pesca de gancho, em local fortemente impactado pelo turismo.</li> <li>- Nessa área, os nomes dos patrimônios culturais locais foram alterados pelo processo de “turistificação”, sendo inseridos elementos considerados “tendências turísticas”, como balanços para os turistas registrarem fotografias “instagramáveis”.</li> <li>- É notório o processo de exclusão social e de criação de “bolhas” de “lazer simulacro” nesse espaço.</li> </ul>
I Feira de Comunidades Tradicionais	27 e 28 de maio de 2022	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição das produções tradicionais das comunidades quilombolas: gastronomia, cestarias e outros artesanatos.</li> </ul>
Trilha por caminhos caiçaras e movimento de reivindicação pela conservação do Poço da Bomba	16 de junho de 2022	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caminhada com as caiçaras por pontos histórico-culturais.</li> <li>- Movimento de reivindicação pela revitalização do Brejo da Helena e conservação dos Poços da Bomba o do Sr. Jorge que estão muito depredados e sob ameaça de desaparecerem para a construção de novos empreendimentos imobiliários.</li> <li>- As caiçaras demonstram insatisfação com relação aos guias locais que não conhecem e não transmitem as “verdadeiras histórias” sobre os patrimônios locais.</li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- A comunidade, inclusive as caiçaras anciãs, pratica brincadeiras, como pular corda.</li> <li>- Piquenique com base em alimentos tradicionais locais da roça (batata doce, bolo de aipim com coco, biju, bolo de amendoim, bolo de tapioca, torta de sardinha etc.).</li> </ul>
Inauguração da exposição Heróis ao Mar	27 de junho de 2022	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição de artesanatos (canoas, bonecas de pano, rendas etc.) e de registros fotográficos das comunidades do município.</li> <li>- Desfile das caiçaras com redes de pesca, carrinhos de mão para deslocar o pescado e varas de bambu.</li> <li>- Contação de histórias locais.</li> <li>- Apresentação musical, cujas letras remetem às práticas e saberes tradicionais das comunidades locais.</li> <li>- Preparam o “caldo da sabedoria” à base da cabeça do pescado e macarrão. Existe a crença local que esse prato contribui para a inteligência.</li> </ul>
Pescando Tradições e Compartilhando Saberes	07 de julho de 2022	Arraial do Cabo, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião para a redação de uma proposta de projeto a ser submetido ao edital do Funbio, junto à cinco associações de pescadores tradicionais da região: Associação de pescadores da Praia da Pitória (APAAPP, São Pedro de Aldeia); Associação dos Pescadores da Praia da Baleia (São Pedro de Aldeia); Associação dos Pescadores de Pesca de Correnteza (Cabo Frio); Associação dos Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integrada (APESCARPGIN, Arraial do Cabo); Associação de Pescadores Artesanais de Monte Alto (APAMA, Arraial do Cabo).</li> <li>- Teve como objetivo promover a integração e o desenvolvimento do TBC da pesca artesanal da Lagoa de Araruama, a partir da</li> </ul>



			<p>interação dialógica entre cinco associações de pescadores da região.</p>
<p>Produções tradicionais na Festa Junina</p>	<p>08 de julho de 2022 e 22 de julho de 2022</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Algumas comunidades tradicionais (caiçaras e quilombolas-marisqueiras) participaram da festa, expondo suas produções tradicionais (gastronomia local, cestarias e outros artesanatos etc.)</li> <li>- Alta temporada de turistas na cidade, em decorrência das férias escolares.</li> <li>- Comunidades relatam enfrentar o desafio de investimento em produções culinárias e artesanais, sem ter retorno financeiro assegurado, o que se agrava pelo fato da sazonalidade turística na região.</li> <li>- Em conversas informais, as comunidades mencionam o desejo de ter um espaço fixo para manter o fluxo de exposição e comercialização das suas produções artesanais.</li> <li>- As comunidades que atuam com a gastronomia, como as caiçaras, estão buscando, junto a um projeto de fomento, adquirir uma cozinha profissional, para que os visitantes possam, de fato, conhecer a culinária local.</li> <li>- Alguns integrantes da comunidade participam e ficam com os recursos levantados. Em geral, esses recursos são dirigidos aos que estão em situação de maior vulnerabilidade financeira no momento.</li> <li>- Muitas reclamações com relação aos visitantes não valorizarem os trabalhos artesanais manuais produzidos pelas comunidades. Explicam que os turistas preferem <i>souvenires</i> “clichês”, como camisas escrito “amo Búzios” etc., o que as forçam a entrar no</li> </ul>

			circuito de produção padronizada e homogeneizada.
Festa de 76 anos da Colônia dos Pescadores Z-23 (1ª de Búzios)	20 de agosto de 2022	Armação dos Búzios	<p>- Esta é a primeira colônia de pescadores do município e está localizada na principal e mais turística rua de Búzios. A sua permanência nesse local é considerada um ato de resistência, tendo em vista que todas as outras construções foram demolidas para receberem investimentos de fora.</p> <p>- Sua construção é centenária. No local, funcionou a primeira escola do município. A primeira professora, responsável por alfabetizar a população local, atuava nessa escola e foi homenageada com um poema e uma performance teatral pelas comunidades.</p> <p>- Um acontecimento curioso foi que, durante a performance, um turista gritou “Brigitte Bardot, presente”, ilustrando a tensão entre comunidades locais e turistas.</p> <p>- Após anos sendo alugada para o funcionamento de um estabelecimento comercial de alimentos e bebidas, a construção foi resgatada pela prefeitura para ser utilizada para atividades pesqueiras.</p> <p>- Celebraram com músicas e gastronomia locais.</p>
1º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”	27 de agosto de 2022	Armação dos Búzios	<p>- Evento promovido por um projeto intitulado “<i>Guardiãs das Tradições Pesqueiras</i>” que envolve três grupos locais: Bonecas Negras (quilombolas), marisqueiras e caiçaras, decorrente de uma chamada de propostas de projetos de compensação para as comunidades pesqueiras artesanais do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Campo de Frade.</p>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- O evento ocorreu em uma pousada local, onde foram expostos artesanatos (crochê, macramê com conchas coletadas nas praias, pinturas à mão etc.), música, ciranda, culinária caiçara (peixe com banana), contação de histórias etc.</li> <li>- As caiçaras estão com uma iniciativa de solicitar aos estabelecimentos que guardem conchas e partes dos pescados para que elas possam produzir seus artesanatos.</li> <li>- O evento gera renda compartilhada, pois dividem o valor recebido entre todas as participantes.</li> <li>- Um desafio tem sido a baixa adesão de público, tendo em vista que o estabelecimento comercial permite que o evento ocorra em seu espaço apenas em dias de menor fluxo de visitação, para priorizar a comercialização dos produtos do empreendimento turístico (pousada).</li> </ul>
Café de Inauguração da Sede das Caiçaras	07 de setembro de 2022	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inauguração do imóvel que vai funcionar como sede fixa das atividades caiçaras. O objetivo é gerar renda às mulheres envolvidas, a partir do desenvolvimento de atividades gastronômicas (comercialização de pratos tradicionais aos visitantes), promoção de oficinas de artesanato (crochê, macramê, biscuit etc.) e de contação de histórias locais.</li> <li>- Reúnem-se para discutir as estratégias de funcionamento da sede, com base em sistema de escala para manutenção do estabelecimento e para comercialização das produções artesanais.</li> <li>- Constroem, também, uma rede comunitária de cuidado, com assistência psicológica e provimento de cestas básicas para</li> </ul>

			<p>as mulheres em maior condição de vulnerabilidade econômica.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetam criar um roteiro alternativo de visitação, em que os turistas conheçam os pontos histórico-culturais do município, a partir de suas narrativas, e finalizem, ainda, conhecendo a culinária e o artesanato caiçaras, no espaço da sede.</li> </ul>
<p>2º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”</p>	<p>28 de outubro de 2022</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segunda edição do evento promovido pelo projeto “Guardiãs das Tradições Pesqueiras”.</li> <li>- O evento ocorreu na mesma pousada da primeira edição, onde as comunidades tradicionais homenagearam uma personalidade considerada importante na cidade, por ter sido responsável por construir posto de saúde, escola e abrir estrada.</li> <li>- Além da contação de história, a população caiçara nomeia um dos pratos ícones de sua culinária tradicional em homenagem à essa personalidade local.</li> <li>- Após o evento cultural, as comunidades participaram do “Degusta”, um evento gastronômico promovido pela prefeitura, no centro da cidade.</li> <li>- As incertezas climáticas e políticas (momento histórico de eleições) impactam suas atividades, pois investiram em pescados para a preparação da culinária tradicional e não tiveram grande adesão de visitantes.</li> </ul>
<p>Contação de histórias caiçaras na E. M. Emigdio Gonçalves Coutinho</p>	<p>01 de novembro de 2022</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na Sala de Leituras da escola, a comunidade caiçara realiza projeto de contação de histórias tradicionais, com o apoio de registros fotográficos antigos, aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental.</li> <li>- Levaram instrumentos para ensinar os alunos a cantarem as</li> </ul>

			<p>músicas de resistência das comunidades tradicionais locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Os alunos se mostraram curiosos e interessados, e fizeram diversas perguntas.</li> <li>- A Secretaria de Educação do município convidou as comunidades tradicionais para contarem suas histórias, em desfile, no aniversário da cidade.</li> </ul>
<p>Contação de histórias caíças em comemoração aos 27 anos da E. M. Emigdio Gonçalves Coutinho</p>	<p>24 de novembro de 2022</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na celebração do aniversário de criação de uma escola municipal, as comunidades tradicionais contaram histórias sobre uma personalidade local, cuja escola recebeu o nome, para as diversas turmas de diferentes faixas etárias. Tal personalidade foi pescador local que se tornou vereador, construindo posto de saúde e conquistando direitos locais, como o transporte público para estudantes. Esse evento ocorreu em um dia sem aulas, por ter um jogo do Brasil na Copa do Mundo.</li> <li>- Comentam sobre a importância do conhecimento e da apropriação da história e cultura local pela geração mais nova.</li> </ul>
<p>3º Evento Cultural de saberes Tradicionais - “Raízes de Búzios”</p>	<p>25 de novembro de 2022</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Terceira edição do evento promovido pelo projeto “<i>Guardiãs das Tradições Pesqueiras</i>”.</li> <li>- O evento ocorreu na mesma pousada da primeira e da segunda edições.</li> <li>- A comunidade quilombola apresentou uma performance escrita por ela sobre a chegada forçada da população afro-brasileira na cidade. A performance afetou profundamente os turistas. As crianças tiveram reações como choros e gritos.</li> <li>- No evento, turistas que atuam como “<i>influencers</i>” nas redes sociais propõem projeto para divulgação das produções</li> </ul>

			<p>artesanais das diferentes comunidades tradicionais locais, gerando discórdias e competições.</p> <p>- As comunidades locais criaram expectativas com relação à chegada da temporada de cruzeiros, quando muitos turistas (aproximadamente 3.000 por navio) circulam pela cidade, gerando mais renda, a partir da comercialização de seus produtos artesanais. No entanto, esse ano, com o movimento de protestos políticos, os portos foram fechados, o que impactou suas atividades. Além disso, quando os portos abriram, as comunidades relataram que as atrações de entretenimento vinculadas à indústria cultural, que ocorrem no interior do navio, retiveram grande parte dos turistas, que preferiu não circular fora do cruzeiro para conhecer a cidade.</p>
<p>Produções Tradicionais da Cooperativa de Mulheres Nativas de Arraial do Cabo</p>	<p>07 de dezembro de 2022</p>	<p>Arraial do Cabo</p>	<p>- Visita à sede da Cooperativa, onde as mulheres estavam descascando camarão para a produção culinária de final de ano.</p> <p>- Estavam expondo, também, cachaças caseiras produzidas a partir de frutos da restinga, como o guriri, e armazenadas em garrafas com madeira, talhadas manualmente por elas.</p> <p>- Uma dificuldade relatada são os eventos climáticos extremos que dificultam a coleta dos frutos na restinga. Em conversa informal, mencionam que, antigamente, havia um período certo para a coleta de cada fruto e remédio na restinga, mas atualmente não funciona mais assim.</p> <p>- Outra dificuldade relatada foi a manutenção da sede para a continuação das atividades da</p>

			<p>Cooperativa, devido aos recursos financeiros escassos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstram insatisfação com relação à mudança intencional dos nomes dos lugares histórico-culturais da cidade, por parte da gestão pública e do setor privado, para “turistificar” tais pontos.</li> </ul>
I Encontro de Cultura Popular Buziana	10 de dezembro de 2022	Armação dos Búzios	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Evento cultural promovido pela Secretaria de Cultura do município, com ampla participação das comunidades locais.</li> <li>- As caiçaras promoveram um evento cultural intitulado “Caiu na Rede é Peixe”, como parte da programação do Encontro de Cultura Popular. Na ocasião, jogou-se coletivamente a rede no mar para montar o “cerco” e capturar os pescados. Após puxar a rede, compartilharam o “quinhão”, ou seja, os pescados capturados.</li> <li>- Coroaram a matriarca do grupo, com mais de 90 anos, com uma coroa de crochê artesanal.</li> <li>- Promoveram uma corrida coletiva, em que um cesto de frutos foi o prêmio. Um barco de pescador funcionou como “bote ambulância”, em caso de acidentes durante a corrida.</li> <li>- Promoveram desfile com redes e artefatos de pesca, além de varas de bambu.</li> <li>- Realizaram um piquenique coletivo com aipim, batata doce e demais alimentos da roça.</li> <li>- A Secretaria de Cultura esteve presente e a imprensa local também cobriu o evento.</li> <li>- Posteriormente, ocorreu o lançamento do livro “Revolta do Cachimbo” - a Luta pela Terra no Quilombo da Caveira”.</li> <li>- Representantes da comunidade da Caveira contam sobre o processo de mobilização para a promoção da trilha étnica no</li> </ul>

			<p>território remanescente do quilombo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contam sobre a primeira escola quilombola reconhecida no estado do Rio de Janeiro que está localizada no território da Caveira.</li> <li>- Mencionam a importância de deselitizar os espaços culturais da cidade, para que as comunidades se sintam convidadas a participar.</li> </ul>
<p>Visita à Casa das Caiçaras</p>	<p>24 de abril de 2023</p>	<p>Armação dos Búzios</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mostram suas produções artesanais, como crochês, artesanatos e pinturas, expostas para venda na associação.</li> <li>- Contam sobre o respeito e a devoção que têm com os lugares mágicos por onde passaram seus ancestrais vindos de África.</li> <li>- Narram os processos de expropriação da terra pelos atores externos.</li> <li>- Explicam sobre as ervas medicinais, as parteiras e o líquido da aroeira que utilizavam para “colocar o útero no lugar”, no momento pós-parto.</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023), com base nas informações do Caderno de Campo.



## ANEXO 1. Parecer Consubstanciado do CEP/CFCH/UFRJ.



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Saberes e ocupações tradicionais: memória, ocupação e desenvolvimento local

**Pesquisador:** Samira Lima da Costa

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 54203016.6.0000.5582

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia (UFRJ)

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.518.003

#### Apresentação do Projeto:

De acordo com o projeto apresentado, "a pesquisa tem como objetivo identificar os modos de organização para o desenvolvimento local, produção de memórias e sistematização das ocupações tradicionais produzidas individual e coletivamente nas comunidades tradicionais do Rio de Janeiro, iniciando pelo Quilombo do Grotão (em Niterói) e se estendendo para outras comunidades através do método de rede de indicações. Tem como proposta analisar a construção de identidade tradicional a partir da discussão acerca das produções contemporâneas de memória, ocupação e território."

A pesquisa empírica está fundamentada em metodologias participativas, com as seguintes fases, descritas e referenciadas no projeto: "a) o autodiagnóstico; b) a construção coletiva de estratégias de enfrentamento prático dos problemas detectados; c) a organização da comunidade em torno de suas soluções e contribuição do pesquisador para a análise das produções."

A pesquisadora informa que os dados da pesquisa serão coletados "através de entrevistas, oficinas e reuniões com moradores e lideranças das comunidades participantes", de acordo com planejamento conjunto com eles.

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30  
**Bairro:** URCA **CEP:** 22.290-240  
**UF:** RJ **Município:** RIO DE JANEIRO  
**Telefone:** (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

Continuação do Parecer: 1.518.003

#### **Objetivo da Pesquisa:**

A pesquisadora define os seguintes objetivos:

##### **Objetivo Primário**

O estudo visa compreender os modos de organização para o desenvolvimento, de estruturação das ocupações e de construção da memória coletiva entre moradores de comunidades atualmente (re)conhecidas como tradicionais, a partir do Quilombo do Grotão e seguindo as linhas disparadas por redes de indicações de outras comunidades assim chamadas tradicionais, buscando analisar o processo de afirmação cultural e auto definição tradicional enquanto estratégia contemporânea no enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas."

##### **Objetivo Secundário:**

Identificar, nas diferentes ocupações (trabalho, lazer, práticas religiosas, ações de cuidado e de convivência cotidiana), aquelas que são definidas pelos participantes como tradicionais; debater sobre as diferentes formas de afirmação e constituição de identidades culturais a partir do processo de auto-definição e registro oficial do quilombo; descrever as formas de produção de memória coletiva e analisar sua estrutura enquanto possível ferramenta de resistência e fortalecimento grupal; identificar e discutir os diferentes modos de produção e geração de renda e sua inserção nas relações de mercado; analisar as disputas de força, alianças e possíveis contribuições de tais ações – organização das ocupações, construção das memórias e modos de inserção produtiva – no processo de elaboração de um projeto comum para o desenvolvimento local; discutir as possíveis relações entre os processos vividos pelas comunidades e as políticas públicas voltadas direta ou indiretamente para esta população."

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

As avaliações de riscos e benefícios apresentadas estão adequadas, e são as seguintes:

"Riscos: Como em toda pesquisa social, é possível que algum participante manifeste desconforto durante alguma etapa do processo, durante uma abordagem coletiva ou individual. Neste caso, é assegurado sua recusa ou retirada, se assim desejar."

"Benefícios: O Projeto se inscreve no rol de empreendimentos de fortalecimento das redes de suporte intercomunitárias, valorização e interlocução das culturas locais, expandindo e

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

**Bairro:** URCA

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)3938-5167

**E-mail:** cep.cfch@gmail.com

**CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UFRJ**



Continuação do Parecer: 1.518.003

transformando as concepções de participação, representação e gênero e das políticas públicas envolvidas neste processo. Objetiva, assim, fomentar estratégias colaborativas para o desenvolvimento local participativo por meio da inclusão produtiva e fortalecimento das identidades tradicionais da comunidade do Quilombo do Grotão. O recurso da metodologia de auto-gestão e da construção de oficinas baseadas em materiais e saberes próprios às comunidades têm como meta de médio e longo prazo a auto sustentabilidade e consequente permanência continuada das ações implementadas, de forma autônoma à universidade.\*

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto de pesquisa apresentado está adequado e atende as normas da resolução que regulamenta os procedimentos éticos para sua execução.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE foi elaborado em um formato bastante esclarecedor, embora o texto seja um pouco longo, mas contempla os preceitos básicos da ética em pesquisa nas ciências humanas e sociais. Há, contudo, alguns erros de digitação que poderiam ser revistos.

É preciso, ainda, antes de apresentá-lo aos sujeitos participantes da pesquisa, incluir também os contatos (e-mail e telefone) do CEP-CFCH no texto do termo.

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto está aprovado, observando-se a necessidade de revisão do texto do TCLE conforme as recomendações acima. Não é necessário, contudo, re-submeter o projeto ao CEP-CFCH.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_633785.pdf	14/03/2016 23:13:50		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Saberes_e_Ocupacoes_Tradicionais.pdf	14/03/2016 23:07:52	Samira Lima da Costa	Aceito

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

**Bairro:** URCA

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)3938-5167

**E-mail:** cep.cfch@gmail.com

CENTRO DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UFRJ



Continuação do Parecer: 1.518.003

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Saberes_e_Ocupacoes_Tradici onais.pdf	14/03/2016 23:07:33	Samira Lima da Costa	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Saberes_Tradicionais. pdf	14/03/2016 23:06:06	Samira Lima da Costa	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RIO DE JANEIRO, 27 de Abril de 2016

---

**Assinado por:**  
**Fátima da Silva Grave Ortiz**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

**Bairro:** URCA

**CEP:** 22.290-240

**UF:** RJ

**Município:** RIO DE JANEIRO

**Telefone:** (21)3938-5167

**E-mail:** cep.cfch@gmail.com



**ANEXO 2.** Decreto de Criação do Parque Estadual da Costa do Sol.

DECRETO Nº 42.929 DE 18 DE ABRIL DE 2011 CRIA O PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(D.O. 19/04/2011)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do processo nº E-07/301.149/2008 e CONSIDERANDO:

- que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;
- que a Mata Atlântica constitui patrimônio nacional, conforme o disposto no § 4º do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- que as áreas que abriguem espécies ameaçadas de extinção, exemplares raros de fauna e da flora nativas e áreas de interesse arqueológico, histórico, científico, paisagístico e cultural são consideradas áreas de preservação permanente, conforme o disposto no artigo 268 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;
- a existência de importantes remanescentes dos ecossistemas de restinga, mangue, floresta atlântica, cordões arenosos, costões rochosos, vegetação xerofítica, brejos, lagoas e lagunas na região das baixadas litorâneas;
- a criação do Parque das Dunas do Estado do Rio de Janeiro, pela Lei Estadual nº 1.807, de 03 de abril de 1991, que necessita de demarcação in loco, mapeamento e fiscalização do órgão ambiental estadual;
- a proposta desenvolvida pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João de criação de uma unidade de conservação de proteção integral multissetorial, que abranja os principais remanescentes dos diversos ecossistemas secos e úmidos da Região dos Lagos; e
- que o Parque Estadual da Costa do Sol é um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável da região onde está inserido, assegurando um espaço público para o lazer, a recreação e a manutenção da biodiversidade para as atuais e futuras gerações.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criado o Parque Estadual da Costa do Sol, com área total aproximada de 9.840,90 hectares, dividido em quatro setores, cada qual composto por uma ou mais áreas distintas, que abrangem terras dos municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Saquarema e São Pedro da Aldeia. §1º - O memorial descritivo dos limites do parque consta do Anexo I do presente decreto, dividido de acordo com as diversas áreas dos quatro setores que o compõem. §2º - O mapa de situação do parque consta do Anexo II do presente decreto. §3º - O mapa original do parque, com a delimitação por pontos e correspondentes coordenadas UTM, acha-se arquivado no Instituto Estadual do Ambiente - INEA/RJ e disponibilizado na página do órgão na internet.

Art. 2º - A criação do Parque Estadual da Costa do Sol tem por objetivos: I - assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas, bem como recuperar as áreas degradadas ali existentes; II - manter populações de animais e plantas nativas e oferecer refúgio para espécies migratórias, raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas; III - preservar restingas, mangues, floresta atlântica, vegetação xerófila, cordões arenosos, costões rochosos, brejos, lagoas, lagunas, formações geológicas notáveis e sítios arqueológicos contidos em seus limites; IV - oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica; V - assegurar a continuidade dos serviços ambientais prestados pela natureza; e VI - possibilitar o desenvolvimento do turismo no interior do parque, conforme disposto em seu plano de manejo, e atividades econômicas sustentáveis em seu entorno.

Art. 3º - Fica estabelecida como de utilidade pública, para fins de desapropriação e implantação do parque, a área delimitada por este decreto, sendo vedados empreendimentos, obras e quaisquer atividades que afetem sua substância ou destinação.

Art. 4º - O parque será regido pela Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e pela legislação estadual pertinente. Art.

5º - O Parque Estadual da Costa do Sol será administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente, que adotará as medidas necessárias para sua efetiva implantação e estimulará parcerias com as prefeituras municipais cujos territórios são abrangidos pelos seus diversos setores. §1º - As parcerias mencionadas no caput deste artigo visarão à administração do parque por meio da

cogestão de seus setores, e serão formalizadas mediante a celebração de instrumentos jurídicos individualizados com cada prefeitura municipal que manifestar interesse. §2º - O Instituto Estadual do Ambiente também poderá celebrar Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP para a gestão de um ou mais setores do Parque Estadual da Costa do Sol, nos termos do art. 30 da Lei Federal nº 9.985/00.

Art. 6º - Fica estabelecido o prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da data de publicação deste decreto, para a elaboração do plano de manejo do Parque Estadual da Costa do Sol. §1º - Enquanto não for aprovado o plano de manejo do Parque Estadual da Costa do Sol, sua zona de amortecimento será constituída, provisoriamente, pelas seguintes áreas: I - pelas porções remanescentes, fora do parque, das áreas de proteção ambiental estaduais de Massambaba, Serra de Sapiatiba e Pau-Brasil; e II - quando fora das áreas mencionadas no inciso anterior: a - pelos 100 (cem) metros do entorno imediato do parque, quando situados em área urbana, conforme o disposto na legislação municipal pertinente; e b - pelos 500 (quinhentos) metros do entorno imediato do parque, quando situados em área rural, conforme o disposto na legislação municipal pertinente. §2º - Nas áreas definidas no inciso I do parágrafo anterior, permanecem em vigor as regras constantes dos seus respectivos planos de manejo.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2011

**SÉRGIO CABRAL**

Governador